



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXV — 088

TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1980

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 115ª SESSÃO, EM 18 DE AGOSTO DE 1980

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 42/80 (nº 194-B/79, na Casa de Origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dá nova redação ao art. 50 do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, que institui o Código Brasileiro do Ar.

##### 1.2.2 — Pareceres

*Referentes à seguinte matéria:*

— Emenda nº 2, de Plenário (substitutivo), ao Projeto de Lei da Câmara nº 81/77 (nº 1.286-B/75, na Casa de origem), que atribui à TELEBRÁS ou a suas subsidiárias a incumbência de elaborar as listas telefônicas.

##### 1.2.3 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

— De substituição de membro em Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

##### 1.2.4 — Discursos do Expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Visita do Senador Jarbas Passarinho a fazendas comunitárias no Estado de Sergipe.

**SENADOR PASSOS PÓRTO** — Eleição do Dr. Albano do Prado Franco para a Presidência da Confederação Nacional das Indústrias.

**SENADOR ADALBERTO SENA** — Falecimento da Srª Lúcia Magalhães, ex-diretora do ensino secundário.

**SENADOR GILVAN ROCHA**, como Líder — Declarações do Ministro Delfim Netto sobre a economia brasileira, feitas em programa de debates apresentado pela Rede Globo de Televisão.

**SENADOR ALMIR PINTO** — Aplicação de recursos públicos na região nordestina. 2ª etapa da campanha nacional de vacinação contra a poliomielite.

##### 1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/25/80 (nº 1.696/80, na origem), do Governador do Estado de Sergipe solicitando autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor que menciona para o fim que especifica.

##### 1.2.6 — Apreciação de matérias

Requerimento nº 334/80, lido na Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 333/80, lido na Sessão anterior. **Aprovado.**

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 138/79, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, revogando a Lei nº 6.593, de 21 de novembro de 1978, que “autoriza a alienação das ações da Federal de Seguros S.A. e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*, após usarem da palavra os Srs. Itamar Franco e Jarbas Passarinho.

— Projeto de Lei do Senado nº 203/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo ao artigo 38, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 36/80, de autoria do Sr. Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a necessidade de autorização legislativa específica para a criação, aumento ou redução de tributos. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 105/79 (nº 3.935/77, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 932 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra os Srs. Paulo Brossard e Aloysio Chaves, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 371/79, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, que regula o pagamento do laudêmio incidente nas transmissões financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação de requerimento de adiamento da discussão.

— Projeto de Lei do Senado nº 25/79, de autoria do Sr. Senador Gabriel Hermes, que altera o art. 14 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação de requerimento de adiamento da discussão.

##### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR PAULO BROSSARD** — Considerações às “mordomias” existentes na administração pública do País, a propósito de publicações do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o assunto.

**SENADOR JARBAS PASSARINHO**, como Líder — Resposta ao pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

**SENADOR HUMBERTO LUCENA** — Nota da Comissão Executiva Regional do PMDB do Estado de Sergipe, a propósito de agressão sofrida por autoridade que menciona.

**SENADOR JOSÉ LINS** — Esclarecimentos a respeito de notícia veiculada pelo jornal *Correio Braziliense* de hoje, sob o título “Passcata da fome”. Resposta ao discurso pronunciado em sessão anterior, pelo

Senador Valdon Varjão, sobre o movimento dos risicultores do Estado de Mato Grosso.

*SENADOR LENOIR VARGAS* — Gaseificação do Carvão do Estado de Santa Catarina, como alternativa energética.

*SENADOR MAURO BENEVIDES* — Defesa da autonomia política das capitais.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. José Sarney, pronunciado na sessão de 30-11-79.

### 3 — REPUBLICAÇÃO

Trecho da Ata da 100ª Sessão, realizada em 26-6-80.

### 4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da reunião ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 6-8-

80.

### 5 — ATA DA COMISSÃO

### 6 — MESA DIRETORA

### 7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES

### 8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 115ª SESSÃO, EM 18 DE AGOSTO DE 1980 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 46ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA, ALEXANDRE COSTA, GABRIEL HERMES E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Cunha Lima — Marcos Freire — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Murilo Badaró — Henrique Santillo — Valdon Varjão — Mendes Canale — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1980**

(nº 1.948-B/79, na Casa de origem)

*De iniciativa do Senhor Presidente da República*

Dá nova redação ao art. 50 do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, que institui o Código Brasileiro do Ar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 50 do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, modificado pelo Decreto-lei nº 234, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. Os aeródromos públicos e respectiva infra-estrutura serão construídos, mantidos e explorados pela União ou através de empresa pública ou suas subsidiárias.

§ 1º A operação de aeroportos e da infra-estrutura aeroportuária constitui atividade monopolizada da União, em todo o território nacional, ou da empresa pública ou suas subsidiárias, a que se refere este artigo, dentro das áreas delimitadas nos atos administrativos que lhes atribuírem bens, rendas, instalações e serviços correspondentes.

§ 2º Quando forem os serviços explorados por terceiros, mediante concessão federal, poderá a empresa pública, de que trata este artigo, representar a União no respectivo contrato, que deverá conter cláusula sobre a obrigatoriedade de observância de instruções de natureza administrativa ou técnica, emanadas das autoridades federais para assegurar, no território nacional, a uniformidade das normas relativas à navegação e ao transporte aéreo.

§ 3º Em qualquer caso, os referidos serviços estão sujeitos às normas e instruções baixadas pela autoridade aeronáutica competente.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 341, DE 1979

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica, o anexo projeto de lei que “dá nova redação ao art. 50 do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, que institui o Código Brasileiro do Ar”.

Brasília, 1º de outubro de 1979. — João Figueiredo.

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 063, DE 3 DE SETEMBRO DE 1979, DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei, propondo dar nova redação ao art. 50 e respectivos parágrafos do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, alterado pelo Decreto-lei nº 234, de 28 de fevereiro de 1967, a fim de compatibilizá-lo à nova sistemática implantada, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, relativamente à infra-estrutura aeroportuária, após a criação da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO e da ARSA — Aeroportos do Rio de Janeiro S. A., esta, posteriormente, transformada em subsidiária daquela.

2. Realmente, após a edição da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972 e sua complementação por decretos e portarias, o sistema de infra-estrutura aeroportuária, no País, está sendo operado, como atividade monopolizada, pela União, em todo o território nacional, e pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO e sua subsidiária ARSA — Aeroportos do Rio de Janeiro S. A., dentro das áreas estabelecidas na lei ou nos atos administrativos, que lhes atribuíram essa atividade e os respectivos patrimônios, bens, instalações, serviços e rendas.

3. O art. 50 do Código Brasileiro do Ar, ainda, sob o influxo do anterior sistema, fala apenas na União e em suas concessões e autorizações, sem referir-se à INFRAERO e suas subsidiárias, a que veio permitir a Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, a exploração dessa atividade exclusiva com relação à infra-estrutura que lhes foi atribuída pelo Ministério da Aeronáutica, motivo por que insta compatibilizá-lo com a nova sistemática já implantada e, atualmente, em vigor.

4. Desse modo, propõe o anteprojeto dar nova redação a esse artigo, a fim de que expresse, com clareza, que as atividades aeroportuária e de infra-estrutura aeronáutica constituem-se em monopólio da União, em todo o território nacional, como sempre ocorreu no Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Délio Jardim de Mattos, Ministro da Aeronáutica.

## LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 32, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Institui o Código Brasileiro do Ar.

## CAPÍTULO II

## Da Construção e da Utilização de Aeródromos

Art. 50. Os aeródromos públicos serão construídos, mantidos e explorados diretamente pela União, ou mediante concessão ou autorização, obedecendo as condições nelas estabelecidas.

§ 1º Entre as condições da concessão ou da autorização, figurará, obrigatoriamente, a observância das instruções de natureza administrativa e técnica, emanadas de autoridades federais, para assegurar, no território nacional, a uniformidade das normas relativas à navegação e aos transportes aéreos.

§ 2º As concessões ou autorizações previstas neste artigo serão dadas separadamente, uma para cada aeródromo, podendo em casos excepcionais serem outorgadas em conjunto.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.)

## PARECERES

PARECERES Nºs 608, 609, 610 E 611, DE 1980

Sobre a Emenda nº 2, de Plenário (Substitutivo), ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1977 (nº 1.286-B/75, na Casa de origem), que "atribui à TELEBRÁS ou a suas subsidiárias a incumbência de elaborar as listas telefônicas".

PARECER Nº 608, DE 1980

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Nelson Carneiro.

Enriquecem este Projeto cuidadosos pareceres, que aprimoraram o trabalho realizado pela Câmara dos Deputados, inclusive dele retirando inconstitucionalidade ressaltada no lúcido pronunciamento do Senador Wilson Gonçalves, na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, e que por certo não escaparia ao crivo desta Comissão de Constituição e Justiça, se a ela houvesse sido inicialmente distribuído.

São do parecer Wilson Gonçalves essas justas considerações:

"Sucede, porém, que ao estabelecer as normas e as regras para a veiculação dessas informações, o projeto acabou por instituir um monopólio na comercialização da publicidade comercial que divulgue números de telefones, estatizando atividades econômicas típicas da área privada. Na forma com que está redigida, a proposição torna a TELEBRÁS proprietária dos números dos telefones dos assinantes, proibindo-lhes de divulgarem livremente esses números e condicionando essa divulgação à autorização da empresa concessionária do serviço telefônico, de acordo com o que for estabelecido em seus regulamentos.

Sob esse aspecto, o projeto mereceria novo exame da sua constitucionalidade e juridicidade. A estatização da atividade de exploração de publicidade que divulgue número de telefone e a instituição do monopólio na comercialização dessa publicidade ferem os preceitos constitucionais que regem a matéria, pois não se trata de assunto afeto à segurança nacional e a iniciativa privada não é ineficiente no setor. Por outro lado, tornar a TELEBRÁS, ou suas subsidiárias, proprietária dos números dos telefones é injurídico. O que se pode vedar é a reprodução da obra, no caso de listas telefônicas, com base no direito autoral, mas não se pode impedir que o assinante divulgue livremente, através de jornais, revistas, guias comerciais, anuários, folhetos, etc., o número de seu telefone.

Sendo o regime de concorrência a finalidade da política econômica consagrada na Constituição Federal, não se justifica a oficialização da publicidade comercial, incompatível com a filosofia que inspirou a Revolução de março de 1964, que afastou, justamente, as tendências que poderia ensejar a estatização da publicidade.

O projeto nenhum benefício traz ao anunciante, que ficará impedido de divulgar livremente o seu número de telefone. Sujeitando-

se ao preço imposto pela detentora do monopólio, ficaria o anunciante impedido de adequar a divulgação do seu produto ou serviço às dimensões de seu negócio, diversificando as informações em diferentes veículos de publicidade, cada qual mais eficaz nos diversos segmentos do mercado. Igualmente para o público consulente não haverá vantagem, pois ficará circunscrito aos veículos publicitários autorizados pela TELEBRÁS ou suas concessionárias. As empresas que militam no setor, cerceadas pelo sistema monopolista, necessitarão dos favores da máquina governamental para poderem divulgar números de telefones em seus veículos e, conseqüentemente, dessa forma, subsistirem, o que é de todo desaconselhável.

Parece-nos, portanto, evidente que a atividade de exploração, comercialização, divulgação e mesmo a publicidade que contenha número de telefone não está implícita no monopólio que tem a União Federal de explorar o serviço público de telefonia, por isso mesmo que não há relação necessária entre ela e esse serviço: o que é necessário é o conhecimento do número do telefone do assinante para que se possa comunicar-se com ele através do aparelho telefônico, não a propaganda dos produtos, mercadorias e serviços. O artigo 1º do Projeto está explicando o óbvio, vale dizer, antes que direito de editar a lista dos assinantes da rede telefônica, há a obrigação de fazê-lo, uma vez que ela é, ao nível da tecnologia atual, indispensável ao funcionamento do serviço, cuja exploração a União Federal tem o monopólio. Mas esse monopólio estatal não abrange a edição de publicações comerciais para anunciar profissões, bens e serviços, com indicações de nomes, endereços e números de telefones, em conseqüência de contratos livremente feitos entre os anunciantes e as empresas editoras e de publicidade. É exatamente essa atividade que o projeto está pretendendo estatizar.

Nada obsta que as concessionárias explorem, direta ou indiretamente, a publicidade comercial em seus catálogos em regime de livre concorrência com outras empresas do ramo. Podem até mesmo impedir a reprodução de suas listas classificadas com fundamento no direito autoral. Mas não podem obstar, nem que o assinante contrate ou autorize a divulgação do número de seu telefone em guias comerciais, catálogos de publicidade, anúncios, seções de classificados de jornais, revistas etc., nem que empresas de publicidade organizem seus próprios veículos com elementos de domínio público ou com informações dadas pelos próprios interessados. Se o fizerem estarão violando o princípio da livre concorrência, pedra de toque de modelo sócio-econômico consagrado na Constituição Federal."

Concluiu o eminente Senador Wilson Gonçalves, cujos talentos tanto ilustraram esta Comissão, por emenda substitutiva, aprovada pela ilustrada Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Foi sobre esta Emenda Substitutiva que posteriormente opinou esta Comissão, em parecer da lavra do nobre Senador José Sarney, acolhido unanimemente.

Indo o Projeto ao exame da douta Comissão de Economia, o Senador Marcos Freire proferiu longo parecer, de que vale destacar o seguinte trecho:

"O Substitutivo ao dispor que independe de autorização a divulgação, por qualquer meio de comunicação, de mensagem publicitária ou de informação que contenha números de telefones de pessoas ou empresas, garante o pleno desenvolvimento do mercado publicitário onde a comunicação telefônica é vital, além de assegurar a manutenção tranqüila de milhares de empregos absorvidos nessa importante área da economia nacional.

Observamos, no entanto, que o Projeto, ao facultar a edição das listas oficiais de telefones pelas empresas privadas do ramo, omitiu a indispensável obrigatoriedade da licitação pública. Ora, a licitação que pressupõe a pré-qualificação técnica e financeira das editoras, é medida das mais salutares, pois, além de impedir certas formas de favorecimento lesivas ao interesse público, se harmoniza com os preceitos do Decreto-lei nº 200/67.

Do mesmo modo, parece-nos oportuno aproveitar o momento para oferecer duas sugestões que, ao nosso ver, são válidas no sentido do aprimoramento da qualidade das informações prestadas.

A primeira tem por objetivo atender ao justo reclamo dos usuários dessas publicações quanto ao diminuto tamanho das letras e caracteres gráficos das listas telefônicas. A segunda, embora seja medida já adotada na maioria dos regulamentos das concessionárias, é no sentido de que seja facultado ao assinante a inclusão do

seu nome na Lista Classificada, de acordo com o seu ramo de negócio, atividade ou profissão.”

A Comissão de Economia aprovou as seguintes subemendas à Emenda Substitutiva da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas:

**Primeira Subemenda à Emenda nº 1-CT**  
(Substitutivo)

Dê-se ao § 2º do artigo 1º a seguinte redação:

“§ 2º Todo assinante figurará, gratuitamente, uma vez em cada edição, nas listas por ordem de nomes e de endereços, bem como, na Lista Classificada, de acordo com a natureza de seu negócio ou profissão, a menos que expressamente solicite a sua exclusão, parcial ou total, das respectivas relações.”

**Segunda Subemenda à Emenda nº 1-CT**  
(Substitutivo)

Dê-se ao art. 2º e seu § 1º, a seguinte redação:

“Art. 2º A edição ou divulgação da relação obrigatória de assinantes, sob qualquer forma ou denominação, e a comercialização da publicidade nela inserta são da competência exclusiva da empresa exploradora do respectivo serviço de telecomunicação e suas subsidiárias, que poderá contratá-las com terceiros, sendo obrigatória, em tal caso, a realização de licitação, mesmo quando se trate de término ou rescisão de contratos anteriores.

§ 1º A edição ou reprodução total ou parcial de relação obrigatória de assinantes sem a necessária contratação, nos termos previstos neste artigo, sujeita quem a efetue à busca e apreensão dos exemplares e documentos a eles pertinentes, além da indenização correspondente ao valor da publicidade neles inserta.”

**Terceira Subemenda à Emenda nº 1-CT**  
(Substitutivo)

Acrescente-se como § 2º o seguinte parágrafo ao art. 2º, renumerando-se seus demais parágrafos:

“§ 2º A divulgação de qualquer relação de assinantes em catálogos não oficiais obedecerá aos padrões gráficos de legalidade da relação obrigatória de assinantes da concessionária dos serviços de telecomunicações, não podendo os respectivos nomes, endereços e especificações profissionais serem apresentados em tamanho inferior ao adotado pela lista oficial.”

Retornando o Projeto a esta Comissão, o eminente Senador Tancredo Neves ofereceu lúcido parecer, acolhido unanimemente, adotando a Emenda Substitutiva da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas com as subemendas da Comissão de Economia.

Indo o projeto a Plenário, o nobre Senador José Lins ofereceu-lhe Emenda Substitutiva, em que pretende, ao que afirma, “retirar do texto remetido à

consideração do Senado Federal todo resquício de estatização ali inserto; por outro lado, o de resguardar os direitos que as empresas exploradoras de serviços públicos de telecomunicações têm na exploração, direta ou indiretamente, da publicidade comercial em seus catálogos em regime de livre concorrência com outras empresas do ramo, bem como a reprodução das listas por elas editadas”.

A emenda da Comissão de Economia, já transcrita, declarava que “a edição ou divulgação da relação obrigatória de assinantes... poderá contratá-las com terceiros”, enquanto a Emenda José Lins substitui a expressão *poderá*, que é facultativa, por *deverá* contratá-las com terceiros, passando assim a ser imperativa.

No que tange à constitucionalidade e juridicidade da Emenda Substitutiva de Plenário, não há o que impugnar. Apenas, no exame do mérito, que compete mais demoradamente às demais Comissões Técnicas, seria de sugerir que se substituisse na letra c do § 2º do art. 1º, as expressões finais “quando editada”, por “editada bianalmente, em função do número de habitantes”; no artigo 2º, retire-se a parte final “mesmo quando se trate de término ou rescisão de contratos anteriores”; no início do § 1º, do art. 2º, acrescente-se “A edição ou a reprodução” em substituição “A reprodução”; e, no art. 3º, retire-se o seguinte trecho: “tais como guias, catálogos e anuários turísticos, comerciais e industriais, e produtos similares”. Daí as Subemendas que ofere-

**1ª Subemenda à Emenda nº 2, de Plenário**

A alínea c do § 2º do art. 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
§ 2º .....  
c) na lista organizada por ordem dos endereços dos assinantes da localidade-Lista de Endereços, editada bianalmente, em função do número de habitantes.

**2ª Subemenda à Emenda nº 2, de Plenário**

Do *caput* do art. 2º retire-se a parte final “mesmo quando se trate de término ou rescisão de contratos anteriores”.

**3ª Subemenda à Emenda nº 2, de Plenário**

No início do § 1º, do art. 2º, acrescente-se “A edição ou a reprodução”, em substituição a “A reprodução”.

**4ª Subemenda à Emenda nº 2, de Plenário**

Retire-se do art. 3º o seguinte trecho: “Tais como guias, catálogos e anuários turísticos, comerciais e industriais, e produtos similares”.

Sala das Comissões, 25 de junho de 1980. — Henrique de La Rocque, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Bernardino Viana — Aloysio Chaves — Tancredo Neves — Lázaro Barboza — Moacyr Dalla — Raimundo Parente — Aderbal Jurema, com voto em separado.

**VOTO EM SEPARADO DO SR. SENADOR ADERBAL JUREMA:**

O presente Projeto, originário da Câmara dos Deputados, tinha como único objetivo atribuir à TELEBRÁS competência exclusiva para editar as listas telefônicas, de todos nós conhecidas.

Vindo ao Senado Federal, foi a proposição inteiramente reformulada pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas que, adotando o parecer do eminente Senador Wilson Gonçalves, hoje Ministro do Tribunal Federal de Recursos, concluiu por Substitutivo que, além do aspecto inicialmente enfocado, disciplina toda a matéria envolvente da publicidade comercial e da divulgação de números de telefones pelos respectivos usuários e assinantes.

Aprovado sucessivamente pelas Comissões Técnicas desta Casa, subiu o Projeto ao Plenário onde, durante a discussão, recebeu novo Substitutivo, desta feita de autoria do eminente Senador José Lins.

Retornando, na forma regimental às mesmas Comissões, foi o projeto distribuído, na douda Comissão de Constituição e Justiça, ao nobre Senador Nelson Carneiro, que sugeriu, em seu parecer, uma subemenda ao Substitutivo, substituindo, na letra “c” do § 2º as expressões “quando editada” por “editada bianalmente”.

Por ocasião da leitura do parecer do eminente Senador Nelson Carneiro, pedimos “vista” do Projeto para apresentar as quatro subemendas a seguir enumeradas, por considerar que essas subemendas que ora sugerimos aprimoram o Substitutivo José Lins.

Ante o exposto, somos pela aprovação da Emenda Substitutiva de Plenário, com as seguintes subemendas que apresentamos:

**Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 2, de Plenário**

A alínea c, § 2º do art. 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
§ 2º .....  
c) na lista organizada por ordem dos endereços dos assinantes da localidade - Lista de Endereços, editada bianalmente, em função do número de habitantes.”

A substituição da expressão “quando editada” por “editada bianalmente, em função do número de habitantes”, está mais consentânea com o espírito do Projeto.

**Subemenda nº 2-CCJ à Emenda nº 2, de Plenário**

Do *caput* do art. 2º retire-se a parte final “mesmo quando se trate de término ou rescisão de contratos anteriores”.

O adendo acima constante da emenda do Plenário, além de traduzir um detalhe impróprio para uma lei, pode resultar em dificuldades de ordem prática por vedar qualquer prorrogação de contratos, mesmo resultantes de licitações, em quaisquer circunstâncias. O preceito de obrigatoriedade da licitação, sem maiores detalhes e particularidades, apresenta-se salutar e satisfatório.

**Subemenda nº 3-CCJ à Emenda nº 2, de Plenário**

Ao início do § 1º, art. 2º, acrescente-se “A edição ou reprodução” em substituição “A reprodução”.

A inclusão da expressão “A edição ou” visa a que as sanções pelo descumprimento da norma devem aplicar-se à “edição” e não apenas à “reprodução”.

**Subemenda nº 4-CCJ à emenda nº 2, de Plenário**

Retire-se do art. 3º o seguinte trecho: “tais como guias, catálogos e anuários turísticos, comerciais e industriais, e produtos similares”.

Tais expressões por detalhistas e circunstanciais não são próprias de uma lei.

Como consequência das subemendas ora apresentadas, a Emenda Substitutiva de Plenário passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º A empresa exploradora de serviços públicos de telecomunicações é obrigada a divulgar, periodicamente, a relação de assinantes, nas condições definidas em regulamento.

§ 1º A numeração das instalações telefônicas constitui atribuição da empresa exploradora dos serviços públicos de telecomunicações, sendo de sua exclusiva competência a designação dos números de telefones, bem como a sua substituição.

§ 2º É gratuita e obrigatória a figuração do assinante:

a) na lista telefônica organizada por ordem de nomes de assinantes da respectiva localidade — Lista de Assinantes;

b) na lista organizada por ordem de atividades ou produtos dos assinantes da respectiva localidade — Lista Classificada, que exerçam atividade econômica; e;

c) na lista organizada por ordem dos endereços dos assinantes da localidade — Lista de Endereços, editada bienalmente, em função do número de habitantes.

§ 3º Mediante o atendimento de condições estabelecidas pelo Ministério das Comunicações, será facultado ao assinante não figurar em qualquer lista telefônica.

Art. 2º A edição ou divulgação das listas referidas no § 2º do art. 1º, sob qualquer forma ou denominação, e a comercialização da publicidade nelas inserta são de competência exclusiva da empresa exploradora do respectivo serviço de telecomunicações que deverá contratá-las com terceiros, sendo obrigatória, em tal caso, a realização de licitação.

§ 1º A edição ou a reprodução, total ou parcial, de qualquer das listas referidas no § 2º do art. 1º, sem a necessária contratação nos termos previstos neste artigo, sujeita quem a efetue à busca e apreensão dos exemplares e documentos a eles pertinentes, além da indenização correspondente ao valor da publicidade neles inserta.

§ 2º Todas as listas telefônicas deverão obedecer, no mínimo, aos padrões gráficos de legibilidade estabelecidos pelo Ministério das Comunicações.

§ 3º É facultada a edição de Lista de Assinantes de âmbito restrito, sem finalidade comercial e de distribuição gratuita, conforme disposto em regulamento.

Art. 3º É facultada ao assinante a divulgação do número de seu telefone, em impressos particulares, anúncios através da imprensa, rádio e televisão e em publicações, que não se caracterizem como listas telefônicas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada dentro de cento e vinte dias.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.”

Nestas condições, ao acompanhar o voto do eminente Relator, Senador Nelson Carneiro, que conclui pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo de Plenário, o fazemos com a ressalva da aprovação das subemendas apresentadas.

Sala das Comissões, 25 de junho de 1980 — Aderbal Jurema

**PARECER Nº 609, DE 1980**

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Relator: Senador Alberto Silva

Em decorrência de Substitutivo apresentado em Plenário pelo eminente Senador José Lins, volta a esta Comissão, na forma regimental, o presente projeto que tem por objetivo atribuir à TELEBRÁS, ou às suas subsidiárias, competência para editar as “Listas Telefônicas”, bem como disciplinar atividades afetas à iniciativa privada que envolvam a divulgação de números de telefones.

Esta Comissão, no primeiro exame que fez do Projeto, concluiu pela aprovação de um Substitutivo de autoria do ilustre Senador Wilson Gonçalves que, tendo em vista a inexistência de lei específica, procurou dar um ordenamento básico à matéria, até agora disciplinada por simples normas regulamentares, geralmente baixadas pelos órgãos afetos à área.

Na verdade, por ser indispensável à própria eficiência e operação dos serviços a divulgação correta dos números dos telefones, impunha-se atribuir às concessionárias a competência exclusiva para a edição daquelas “Listas”. Ao assim dispor, no entanto, o Substitutivo teve a precaução de estabelecer uma dicotomia entre o que sejam aquelas publicações oficiais e obrigatórias, inerentes aos serviços, e a publicidade, a propaganda e a informação dos números dos telefones dos assinantes, por sua própria iniciativa, em outros meios de comunicação.

Na Comissão de Economia, a matéria recebeu novas emendas, formuladas pelo eminente Senador Marcos Freire. Uma delas, sem dúvida de elevado alcance, impõe a realização de licitação sempre que a edição das “Listas Telefônicas” for contratada com terceiros. É medida salutar que salvaguarda o interesse público. As duas outras, igualmente necessárias, dizem respeito à boa apresentação gráfica dessas publicações e à obrigatoriedade de figurar o assinante na chamada “Lista Classificada”, de acordo com a sua profissão ou atividade.

O Substitutivo de Plenário, bem interpretando os objetivos visados por esta Comissão, manteve, na íntegra, os aspectos fundamentais da proposição aqui aprovada, incluindo não só as emendas citadas como, também, reforçando aquela distinção entre o que sejam “Listas Telefônicas” e publicações de caráter privado que também divulguem, com outras finalidades, os números dos telefones dos assinantes e usuários.

Ante essas considerações, e por dar o Substitutivo de Plenário maior explicitação à matéria, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 23 abril de 1980. — Vicente Vuolo, Presidente — Alberto Silva, Relator — Pedro Pedrossian — Passos Pôrto — Lomanto Júnior.

**PARECER Nº 610, DE 1980**

Da Comissão de Economia

Relator: Senador Bernardino Viana

Retorna a esta Comissão o presente Projeto, desta vez para exame de Emenda Substitutiva apresentada em Plenário pelo Senador José Lins.

O Projeto, de autoria do ilustre Deputado Israel Dias Novaes, propunha-se, inicialmente, a atribuir competência privativa à TELEBRÁS para editar listas telefônicas. Porém, ainda na Câmara dos Deputados, foram incorporados à proposição vários aspectos referentes à comercialização e à publicidade em publicações que veiculam números de telefones.

Remetido o projeto à revisão do Senado Federal, foi aprovado, pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, Substitutivo de autoria do ilustre Senador Wilson Gonçalves, que sanou algumas imperfeições do texto, ajustando-o, também, quanto aos aspectos constitucional e jurídico.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar a matéria enfatizou a inconstitucionalidade e a injuridicidade do projeto original e adotou o Substitutivo da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, conforme parecer prolatado pelo ilustre Senador José Sarney.

Por sua vez, esta Comissão enriqueceu o texto do Substitutivo com disposições de salvaguarda do interesse público e dos usuários das listas telefônicas ao aprovar três subemendas de autoria do ilustre Senador Marcos Freire.

Finalmente, a Comissão de Finanças, em parecer lavrado pelo eminente Senador Tancredo Neves, adotou o Substitutivo, aprovado pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, com as subemendas desta Comissão.

A Emenda Substitutiva, ora em exame, é justificada pelo objetivo de retirar do texto remetido à consideração do Senado Federal principalmente com a substituição do termo “poderá” por “deverá” no *caput* do art. 2º, todo o resquício de estatização nele inserto e de resguardar os direitos que as empresas dos serviços públicos de telecomunicações têm na exploração, direta ou indireta, da publicidade comercial em seus catálogos em regime de livre concorrência com outras empresas do ramo, bem como na reprodução das listas por elas editadas.

Na verdade, as empresas telefônicas são obrigadas a divulgar a relação dos assinantes para viabilizar a operação de seus serviços. A eficiente utilização do equipamento telefônico depende, em grande parte, no atual estágio tecnológico, do pleno conhecimento dos números dos telefones. Desse modo, as listas telefônicas são o meio utilizado para a informação desses números, razão pela qual são necessárias publicações periódicas e atualizadas.

A essa obrigação, entretanto, corresponde o direito das empresas de telecomunicações de produzir, economicamente, seus catálogos, explorando-os

comercialmente, através de empresas especializadas devidamente habilitadas.

O que não nos parece aceitável é o monopólio da divulgação dos números dos telefones, nem tampouco a formação de cartéis que impeçam a livre circulação das informações e os benefícios econômicos e sociais que daí advêm. A atividade de veiculação de informações comerciais, dentre as quais se inclui a dos números dos telefones, deve ser exercida em regime de livre concorrência, em prol do desenvolvimento da economia nacional e, inclusive, dos próprios serviços de telecomunicações.

A emenda substitutiva em exame bem elaborada, incorpora os conceitos contidos no Substitutivo apresentado pelo ilustre Senador Wilson Gonçalves e as subemendas do ilustre Senador Marcos Freire.

Em vista disso, opinamos pela aprovação da emenda substitutiva de Plenário, com as seguintes subemendas:

#### 5ª Subemenda à Emenda nº 2, de Plenário

A alínea c, § 2º do art. 1º, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
§ 2º .....  
c) na lista organizada por ordem de endereços dos assinantes da localidade — Lista de Endereços, editada bianualmente em função do número de habitantes.”

A substituição da expressão “quando editada” por “Editada bianualmente em função do número de habitantes”, está mais consentânea com o espírito do projeto.

#### 6ª Subemenda à Emenda nº 2, de Plenário

Do *caput* do art. 2º retire-se a parte final “mesmo quando se trate de término ou rescisão de contratos anteriores”.

O adendo acima constante da emenda do Plenário, além de traduzir um detalhe impróprio para uma lei, pode resultar em dificuldades de ordem prática por vedar qualquer prorrogação de contratos, mesmo resultantes de licitações, em qualquer circunstância. O preceito de obrigatoriedade da licitação, sem maiores detalhes e particularidades, apresenta-se salutar e satisfatório.

#### 7ª Subemenda à Emenda nº 2, de Plenário

Ao início do § 1º, art. 2º, acrescente-se “A edição ou reprodução” em substituição “A reprodução”.

A inclusão da expressão “A edição ou” visa a que as sanções pelo descumprimento da norma devem aplicar-se à “edição” e não apenas à “reprodução”.

#### 8ª Subemenda à Emenda nº 2, de Plenário

Retire-se do art. 3º o seguinte trecho:

“tais como guias, catálogos e anuários turísticos, comerciais e industriais, e produtos similares.”

Tais expressões por detalhistas e circunstanciais não são próprias de uma lei.

Como conseqüência das subemendas ora apresentadas, a emenda substitutiva de Plenário passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º A empresa exploradora de serviços públicos de telecomunicações é obrigada a divulgar, periodicamente, à relação de assinantes, nas condições definidas em regulamento.

§ 1º A numeração das instalações telefônicas constitui atribuição da empresa exploradora dos serviços públicos de telecomunicações, sendo de sua exclusiva competência a designação dos números de telefones, bem como a sua substituição.

§ 2º É gratuita e obrigatória a figuração do assinante:

- a) na lista telefônica organizada por ordem de nomes de assinantes da respectiva localidade — Lista de Assinantes;
- b) na lista organizada por ordem de atividade ou produtos dos assinantes da respectiva localidade que exerçam atividade econômica, Lista Classificada, e
- c) na lista organizada por ordem dos endereços dos assinantes da localidade — Lista de Endereços, editada em função do número de habitantes, conforme disposto em regulamento.

§ 3º Mediante o atendimento de condições estabelecidas pelo Ministério das Comunicações, será facultado ao assinante não figurar em qualquer lista telefônica.

Art. 2º A edição ou divulgação das listas telefônicas no § 2º do art. 1º, sob qualquer forma ou denominação, e a comercialização da publicidade nelas inserta são de competência exclusiva da empresa exploradora do respectivo serviço de telecomunicações, que deverá

contratá-las com terceiros, sendo obrigatória, em tal caso, a realização de licitação.

§ 1º A edição ou a reprodução, total ou parcial, de qualquer das listas referidas no § 2º do art. 1º, sem a necessária contratação nos termos previstos neste artigo, sujeita quem a efetue à busca e apreensão dos exemplares e documentos a eles pertinentes, além da indenização correspondente ao valor da publicidade neles inserta.

§ 2º Todas as listas telefônicas deverão obedecer, no mínimo, aos padrões de qualidade estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

§ 3º É facultada a edição de Lista de Assinantes, de âmbito restrito, sem finalidade comercial e de distribuição gratuita, conforme disposto em regulamento.

Art. 3º É facultada ao assinante a divulgação do número de seu telefone, em impressos particulares, anúncios através da imprensa, rádio e televisão e em publicações, que não se caracterizem com listas telefônicas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada dentro de cento e vinte dias.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, 14 de agosto de 1980. — Bernardino Viana, Presidente — José Richa, Relator — José Lins — Vicente Vuolo — Pedro Simon, com restrições.

#### PARECER Nº 611, DE 1980

##### Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Tancredo Neves

A Emenda Substitutiva em exame, apresentada em Plenário pelo ilustre Senador José Lins, é justificada pelo objetivo de retirar do texto todo o resquício de estatização, tendência observada na proposição originalmente remetida à consideração do Senado, bem como o de resguardar os direitos das empresas exploradoras de serviços públicos de telecomunicações na exploração da publicidade comercial em seus catálogos, em regime de livre concorrência com outras empresas do ramo, e na reprodução das listas por elas editadas.

Ao tramitar anteriormente pelas Comissões Técnicas do Senado, a matéria mereceu aprofundado exame de mérito, despertou idênticas preocupações às demonstradas pela proposição ora em apreciação, e suscitou correções de imperfeições técnicas, constitucionais e jurídicas.

A Emenda Substitutiva apresentada em Plenário vem ajustar o aspecto formal do Substitutivo proposto pelo ilustre Senador Wilson Gonçalves, aprovado na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, com as Emendas aprovadas pela Comissão de Economia, de autoria do ilustre Senador Marcos Freire, procurando adotar uma terminologia consagrada no âmbito das telecomunicações e eliminar dúvidas que possam conduzir a interpretações discrepantes do propósito do Senado, consubstanciado nos Pareceres proferidos pelas Comissões Técnicas, quando do exame anterior da matéria.

De conseqüente, adotamos a Emenda Substitutiva apresentada pelo ilustre Senador José Lins, que não tem repercussões de natureza financeira que lhe possam obstaculizar, motivo pelo qual, aliado às considerações anteriores, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, 17 de abril de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Tancredo Neves, Relator — Mauro Benevides — Alberto Silva — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Pedro Simon — José Richa — Henrique de La Rocque.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

OFÍCIO Nº 124/80

Brasília, 18 de agosto de 1980

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o nome do Senhor Deputado Ludgero Raulino para integrar, em substituição ao da Senhora Deputada Lygia Lessa Bastos, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito incumbida de “examinar os problemas relativos ao crescimento populacional brasileiro”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e elevado apreço. — Deputado Nelson Marchezan, Líder do PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Será feita a substituição solicitada.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PDS — SE. Pronunciar o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

É com justificada satisfação que, desta tribuna, trago ao conhecimento da Casa um acontecimento sumamente auspicioso para o Estado de Sergipe.

Refiro-me à honrosa visita que o eminente Senador e Líder Jarbas Passarinho, a convite do insigne Arcebispo Metropolitano de Aracaju, D. Luciano José Cabral Duarte, fez ontem ao nosso Estado.

A finalidade específica da viagem consistiu na visita a uma das cinco fazendas comunitárias que, desde 1968 vêm sendo gradualmente implantadas em regiões densas de problemas sociais e absolutamente carentes de providências concretas.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma experiência pioneira, profundamente cristã, destinada a cortar pela raiz os fatores negativos do pauperismo das massas rurais camponesas — ou seja, proporcionar aos pais de família carregados de filhos e situados nas fronteiras da pobreza absoluta, terra para trabalhar e produzir lavouras de subsistência, criar gado e desenvolver pequenos programas hortigranjeiros, habitação higiênica, ensino profissionalizante voltado para atividades rurais e toda infra estrutura de apoio complexo rigorosamente despojada de quaisquer conotações ideológicas.

Tudo isto, Sr. Presidente, com a finalidade primordial de fixar as famílias à terra onde vivem, evitando, destarte, a dolorosa migração para centros urbanos saturados, nos quais famílias inteiras se dissolvem nas fronteiras da marginalização social.

Instituída há 12 anos, precisamente em 1968, a Promoção do Homem do Campo de Sergipe, a PRHOCASE — já hoje apresenta um conjunto de cinco fazendas comunitárias, nas quais vivem e trabalham dezenas de famílias, modestas, mas devidamente assistidas.

No conjunto, essa experiência pioneira de Sergipe, que jamais foi trombeteada na imprensa, vem-se consolidando, graças à orientação lúcida, ao realismo e à capacidade empreendedora de Dom Luciano Cabral Duarte.

Aliás, constituiu para mim motivo de particular satisfação, quando Governador do Estado, ao ser procurado pelo Arcebispo de Aracaju, que então solicitou o apoio do Governo para compra de uma fazenda, de imediato atendi ao seu apelo, proporcionando-lhe os meios necessários para a sua aquisição, e, posteriormente, mais duas outras.

É que, Sr. Presidente, compreendi o extraordinário alcance, humano e social, de um empreendimento sério e arrojado, no campo delicado, extremamente difícil e complexo, da erradicação do pauperismo das populações rurais, porque, efetivamente, a única maneira de fixá-las ao solo é precisamente gerar empregos produtivos, proporcionar-lhes oportunidades de trabalho remunerado, simultaneamente com o atendimento das necessidades básicas de habitação, saúde, ensino, profissionalização, além daquelas providências destinadas à comercialização da produção agropecuária obtida através de uma cooperativa.

Não existem outras alternativas, a não ser a retórica vazia dos que vivem proclamando os imperativos da distribuição de terra aos camponeses, como se fosse o bastante dar terras sem ao mesmo tempo promover os complexos das medidas necessárias à sua adequada exploração.

O eminente Senador Jarbas Passarinho teve a oportunidade de visitar uma das fazendas comunitárias, situada no Município de Rosário do Catete. Acompanhado do Governador Augusto Franco, presentes o Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, e eu, pôde o nosso eminente Líder verificar, pessoalmente, a grande satisfação dos camponeses e suas famílias, naquela fazenda, quando nos mostravam as suas plantações e rebanhos, além de benfeitorias de toda ordem, numa demonstração inequívoca do pleno êxito dessa modelar experiência de promoção humana e social.

Mais cedo ou mais tarde, Sr. Presidente, esse auspicioso modelo das fazendas comunitárias sergipanas se irradiará pelas zonas rurais conflagradas do interior, onde estão explodindo, às vezes com violência incontrolável, os problemas de uma efetiva ocupação do solo, segundo critérios de justiça e bem-estar social.

Queira Deus, Sr. Presidente, que o exemplo pioneiro das fazendas comunitárias, implantadas pelo Arcebispo de Aracaju, seja devidamente avaliado e, talvez, com as adaptações julgadas necessárias, imitado e disseminado.

A breve visita do Senador Jarbas Passarinho ao meu Estado, a fim de conhecer de perto uma feliz experiência, no âmbito da solução dos problemas da terra e do trabalho nos parâmetros da Doutrina Social da Igreja, terá,

certamente, conseqüências benéficas, assim como igualmente o interesse do Governador Augusto Franco, de promover, por todos os meios ao seu alcance, a execução de medidas que venham, como essa, através dos órgãos do Governo e da Administração, erradicar os bolsões de pobreza e o pauperismo das massas camponesas em Sergipe. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto, para breve comunicação.

**O SR. PASSOS PÓRTO** (PDS — SE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, na última sexta-feira, dia 15 de agosto, na Sede oficial da Confederação Nacional da Indústria, as 22 Federações Industriais do Brasil, reunidas oficialmente em Brasília, elegeram a nova Diretoria daquela entidade para o triênio 80-83.

Este fato, Sr. Presidente, não teria maior significação se aquele pacto eleitoral, que somou 18 Federações na nova Diretoria, presidida pelo eminente empresário sergipano Albano do Prado de Pimentel Franco, não tinha maior significação, se ela não fosse o advento de uma nova era para aquela entidade patronal do nosso País.

Sr. Presidente, o Dr. Albano do Prado Franco, jovem de 38 anos, político, ex-Deputado estadual, Presidente do PDS em Sergipe, é uma nova mentalidade industrial no País. Ele entende que na sua direção há responsabilidade da entidade patronal em ativar, em estimular a pequena e média empresa no Brasil.

**O Sr. Lourival Baptista** (PDS — SE) — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Não são permitidos apartes. O orador está falando para uma breve comunicação.

**O SR. PASSOS PÓRTO** (PDS — SE) — Entende o novo Presidente da Confederação Nacional da Indústria que há responsabilidade na sua entidade na descentralização e na desconcentração industrial, para diminuir o gap entre o desenvolvimento industrial do Sul e o do Norte e Nordeste do Brasil.

**O Sr. Lourival Baptista** (PDS — SE) — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador? Eminente Presidente, o meu aparte será de três segundos, peço permissão a V. Ex<sup>a</sup>. É para dizer que me associo ao eminente Senador Passos Pôrto, com as palavras de S. Ex<sup>a</sup>, e que me regozijo pela escolha do industrial Albano do Prado Franco para Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Moço, inteligente, dinâmico, empreendedor, equilibrado e homem do diálogo, não tenho dúvidas de que irá dirigir a Confederação Nacional da Indústria com acerto e fará uma profícua gestão. Sergipe está de parabéns, assim como a classe empresarial que ele representa.

**O SR. PASSOS PÓRTO** (PDS — SE) — Acolho, com muita honra, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, porque o industrial Albano do Prado Franco, é inclusive suplente de Senador do eminente companheiro nosso, Senador Lourival Baptista, político como nós, sensível às dificuldades da hora presente e preocupado em, na direção daquela entidade, poder servir ao Brasil no setor secundário da sua economia.

Sr. Presidente, o Presidente Albano Franco, que tomará posse no próximo mês de outubro, haverá de desenvolver uma atividade para fortalecimento da indústria nacional, sobretudo dessa indústria substitutiva da indústria importada, a indústria feita com tecnologia e insumos nacionais, a fim de que tenhamos a independência da importação externa, tão difícil e tão imprevisível no mundo em que ora vivemos.

Ao me congratular, Sr. Presidente, com a escolha desse novo Presidente, desejo acrescentar que nessa chapa está como Vice-Presidente o nosso eminente Senador Gabriel Hermes, Senador pelo Pará, representante da Federação das Indústrias do Pará, que haverá, com o seu tirocínio e a sua experiência, de ajudar o novo Presidente da Confederação da Indústrias nos novos tempos que haverá de vir para o desenvolvimento do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena, para uma breve comunicação. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos.

**O SR. ADALBERTO SENA** (PMDB — AC. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Uma grande perda acaba de sofrer o nosso ensino particular. Na última quinta-feira, faleceu no Rio de Janeiro a Sr<sup>a</sup> Lúcia Magalhães, ex-diretora do ensino secundário e fundadora e dirigente, por muitos anos, de um dos mais conceituados colégios daquela cidade — o Colégio São Fernando.

Descendente de uma estirpe ilustre, Lúcia Magalhães era neta de Nuno de Andrade e filha do professor Fernando Magalhães, insigne médico e acadêmico a quem ficamos devendo, entre muitos notáveis trabalhos, a

fundação do Hospital Pró-Mater do Rio de Janeiro e o brilhante exercício de mandato popular na Constituinte de 1934.

Lúcia Magalhães era carioca de nascimento e fez com brilho invulgar os seus estudos no Colégio Notre Dame de Sion. Em 1933, sendo já inspetora de ensino secundário do então Ministério da Educação e Saúde Pública, foi aprovada no 1º lugar entre numerosos candidatos, em memorável concurso para efetivação nesse cargo. Criadas as inspetorias regionais de ensino, no antigo Distrito Federal, foi ela escolhida para a chefia de uma delas; e tanto se distinguiu no exercício desse posto pela sua inteligência e capacidade administrativa que não tardou em ser elevada ao cargo de Diretora do Ensino Secundário nacional, durante uma das fases da administração do Ministro Gustavo Capanema e mais uma vez em 1951, no segundo governo do Presidente Getúlio Vargas.

Dotada de extraordinário espírito de liderança, sempre se impôs ao respeito e à admiração de quantos serviam sob seu comando ou, de algum modo, dependiam da sua autoridade, na época em que o controle da União ainda se exercia sobre os estabelecimentos de ensino médio. Ficamos a dever-lhe, naqueles tempos, a autoria de uma das primeiras publicações, surgidas no Brasil, sobre a Psicologia do Adolescente, assim como muitíssimas contribuições para a concepção e expedição de decretos, portarias e outros atos administrativos, através da execução dos quais o governo se esforçava para moralizar e melhor conceituar o ensino secundário, quase reduzido, naquela época, a uma "chancelaria de exames", na frase lapidar do Ministro Francisco Campos.

Afastando-se da área administrativa do Ministério, na década de 50, a admirável administradora, passou a revelar-se, também por vocação, uma não menos admirável educadora. Após uma breve experiência na direção do Colégio Princesa Isabel, fundou, em Botafogo, o Colégio São Fernando, um dos melhores e mais prósperos do Rio de Janeiro, pela excelência da sua aprendizagem calcada em moldes pedagógicos dos mais eficazes e atraentes. A esse educandário dedicou ela todo o resto da sua vida, não deixando, porém, de continuar interessando-se pelos nossos problemas do ensino e, não faz muito tempo, tive ensejo de ler, num dos jornais de grande circulação, interessantes observações suas sobre a precariedade de certos tipos de questões adotadas em nossos exames vestibulares.

Lúcia Magalhães era solteira, mas deixou três sobrinhos que também estão honrando a sua linguagem: o Dr. Julien Magalhães Chacel, acatado economista da Fundação Getúlio Vargas, o Arquiteto Fernando Magalhães Chacel, que segundo ouvi, a substituirá na direção do colégio e o Dr. Pedro Magalhães Chacel, professor na Universidade de Brasília.

E eu que fui um dos seus colegas e dos seus comandados no Ministério da Educação e daí por diante um dos seus admiradores mais constantes e sinceros, sinto-me honrado em ora relembrar esses lances da sua existência preciosa, para que figurem, pelo menos, nos nossos Anais, uma vez que não o mereceram dos nossos deslembrados e desatentos publicistas.

E com o meu coração repassado de saudades — saudades dela e daqueles tempos — deixo aqui sobre sua memória as pálidas flores destas palavras. (Muito bem!)

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre Senador Gilvan Rocha, como Líder. Lembro a V. Exª que dispõe de vinte minutos.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A Nação assistiu, ontem, numa rede nacional de televisão, a um desses programas que devem ter tido a acolhida e a audiência de, praticamente, todo o Brasil, pela importância do entrevistado e pelo assunto marcadamente importante, qual seja, crise econômica Ministro Delfim Netto.

Antes de tudo, o necessário elogio e reconhecimento ao trabalho impecável jornalístico da Rede Globo de Televisão, que conseguiu montar um programa absolutamente sincero e honesto, sem nenhuma conotação partidária.

Sr. Presidente, quem assistiu àquele programa, e que não conhecesse o Brasil de hoje, pensaria que estava a assistir um exitoso homem público a prestar contas à Nação do seu trabalho impecável frente à política econômica do Governo.

Na verdade, o programa significou um elogio ao caos. O Sr. Ministro do Planejamento justificou plenamente aquilo que nós, médicos, reconhecemos nos pênicos: são pessoas arrebatadas, extrovertidas e geralmente otimistas.

Infelizmente, Sr. Presidente, a Nação está acostumada com o explicador maior que já passou por nossa República; e, apesar do esforço de se mostrar

exitoso, o Sr. Ministro terminou na constatação melancólica de que o País vai muito mal, apesar da sua empáfia e a sensação de vitória exibidas.

O meu partido e os partidos da Oposição farão uma análise mais detalhada da fala do Sr. Ministro. Mas, não posso, Sr. Presidente, me poupar a fazer as primeiras observações sobre aquela fala que seguramente deu uma das maiores audiências na televisão brasileira.

A fala do Sr. Ministro foi recheada de uma série de afirmações no mínimo interessantes. Em primeiro lugar, S. Exª repetiu pausadamente e com ar de convencimento aquela idéia que se tenta vender ao povo brasileiro, de que toda a nossa crise econômica é importada. S. Exª atribuiu categoricamente a culpa aos árabes por todas as nossas dificuldades, por todas as nossas diferenciações regionais, por tudo, enfim, que está atrasando o Brasil na caminhada do seu progresso.

E o repetiu inúmeras vezes, Sr. Presidente, reconhecendo porém, que o preço do petróleo ficou mais ou menos estabilizado entre 1974 e 1979. Mesmo assim, S. Exª asseverava que o grave problema econômico do País era o problema energético derivado da crise do petróleo.

Ora, Sr. Presidente, quando nós da Oposição sempre aqui reclamávamos, como reclamamos, de que a obrigação de um Governo que quer ser de estadistas é prever dificuldades e não esperar para resolvê-las, sempre reverberávamos, como reverberamos, quanto à falta de providências logo que se esboçou a crise de petróleo no mundo.

E agora, Sr. Senadores, o Ministro, vindo dizer que o Brasil, depois de enfrentar a crise de petróleo em 1974/75, é novamente surpreendido pela elevação de preços em 1979, dá, no mínimo, uma declaração de imprevidência total. É incrível que haja uma surpresa, uma nova surpresa do Brasil que, certamente, se repetirá na próxima vez em que os preços do petróleo subirem no mercado mundial.

O Sr. Valdon Varjão (PP — MT) — O nobre Senador me permite um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Valdon Varjão (PP — MT) — Senador Gilvan Rocha, estou percebendo o alcance de suas palavras e lembro-me de alguma coisa que li sobre o comércio dos Estados Unidos. Os comerciantes daquelas empresas que são bem sucedidas, nos Estados Unidos, têm um elemento contratado pela sua empresa para receber a reclamação dos fregueses que são mal atendidos ou daquelas pessoas que não são bem sucedidas na transação. Então, aquele elemento recebe a reclamação para que o cliente fique satisfeito com o negócio mal feito ou com a transação que não foi resolvida. Ele a recebe do patrão na vista do freguês, e o freguês sai completamente satisfeito, porque pensa: "realmente, eu fui ludibriado nesse ou naquele negócio, mas o patrão chamou a atenção do empregado que não fez direito a correspondência, não fez direito o negócio ou não fez a transação". Assim é no nosso Brasil. Temos de ter um elemento para ser o bode expiatório. No momento, está sendo o Ministro Delfim Netto, que está capitalizando todos os erros deste Governo. Realmente, eu acredito que ele seja o responsável e não só o elemento contratado. Mas tem de ter o bode expiatório. E, neste instante, aqui no Brasil, temos o bode expiatório, o Sr. Ministro Delfim Netto, porque os desacertos dessa política precisam de ter um elemento para recebê-los, a fim de aliviar as conseqüências do Todo-Poderoso.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — V. Exª tem toda a razão, mas não creio que o Ministro esteja sendo injustiçado; afinal foi o Ministro quem disse muito claramente que este País era uma ilha de tranquilidade, no mar revolto das dificuldades internacionais, o que evidentemente, não corresponde à verdade.

Basta lembrar que a Suíça, o Japão e outros países continuam a exhibir índices altíssimos de produto nacional bruto e de renda nacional *per capita*, apesar de não terem uma gota de petróleo.

Mas, S. Exª foi mais além; deu a entender que o problema estava resolvido no que ele chamou "preço verdade" da gasolina. Agora, segundo S. Exª, com a retirada do subsídio, ou melhor, com a retirada do artificialismo do preço da gasolina, estaríamos prontos a resolver a crise, os aumentos só virão nos naturais aumentos do preço do petróleo.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Para que o Sr. Ministro fique alertado, comunicamos a S. Exª que tomamos nota disso, já que o que o Ministro diz há alguns dias não mais vale alguns dias adiante.

Mas, rapidamente fazendo, como prometi, uma análise da fala de S. Exª, outro fato que deixou o País estarecido foi a respeito da recessão nacional, de que aquele Ministro fez a mais absoluta exorcização, dizendo

que este País jamais aceitará a recessão por ser ela fonte de desassossego social, de desemprego e de falência. Perguntamos nós: será que a recessão depende da vontade do Sr. Ministro? Será que limitar a taxa de expansão monetária, de câmbio, de circulação de dinheiro, proibir a contratação de empregos no maior empregador do País que é o Estado, será que isto não é recessão instalada?

S. Ex<sup>a</sup> faz, mais uma vez, Sr. Presidente, fantasias sobre o modelo desenvolvimentista do País.

Mas, ouço o aparte do ilustre Senador Aloysio Chaves.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Nobre Senador Gilvan Rocha, ilustre Senador Líder do PP acaba de declarar que o Sr. Ministro Delfim Netto, na entrevista à *Rede Globo de Televisão*, ontem, teria declarado que toda a crise econômica do Brasil é importada. Eu assisti, como V. Ex<sup>a</sup> e creio que quase todos os Srs. Senadores enfim, foi uma imensa audiência que teve essa entrevista, segundo o testemunho de V. Ex<sup>a</sup>, e posso asseverar que o Sr. Ministro Delfim Netto, *data vênia*, não declarou que toda a crise econômica seja importada. Absolutamente. O que o Sr. Ministro Delfim Netto declarou e está baseado em dados, em algarismos, em números, em cifras, sendo insusceptível de desmentido — é que o preço do petróleo no mercado internacional, de 1979 até esta data, aumentou exageradamente, criando um fato novo para a economia do Brasil e de todos os outros países do mundo, desenvolvidos, ou em fase de desenvolvimento. Mencionou, mesmo, esses dois algarismos: o barril de petróleo passou de doze dólares para trinta e quatro dólares. E este fato, que ocorreu no mundo inteiro, causando uma profunda perturbação à economia universal, está patenteado, inclusive, no documento emitido pelos sete países mais ricos do mundo, que se reuniram, em junho, em Veneza na Itália, a Grã-Bretanha, a França, a República Federal da Alemanha, a Itália, o Japão, os Estados Unidos e o Canadá. Nesse documento, “os chefes de Estado denunciaram” — estou utilizando a própria expressão da notícia — “durante a organização dos países exportadores de petróleo, ressaltando que as altas do petróleo reativaram a inflação e recessão e o desemprego e” — expressão textual — “aniquilaram o crescimento de certos países em desenvolvimento”. Ora, essa afirmativa não é feita pelo Brasil, pelos técnicos brasileiros, pelo partido da Maioria, pelo partido da Minoria, pelos nossos economistas, mas pelos chefes de Estado dos sete países mais ricos do mundo, que têm atrás de si a assessoria mais capaz e mais bem montada que se possa imaginar, para firmar um documento como esse que foi emitido em Veneza, em junho, recentemente. Portanto, a afirmativa do Ministro Delfim está respaldada em fatos insusceptíveis de controvérsia. Era o pequeno reparo que desejava fazer ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, porque da mesma maneira que a Oposição vai, segundo anunciou o eminente Senador Gilvan Rocha, fazer uma análise minuciosa desse pronunciamento, também a Maioria fará, para mostrar o acerto a que chegou o Ministro Delfim Netto em todas as afirmativas feitas ontem na sua entrevista à Rede Globo. Muito obrigado.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Espero que V. Ex<sup>a</sup> tenham maior sucesso que o Sr. Ministro. O que parece não vai acontecer, porque V. Ex<sup>a</sup>, apesar de anunciar não ser correta a afirmativa que fiz aqui de que o Ministro Delfim Netto, mais uma vez, culpou o petróleo por todos os nossos males, V. Ex<sup>a</sup> o repetiu com todas as letras, não dando nenhum outro motivo para nossa crise econômica. E é bom notar, ilustre Senador, que o Brasil pelo menos tem potencial para ser um dos poucos países do mundo capaz de resistir à crise energética o que nenhum membro da Oposição negou até hoje. O que nós reafirmamos, a falta de competência para gerir este problema não é compatível com a postura do Sr. Delfim Netto a vir posar como um vencedor, quando é realmente ele o autor da incompetência que gerou a maior crise econômico-social da nossa história.

E vou mais longe, Sr. Presidente, ao relembrar as declarações de S. Ex<sup>a</sup> ontem, sobre um assunto eminentemente polêmico, o assunto salário. Mais uma vez a lógica definiana esborou-se em confronto cristalino com a verdade. S. Ex<sup>a</sup>, hesitantemente, terminou por confessar que os salários pouco influem sobre a inflação. Mas, ele mesmo, surpreendentemente, mostrou uma verdadeira obsessão pela reforma salarial, apesar de ter notícia de que as classes empresariais brasileiras, as grandes empresas nacionais e as médias empresas nacionais, de maneira alguma estão advogando reforma da lei salarial.

Ora, S. Ex<sup>a</sup> cai em contradição evidente, quando, primeiro, diz que salários não empurram a inflação para cima e cobra do Governo e das grandes empresas o policiamento dos seus salários mais altos.

E, vai mais longe, quando tentou, numa manobra que diria até pouco cavalheiresca, colocar o problema nas costas dos empresários brasileiros, afirmando claramente que eles diziam uma coisa dentro dos gabinetes e nos

corredores diziam outras coisas. Nesse sentido, a Oposição vai procurar ouvir os líderes empresariais deste País para que confirmem ou não a denúncia que o Sr. Ministro fez ontem para todo o País, S. Ex<sup>a</sup> também afirmou que os empresários brasileiros só conseguiriam pagar os seus salários mais elevados se aumentassem o preço. Ora, se é o Ministro e se são os próprios empresários que dizem que os salários têm uma pouca percentagem na inflação, é um imenso contra-senso, Sr. Presidente, atribuir-lhes que esses salários os forçariam a rever seus lucros. Ouço V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Ouço V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Nobre Senador Gilvan Rocha, o Ministro Delfim Netto declarou, e eu reconheço que com uma certa ponta de ironia, que a lei salarial, hoje, recolhe a unanimidade dos aplausos neste País, do Governo e da Oposição. E que via, com satisfação, a Oposição levantar-se para lutar de maneira intransigente contra qualquer possibilidade de retificação, ainda que limitada, a lei de política salarial. Neste ponto o Ministro Delfim Netto estava coberto de razão, porque fiz parte da Comissão Mista, cujo relator foi o eminente Senador José Lins, no Congresso Nacional, que examinou a lei de alteração da política salarial. Enfrentamos duras restrições da Oposição, encaminhei a votação desse projeto de lei no Congresso Nacional, juntamente com o eminente Senador Jarbas Passarinho, numa sessão tumultuada, debaixo de vaias, de apupos da galeria, onde estavam mais de 150 líderes sindicais, comandados pelo Sr. Lula e outros, além de uma galeria que também recebia o comando de colegas nossos do Parlamento, na Câmara, que do plenário faziam acenos na hora em que deveriam aplaudir e na hora em que deveriam vaiar. Hoje, a Oposição levanta-se uníssona em defesa desta lei de política salarial. Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, felicito V. Ex<sup>a</sup> e foi isto que o Ministro Delfim Netto fez ontem, com uma certa ponta de ironia, mas ele tinha razão para fazê-lo.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — V. Ex<sup>a</sup> não está trazendo nenhuma novidade, Excelência.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Porque V. Ex<sup>a</sup>s estão, hoje, querendo arrebatam essa bandeira do governo, do partido da Maioria, quando contra ela lutaram tenazmente.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — V. Ex<sup>a</sup> não está dizendo nenhuma novidade. O Brasil todo sabe que, na ocasião, a Oposição lutava por reajustes trimestrais. A Oposição sempre persegue e continuará...

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — O salário mínimo.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — ... e continuará a perseguir o ótimo, Ex<sup>a</sup> Nós não somos daqueles que acham que o bom é melhor do que o ótimo. O ótimo é que é realmente a meta do opositor. E não é só aqui, é no mundo todo, Ex<sup>a</sup>

Mas V. Ex<sup>a</sup>, evidentemente, saiu-se pela tangente, não foi esse o problema, o problema foi mais uma contradição do Sr. Ministro, que ontem o afirmava algo constrangido, que salários não empurram a inflação quando todo o País sabe que S. Ex<sup>a</sup>, em polêmica pública com seu colega o Ministro do Trabalho, dizia justamente o contrário. Mas, como é um homem talvez sujeito ao horóscopo, S. Ex<sup>a</sup> mudou de opinião e ontem já estava a favor de manutenção do teto salarial. S. Ex<sup>a</sup>, ontem, deu uma demonstração, absoluta, de incoerência em todas as suas idéias.

O Sr. Marcos Freire (PMDB — PE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Com muito prazer, Senador Marcos Freire.

O Sr. Marcos Freire (PMDB — PE) — O aparte do ilustre Senador Aloysio Chaves não reflete a realidade dos fatos. Quando da votação do reajuste trimestral do trabalhador, as críticas e as reservas com que a Oposição, nesta Casa, recebeu a iniciativa governamental, decorriam do fato da insuficiência da reformulação da política salarial. O Governo como que se quedava diante das pressões da opinião pública, dos movimentos sindicais do País, que estavam a exigir uma reformulação de profundidade. E o Governo não teve outra alternativa senão ceder terreno na sua rigidez de uma política salarial que, dizia o Governo, era para atender a guerra contra a inflação, mas que, de fato, sacudia nas costas do trabalhador o grande ônus pela situação caótica do setor econômico a que chegamos. Ora, V. Ex<sup>a</sup> lembrou muito bem que os partidos de Oposição, nesta Casa, vinham há muito e muito tempo, inclusive quando seus integrantes participavam do MDB, apresentando propostas concretas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Portanto, o Governo cedeu em parte e concedeu alguma coisa e, por isso mesmo, há reação a que o Senador Aloysio Chaves se referiu. O

que acontece é que, já agora, eles estariam, não sei se dispostos, mas, pelo menos haveria estudos a esse respeito, propensos a reformular aquela reforma salarial para pior, não seria para dar a outra metade que nos faltou, seria para tirar a parte que foi concedida em termos de pressão de opinião pública. Então, o que se precisa deixar bem claro é que a reformulação de toda a política salarial — e não só salarial, mas, a própria política sindical, a política que possa representar melhores condições de vida para a população brasileira — esta está sendo arrancada a sangue, suor e lágrimas pelo trabalhador brasileiro. E, no momento em que se conseguiu alguma coisa, embora não se tenha conseguido muito do que precisava conseguir, logicamente todos se unem para defender o pouco que foi conquistado. Mas é certo que haveremos de avançar muito mais, até que todas aquelas teses que há muito vinham sendo defendidas por nós, sejam inteiramente vitoriosas. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Nobre Senador Gilvan Rocha, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já excedeu em 50%; pediria a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>, de vez que temos oradores inscritos hoje.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Vou concluir, Sr. Presidente, não antes sem registrar o mais estupefante da entrevista do Sr. Ministro. Foi uma frase que tive o cuidado de escrever — com a pressa de um ouvinte de um programa — que é inesquecível para os que desejam a melhoria deste País. S. Ex<sup>a</sup> afirmou com todas as letras: "A massa dos salários está ganhando com a inflação". E mais adiante: "A inflação produz a distribuição de rendas." Donde se conclui que nós, os assalariados brasileiros, penhoradamente, agradecemos ao Ministro...

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Infelizmente, V. Ex<sup>a</sup> ouviu a advertência do Sr. Presidente.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Um minuto, só para uma informação.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, fosse breve e brilhante.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Nobre Senador Gilvan Rocha, acompanho o discurso de V. Ex<sup>a</sup> que pretende ser uma crítica ao Ministro Delfim Netto. Infelizmente para V. Ex<sup>a</sup>, de crítica nada tem o seu discurso, mesmo porque não há realmente, na entrevista de V. Ex<sup>a</sup>, substância maior para qualquer crítica. Mas eu reservarei ao direito de, logo após, se possível ainda hoje, responder a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Pois bem, Sr. Presidente, os assalariados brasileiros, certamente depois desta declaração do Ministro Delfim Netto, estão rezando para que a inflação chegue aos 200%, já que estão ganhando com ela.

Mas, Sr. Presidente, o mais estupefante, o mais comprometedor da entrevista de S. Ex<sup>a</sup> foi a absurda e peremptória declaração de que o modelo é absolutamente imutável. "Não há o que mudar" — disse S. Ex<sup>a</sup> — "não existem alternativas". Alternativa é aquela apresentada pelo Sr. Ministro, e mais nada. O que significa dizer que o Brasil só tem um caminho: é o caminho iniciado e palmilhado com uma incrível incompetência pela área econômica do Governo.

O fato também é politicamente grave, Sr. Presidente, porque fecha, de vez, as portas de qualquer colaboração da Oposição no sentido de que saíamos desse atoleiro. S. Ex<sup>a</sup>, na empáfia e na atitude, que eu, como médico, já começo a temer como uma atitude psicologicamente já saindo da normalidade, na sua ojeriza absoluta de corrigir-se nesse indefensável fracasso, afasta a adoção de medidas outras que, serenamente e com inteligência, a Oposição, como também setores fora de partidos políticos, terão para ajudar este País a sair da grave crise por que passa.

Eu passo a acreditar, Sr. Presidente, que apesar de não crer que a mudança puramente de homens resolva o nosso problema, é absolutamente imprescindível o Governo livrar-se da empáfia, da incompetência e do sentido de ludíbrio de um Ministro que vem à televisão dizer que as suas teorias não admitem a menor crítica porque é o único e exclusivo caminho a ser seguido. Creio mais, Sr. Presidente, que sem a saída do Sr. Ministro Delfim Netto, este País se cobrirá, mais uma vez, de uma escuridão porque, nem um civilizado diálogo é possível com um homem a exibir tanta impropriedade e, principalmente, um homem a exibir tão pouca humildade ao dirigir-se ao seu povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Com a palavra o nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Muito se tem falado das diversas realidades econômicas, sociais e climáticas encontradas no Brasil, cujos reflexos se fazem sentir quando as autoridades constituídas procuram equacionar os problemas e traçar as diretrizes necessárias ao processo de desenvolvimento do País.

Após definida a estratégia de planejamento, os programas específicos são definidos dentro de uma visão globalizada, estando alguns deles sujeitos a um superdimensionamento, ou até mesmo, a um tratamento mais tímido que a realidade estaria a exigir.

Estas distorções são muito naturais em qualquer planejamento social e econômico, fato que, no entanto, não chega à justificar a permanência de situações dessa natureza.

Em recente viagem pelo Nordeste brasileiro pude constatar a veracidade dessas afirmativas, razão pela qual utilizo a tribuna do Senado, na tentativa de oferecer uma humilde colaboração, visando tão-somente, contribuir para o melhor equacionamento dos problemas e dar maior rentabilidade à aplicação dos recursos públicos, aumentando, portanto, a eficiência das medidas governamentais.

É claro que sendo os programas, hoje em dia, plurianuais, e obedecendo as normas jurídicas para o desembolso e aplicação de suas dotações orçamentárias, apesar de ter assegurado um desempenho mais estável do planejamento, certamente criou alguns vícios inerentes ao próprio processo de elaboração de planos. Assim é, que, muitos programas permanecem figurando nos planos de trabalho de organismos públicos, com recursos disponíveis, sem, no entanto, mostrarem os resultados que se poderia esperar, fazendo com que se possa sentir, por exemplo, uma rigidez também maléfica da máquina governamental.

Assim, Srs. Senadores, o que entendo como necessário é uma maior mobilidade no aparato burocrático e de planificação do governo, pois as diversificações sociais, físicas, econômicas e políticas do Brasil, não comportam a inflexibilidade das normas e dos métodos que vêm sendo utilizados.

Como exemplo, poderíamos citar o atual posicionamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, gerido pela Caixa Econômica Federal, com uma dotação de Cr\$ 15,8 bilhões, dos quais Cr\$ 7,9 bilhões para o Norte-Nordeste.

Acontece que, apesar do significativo valor destinado ao Norte/NE, muito pouco desse dinheiro é de fato ali aplicado pois, a linha de financiamento não tem demanda satisfatória, além da própria CEF não ter uma estrutura suficientemente ágil para utilizar os recursos no prazo devido, em função inclusive das exigências constantes na tramitação normal do processo.

Findo o prazo para a utilização dos recursos pela CEF, o não aplicado retorna para a Unidade Central, deixando o programa de surtir os efeitos propulsores do desenvolvimento tão necessário para a região.

Pergunto então, Srs. Senadores, por que a Caixa Econômica não é autorizada para utilizar essa dotação para suprir outros programas de maior aceitação e cujas carteiras ficam normalmente impedidas de atuar em vários meses do ano por insuficiência de recursos? A Construção Civil, por exemplo, setor amplamente absorvedor de Mão-de-Obra Desqualificada, fator de produção preponderante na região, tem visto muitas das suas projeções prejudicadas pela ausência do apoio oficial, com prejuízos para amplos setores da economia regional.

O exemplo aqui citado, envolvendo o FAS, da CEF, é apenas uma constatação dentre tantas que se pode identificar no emaranhado de programas patrocinados com o melhor dos propósitos pelo governo central.

Situações como essas não podem persistir, sob pena de presenciarmos grandes frustrações no esforço de desenvolvimento dessas áreas, pois, ali o desenvolvimento é conquistado palmo a palmo, utilizando-se não apenas dos grandes projetos, mas, também, das parcelas residuais, muitas das vezes utilizadas em áreas mais favorecidas.

Nossa pretensão, Sr. Senador, é alterar os planejadores nacionais para a necessidade de ajustamentos prementes na aplicação dos recursos públicos, não apenas para o setor de construção civil, mas, também, para todas as unidades produtoras, basicamente aquelas de pequeno e médio portes, pois é grande o número de pessoas que se beneficiam dos efeitos multiplicadores da atuação dessas empresas, retirando dali sua sobrevivência e seu sustento.

Ainda recentemente ao empossar-me na Presidência da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, o empresário João Fortes "destacou a

importância do aspecto social nas atividades das empresas", as quais deverão estar sempre mais propícias a ostentar notáveis balanços econômicos, quanto mais notável for o seu balanço social.

Precisa que se atente para os setores que vêm sofrendo certa marginalização, como é o caso das pequenas e médias empresas, multiplicadoras de mão-de-obra pouco qualificada, e que já estão sofrendo os efeitos de uma possível recessão.

A verdade é que estrangulados pela limitação de crédito que diretamente as afetam, as pequenas e médias empresas, no entender de muitos, só ainda não mergulharam profundamente na recessão, porque ainda se beneficiam na injeção indireta dos recursos destinados a setores subsidiados, que são aqueles que são apontados como focos principais da inflação.

O *Jornal de Brasília*, na sua edição de sexta-feira próxima passada, estampou na sua 3ª página quando se reportou ao encerramento do II Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes na Construção, queixas feitas pelos Construtores ao Excelentíssimo Senhor Presidente João Figueiredo, pela falta de Obras. O Sr. Presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção, Sr. Manoel Leone, ao deixar o cargo, disse que "o empresário da construção vem suportando o ônus de uma difícil convivência com a escassez de obras públicas ditada pela política antiinflacionária em curso";

quando, com os bilhões do Fundo de Apoio Social — FAS, principalmente, em relação ao Norte/Nordeste, as pequenas e médias empresas, à nossa maneira de pensar, bem que poderiam multiplicar empregos, tendo-se em vista, o Nordeste, nesta fase difícil, por que vem passando com a inclemência da estiagem. Os sete bilhões e quinhentos milhões que coube aos Estados Setentrionais, bem que poderiam ser financiados pelos Órgãos Desenvolvimentistas: as Caixas Econômicas, evitando que os recursos atribuídos à região, não fossem devolvidos por falta de demanda, quando, isto é o que não falta no NE.

Apelaria da tribuna desta Casa, ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, para que examinasse com o Ministro do Planejamento, a maneira de não ser o Nordeste prejudicado com a devolução de recursos que lhe foram destinados e não se procura viabilizar a sua aplicação, amparando as pequenas e médias empresas, multiplicadoras de mão-de-obra desqualificada, representada pela população pobre, a mais necessitada de amparo, na presente conjuntura.

Este o nosso apelo, Sr. Presidente, à generosidade e ao patriotismo de Sua Excelência o Presidente da República.

Sr. Presidente, desejaria agora, fazer uma comunicação a esta Casa:

Ao chegar ao meu gabinete de trabalho encontrei este papel com os dizeres:

DIA NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA A POLIOMIELITE

2ª. etapa - 16.08.80

DADOS PARCIAIS (até 18:00 horas de 17.08.80)

U. F.	POP. ALVO < 5 ANOS	POP. VAC. < 5 ANOS	COBERTURA %	CAP. MAIORES DE 5 ANOS - VAC.	TOTAL DE DOSES APLICADAS
RO	39.202	37.045	37,3	5.496	42.541
AC	54.780	30.704	56,0	3.312	34.016
AM	223.619	189.857	84,8	26.305	216.162
RR	16.870	15.143	89,7	2.643	17.786
PA	519.260	253.774	48,8	49.312	303.086
AP	33.740	33.918	100,5	6.022	39.940
MA	617.970	129.343	20,9	9.477	138.820
PI	409.000	170.717	41,7	...	170.717
CE	1.006.180	507.263	50,4	125.761	633.024
RN	366.800	266.782	72,7	31.691	298.473
PB	491.400	240.520	49,0	39.480	280.000
PE	1.064.870	699.575	65,7	73.650	773.225
AL	342.740	72.187	21,0	4.407	76.594
FN	190				
SE	186.480	187.769	100,7	23.310	211.079
BA	1.544.680	1.321.805	83,0	186.072	1.507.877
MG	2.021.860	1.044.803	51,6	335.386	1.380.189
ES	285.110	277.656	97,4	62.872	340.528
RJ	1.405.360	1.330.331	94,6	230.264	1.560.595
SP	2.938.080	3.235.044	110,1	1.154.431	4.389.475
PR	1.702.430	661.268	38,8	73.474	734.742
SC	607.330	547.441	90,1	19.550	566.991
RS	1.064.220	596.387	55,8	37.362	633.749
MS	264.020	169.897	64,3	23.218	193.115
MT	238.630	80.883	33,8	14.625	95.508
GO	774.150	333.065	43,0	36.974	370.039
DF	216.030	203.465	94,2	45.185	248.650
TOTAL	18.550.372	12.636.642	68,12	2.620.279	15.256.921

Dia Nacional da Vacinação Contra a Poliomielite" foi encaminhado pelo Ministério da Saúde, através do Assessor Parlamentar.

A segunda etapa — 16-8-80 — dados parciais até as 18 horas do dia 17 — nada menos de 15.256.921 crianças foram vacinadas no Território Nacional, dados esses até às 18 horas de ontem, onde na nossa Capital, a Capital Federal, com uma população alvo, menores de 5 anos, com 216.030, e mais a população vacinável, até aos 5 anos chegou a 248.650 dando um total de 94,2% — quase 100% de vacinação antipoliomielite, aqui na capital brasileira, Distrito Federal, Brasília.

Por conseguinte, Sr. Presidente, há de se prever que a segunda dose desta vacinação atingirá, fatalmente, a mesma porcentagem da primeira dose. Todo o povo brasileiro, os pais conscientes da necessidade de vacinarem os seus pequenos filhos contra a terrível moléstia, acorreram aos postos de vacinação espalhados por todo o Brasil. É bem verdade que na Região Amazônica, compreendendo os Estados do Amazonas, Pará e Territórios, isto será feito mais lentamente, inclusive a barcos — esta vacinação — e tudo indica que chegaremos aos 22 milhões de crianças vacinadas em todo o Território nacional.

Parabéns, portanto, ao Ministério da Saúde pelo trabalho executado. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Eunice Michiles — Gabriel Hermes — Henrique de La Rocque — Agenor Maria — Humberto Lucena — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Alberto Lavinias — Itamar Franco — Tancredo Neves — Vicente Vuolo — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado de Sergipe, o Ofício nº S/25, de 1980 (nº 1.696/80, na origem), solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), para o fim que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Vai-se passar, agora, à apreciação do Requerimento nº 334/80, de autoria do Senador José Richa, lido na sessão anterior o qual solicita autorização do Senado para aceitar missão do Executivo.

A Comissão de Relação Exteriores já se manifestou favoravelmente à licença.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica o Sr. Senador José Richa autorizado a aceitar a missão do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Passa-se à votação do Requerimento nº 333/80, de autoria do Senador Pedro Simon e outros, lido na sessão anterior, solicitando a realização de sessão especial no dia 3 de outubro, data em que se comemora os cinquenta anos da Revolução de 30.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1979, do Senador Itamar Franco, revogando a Lei número 6.593, de 21 de novembro de 1978, que "autoriza a alienação das ações da Federal de Seguros S.A. e dá outras providências", tendo

PARECERES, sob nºs 537 e 538, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Finanças, favorável.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo sua votação adiada por falta de *quorum*.

Em votação o projeto. (Pausa.)

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para encaminhar a votação.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Continuando não entendendo o desejo da nobre Maioria desta Casa em rejeitar o projeto, gostaria que constasse dos Anais da Casa que, no dia 8 de junho de 1979, o Ministro da Previdência e Assistência Social considerava um mau negócio, em razão do balanço patrimonial da empresa, a venda da companhia Federal de Seguros S.A.

Em discurso pronunciado no Senado Federal em 2 de maio de 1979, o Senador Humberto Lucena lembrava, entre outras coisas, o seguinte, Sr. Presidente — e eu chamaria a atenção da nobre Maioria da Casa:

"Enfatizava o Senador Jarbas Passarinho — Veja, Sr. Presidente, é o próprio Líder quem pretende que a sua Bancada vote contra o nosso projeto — :

"Criada pelo saudoso Presidente Castello Branco, a Federal de Seguros foi implantada ao meu tempo de Ministro do Trabalho e Previdência Social. Como se sabe, o Presidente nutria aversão nítida pela estatização da economia. Se ele se decidiu pela criação de uma companhia de seguros, para atuar no mercado, certamente foi porque achou que isso não conspirava contra a iniciativa privada. Ao contrário, de certo modo reforça-a, pois que proporciona comparação de administrações e, por outro lado, torna natural a obtenção de clientela estatal, sem que as seguradoras privadas sejam acusadas de jogo pouco ético, na disputa entre elas, dessa faixa do mercado."

Palavras do Senador Jarbas Passarinho.

No memorial enviado ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, o Diretor de Operações da Federal de Seguros, Coronel Virgínio Vargas Moreira Brasileiro, lembrava o seguinte:

Assim sendo, Exmº Sr. Ministro, desejamos enumerar e justificar os diferentes tipos de seguros que poderão vir ao encontro da solução de inúmeros problemas que o Governo Federal precisa ver equacionados:

1 — O seguro de crédito à exportação é de realização inadiável para que os exportadores brasileiros possam cooperar com segurança na incrementação das exportações, que trarão para o país o equilíbrio na balança de pagamentos. Somente a Federal de Seguros S.A. poderá realizar este tipo de seguro, porquanto as seguradoras privadas não o desejam, porque é gravoso e nem mesmo as de maior potencial assumiriam essa responsabilidade para auxiliar o Governo.

2 — O seguro de crédito rural é altamente necessário para que o Governo possa levar avante a sua meta prioritária de aumentar a produção para melhor combater a inflação. Somente a Federal de Seguros S. A. poderá garantir a sua realização, porque sendo gravoso também este tipo de seguro não interessa às empresas privadas, que só visam lucros próprios e nunca se sacrificariam em benefício da Pátria.

3 — O seguro de acidentes de trabalho, que heroicamente foi trazido para a área estatal, pelo então Ministro do Trabalho, o atual Líder do Senado, Senador Jarbas Passarinho, também poderá ser realizado pela Federal de Seguros S.A., contribuindo para que ela venha a se constituir em efetiva fonte de receita da Previdência Social.

4 — O seguro saúde, preconizado por V. Exª em seu programa ministerial, também só poderia ser efetivado por intermédio da Federal de Seguros S.A., uma vez que as seguradoras privadas jamais aceitariam tal encargo.

5 — O seguro educação, cujo pioneirismo é da Federal de Seguros S.A., precisará ser incrementado, pois tem caráter altamente social, porque ampara o jovem que prematuramente perde o chefe de sua família, assegurando a sua educação.

6 — A aposentadoria complementar para todos os Servidores Federais trará para tão dedicados funcionários uma melhor e maior tranquilidade em seu futuro.

Sr. Presidente, esse memorial foi enviado ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social. É difícil entender-se o posicionamento da Maioria, Maioria que dá sustentação ao Governo, quando nós verificamos que é o próprio Ministro da Previdência, do Partido do Governo, quem acha um mau negócio vender a Federal de Seguros S.A. O próprio Senador Jarbas Passarinho defendeu, não sei se hoje defende também, a Federal de Seguros.

De qualquer forma, Sr. Presidente, nós vamos continuar insistindo na defesa do nosso projeto, na defesa de um projeto que, entende a Oposição, é necessário.

E assim, Sr. Presidente, se o Senado quiser rejeitar o nosso projeto o fará com os votos da Maioria. Mas, enquanto estiver em plenário defendendo este projeto, solicitarei de V. Ex<sup>a</sup>, sempre, a verificação de *quorum*.

Vale ressaltar, também, Sr. Presidente, que pelo menos um Senador do Partido do Governo, o Senador Jutahy Magalhães, vai votar favoravelmente ao nosso projeto, porque entende S. Ex<sup>a</sup>, como nós outros, que este projeto atende aos interesses da Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Gabriel Hermes) — Em votação o projeto.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (PDS — PA) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, para encaminhar a votação.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (PDS — PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Agradeço ao Senador Itamar Franco a lembrança que S. Ex<sup>a</sup> traz, agora, aqui no Plenário, da posição por mim adotada no passado. Agradeço a S. Ex<sup>a</sup>, também, pretender colocar-me numa posição de incoerência diante do Senado Federal, no momento em que se vota esta matéria.

Disse S. Ex<sup>a</sup>, e eu ouvi, que agora, entretanto, dou ordens à minha Bancada para derrubar um projeto que corresponde a, no fundo, assassinar uma empresa que eu criei. Assim interpretei as palavras do nobre Senador Itamar Franco.

**O Sr. Itamar Franco** (PMDB — MG) — Frisei que hoje eu não sabia se o pensamento de V. Ex<sup>a</sup> era o mesmo. Aproveito o cochilo do Presidente para apartear V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (PDS — PA) — Qual é o esclarecimento?

**O Sr. Itamar Franco** (PMDB — MG) — O esclarecimento que presto a V. Ex<sup>a</sup>, apesar de ter olhado várias vezes para o nosso Presidente, é que eu tive o cuidado de dizer que não sabia que se hoje o pensamento de V. Ex<sup>a</sup> era o mesmo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (PDS — PA) — Eu olho para a Presidência porque, de um modo geral, estando obrigado a falar aqui, nesta primeira bancada, é natural que eu me volte para a Mesa.

**O Sr. Itamar Franco** (PMDB — MG) — V. Ex<sup>a</sup> sabe perfeitamente que estou contrariando o Regimento. Peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (PDS — PA) — A minha posição não mudou, nobre Senador Itamar Franco.

A lei foi criada pelo Presidente Castello Branco e foi implementada por mim, ao mesmo tempo em que eu fazia a implementação do Instituto Nacional de Previdência Social, ou seja, a unificação da Previdência.

Mais tarde, travei uma batalha, e esta sim não foi consequência de uma lei já votada, foi votada ao meu tempo e por inspiração nossa, graças a Deus muito bem recebida pelo Presidente Costa e Silva, que foi a incorporação do seguro de acidentes na Previdência Social. Esta, sim, é uma batalha de derrubar Ministros à vontade. Falava-se até em "caixinha" de 100 milhões de dólares para derrubar o projeto.

Finalmente, tive a alegria de verificar que o projeto passou, depois de uma tumultuada discussão e tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado da República.

De modo que a minha interpretação é a mesma. Implementei a lei porque me cabia fazê-lo. Mas não o fiz a contragosto, ao contrário, a implementação traduzia o meu pensamento também.

Acho que uma fatia do seguro pode perfeitamente caber a uma empresa estatal, especialmente quando esta fatia corresponde às empresas estatais. Como se sabe, na hora em que vão ser solicitadas a fazer o seu seguro em uma determinada companhia e não noutra, podem sofrer os efeitos altamente perniciosos dessa tentativa de captação de seguro. Razão pela qual acredito perfeitamente que esta posição é correta.

Mas, ao concordar com a posição do Governo, em primeiro lugar me coloco na posição de expressar o pensamento do Presidente da República e não fazer dele o meu liderado.

Segundo, não sendo questão de honra, eu não tenho por que renunciar à Liderança, diante de um fato desta natureza.

Terceiro, a afirmação que me é dada e aquela pela qual pretende o Governo aqui orientar a sua Bancada de Maioria, é que não significa, com isso, que ele esteja decidido a fazer a alienação. Apenas não abre mão da lei que lhe deu flexibilidade. Mas, tenho a segurança do Presidente Figueiredo de que não fará a alienação, pelo menos durante o seu Governo.

Razão pela qual me sinto à vontade, embora também preferisse ter a liberdade de um dos meus liderados para votar com o projeto de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana.) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

**O Sr. Itamar Franco** (PMDB — MG) — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana.) — A Mesa vai, durante dois minutos, tocar a campainha para chamar os Srs. Senadores a plenário. Se não houver número, não fará a verificação.

**O Sr. Itamar Franco** (PMDB — MG) — Eu só pediria respeitosamente a V. Ex<sup>a</sup> que então sempre adotasse esse critério: dois minutos de campanha em todos os projetos, e não apenas hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana.) — Pois não. Será uma questão de equidade, que é a primeira norma da Justiça.

*(A sessão é suspensa às 15 horas e 42 minutos e reaberta às 15 horas e 43 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Sendo notória a inexistência de número, a Mesa não fará a verificação de votação solicitada, ficando a matéria adiada para a próxima sessão, bem como as demais matérias em votação.

*São as seguintes as matérias cuja votação fica adiada.*

— 2 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo ao artigo 38, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, tendo

PARECERES, sob nºs 555 a 557, de 1980, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda que apresenta de nº 1-CCJ;

— de **Legislação Social**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável.

— 3 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1980, do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a necessidade de autorização legislativa específica para a criação, aumento ou redução de tributos, tendo

PARECER, sob nº 407, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

— 5 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 371, de 1979, do Senador Humberto Lucena, que regula o pagamento do laudêmio incidente nas transmissões financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação, tendo

PARECERES, sob nºs 472 e 473, de 1980, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Finanças**, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 332, de 1980, do Senador Humberto Lucena, de adiamento da discussão.)

— 6 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que altera o art. 14 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 375 a 377, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Tancredo Neves;
- de Economia, favorável; e
- de Finanças, favorável.

(Dependência da votação do Requerimento nº 335, de 1980, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Passaremos, pois, ao item 4.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1979 (nº 3.935/77, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 932 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, tendo

PARECER, sob nº 172, de 1980, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável.

Em discussão o projeto.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Como o Senador Paulo Brossard foi o autor do requerimento solicitando o adiamento desta matéria para uma discussão em sessão posterior, aguardo, então, que S. Ex<sup>a</sup> exponha o seu ponto de vista primeiro, para que eu possa fazê-lo em seguida, já que sou o Relator da matéria.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Vou ser breve nas considerações que farei a respeito do projeto cuja discussão agora vai ser realizada e encerrada.

O projeto que, aliás, é originário da Câmara dos Deputados, dá nova redação ao art. 923, do Código do Processo Civil. O referido art. diz assim:

“Art. 923. Na dependência do processo possessório, é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio.”

Não obsta, porém, a manutenção ou a reintegração na posse a alegação de domínio, ou de outro direito sobre a coisa, caso em que a posse será julgada em favor daquele a quem, evidentemente, pertencer o domínio.

Como se vê, pela nova redação, o art. 923 ficaria reduzido à primeira cláusula, suprimida a segunda.

Se de mim dependesse, Sr. Presidente, eu faria exatamente o contrário; eu proporia a supressão da primeira, e manteria a segunda, ainda que, a meu juízo, a manutenção da segunda fosse ociosa. Dizendo isso, estou a dizer que não faço objeção relativamente à segunda cláusula, mas me parece, sim, inaceitável a primeira. Por que estabelecer, como estabelece a lei atual, que na pendência do processo possessório é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar ação de reconhecimento de domínio, se, como nós sabemos, a relação possessória é distinta da relação de propriedade? É uma nada tem a ver com a outra, pelo menos pode deixar de ter.

Agora, o que não me parece acertado é proibir que a parte ajuíze uma ação de reconhecimento de domínio, que suponha o direito de propriedade, enquanto penda uma ação possessória que, exatamente por ser possessória, não interfere obrigatoriamente com o domínio. A posse pode se fundar em um direito pessoal. É o caso do contrato de locação. A posse pode se fundar em uma relação de direito real, que não a propriedade, é o caso do usufruto, do uso da habitação, é o caso da anticrese, em que o possuidor tem um título de posse, é titular do direito de posse, mas nada tem a ver e não nega, não discute a questão da propriedade.

De modo que não me parece razoável que se proíba alguém de discutir a propriedade, pelo fato de pender uma discussão sobre a posse.

Aliás, o Mestre Pontes de Miranda chama a atenção para os inconvenientes daí decorrentes ou que podem daí decorrer, que a pessoa que não tem direito algum ajuíze, uma ação possessória com a finalidade de impedir o ajuizamento da ação que diga respeito ao domínio ou propriedade da coisa.

Em verdade, faço estas reflexões em termos absolutamente teóricos, absolutos, uma vez que não é disto que o projeto cuida. O projeto cuida, em verdade, de suprimir a segunda cláusula do art. 923.

Eu perguntaria por que esta supressão, uma vez que continua em vigor o art. 505 do Código Civil?

Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, dispondo sobre a posse, diz o Código Civil no mencionado art. 505:

“Não obsta a manutenção, ou reintegração na posse, a alegação de domínio, ou de outro direito sobre a coisa. Não se deve, entretanto, julgar a posse em favor daquele a quem, evidentemente, não pertencer o domínio.”

No caso, é a lição de todos os autores, não apenas de todos os civilistas, mas também de numerosas decisões incluídas no Supremo Tribunal Federal, na hipótese em que os possuidores aleguem sê-lo a título de proprietário e porque proprietário.

De modo que, neste caso, embora se trate de uma ação possessória, o juiz não poderá deixar de aprofundar a análise até à relação dominical, para verificar, realmente, qual deles é titular do domínio, para verificar qual deles tem a posse, isto porque ambos alegam a sua condição de proprietário.

Pois bem. O que diz a segunda parte do art. 923 do Código do Processo, que agora vai ser suprimida, se aprovado o projeto, é o que está dito no art. 505 do Código Civil.

Por isto dizia eu que seria favorável a supressão da segunda parte, porque é uma repetição, com outras palavras e com outra forma, da regra de Direito Material.

Eram apenas estas, Sr. Presidente, as observações que desejava fazer a respeito desta matéria, que, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, é uma das mais interessantes no mundo do Direito Civil, a ponto de o nosso velho Mestre Clóvis Bevilacqua, no seu livro *Em Defesa do Projeto do Código Civil*, dizer que poucos assuntos tinham cativado, de tal maneira, a imaginação dos juristas quanto a posse e, da mesma forma, que poucos, como este, tinham resistido, de tal maneira, às penetrações da análise.

Só isto, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Continua em discussão o projeto.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Para discutir o projeto, concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, como ressaltou o eminente Senador Paulo Brossard, este projeto é originário da Câmara dos Deputados, onde foi apresentado pelo ilustre Deputado Erasmo Martins Pedro, que utilizou, para sua justificação, um brilhante estudo feito pelo eminente Jurista e Professor da Universidade do Rio de Janeiro, Simão Benjô, publicado no *Repertório Oficial de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*, sob o título *A Exceção de Domínio Perante o Código de Processo Civil*.

Esta matéria foi aprovada, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça.

Ocorre que, em junho último, o nobre Senador Paulo Brossard suscitou algumas dúvidas a respeito do cabimento deste projeto de lei, sobretudo para suprimir a parte final do art. 923 do Código de Processo Civil.

Sr. Presidente, eu, como autor do parecer, e como esta matéria é realmente complexa mas atrai a atenção dos juristas, detive-me, mais uma vez, na análise da dúvida suscitada pelo eminente Líder do PMDB.

Meditei acerca das objeções formuladas pelo nobre Senador Paulo Brossard, e, como S. Ex<sup>a</sup>, estou convencido de que se trata de matéria de alta indagação e exclusivamente atuante no campo do Direito.

Conclui S. Ex<sup>a</sup>, nessa ressalva que fez na discussão de matérias que, se na primeira parte do art. 923 estivesse registrado “no processo possessório”, invés de “na pendência do processo”, animar-se-ia a suprimir a primeira parte do artigo ou todo ele.

Vou tentar, Sr. Presidente, de maneira sucinta tanto quanto possível, quase didática, mostrar o grave equívoco em que incorre S. Ex<sup>a</sup> no exame desta matéria.

A discussão, entretanto, tal como posta na proposição e com a qual já me manifestei de acordo, refere-se à segunda parte, quer dizer, “não obsta, porém, à manutenção ou à reintegração na posse a alegação de domínio ou de outro direito sobre a coisa; caso em que a posse será julgada em favor daquele a quem evidentemente pertencer o domínio”.

A parte final reproduz o art. 505 do Código Civil, sendo reconhecida-mente assunto do Direito Material, não podendo figurar nas leis do processo. É evidente que na ação possessória não se pode discutir o domínio, pois posse e domínio não se confundem.

A propósito, Sérgio Sahione Fadel, nos *Comentários ao Código de Processo Civil*, diz claramente:

“Na pendência de ação possessória, e exatamente para não prejudicá-la (porque o juiz não decidirá contra o titular do domínio), veda-se a que se promova a ação de reconhecimento de domínio.

Assim, quem não era proprietário ao ser intentado e interdita-do possessório, não poderá vir a sê-lo, no curso da demanda, por força da sentença constitutiva da propriedade, posto que em processo autônomo “(Vol. V, pág. 51).

Parece-me, a mim que, quando o Código fala “na pendência do processo possessório”, ele quer significar “no processo possessório”, isto é, depois que a ação está operada. A partir desse momento, já que o pedido envolve a posse, mas não o título de propriedade, é defeso a ambas as partes palmilhar o reconhecimento do domínio. Este somente pode ser perseguido por via da ação petitoria, ou reivindicatória, porque nesta é que se reconhece o domínio.

É necessário que as leis de processo vedem a incursão sobre o domínio nas ações possessórias para não estabelecer aproximação entre o possessório e o petitorio. Entretanto, quando a posse é disputada a título de propriedade, é claro que não se deve atribuir a posse a quem evidentemente não é proprietário.

A propósito, Marcos Afonso Borges, ao tecer comentários do Código de Processo Civil, (Vol. V, pág. 138) diz o seguinte, referindo-se ao processualista José Frederico Marques:

“Primeiro — chamam-se petitorias as ações que têm por escopo a garantia e proteção da propriedade, e possessórias, as que colimam a defesa exclusivamente da posse.

Segundo — há incompatibilidade natural entre o petitorio e o possessório, do modo que estes dois pedidos não podem ser cumulados no mesmo processo e nem separadamente em processos diversos correr paralelamente.

Destes dois princípios podemos concluir o seguinte: a) sujeito ativo no petitorio não pode sê-lo no possessório, porque se neste é possuidor da coisa, não pode naquele reavê-la de si mesmo; b) o sujeito ativo no possessório não pode pleitear no petitorio, pois, para tanto é imprescindível não possuir a coisa; c) os julgados no petitorio impedem o possessório; d) aquilo que ficou decidido no possessório nenhum óbice causa ao petitorio, pois, embora vencido no possessório pode, ao depois, intentar o petitorio, o mesmo não acontecendo com o autor desistente do petitorio com relação ao possessório, pois desde que ajuizou a ação para reaver a coisa, demonstrou ter renunciado toda a aspiração à posse; f) não se decide acerca do domínio, quando é invocado como elemento de prova da posse; g) quando a posse é disputada por ambos os litigantes com fundamento do domínio, o juiz tem que julgá-la a favor de quem evidentemente pertencer o domínio (art. 505 do CC).

É o que dispõe o art. 505 do Código Civil, a que se referiu o nobre Senador Paulo Brossard: só nessa hipótese, quando a disputa, por ambos os litigantes, tem como fundamento o domínio.

Quem labuta no fórum sabe que, muitas vezes, na ação possessória, surge a alegação de domínio, embora não se levante a questão da propriedade. É para coibir tal procedimento que o Código de Processo inovou, nesta parte, com o art. 923 (1ª parte). No capítulo “Das Ações Possessórias”, o Código declara expressamente que o autor, nos casos dos interditos de recuperação e manutenção deve provar, unicamente:

- a) a sua posse;
- b) a turbação ou esbulho praticado pelo réu;
- c) a data da turbação ou do esbulho;
- d) a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção; a perda da posse, na ação de reintegração.

Não se fala, aí, em domínio, ou propriedade. Cogita o Código de posse, como imanação do direito de propriedade, mas, como disse alhures, o possuidor pode não ser proprietário, como no caso do locatário, enlaçado por uma relação jurídica “ex-locato”, mas que, nem por isso, pode ser perturbado pelo proprietário enquanto vigente o contrato em que se assenta a posse. Vezes sem conta o proprietário é vencido pelo possuidor, quando se discute a posse; não o será, jamais, só na ação se discutir a propriedade.

Meu pensamento, *data venia* do nobre Senador Paulo Brossard, ainda é pela supressão da parte final do art. 923, inserta já no Código Civil.

Mas, Sr. Presidente, e uso aqui da faculdade que o Regimento me concede, por ter sido o Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, a

única Comissão na qual transitou o projeto da Câmara, na oportunidade, desejo trazer ao conhecimento da Casa algumas observações extremamente judiciosas, que me parecem espancar qualquer dúvida a respeito da interpretação desta matéria.

Essas considerações foram feitas pelo eminente Professor Simon Benjó, da Universidade do Rio de Janeiro, autor do estudo a que já me referi, quando em carta agradeceu-me o parecer que emiti na Comissão de Constituição e Justiça, cuja cópia eu lhe havia enviado.

Leio as notas do Professor Simon Benjó:

Seu pronunciamento é irresponsável, calcado que se acha nas melhores lições do direito possessório, a par da lúcida contribuição trazida pessoalmente por V. Exª

No tocante às objeções apresentadas pelo ilustre Senador Brossard, tomo a liberdade de contrariá-las com os seguintes fundamentos:

1ª) Diz S. Exª, o Senador Brossard, que a parte que deveria ser retirada do artigo 923 do C. Proc. Civil, seria a primeira, que dispõe:

“Art. 923 Na pendência do processo possessório, é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento de domínio.”

Para S. Exª, a interpretação dessa norma levaria a admitir-se que, ajuizada uma ação possessória, enquanto ela não estivesse concluída, com trânsito em julgado, não poderia ser discutido o domínio da coisa, o que seria um absurdo, porque nada tem a ver a relação possessória com a relação de propriedade.

Mas, *data venia*, a objeção encontra repúdio em sua própria fundamentação: é exatamente porque a relação possessória nada tem a ver com a relação de propriedade que, enquanto a ação possessória não estiver definitivamente julgada, não se deverá admitir a propositura de uma segunda ação visando ao reconhecimento do domínio. Admitir-se a segunda ação, pendente a ação possessória, seria aceitar-se uma reconvenção especial, cuja procedência levaria a decidir-se pelo reconhecimento do direito de propriedade sobre a coisa e, portanto, do *direito de possuir (ius possidendi)*, que eliminaria a proteção possessória resultante do *ius possessionis* (A posse propriamente dita), no qual não se examina o aspecto da legalidade, e sim o exercício relativamente autônomo de um senhorio de fato sobre coisa apropriável.

Em outras palavras, seria admitir-se a exceção de domínio (*exceptio proprietatis*) na pendência de ação possessória. Processadas as duas ações simultaneamente, seriam elas julgadas numa só sentença, que, então, teria que ser favorável ao proprietário não possuidor, pois, como se sabe, a decisão na ação possessória tem caráter transitório: ela tem eficácia até que se decida a questão de domínio ou de direito sobre a coisa. Eliminada a primeira parte do artigo 923 do Código de Processo Civil, nunca o possuidor venceria uma ação possessória contra o apenas proprietário. O *ius possidendi* do proprietário prevaleceria sobre o *ius possessionis* do possuidor. Então: a procedência da ação de reivindicação, com base no artigo 524 do Cód. Civil, tornaria prejudicada, e, portanto, inviável a ação possessória.

Teríamos, assim, posto abaixo todo um trabalho de séculos de estudos em defesa da posse.

É preciso pensar, além do mais, em termos sociais, do momento. Há muitos possuidores que não têm título de domínio. Gente operosa, que, com suor e dignidade, trabalha a terra, da qual retira seu sustento. Imagine-se que, da noite para o dia, o proprietário resolva valer-se arbitrariamente de suas próprias razões e retirar o possuidor do seu canto de terra cultivado com sacrifício e dedicação: segundo a primeira parte do artigo 923 do Código de Processo Civil, o possuidor esbulhado propõe contra o proprietário esbulhador a ação de reintegração de posse e enquanto esta não for definitivamente julgada, o esbulhador não poderá vir com a ação de reconhecimento de domínio. Terá primeiro que sofrer as consequências de seu ato arbitrário, para que se não instale o regime da justiça por mãos próprias ou o império da lei do mais forte.

Trata-se de um princípio de direito processual, que aliás tem símile no estatuto processual, no tocante ao atentado: a sentença que julgar procedente a ação, ordenará o restabelecimento do estado anterior e a proibição de o réu falar nos autos até a purgação do atentado (C. Proc.

Civil; artigo 881).

Não há dúvida, portanto, da adequada localização da primeira parte do artigo 923 no Código de Processo Civil e de sua inteira pertinência.

2º) Precisamente porque na pendência do processo possessório não se deve intentar ação de reconhecimento de domínio é que não se pode aceitar a segunda parte do artigo 923 do Cód. Proc. Civil, que, contraditoriamente, admite a exceção de domínio:

"Art. 923. ...Não obsta, porém, à manutenção ou à reintegração na posse a alegação de domínio ou de outro direito sobre a coisa; caso em que a posse será julgada em favor daquele a quem evidentemente pertencer o domínio."

Aí está dito, embora com redação confusa, que, não obstante a ação de manutenção ou de reintegração na posse, se for alegado o domínio, a posse será julgada a favor daquele a quem evidentemente pertencer o domínio. Vale dizer: em ação possessória, se uma das partes provar apenas o domínio, vencerá a demanda, não obstante a outra prove sua posse.

Seria a vitória do *ius possidendi* (direito de possuir) sobre o *ius possessionis* (posse). O oposto da primeira parte do artigo 923 do Cód. Proc. Civil.

3º) Diz o ilustre Sen. Brossard que a segunda parte do artigo 923 do Código de Proc. Civil seria *mutatis mutandi* a regra constante da segunda parte do artigo 505 do Código Civil.

*Data venia*, não é bem assim.

A segunda parte do artigo 505 do C. Civil estabelece, apenas, um critério *negativo* sobre a apreciação da prova da posse. Havendo dúvida sobre quem seja o possuidor, por não terem as partes feito prova do exercício relativamente autônomo de um senhorio de fato sobre a coisa, presume-se possuidor quem pode ser o proprietário, afastando-se quem *evidentemente* não tiver o domínio.

É a lição de Pontes de Miranda, quando S. Ex.<sup>a</sup> invocou em outra passagem:

"O que a lei quer é que somente não vença, na dúvida sobre a posse, quem, evidentemente, não tem o domínio. Se A e B lutam pela posse e o juiz tem dúvida a respeito, mas A evidentemente não é o dono da coisa, prefere-se B, porque B é o dono, ou há probabilidade de ser o dono." (*Tratado de Direito Privado*, Tomo X, Ed. Borsir, R.J., 1955, § 1.117, p. 323).

Reconhecendo a hipótese de dúvida sobre a posse foi que, na interpretação da segunda parte do artigo 505 do Cód. Civil, a Súmula do Supremo Tribunal Federal, verbete nº 487, assentou:

"Será deferida a posse a quem, evidentemente, tiver o domínio, se com base neste for ela disputada."

Se houver disputa de posse com base no domínio, e não na posse propriamente dita, isto é, se houver discussão sobre o *direito de possuir* (*ius possidendi*) e não sobre a *posse* (*ius possessionis*), já não estará em jogo a prova da *posse* e sim do *domínio*. Então, vencerá o que fizer a prova de seu domínio evidente.

Tal pressuposto (*dúvida sobre a posse*) já não ocorre na regra contida na segunda parte do artigo 923 do Código de Processo Civil:

"... a posse será julgada em favor daquele a quem evidentemente pertencer o domínio."

Consagra-se, aí, um absurdo: a vitória indubitável da propriedade sobre a posse, em tema de ação possessória.

Tal disposição resulta de uma interpretação errônea do artigo 505, 2ª parte do Código Civil, como já advertia o consagrado Pontes de Miranda:

"Alguns intérpretes têm negligenciado, no estudo, a leitura da lei. Nela não se diz que "não se deve, entretanto, julgar a posse em favor de alguém se a outrem evidentemente pertence o domínio."

"A dúvida pode ser quanto à posse, não quanto ao domínio, por parte de ambos os figurantes, posto que possa haver dúvida quanto ao domínio de algum figurante se o outro evidentemente não é o titular do domínio. Aqui, a probabilidade a favor do figurante pesa para se decidirem quanto à posse, porque quanto ao domínio não se decide na ação possessória, ainda que se aplique o art. 505, 2ª parte. Razão por que é erro o juiz dizer que entrega a coisa a quem evidentemente é o dono, ou a quem pertence a coisa." (Ob. cit., p. 323).

Ora, se já se chegou a uma razoável interpretação da segunda parte do artigo 505 do Código Civil, relativamente à alegação de domínio (que deve ficar no campo do direito substantivo), por que

criar-se uma segunda regra, paralela, que textifica uma errônea interpretação daquela norma, justamente num Código de Processo Civil (artigo 923, 2ª parte), onde ela não tem qualquer pertinência?

É um erro de fundo e de colocação, que se impõe corrigir.

Creio, Sr. Presidente, que com estas razões que estou aduzindo, com a responsabilidade de Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, está perfeitamente justificado o parecer unanimemente aprovado por aquela egrégia Comissão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo mais quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão. A votação ficará adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faz quatro anos, foi em agosto de 76, *O Estado de S. Paulo*, em sucessivas publicações, fez relato impressionante, se bem que incompleto, do que ocorria na parte doméstica da alta administração, contendo, custeada com recursos públicos. Tratava-se do que se popularizou sob o nome de *mordomias*.

Encontrava eu no Rio Grande, quando da divulgação jornalística, e a respeito declarei que os fatos publicados eram bastantes para derrubar um governo, se responsabilidade existisse, e esta declaração desgostou, para não dizer que irritou, o governo e seus turiferários. Talvez fosse oportuno lembrar que estávamos sob o guante do AI-5 e qualquer coisa que irritasse os deuses do Planalto, e alguns deles no Planalto continuam, não amortalhados em púrpura como queria Renan a respeito dos deuses mortos, mas vivos, vivíssimos e perniciosos, tudo quanto os irritasse era motivo para as ameaças do arbítrio.

Aqui chegando, ocupei a tribuna na sessão de 9 de agosto, lembro-me bem, em ambiente de visível tensão, pois era perigoso falar nos vícios adquiridos pelo estamento superior da burocracia, afeita a pôr e dispor da coisa pública.

Observei então que o impressionante quadro revelado pelo jornal paulista seguramente não se formara de inopino; ele germinara, prosperara e se consolidara como efeito da expansão incontrastável do Executivo, transformado no Poder dos Poderes. Observei o caráter progressivo do flagelo, porque as suas dimensões caracterizavam verdadeiro flagelo.

Lembrei que vários Senadores haviam sido Ministros em vários governos — Gustavo Capanema, Cattete Pinheiro, Amaral Peixoto, Virgílio Távora e Franco Montoro — deixando de mencionar os do governo imediatamente anterior, e tinha a certeza de que nenhum jamais tivera domésticos pagos pelo erário, nem a sua alimentação corraera pelas verbas do orçamento.

Embora tivesse tido a preocupação de não aludir aos Ministros do governo imediatamente anterior ao do General Geisel, não se conteve o Sr. José Sarney, que a esse tempo ainda não alcançara a glória de ser o presidente do Maior Partido do Ocidente, e aparteou-me para reparar o que lhe parecera ser uma "injustiça" minha e asseverar que também os Srs. Jarbas Passarinho e Magalhães Pinto, quando Ministros, não haviam usufruído as regalias das mordomias. Aliás, mencionando os dois nomes, o Sr. José Sarney, não sei se por esquecimento, não sei se deliberadamente, omitiu o nome de outro Senador que também fora Ministro do mesmo governo. O certo é que o ilustre beletista se incumbiu de acentuar que a dissipação se instalara no governo Geisel, que naquele governo as mordomias haviam encontrado a sua consagração escandalosa; tão escandalosa que o jornalista Carlos Castello Branco aludira, à então, "crescente e alarmante concessão de privilégios à alta burocracia estadual", à "nova classe, que no poder se substituiu aos políticos, antigamente também acusados de transformarem prerrogativas em privilégios", concluindo que no governo Geisel, "a soma de privilégios adquiriu conotações de escândalo".

O fato serviu para mostrar, a toda evidência, a falta de autoridade de um governo autoritário, para demonstrar como os chamados governos fortes são de discutível fortaleza, senão se fraqueza palpável.

Isto porque o Decreto nº 75.321, de 29 de janeiro do ano anterior, 1975, classificara as residências vinculadas ao serviço público e estabelecera de forma peremptória:

"as unidades do tipo A (destinadas a Ministros de Estado) terão as despesas de manutenção e conservação a cargo do órgão ou entidade a que pertencerem, respeitado o previsto no respectivo orçamento, mas o preceito fora desrespeitado e descumprido pela

administração. Tanto assim que, passados seis meses da expedição do Decreto, Decreto obviamente do Presidente da República, o Ministro Chefe da Casa Civil expediu aviso-circular reservado, de nº 683, de 1º de agosto de 75, pelo qual, em nome do Presidente da República recomendava aos Ministros cumprissem o Decreto de janeiro..."

A linguagem desse aviso-circular é primorosa...

"chegou ao conhecimento do Presidente da República que tais prescrições (as do Decreto nº 75.321, de 29-01-75), apesar de taxativas, não vêm sendo observadas, pelo menos com o rigor que as boas normas da Administração Pública impõem.

Diante do exposto, incumbiu-me Sua Excelência de recomendar o assunto à especial atenção dos Senhores Ministros de Estado, com o objetivo, não só de reduzir em geral as chamadas despesas de mordomia, mas sobretudo de coibir sua extensão a unidades residenciais não classificadas no Tipo A."

Foram coibidos os abusos oficialmente reconhecidos? Os Ministros reprimidos passaram a obedecer o Decreto nº 75.321 depois do aviso-circular reservado de 1º de agosto de 75?

Todo o mundo sabe que não. Começa que Ministros assim repreensíveis pouco ligam para as boas normas de administração pública e Ministros que assim reprimidos Ministros continuaram pouca sensibilidade possuíam.

Tanto isto é certo que a 24 de maio de 76, outra circular, desta vez não reservada, com igual censura foi endereçada aos Ministros de Estado pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Nela se dizia, textualmente,

"Chega ao conhecimento do Presidente da República, entretanto, que tais prescrições, (as do Decreto nº 75.321) a despeito de sua clareza, não vêm sendo plenamente observadas, notadamente na área da Administração Indireta e fundações.

"À vista do exposto, o Senhor Presidente da República recomenda o assunto à especial atenção dos Senhores Ministros de Estado e determina sejam efetivamente coibidas as chamadas despesas de mordomia nas residências oficiais não classificadas no Tipo "A", promovendo-se a responsabilidade de quem as realize."

Desta forma, o descumprimento ao preceituado no Decreto presidencial nº 75.321, de 16 meses antes, era oficialmente registrado pela própria Presidência da República, que assim censurava, publicamente, os Ministros de Estado.

Melindraram-se os Ministros, publicamente reprimidos? Ninguém deu sinal disso. Sua sensibilidade nem de longe foi atingida. Da mesma forma, não se teve notícia de que alguém tivesse sido responsabilizado pelo abuso, como determinava a Circular, que o abuso envolvia uma ilegalidade.

Mas se os Ministros não se sentiram atingidos pela repreensão, conservando-se nos cargos, demitiu-os o Presidente? Ingênuas indagações.

Se o Decreto nº 75.321, de janeiro de 75, não fora observado, nem mesmo com as duas circulares admoestativas, uma de agosto de 75, outra de maio de 76, que fez o todo poderoso Presidente da República, o famoso autor do pacote de abril? Expediu outro Decreto, o Decreto nº 78.077, de 17 de julho de 76.

O novo Decreto dizia o que o anterior inutilmente prescrevera. Leio o seu art. 14:

"As despesas de mordomia serão custeadas pela Administração exclusivamente nas residências de Ministros de Estado (unidades tipo "A") e compreenderão o assalariamento de serviços, compra de alimentos e serviços de lavanderia."

A desobediência ao novo Decreto se pode aferir pelo quadro revelado pelo *O Estado de S. Paulo*: os abusos continuavam a multiplicar-se e no dia 4 de agosto daquele ano, quer dizer, depois da publicação do *Estado*, que começou dia 1º, nova circular, a de nº 8, era divulgada com o objetivo de suprimir os cartões de crédito que constituíam, leio a Circular, "PRÁTICA ABUSIVA, SEM QUALQUER AMPARO LEGAL".

Alguém respondeu pela "prática abusiva, sem qualquer amparo legal"?

Foi imensa e intensa a repercussão da matéria divulgada pelo *O Estado de S. Paulo* e, se bem lembrado estou, a resposta do Líder do Governo ao meu pronunciamento foi no sentido de afiançar que todas as medidas haviam sido tomadas para que os abusos cessassem.

Quatro anos são passados, Sr. Presidente, agosto de 76, agosto de 80. O Presidente é outro, o Ministro Chefe da Casa Civil é o mesmo.

Os abusos foram extirpados? Não, todo o mundo sabe que não, bem ao contrário, eles se expandiram, e o mesmo jornal, *O Estado de S. Paulo*, retomou

o assunto em sucessivas publicações. Na primeira delas, de 3 deste mês, assevera:

As "mordomias", como ficaram conhecidos os abusos que já vinham, de alguns anos atrás, provocaram perplexidade e indignação na opinião pública, defesas, justificativas e até reconhecimento de exageros, no Poder Executivo, além dos indefectíveis e inócuos protestos no Congresso e nos meios políticos. Registrou-se repercussão internacional, entre mil declarações de que seria tudo corrigido.

Decorridos quatro anos, a situação não é a mesma, em termos de "mordomias": piorou muito, pois quase todos os privilégios continuam, foram ampliados e, pior do que isso, acabaram institucionalizados, por força de costumes e de uma legislação cabalística gradativamente baixada pelo mesmo governo Geisel. O Presidente João Figueiredo já determinou diversas vezes uma revisão na realidade, a última ainda recentemente, em meio a mais um pacote de medidas de contenção do Ministro Delfim Netto. Visava, ao menos, corrigir os abusos verificados nas companhias estatais, da administração indireta. Não adiantou nada, como se verá, com relação a elas tanto quanto com a administração direta, igualmente aquinhoadas com o que pode haver de menos indicativo da crise econômica por que passamos.

Mansões de alto luxo colocadas à disposição não só dos ministros e altas autoridades, mas de secretários-gerais, chefes-de-gabinetes e uma infinidade de funcionários subalternos.

Noutra passagem, diz o jornal:

"A mordomia continua fazendo parte da rotina dos funcionários grados de toda a administração direta e dos quase seiscentos órgãos da administração indireta."

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Exª um aparte, nobre colega?

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Tenho a honra de ouvir o nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Mas nem tudo se perde. Há sempre alguém, pelo menos um, que acata as recomendações presidenciais. Lembro-me que, à época a que V. Exª se refere, os idos de 1976, um motorista do Superior Tribunal Militar foi punido por abusar do uso do carro oficial. Veja V. Exª que tenho razão: alguém ouviu as recomendações do Senhor Presidente da República.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Veja V. Exª, Sr. Presidente, pelo depoimento que nos dá o nobre Senador pelas Alagoas, de que, quando daquelas publicações, um motorista foi punido. Graças sejam dadas aos Céus, Sr. Presidente, Srs. Senadores!

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — É uma honra ouvir o aparte do eminente Líder da Maioria.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Eu, em regra, lastimo interromper o discurso de V. Exª, prefiro ouvi-lo sempre, mesmo que isso traduza um certo sentido masoquista do Líder da Maioria. Mas acho que quando V. Exª afirma que, no novo Governo, os abusos se expandiram — e o fez lendo, creio que uma citação de editorial — e que essa situação ficou hoje muito pior do que era, endossa um exagero, *data venia*. Nós ainda temos bem presente o primeiro discurso de V. Exª a esse respeito, as reportagens do *O Estado de S. Paulo*, àquela altura, e, aliás, de outros jornais, quando a Nação se deu conta de que, a título de trazer talentos para a administração pública, tinha havido evidentemente excessos em termos de salário auxiliar ou *fringe wage*, como chamam os tecnocratas. Lembro-me bem que uma das coisas que foram corrigidas, desde logo, foi a possibilidade de utilizar cartões de crédito para viagens, para hospedagens, para qualquer tipo de despesa entre a residência oficial ou pou-sadas eventuais. Não creio que isto esteja sendo utilizado agora e a prova fundamental está na diferença entre os dois tempos — eu não diria entre os dois governos, mas entre os dois tempos — que a segunda série de reportagens do *O Estado de S. Paulo* produziu um fruto peço, a tal ponto que para poder caracterizar novamente esses abusos, agora já foi a reportagem que, por seu turno, também, cometeu, aqui e acolá, os seus excessos. Uma prova está no próprio caso do Senhor Presidente da República, cuja casa foi dada como tendo dezenas de cômodos, como sendo vestida em mármore, inclusive o galpão para churrasco, que Sua Excelência oferece às pessoas que convida — e eu já

tive oportunidade de duas vezes ser convidado lá, e acredito mesmo, nobre Senador Paulo Brossard, que em relação a muitas mansões que se encontram nos lagos de Brasília, no norte e no sul, até não se poderá dizer que a comparação com as instalações do Presidente sejam luxuosas. E vou mais longe. Sua Excelência mesmo apontando para o madeirame do galpão, que não é forrado, ainda disse: "Esta madeira, paguei-a eu do meu bolso." Então, veja V. Exª que neste instante, talvez à falta de munição maior, utilizou-se até a distorção para tentar chegar ao mesmo efeito que se chegou àquele ano em que V. Exª, pela primeira vez, usou a tribuna para profligar essa constante utilização de dinheiros públicos de um modo que, realmente, nos parece que merece crítica, e tanto merece que os próprios Presidentes foram os primeiros interessados em coibi-la. O Senhor Presidente João Figueiredo mesmo declara que ele iria tomar medidas mais enérgicas, como uma questão só de natureza moral, porque, na verdade, os exemplos que tinham sido trazidos, como disse, aqui e acolá, mostravam-se extremamente fracos para permitir uma acusação candente.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Pelo que entendi do aparte do nobre Senador Líderes do Governo, a situação não teria piorado ou, pelo menos, não teria piorado muito.

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA)** — Mas é muito claro. Quando se diz que as providências foram tomadas? Não, não foram tomadas. Melhorou? Não, ao contrário, piorou. Quer dizer, a impressão é que em relação aos abusos o que houve foi maior leniência, maior permissibilidade para que essas coisas todas se fizessem. Eu entendo o alcance do raciocínio de V. Exª, que estou acostumado a vê-lo jogar xadrez e não ping-pong. Sei que V. Exª está com dois lances à frente, e já dirá a mim que, neste caso, não foi coibido aquilo que como abuso foi reconhecido. Bem, é fácil. Admitamos, sobretudo em relação a determinadas empresas de administração direta ou indireta, que elas já tenham, pelo tempo em que isto ocorre, incorporado ao salário dos seus servidores o aluguel da casa que ele não paga, e que tivesse subitamente que eliminar isto, como agora correu a notícia de que seria decisão do Presidente da República. O fato, que seria ineludível, é que provavelmente a administração perderia um grande número de bons servidores, porque eles não aceitariam essa regressão. O que não é tolerância com o abuso, é caracterizar que um servidor de segundo escalão, V. Exª situou bem aí na leitura da Lei, não teria esse direito, teria direito a uma casa no lago com piscina. A partir desse momento, então, talvez isso fosse considerado, ao tempo do Presidente Ernesto Geisel, a forma de atrair, como disse, esses talentos para a administração pública. Fora disso eles teriam que...

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — E que talentos!

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA)** — Há muitos talentos.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — É verdade.

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA)** — Há muitos de talento. Há homens aos quais nós, V. Exª e eu, como brasileiros ficamos a dever serviços.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Não nego. Deve haver, nobre Senador. Mas que talentos são alguns deles!

Até porque não poderia ajuizar a respeito de todos, porque a todos não conheço e não formularia um juízo que a todos atingisse.

Sr. Presidente, prossigo dizendo que se o mesmo jornal, *O Estado de S. Paulo*, foi exato ao registrar as palavras, o Sr. Vice-Presidente da República, o Professor Aureliano Chaves, referindo-se a essas mordomias, teria dito: "São ilegais e abusivas".

Mas vou continuar dizendo que segundo *O Estado de S. Paulo*, os abusos continuam, inclusive nas viagens para o exterior; hospedagem em hotéis de alto luxo, refeições em restaurantes sofisticados da Europa, até contas de boates. Tudo se inscreve nas mordomias da administração direta e indireta. Aliás pelo que tenho ouvido dizer, os abusos maiores são cometidos, exatamente, na chamada administração indireta; nesse quase que incontável número de órgãos criados, mais de 500 já foram inventariados, e chegou a ser criado um órgão próprio no Ministério do Planejamento para cuidar desta empresa que, quando em quando, aparecem como sendo portadoras de dívidas, inclusive no exterior, de cifras exageradamente altas — e, neste setor, ao que se diz, têm ocorridos abusos os mais clamorosos.

Mas continuo, Sr. Presidente.

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA)** — V. Exª permitiria uma nova interrupção?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Com prazer.

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA)** — Pela alta responsabilidade do jornal a que V. Exª se reporta, essa denúncia de conta de boate obriga o jor-

nal, naturalmente, a não deixar essa suspeição se fazer de maneira generalizada e fluida, mas ao contrário, concreta e individualizada. Porque quanto a falar de hospedagens em hotéis de luxo ou que seja, isso, evidentemente, é uma matéria que pode ser discutida com maior franqueza em relação às pessoas que, como nós, Senadores e Deputados, que viajamos ao exterior e que temos e recebemos ajuda de custo para isso, utilizamos dessa ajuda de acordo com a nossa conveniência. Se um Ministro de Estado ganha uma ajuda de custo de 150 ou 180 dólares por dia, no caso é uma diária, não uma ajuda de custo, e se ele vai se hospedar numa "espelunca" ele será, no mínimo, um avaro. Está, inclusive comprometendo a própria dignidade pessoal. Se ele, entretanto, recebe, além daquilo que ele deveria receber no nível da sua representação, há aí então um ponto a ser corrigido. Já não entendo é uma despesa em boate. E duvido que o Presidente da República tivesse disposto a coonestar despesas como tais. De maneira que, como V. Exª tem sido sempre um grande portavoze de *O Estado de S. Paulo*, nesta Casa, para a leitura de seus editoriais e pela responsabilidade de V. Exª acrescenta-se em dobro à candência da denúncia, eu pediria através de V. Exª que o jornal citasse o fato concretamente. Era um serviço que prestaria, naturalmente, à Administração Pública.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — O seu requerimento está formulado em público. De modo que não há necessidade de que eu o encaminhe à direção do jornal *O Estado de S. Paulo*.

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA)** — Não. Espero que V. Exª defira.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Deferido de plano e do qual, aliás, não sou senão um leitor, nada mais do que isso.

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA)** — Não. Um pouco mais.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Tanto quanto V. Exª

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA)** — Um pouco mais. V. Exª não o lê de maneira neutra; V. Exª lê, evidentemente, porque serve ao discurso de V. Exª a citação. Por isso eu disse dobra o efeito.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Sr. Presidente é claro, que quando eu concordo com um juízo exarado por um jornal eu o adoto. O que não quer dizer que concordo com todos os conceitos emitidos pelo importante jornal paulista.

Mas, vou prosseguir, Sr. Presidente, lembrando que não faz muito o Senhor Presidente da República dizia que era necessário nos capacitássemos, os brasileiros, de que o Brasil é um país pobre, e em outra oportunidade aludiu a uma economia de guerra.

O que se passa na alta administração condiz com as palavras presidenciais? Podem elas produzir algum resultado no espírito público quando os atos oficiais as contradizem aberta e frontalmente?

Outro dia, Sr. Presidente, o Líder do Governo nesta Casa, e todos sabem a segurança com que S. Exª enuncia o seu pensamento, falava acerca do que se poderia fazer de modo "A EVITAR UMA ENORME CONVULSÃO SOCIAL". Não lhe bastou aludir à possibilidade de "uma convulsão social", mas entendeu de falar em "uma enorme convulsão social".

Esta foi a frase derradeira de um discurso proferido aqui, em sessão que eu infelizmente cá não me encontrava.

Procedendo como procede, com "o esbanjamento ostensivo e agressivo do dinheiro público", para servir-me aqui de editorial do *Jornal do Brasil*, tem o Governo aquela autoridade necessária para enfrentar essa situação que ameaça desaguar em "enorme convulsão social", para repetir a advertência do ilustre Senador Jarbas Passarinho.

A propósito das publicações de agora do *O Estado de S. Paulo*, disse o Sr. Saíd Farhat que o Conselho de Desenvolvimento Econômico vai discutir sugestões para eliminar "os abusos das mordomias oficiais".

Em face dos antecedentes, pode alguém dar crédito à palavra do ilustre Ministro, que, obviamente, fala em nome do Governo? Esta a indagação que deixo à reflexão dos eminentes colegas. Eu me limito a indagar em que país o secretário particular do Presidente da República ocupa uma morada presidencial, em que País, Sr. Presidente? Pois, como todo mundo sabe, faz anos, o secretário particular do Presidente da República, do antigo e do atual, por sinal o mesmo afortunado cavalheiro, faz o sacrifício de residir num dos palácios presidenciais...

Encerro, Sr. Presidente, lendo dois ou três tópicos de editorial do *O Estado de S. Paulo*, a propósito desta matéria, por ele antes divulgada:

"Já não estamos nos idos de 1976, em que o fausto das "mordomias" se explicasse apenas pelo exercício solitário do poder. Chegamos, na prática, às portas de uma crise de confiança nos respon-

sáveis diretos pelo rumo da administração, que alcança também os seus beneficiários e se desdobra numa espiral infinita, pois todos parecem estar à cata de regalias e benesses. O governo continua fechado no seu círculo privado e nele faz a sua vida própria, simulando que ela é a vida da Nação inteira. Cada vez mais, o povo tem menos "mordomias". Cada vez mais, o governo e seus "superfuncionários" ampliam e aumentam as suas próprias "mordomias".

Há quatro anos, dizíamos que, para se chegar ao usufruto absurdo das "mordomias", tinham sido necessários anos de apatia da opinião e da omissão dos que têm o dever de falar ou de agir para que o gozo de situações paralegais, ou ilegais, se convertesse em praxe passivamente admitida por todos. Hoje, pode-se repetir o comentário, sem temor a erro, pelo simples fato de que a história se repete, ou se apresenta em cena como novo ato de uma tragédia que, irresponsavelmente, busca persistir como coisa perene e intocável.

E mais adiante:

Levados ao poder em nome de uma tecnocracia que, com suas habilidades, tenta compensar a falta de respaldo e apoio popular que os governantes não possuem — por não terem a investidura derivada do voto livre da Nação — os "superfuncionários" criaram, de si mesmos, a imagem de "salvadores" dos que os convocaram ao poder. Neste mar navegam, neste mar continuam pondo a flutuar este Titanic luxuoso e imenso de seus privilégios.

"Com tudo isso, querem que a Nação não seja cética e pessimista? Querem que os brasileiros confiem em quem os governa? A confiança, que já não nasceu da escolha dos governantes, só pode ser conquistada pelo exemplo de austeridade e retidão. Apesar de tudo, a Nação, porém, continua a esperar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Começo a corresponder ao discurso do nobre Senador Paulo Brossard, precisamente pelo editorial que S. Ex<sup>a</sup> acaba de ler em grande parte.

Note-se bem o que se contém no editorial nesta passagem, passagem aliás que foi enfaticamente lida pelo nobre Líder da Oposição. Assim diz:

"Há quatro anos, dizíamos que, para se chegar ao usufruto absurdo das "mordomias", tinham sido necessários anos de apatia da opinião e da omissão dos que têm o dever de falar ou de agir para que o gozo de situações paralegais, ou ilegais, se convertesse em praxe passivamente admitida por todos."

Ao discursar, ainda há pouco, o nobre Líder da Oposição, chamava a atenção para o fato de que no seu primeiro discurso-denúncia, feito aqui nesta Casa, ele se reservara, por uma questão tática, o direito de não citar os Ministros do Governo imediatamente anterior. Lembrou S. Ex<sup>a</sup> que o nobre Senador José Sarney veio em defesa de alguns dos Ministros do ex-Presidente Médici, entre eles eu. Lembro-me de que, posteriormente inclusive, tive oportunidade de salientar, e a Casa sabe da verdade que isto traduz, que a mordomia não era existente, a não ser, se não estou equivocado, para o Ministro das Relações Exteriores e para um Ministro mais, creio que o do Interior, que dispunham de verba para a mordomia nos orçamentos dos seus Ministérios. Mas era uma verba limitada à manutenção da Casa, do próprio nacional, oferecido ao Ministro de Estado, na Península dos Ministros, para morar. Como eu, no meu caso, não utilizava a casa, nela não morava, e permaneci durante sete anos morando num apartamento que me coubera adquirir pelo Senado da República, é evidente que a mim não cabia senão agradecer ao Senador José Sarney e a defesa que fez, defesa aliás que não merecia talvez este nome, pois que o nobre Senador Paulo Brossard a nós não se referia.

Mas, ao dar o aparte a S. Ex<sup>a</sup> que pensava, com isso, encerrar a matéria por hoje, salientei que pela primeira vez, talvez nos Governos sucessivos revolucionários, ao tempo do Presidente Geisel, se entendesse que, para a dinamização da Administração Pública, era preciso trazer salários adicionais, formas de atrair aqueles talentos a que me referi e que S. Ex<sup>a</sup> o nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, pôs cuidadosamente aspas no vocábulo.

A prova fundamental, Sr. Presidente, de que técnicos de valor servem ao Serviço Público de maneira a perder dinheiro, nós a temos, nós que passamos pelo Serviço Público e aqueles que queremos analisar a questão com isenção.

Não tenho dúvida de que hoje mesmo, como ontem, no Governo Geisel, haveria e haverá Ministros de Estado, Secretários-Gerais, Chefes de Gabinetes e assessores que, muitas vezes, pagam para servir. E pagam na medida em que deixam de ganhar o que ganhavam lá fora e vêm trazer uma contribuição para o Serviço Público. De maneira que acho, Sr. Presidente, que é perfeitamente justo que se profligue o erro e, sobretudo, aqueles que cometem o erro, mas não de modo a dar a aparência de que se trata de um imenso hedonismo neste País, que todos estão a fruir o gozo do poder e, além do gozo do poder, as vantagens ilegítimas ou paralegais a que se refere *O Estado de S. Paulo*, para beneficiar uma determinada nova classe que aqui estaria também caracterizada.

Os excessos, os erros, que são perfeitamente previsíveis, embora não absolutíveis, esses devem ser condenados.

Mas quando se fala que se passaram 4 anos, foram necessários 4 anos de apatia, quero salientar que precisamente no Governo Médici, tão atacado aqui nestas duas Casas, porque durante o seu período se deu também a censura à Imprensa, que aliás vinha ainda do fim do Governo Costa e Silva, desde a edição do AI-5, não havendo as mordomias, não havia razão para acreditar que era o silêncio da Imprensa que teria levado a essa apatia, porque com o Governo Geisel, como sabemos, ele começou a fazer, gradualmente, e até com uma aceleração bastante apreciável, a devolução aos órgãos de Imprensa brasileiros o seu direito de expressar o seu pensamento.

Então, não foram 4 anos de apatia que levaram a isto. Eu não sei qual seria a idéia exata do jornal, mas se o objetivo fosse caracterizar um governo autoritário, e como tal, levando a apatia da opinião pública, o argumento não prosperaria e não prosperaria na medida exatamente em que a denúncia se fez num governo que abriu à Imprensa a possibilidade de crítica.

O que há, no meu entender, é uma vocação intrínseca de determinadas pessoas para abusarem do poder. E isso todos nós devemos fiscalizar. E é do maior interesse do Governo que se fiscalize. De modo que quando a Imprensa traz, como o trouxe de novo *O Estado de S. Paulo* à baila o problema das mordomias, ela presta um serviço ao Governo. Mas presta um serviço até o ponto em que o Governo tem o direito de separar as coisas.

Se estivéssemos, aqui, vendo em Brasília um festival de absurdos, uma vida hedonística, em que todos estivessem apenas, como eu disse ainda há pouco, fruindo o poder e aquilo que o poder não lhe permite, então, sim, nós teríamos o dever de reconhecer que estamos ofendendo a pobreza brasileira, que estamos ofendendo a dignidade nacional.

Mas, a mim me parece, Sr. Presidente, que este é um tema que está sendo retomado com evidente sinal de volta a alguma coisa que tinha, no passado recente, causado grandes efeitos e que talvez valesse a pena tentar obtê-los de novo. Ao apartear o nobre Senador pela Oposição salientei que, inclusive, alguns exemplos colocados eram flagrantemente injustos, o que, no meu entender, prova, exatamente, a falta de substância que, entretanto, sobrou há alguns anos.

Mas eu me pergunto, Sr. Presidente — e aqui mesmo já tive oportunidade de dar explicações ao nobre Líder Paulo Brossard — até que ponto as injustiças que se façam não podem ser também extremamente nefastas ao recrutamento posterior de brasileiros capazes para o Serviço Público, quando uma pessoa se pergunta a si própria se vale a pena vir servir na área pública, às vezes, por um salário nominal mais baixo do que pode ter nas empresas que prosperam neste País. Este País cresceu, indiscutivelmente, e é fora de qualquer dúvida que é a oitava economia do mundo capitalista. Isso gerou oportunidade a que os administradores brasileiros, os gerentes, os *managers*, pudessem ser pagos de uma maneira tão bem remunerada que o nobre Senador por São Paulo, Franco Montoro, vive a situar a diferença entre o salário máximo e o salário mínimo como sendo um espanto, um escândalo. Na Alemanha, seria a diferença apenas de 7, enquanto que a nossa diferença seria de 40 ou 50, quando não se pode, evidentemente, comparar uma economia madura com uma economia em plena expansão como é a economia brasileira.

O nobre Senador Paulo Brossard já emprestou a sua voz respeitável nesta Casa para criticar, aqui, o Ministro das Minas e Energia; aliás, para fazer uma indagação retífico. E eu tive posteriormente a tarefa de, como Líder do Governo, mostrar a S. Ex<sup>a</sup> que aquilo que parecia um absurdo era, afinal de contas, a despesa orçamentada, empenhada, com seis empregados de uma casa que o Ministro ocupa porque lhe é destinada. Se fossem 60 empregados, se fosse uma casa que vivesse a dar festas retumbantes, banquetes que ofendessem a dignidade nacional, a pobreza brasileira, eu entendo, e eu não me permitiria, de como Líder de Governo, ocupar a Tribuna para defender.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Nobre Senador, que a despesa era prevista no orçamento, não há dúvida. Aliás, os dados por mim obtidos o foram através das páginas do Diário Oficial. Mas, já que V. Ex<sup>a</sup> lembrou

aquele fato, eu lembraria que fiz uma indagação mais geral a respeito dos demais Ministros e não obtive resposta.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Não, eu trouxe posteriormente, aqui; até me escusei, nobre Senador, de voltar ao assunto, porque me pareceu, primeiro, que não correspondia à grandeza de V. Ex<sup>a</sup>. O assunto era pequeno. Segundo, porque o Ministro, ao defender-se, mostrava que ele era até dos que estavam na média daquelas despesas realizadas. Então, não me cabia, em seguida, voltar ao assunto com V. Ex<sup>a</sup>, mas achei que V. Ex<sup>a</sup> estava sendo o orador de uma matéria que não estava muito à altura, da tradição de V. Ex<sup>a</sup>, que nos honrou esta Casa, tratando dos temas mais elevados e que, começava a me obrigar a dizer quanto o Ministro tinha que pagar por uma cozinheira, por uma arrumadeira e por um jardineiro da sua casa. Senti-me constrangido de responder isso a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — Como os abusos acostumam, nobre Senador...

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Não, não acostumam.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — Tornam-se familiares e depois já não fazem mais moossa...

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Não, não acostumam. Admitamos uma casa, como a que V. Ex<sup>a</sup> conhece, que é na península dos Ministros, uma casa com um determinado número de cômodos, talvez maior do que aquela de que se acusou o Presidente da República de possuir. A casa que eu frequentava aos domingos, que era do Ministro da Educação, que recebi nestas condições do ilustre Senador Tarso Dutra, modestissimamente mobiliada, esta casa, depois que se construíram as novas, parecia de certo modo a casa do encarregado da faxina da nova casa construída. Houve, realmente, uma melhoria de circunstâncias para o *status* de Ministro.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — V. Ex<sup>a</sup> está prestando um valioso depoimento.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Certo, e sei intencionalmente porque o faço.

Preside-nos, agora, o nobre Senador Luiz Tarso, que foi Ministro da Justiça deste Estado e foi Ministro Chefe da Casa Civil. Ao tempo de S. Ex<sup>a</sup>, não havia também as mordomias. Entretanto, à proporção que o Governo foi se desenvolvendo nesta Capital, algumas coisas surgiram, como vimos, nos tempos passados, a UDN atacar tão duramente o Presidente Juscelino Kubitschek, porque dava vantagens aos moradores de Brasília — a dobradinha, que era objeto das mais fulgurantes e veementes acusações do Sr. Carlos Lacerda em seu jornal. Era uma implantação de uma capital. Implantava-se a capital.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — Se me permite, nobre Senador, a situação é diferente e, ao que sei, aquela medida, certa ou não, parece-me que era inteiramente defensável, dada à excepcionalidade da situação criada. Mas, era uma medida de caráter geral. Pelo menos é o que eu entendo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Geral em termos. A dobradinha era, em geral, para os funcionários públicos. Entretanto, nobre Senador Paulo Brossard, eu, que cheguei a esta Casa em 1967 apenas, sei que houve Congressistas que, ao chegarem antes, receberam apartamentos funcionais e, posteriormente, por decisão do Congresso, esses apartamentos foram vendidos aos seus ocupantes, o que criou problemas para os próximos que chegaram. V. Ex<sup>a</sup> diz que as situações são diferentes. É evidente que são diferentes, as disposições eram outras, os anos distanciavam-se entre Juscelino Kubitschek e os dias de hoje com quatorze ou vinte anos de diferença. E, naquela época, o que acontecia? Eu, quando cheguei, tive um apartamento para morar. Achei que era um auxílio que o Governo prestava ao Poder Legislativo, porque, sendo esta cidade, juntamente com Nova Iorque, aquela de aluguel mais caro do mundo, está entre as duas de aluguel mais caro do mundo, o Senador ou o Deputado ao chegarem a esta cidade, se tivessem de alugar apartamentos condizentes com sua situação de representante do povo no Congresso, teriam, provavelmente, de despender uma larga parcela de seus subsídios políticos. Posteriormente, voltamos aos apartamentos funcionais e foi negada a venda. Acho correto. No entanto, se formos comparar situações antigas, quem foi Senador no Rio de Janeiro, quem foi Deputado no Rio de Janeiro, não tinha apartamento funcional. São circunstâncias próprias de Brasília, e o Congresso acha isso correto, e é correto, no meu entender. A única diferença, para mim, está entre o erro em si e o exagero que se comete, quando se transforma esse erro numa espécie de generalização de abuso, de exibição, de exibição que seria até obscena, em relação à pobreza brasileira.

Já existe, não sei se é o processo de delação, se é um processo de fiscalização, cada um, sob a sua ótica, que diga como quiser, de tal modo difundido

que todas as ações que os homens públicos praticam, de uns anos para cá, principalmente de 1964 para cá, são acompanhadas, são perquiridas, são investigadas, são lançadas à Nação brasileira como sendo prova do abuso do poder, como sendo este mar que navegam a flutuar, gozando a vida. A *dolce vita* estaria, então, nos altos funcionários do Estado.

Não ignoro, nobre Senador Paulo Brossard, a delicadeza do que estou dizendo; não ignoro que ao me voltar para fazer uma aceitação, apenas parcial, de um editorial como este que V. Ex<sup>a</sup> leu, eu mesmo incorro nas críticas imediatas do jornal. Mas, trata-se de um grande jornal.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, vou dizer, como disse há 4 anos, aqui, eu admitia que, naquelas reportagens, houvesse inexatidões, até porque não é fácil fazer um levantamento desta natureza. E o que disse então, digo em relação às de agora, até pela dificuldade de fazer um levantamento.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Mas, isso devemos a um comportamento que não é comum, e o de V. Ex<sup>a</sup> não é um comportamento comum. A bravura pessoal, o desassombro que V. Ex<sup>a</sup> agora reafirma, eu, infelizmente, não vejo como um fato comum na discussão política brasileira. V. Ex<sup>a</sup>, várias vezes, já me deu esse exemplo. Exemplo do alto respeito que tem, não apenas por V. Ex<sup>a</sup> mesmo, como pela instituição que representa. Isso não tenho dúvida.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — É um dever nosso.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Mas, é uma questão muito pessoal. Transfiro isso para o geral. E, no geral, o que vejo, entretanto, é que, quando colocamos objeções, reparos, naquilo que nos parece exagero, exacerbação da crítica, estamos, desde logo, envolvidos.

Veja V. Ex<sup>a</sup>, vou lembrar, para tristeza minha, que, quando V. Ex<sup>a</sup> me obrigou, de algum modo, a tratar do assunto, porque o fez na qualidade de Líder da Oposição e eu, como Líder do Governo, precisava mostrar aqui as razões do Ministro das Minas e Energia, um grande jornal brasileiro, o *Jornal do Brasil*, um jornal que, pessoalmente, aprecio muito, publicava, numa página de destaque, um telegrama meu para o Ministro das Minas e Energia, para dizer que eu estava, na verdade, numa contraprestação de serviços. Seria infame, uma coisa torpe. Publicava um *fac simile* de um telegrama meu para o Ministro César Cals, em que eu agradecia a S. Ex<sup>a</sup> a nomeação de um engenheiro, que não estava desempregado, pertencia ao quadro da SUDAM, para uma função de confiança, no Estado do Pará, que era o de chefe da sucursal, da agência do Departamento Nacional de Águas e Energias. Uma coisa absolutamente normal. Era um cargo de confiança, que o Ministro podia nomear quem lhe aprouvesse. Fiz a indicação de um engenheiro qualificado. O jornal, infelizmente, publicou o meu telegrama num *fac simile*, o que o público, ao ler o *fac simile*, diria: "Aqui está a prova do crime; está a prova da subserviência e do comprometimento do Sr. Jarbas Passarinho, porque julgamos por aparência. E ainda havia uma deliciosa legenda em baixo da fotografia do *fac simile*, que eu, realmente, prestei minha homenagem à inteligência, embora duramente atingido por ela. O telegrama era de agosto e, então, a legenda dizia: "O Senhor é grato ao Ministro desde agosto". O que é realmente diabolicamente perfeito, muito inteligentemente feito, mas não podia me apresentar como praticando um crime nesta Nação, sendo eu Líder do Governo, para pedir uma função mínima, aliás, que dobrava o vencimento do engenheiro. Era uma função, naquela altura, paga 30 e poucos mil cruzeiros por mês, e dizia que eu era grato por um emprego de 70 mil cruzeiros. Isto é que acredito que é profundamente nefasto ao homem público. Quantos de nós apenas não se queixa de ser objeto, muitas vezes, de acusações, de interpretações equivocadas, o que nos coloca numa situação de desânimo momentâneo, graças a Deus, mas de desânimo em relação ao prosseguimento de uma vida pública.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — É verdade.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte. Talvez, o que me parecesse mais difícil de eu responder ao nobre Senador Paulo Brossard seria em relação à figura do Secretário do Presidente da República. V. Ex<sup>a</sup> disse, não sem um certo exagero verbal, que o afortunado cavalheiro — como V. Ex<sup>a</sup> chamou — ocupa um dos palácios de Brasília. Quem ouve V. Ex<sup>a</sup> falar e não conhece Brasília há de pensar que existe um palácio feericamente iluminado.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — Já a iluminação vai por conta de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Estou fazendo a visualização da palavra de V. Ex<sup>a</sup>

Então, do que se trata? O Presidente da República, como todos sabemos, tem, como residência oficial, o Palácio da Alvorada. Como o Palácio da Al-

vorada é belo para ver e péssimo para nele morar, os Presidentes da República, a partir do Presidente Médici, deixaram de morar no Palácio da Alvorada e se transferiram para granjas, com um conforto, evidentemente, compatível com a situação de um Presidente da República. Uma delas é a Granja do Riacho Fundo — a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu aqui, em 1975. Como o Presidente Figueiredo ficou no local que ele ocupava já como Ministro de dois Governos anteriores, a granja foi cedida ao Secretário particular para morar, porque ela é destinada ao Presidente da República como morada alternativa. Dir-se-á que é um excesso do Presidente, de generosidade. Admito. Admito até que se possa dizer isso. Desculpe-me se a frase é justa. Mas, o que me fez sobretudo, assomar a esta tribuna imediatamente após o verbo, como sempre tão cintilante do nobre Senador Paulo Brossard, foi apenas para salientar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa posição em que realmente me coloco. Sinto que é perigoso, extremamente perigoso, que se dê a impressão ao grande público ávido, inclusive, de coisas dessa natureza, de que esta é uma Nação, como no passado outras houve, em que a nobreza ou os donatários do poder esbanjavam riquezas, exibiam luxo, ofendendo até, como disse, a dignidade da pobreza nacional, esquecidos de que isso poderia gerar uma grave convulsão social.

Mas, já que fui citado pessoalmente pelo nobre Senador Paulo Brossard, quero dizer que a minha expressão não tem nenhuma articulação com este pensamento...

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) —** Não. Eu é que fiz...

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) —** ... V. Ex<sup>a</sup> é que o fez, a minha expressão foi em relação ao que estou vendo, ao que estou sabendo. Há certas atitudes das Oposições, de alguns de seus segmentos, que levam a fazer um caldo de cultura de todas essas dificuldades, de todas essas injustiças que são pertinentes à sociedade em que vivemos, para gerar a revolta. Há pessoas com alta responsabilidade, em determinadas comunidades, que incitam à invasão de propriedade; por exemplo. Ontem, ao vir do Nordeste, tomei conhecimento, Sr. Presidente, estarecido — e dito a mim por um hierarca da Igreja Católica, meu amigo — que há padres de uma determinada região do Nordeste que não aceitam levar à pia batismal, como padrinho ou madrinha de um pobre, quem pobre não seja.

Um exemplo concreto: a esposa de um prefeito de uma determinada cidade do interior de Sergipe foi recusada pelo padre para ser madrinha em um batizado, porque ela representava a categoria dos opressores. É uma interpretação inteiramente absurda da eleição que a Igreja Católica sempre teve pelos pobres, e é uma violência contra a palavra papal.

Neste sentido, dirigi-me ao nobre Senador Roberto Saturnino, quando S. Ex<sup>a</sup>, com muito espírito público, falou que éramos todos convocados para sairmos da dificuldade em que estamos, quando eu disse que a economia capitalista mundial está doente — não é apenas a brasileira, é a mundial.

E ainda hoje vi o nobre Líder do Partido Popular usar da tribuna para querer criticar o Ministro Delfim Netto, com apartes fartos por parte da Bancada da Oposição, quando o Senador Aloysio Chaves deu um aparte, pela nossa Bancada, a S. Ex<sup>a</sup>.

Quando se fala que o petróleo desorganiza a economia brasileira, passa-se, agora, a ser desacreditado. O petróleo passou a ser utilizado, segundo alguns, como bode expiatório pelo Governo, para justificar a sua incompetência. Mas, quando dizemos essa pequenina coisa, que desafia qualquer contestação: estamos pagando por mês o que pagávamos por um ano inteiro pela conta do petróleo por quase a mesma quantidade de petróleo importado, há pessoas que não se comovem.

Ora, Sr. Presidente, em 1973, exportávamos seis bilhões e fração de dólares, e importávamos seis bilhões de uma fração menor, tivemos um superávit. Um décimo da nossa exportação pagava a conta de petróleo, quando agora vamos exportar 20 bilhões de dólares, o que ano passado se dizia que era um sonho, era efeito de um visionarismo, e desses 20 milhões de dólares vamos tirar 50% para pagar 960 mil barris de petróleo por dia, quando antes pagávamos por 800 mil barris por dia, é evidente que estamos diante de um fato concreto, mas do qual não se vê a consequência crítica em relação aos produtores de petróleo. Estes não são objeto de nenhuma crítica. Quando eles aumentam o petróleo em 12 meses, em 15 meses para ser mais justo, em 137% isso é considerado perfeitamente natural, mas quando a gasolina aumenta, isto é considerado uma violência do Governo, como se o Governo fosse o produtor do petróleo e dos derivados.

Ontem ainda, ao assistir a esse debate na televisão, vi o nobre Senador Franco Montoro falar — e com ele naturalmente teremos oportunidade aqui de discutir — dizendo que, algo em que ele me deu a impressão, a gasolina crescia três mil vezes mais do que o preço do petróleo. Já discutimos esta questão aqui inclusive com o Senador Itamar Franco e com outros. Absoluta-

mente não é assim, Sr. Presidente. Não sei se a expressão dele foi três mil vezes.

**O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) —** Trinta dólares o barril e cento e tantos dólares gasolina.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) —** Bem, isso depois que ele fez a comparação, exatamente como me lembra o Senador Aloysio Chaves. O Senador José Lins já exibiu aqui os documentos, a prova documental, que aprova por excelência várias vezes. Já tive oportunidade de provar. A questão é que quando foi feito um cálculo, aqui, por parte da Oposição, levou-se em consideração apenas a diferença de crescimento do preço de petróleo, e não se levou paralelamente a diferença de câmbio. Multiplicados os valores, tivemos, que guardo isso de valores absolutos, o aumento do preço dos derivados de petróleo ficou da ordem, por exemplo, de 2.300, entre os dois anos considerados, enquanto o aumento do petróleo, encontrado no seu preço e o risco cambial, foi de 2.900 vezes mais, e a gasolina que aparece acima com 3.000. Ora, a gasolina que é o único derivado de petróleo mais caro, que subsidia o óleo diesel, o óleo combustível, esta ficava quase no limite do aumento de preços que nos foi imposto, e não temos como sair dele.

Algumas pessoas falam: por que o Brasil não se alia a outros para fazer a OPEP dos minérios, para fazer a OPEP dos alimentos? Ora, Sr. Presidente, se o mercado mundial nos permitisse isso, era fácil. A questão é que quando nós entramos no minério e falamos em minério de ferro, nós temos que fazer um imenso esforço para colocar nossa produção, porque lá está a Austrália, juntinho de um dos grandes compradores, que é o Japão, oferecendo condições tão favoráveis quanto a nossa, ou melhores. Quando falamos em grãos, negar-se que houve uma supersafra este ano, é negar o óbvio, porque é só comparar o número de grãos às toneladas obtidas antes e as toneladas obtidas agora. O que houve foi paralelamente um grande consumo nacional. Mas se nega tudo isso.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) —** Com muito prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) —** Eu lhe fiz algum requerimento há algum tempo a respeito, já que V. Ex<sup>a</sup> falou, e ...

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) —** V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) —** ... gostaria de renovar esse requerimento. V. Ex<sup>a</sup> me prometeu, dizendo que o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo não via nenhum inconveniente na divulgação da estrutura do preço, mas que dependia do Ministro das Minas e Energia e até agora isto não foi feito. Por quê?

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) —** Não, V. Ex<sup>a</sup> que é sempre tão zeloso para com a verdade, V. Ex<sup>a</sup> naturalmente, de propósito não citou o fato porque é confidencial. Realmente, levei a V. Ex<sup>a</sup> em caráter confidencial as explicações do Conselho e, sendo confidencial, V. Ex<sup>a</sup> não poderia usá-las.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) —** E digo a V. Ex<sup>a</sup>, não usei, guardei.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) —** E guardou, o que é melhor, guardou e, o que é raro entre nós, não vazou. De maneira que V. Ex<sup>a</sup>, por isso...

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) —** Ainda, graças a Deus, não me utilizei dos dados que V. Ex<sup>a</sup> confidencialmente me deu. Porque, não pedi em caráter confidencial. E, de mais a mais, quer me parecer que um assunto dessa natureza não tem por quê ser confidencial.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) —** Partilho do ponto de vista de V. Ex<sup>a</sup> e já disse isso, não em privado, mas de público.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) —** De modo que eu renovo o pedido.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) —** Eu renovarei junto ao Ministro a solicitação, a que me foi dada em caráter muito pessoal para dar conhecimento a V. Ex<sup>a</sup> que o Governo não teria o que esconder. Mas, não era, talvez, tão fácil dar uma explicação a toda a opinião pública, dos dados que, com maior facilidade, eu poderia dar ao Senador Brossard. Propus a V. Ex<sup>a</sup> essa forma intermediária.

**O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) —** Permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) —** Ouço o nobre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Inicialmente, quero colaborar com V. Ex<sup>a</sup> e sugerir uma retificação na qualificação de supersafra: não, a última safra — já provei aqui nesta Casa — foi boa, mas não foi super. O próprio Ministro do Planejamento reconhece isto. Para colaborar, é o Líder do Governo que está falando, e eu quero colaborar.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — É a palavra de V. Ex<sup>a</sup> é sempre bastante criteriosa, e eu a respeito muito. Mas, a informação que tive, recebida da Agricultura e, sem discrepância do Planejamento, é que realmente chama-se supersafra, chamou-se supersafra quando se comparou a tonelagem obtida dos grãos, com a tonelagem até aqui obtida em qualquer safra brasileira. Teria sido a maior safra de toda a história. E ainda ontem, se não estou equivocado, o Ministro Delfim Netto expressou isto, na televisão: a maior safra de todos os tempos.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Mas, nobre Senador, me permite?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Agora, se é super ou hiper, eu não discuto.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — É claro. É que, nos últimos anos, houve uma acentuada frustração de safra.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Perfeito. Certo.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — De modo que a safra deste ano foi realmente boa, bem melhor do que as anteriores. Mas, eu participo do ponto de vista do Senador Evelásio Vieira.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Senador Paulo Brossard, eu digo a V. Ex<sup>a</sup> e ao nobre Senador Evelásio Vieira exatamente o que vou-me repetir, e que será cansativo; a informação obtida não é em relação aos últimos 3 anos, porque os últimos 3 anos foram frustrantes. A informação obtida se refere a uma série histórica das safras brasileiras de agricultura, o que até certo ponto eu entendo que deva ser pelo crescimento, até pelo crescimento da fronteira agrícola brasileira. Mas levaria na devida consideração a advertência feita pelo meu ilustre colega por Santa Catarina.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — A outra observação: foi feita uma previsão pelo Governo, de chegarmos a 20 bilhões nas exportações. Quando o Governo fez essa previsão, nesta Casa, ninguém da Oposição contestou. Ninguém. Agora, é preciso que se diga que chegamos a 20 bilhões de dólares porque houve uma desvalorização muito grande da nossa moeda. E hoje nós estamos entregando nossas matérias-primas, especialmente minério de ferro, praticamente de graça; e esse ponto de vista, inclusive, já foi aqui sustentado pelo representante do Estado do Pará, Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Quem pôs em dúvida o montante das exportações foi o Ministro Rischbieter.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Perdão, nós discutiremos — e estou até ávido em fazê-lo — as declarações do Ministro Rischbieter que, na sexta-feira, se não me engano, foram lembradas aqui pelo Senador Humberto Lucena, quando eu estava ausente. Pretendo provar que essas declarações estão sendo utilizadas de maneira equivocada, e tenho os documentos do próprio ex-Ministro.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Permita-me, nobre Senador? (Assentimento do orador.) É quando me ocupei da análise da Mensagem Presidencial, tive ocasião de dizer que, dependendo das circunstâncias, atingiríamos ou não; o tempo diria.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Creio que durante todo este discurso desataviado eu não falei, em nenhum momento, em que da bancada de Oposição partiram declarações; disse que houve declarações, e houve várias, públicas, e públicas porque foram publicadas em jornal.

Agora, concordo apenas em parte com o nobre Senador Evelásio que uma desvalorização de 30% da moeda brasileira tornou mais competitiva a nossa capacidade de exportar, mas não significa que isso dê 20 bilhões de dólares. Aí não. Aí não influi na desvalorização, influi sim na importação, porque a partir desse momento ficamos com o valor...

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Aí se reflete negativamente, mas nos criou condições.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Exato. Agora, veja V. Ex<sup>a</sup>; dizer que estamos entregando minério quase de graça, qual seria o argumento, e isto é que me agrada no Senado da República, é porque aqui nós debatemos, aqui nós argumentamos, e isto me parece que é parlamento. Por exemplo, V. Ex<sup>a</sup> diz que o minério está sendo entregue praticamente de graça,

a isso o próprio Senador Gabriel Hermes se referiu. Ora, o minério tem um preço, no mundo; aí há vantagens e desvantagens de determinadas situações. Por exemplo, quando o então Capitão Janary Nunes fez o acordo com a ICO-MI, no Brasil, que por seu turno associou-se, se não me engano, à Bethlém Steel, na época, para a venda do manganês do Amapá, foi ele acusado por alguns nacionalistas equivocados, epidérmicos, de estar vendendo o minério brasileiro de graça. Dois ou três anos depois de entrar em execução o projeto do manganês do Amapá, o que se provou? Se nós não tivéssemos tido associação com o sócio americano não teríamos condições de continuar vendendo manganês, porque o Gabão, ex-francês, entrou no mercado o volume de ofertas foi de tal ordem, depois da independência daquele país, que ele envileceu completamente os preços. Se nós não tivéssemos 49% de sociedade com o comprador do manganês, que fazia siderurgia, não teríamos continuado vendendo.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Esse é outro problema.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Outro problema. Vamos ao outro: minério de ferro, que é aquele a que se referiu o nobre Senador Gabriel Hermes. Acabei de mostrar, e V. Ex<sup>a</sup> sabe, como estudioso da matéria, que um grande comprador de minério de ferro é exatamente o Japão. O Japão não tem recursos naturais, mas tem tecnologia, tem inteligência, tem desenvolvimento de ciências, então ele é um dos grandes produtores de aço do mundo. Como podemos nós competir com a Austrália? Apenas pela melhoria do nosso minério em relação ao teor do australiano, e levando a imensa vantagem do custo de transferência, porque a Austrália está vizinha ao Japão, nós temos que transferir com milhares e milhares de quilômetros a navegar.

De maneira que se somos obrigados a vender por um preço mais baixo é porque só este preço é capaz de competir com o preço do australiano no Japão. E a mesma coisa se dá no mercado mundial da Europa, como dos Estados Unidos, não vendemos abaixo do custo do preço mundial; não estamos causando *dumping* e não estamos envilecendo o preço, estamos é condicionados a uma economia externa, que é aquela que comanda este processo.

De modo que é uma ilusão pensar que eu posso impôr o preço de minério de ferro aos clientes que têm possibilidades, alternativas enormes de comprar onde lhes aprouver. É diferente do petróleo.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Permite V. Ex<sup>a</sup>?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Com prazer.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Não fosse a nossa dívida externa tão gigantesca nós não teríamos necessidade de exportar, não precisaríamos exportar essas matérias-primas, praticamente poderíamos retê-las para vendê-las já como bens úteis, daqui a 5 ou 10 anos. Nós poderíamos, no momento, aumentar a exportação do soja, de outros produtos, que temos preços competitivos no mercado externo, se estivéssemos trilhando um caminho econômico correto.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — V. Ex<sup>a</sup> fez uma crítica e me parece que definitiva, que por isso mesmo ela merece o imediato reparo do Líder do Governo. V. Ex<sup>a</sup> começou por uma condicional: se não tivéssemos uma dívida externa tão grande. Então, por que chegamos a uma dívida externa? Permita V. Ex<sup>a</sup>, com o respeito que lhe tenho e a fraternidade que nos une, que eu use uma frase um pouco mais jocosa: na minha terra, no Pará, se diz: "Se meu pai fosse vivo, se não tivesse morrido", diante dos fatos que são irrecusáveis. E para não fazer nenhuma homenagem pessoal ao Conselheiro Acácio, eu diria que o Conselheiro Acácio definiu como ninguém que "imprevisível é tudo aquilo que não se pode prever".

Mas, veja V. Ex<sup>a</sup>: quer V. Ex<sup>a</sup> uma coisa e quer o seu contrário. V. Ex<sup>a</sup> acha que podíamos não ter tido essa dívida externa. Ora, Senador Evelásio Vieira, era fatal que teríamos a dívida externa.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Não era não.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Era fatal, não havia alternativa alguma, quando em 1973 — lá vou eu tocar no mesmo assunto e correr o mesmo risco — quando em 1973 para 1974, repito, o primeiro acréscimo de petróleo foi quatro vezes mais. Se V. Ex<sup>a</sup> tivesse a responsabilidade, por exemplo, que uma dona-de-casa tem, de gerir o orçamento doméstico, V. Ex<sup>a</sup> haveria de perguntar a esta dona-de-casa, por exemplo: quanto paga com eletricidade, com gás de cozinha etc. Ela talvez dissesse: pago 10% do orçamento; e subitamente o gás de cozinha desaparecesse, e a eletricidade também, a menos que V. Ex<sup>a</sup> tivesse que pagar quatro, cinco ou seis vezes mais. Aí a dona de casa poderia dizer que iria usar vela, iria usar candeeiro, teria al-

ternativas; não usaria o gás, usaria até o fogão a lenha, e automaticamente reordenaria o seu orçamento. Mas, no caso brasileiro, para aplicar essa imagem — e peço desculpas, por isso chula, chula no sentido de que não é das mais altas — para fazermos isto nós parariamos os automóveis, os caminhões, os aviões, parariamos tudo. Por quê? Por uma razão muito simples, e aí graças a Deus o Governo Médici deixou seis bilhões de dólares de reserva. Eu me lembro aqui que, ao debater com o meu querido colega Senador Luiz Cavalcante, eu contrário ao contrato de risco e S. Ex<sup>a</sup> a favor, eu mostrava que era uma esperança inócua, porque S. Ex<sup>a</sup> dizia que o contrato de risco traria para nós, desde logo, a garantia de parar, tamponar essa sangria. E eu mostrava a S. Ex<sup>a</sup> que nós levaríamos, na melhor das hipóteses, de quatro a seis anos, se tivéssemos petróleo para descobrir e explorar o petróleo. Ora, nós não tínhamos capacidade, àquela altura, senão de fazer exatamente o que fizemos: gastamos um pouco da nossa reserva para cobrir o déficit de conta-corrente, que não tínhamos como compensar. E só se compensa um déficit de conta-corrente de três maneiras — não há no mundo inteiro uma quarta maneira —: ou se vai buscar um capital estrangeiro para se inverter no país como investimento de risco, ou se vai buscar esse capital como empréstimos, ou se lança mão da poupança nacional. Não conheço nenhuma notícia de economia, sobre qualquer outra alternativa.

De maneira que vamos discutir com V. Ex<sup>a</sup> se o Governo estava certo ou errado quando tomou a dívida que devia tomar, não apenas como muitos países do terceiro mundo continuam fazendo e atacados pelo FMI, e que, no entanto, salvou o Brasil recebendo mais débitos para poder pagar apenas o seu déficit, isto é, eles fazem mais empréstimos para poder pagar o déficit, e, no caso brasileiro, fizemos empréstimo para comprar o tempo. Hoje, se temos — como ainda ontem dizia o Ministro —, uma dívida estrondosa — e já aumento simples, pois agora há a facilidade de aumentar bilhão, bilhão passou a ser unidade de citação, bilhão de dólares — então, passou para 60 bilhões. E o Ministro mostrou que deveremos terminar o ano com 55 bilhões de dólares, o que me parece que é bastante expressivo quando se compara o crescimento acelerado dos últimos anos, com o deste ano.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Pois não. Concluo só a frase. E S. Ex<sup>a</sup> dizia, entretanto é preciso comparar o débito nosso, quando se compara o débito da Argentina, o débito do Peru, que foi apresentado por um dos debatedores, com quê? Com o Produto Nacional Bruto do Peru, com o Produto Nacional Bruto do Brasil. Certa vez, neste plenário, nobre Senador, — já lhe concederei o aparte — causei até hilaridade com um aparte, porque falava sobre o crescimento da dívida externa e disse: “Não posso dever 5 milhões de cruzeiros. Na hora em que eu dever 5 milhões de cruzeiros, estou falido, ou pior, não sei até se vou para a cadeia.” Mas o Senador Magalhães Pinto, que presidia a sessão, disse: “Este pode dever 5 vezes 5”. E não haverá problema porque a capacidade de dever dele não é a minha; ele tem um patrimônio que eu não tenho. Cada um deve como pode. Agora, pergunto eu; qual é o sintoma imediato da gravidade da nossa dívida externa? Não estamos pagando, ou estamos pagando? Estamos pagando. Estamos pagando pontualmente? Pontualmente. Estamos pagando o preço pelo qual contratamos? Estamos pagando o preço pelo qual contratamos.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — O tema central do discurso do Senador Paulo Brossard foi a ação perdulária do Governo. O grande problema nosso é que estamos nesta situação difícil, com esse endividamento externo grandioso, em razão dos recursos que fomos buscar na poupança externa para projetos grandiosos acima da capacidade do País dos quais, alguns — não digo vários — já foram desativados. Não fora isso, não teríamos um crescimento tão grande do item de serviços, não estaríamos nesta situação de dificuldade, porque com o petróleo e a importação de matérias-primas essenciais, ainda teríamos, pelas exportações, nas condições atuais, um *superavit*. Mas não o temos porque o setor de serviços é o grande problema nosso — e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso — principalmente, não só com os empréstimos, como com a compra da tecnologia externa.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Veja bem, nobre Senador Evelásio Vieira, como é oportuno discutirmos isso. Talvez, para alguns, seja cansativo; para nós, não está sendo. Mas, o que mais me impressiona na Oposição é que ela deseja um fato e o seu recíproco, ou seja, aquilo e o seu contrário. A Oposição desejaria, por exemplo, que todos os homens fossem solteiros e todas as mulheres fossem casadas. É impossível conciliar as duas coisas.

O Sr. Evelásio Vieira (PMDB — SC) — V. Ex<sup>a</sup> é inteligente.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — V. Ex<sup>a</sup> diz que não deveríamos tomar empréstimos. Mas, se não tomássemos empréstimos e não

mantivéssemos o crescimento do mercado interno a nível de 6% ao ano, V. Ex<sup>a</sup> estaria a nos acusar...

O Sr. Evelásio Vieira (PMDB — SC) — Naquelas prioridades, não em obras.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Aí que o meu colega, Senador José Lins, pediu que V. Ex<sup>a</sup> citasse as obras que foram desativadas...

O Sr. Evelásio Vieira (PMDB — SC) — Eu cito já.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — ... e que justificasse os 50 bilhões de dólares. Veja bem, logo em seguida, com a pauta de importações do ano de 1979 para 1980. No mesmo período, o que nós vemos? Enquanto o petróleo subiu, como eu disse, cerca de 100%, o restante da pauta de importações, onde não há supérfluos, subiu 5%. Vamos já ser atacados pela Oposição de estar provocando recessão no mercado interno brasileiro e, conseqüentemente, desemprego. A Oposição quer que cresça e que não cresça, que dê emprego e, ao mesmo tempo, que não haja crescimento da tomada de dinheiro da poupança externa, que não permite isso.

O Sr. Evelásio Vieira (PMDB — SC) — Quero citar as obras desativadas: Rodovia Perimetral Norte — rodovia desativada.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Essa não teve nenhuma significação na dívida externa.

Já ao tempo do Presidente Médici, a Rodovia Perimetral, que é na minha terra, já tinha recebido instruções para ser desenvolvida com aceleração mínima, e continua com aceleração mínima.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Não.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Nobre Senador, é no meu Estado...

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Eu tenho ido inclusive, lá.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — V. Ex<sup>a</sup> esteve no Jari, não foi?

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Não. Estive, inclusive, percorrendo todo o trajeto da Rodovia Panamericana, ligando Manaus à Venezuela, onde não temos intercâmbio comercial praticamente, a não ser no transporte de leite da Venezuela para Boa Vista.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Então, não é a Perimetral Norte.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Estou citando uma outra.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Bom, então deixemos a Perimetral Norte e vamos agora, para Manaus — Caracará; de Manaus, Caracará, Santa Helena...

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — E a Ferrovia do Aço?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ah! A Ferrovia do Aço... Esse é o prato de eleição da Bancada Oriental...

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — A ferrovia dos 1.000 dias...

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — E a Transamazônica, que está abandonada? Posso provar a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Chegaremos lá. Não sei a quem respondo. Por hierarquia, devo responder ao Líder; por delicadeza, devo responder ao Senador que estava com a palavra, o Senador por Santa Catarina.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Nobre Senador Jarbas Passarinho, estou citando outras: a construção da Rodovia da Madeira, mais de oitocentos quilômetros, paralela ao rio, navegável o ano todo, é mais uma ação perdulária. Nobre Senador, o grave erro foi de nós, ao mesmo tempo, iniciarmos esses projetos grandiosos sem termos capacidade. Não foi só no setor de rodovias, mas também no da energia nuclear, da Ferrovia do Aço, da Rodovia dos Imigrantes, a construção de Itaipu, de Tucuruí, de Carajás. São grandes projetos simultaneamente, sem termos capacidade; tivemos que recorrer à poupança externa e os juros, hoje, são elevados. V. Ex<sup>a</sup> diz que o Brasil está resgatando em dia seus compromissos. Por que está fazendo novos empréstimos a juros elevados?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — É o *roll-over*, que qualquer país faz. Seria tola a pessoa que tem possibilidade de tomar dinheiro em condições favoráveis, e não o faz.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Mas estamos tomando para pagar dívidas.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — É apenas o *roll-over*; o resto, estamos pagando como devemos pagar e na medida exata de nossas possibilidades. Veja V. Ex<sup>a</sup> que se o seu argumento estivesse preciso, a nossa dívida estaria crescendo ainda em escala geométrica, e ela parou a aceleração: 50 bilhões se diz hoje, 60 bilhos, 65 bilhões e se pretende chegar aos 55 bilhões no final do ano. Nós chegaremos à conta-corrente. O que talvez nos agrave, no momento, é precisamente a esperança de concluirmos o ano de 1980 com equilíbrio na balança de pagamentos, entre importação e exportação, importação menos exportação igual a zero. Seriam, por exemplo, 20 bilhões de exportação e 20 bilhões de importação.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — V. Ex<sup>a</sup> está trocando, isso é balança comercial.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Não, é a balança de pagamentos, é a comercial; a outra é conta-corrente. Então, aqui neste caso, eu teria possibilidade de fazer 20 bilhões contra 20 bilhões, igual a 0. Estamos com 2 bilhões de *deficit* até hoje; espera-se que ele se mantenha aí, ou até seja reduzido. Espera-se, por quê? Porque vamos até, provavelmente, a 21 bilhões e 600 milhões de dólares; vamos passar 1 bilhão e 600 milhões além da expectativa de exportação e, ainda assim — V. Ex<sup>a</sup> vai rir de mim —, foi o petróleo que comeu toda essa parcela. Então, como o petróleo desequilibra a balança comercial, a balança de pagamentos, neste caso, exportação menos importação, nós tivemos um fato real. Não podemos invadir o Irã, invadir o Iraque, que nos oferecem 35 bilhões, por causa disso. Ao contrário, temos é que pedir que eles continuem nos ofertando petróleo. Não há como fugir disso.

Agora, veja V. Ex<sup>a</sup>: paralelamente a isso, temos ou não pontos alternativos? Perseguimos ou não pontos alternativos? Perseguimos!

A bancada de V. Ex<sup>a</sup>, e muitas vezes o nobre Senador Teotônio Vilela, que ainda pertencia à minha Bancada, quando fez essas críticas e posteriormente muito aplaudido por V. Ex<sup>a</sup> — aliás, esses aplausos têm diminuído. Tenho registrado isso, não deve ser muito grato. (Pausa.)

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Não apoiado!

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Eu parei para esperar o “não apoiado” de V. Ex<sup>a</sup>

A Casa era repleta, quando falava o nobre Senador Teotônio Vilela, quando pertencia ao meu Partido. A Oposição, em peso, comparecia e trazia reforço da Câmara, figuras notáveis apareciam na tribuna de honra e S. Ex<sup>a</sup> era fartamente recompensado pela sua bravura de dissidente.

Não quero chegar a determinadas revelações, que não cabem. Mas, ainda há poucos dias, quando vim aqui assistir parte do discurso do Senador Teotônio Vilela éramos, talvez, cinco ou seis no Plenário. Então, aquela acusação de que a ARENA se afastava e fugia, quando o Senador falava, agora seguramente caiu. Aí entendo; é rotina de Oposição.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Depende do dia.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ele passou a ser um homem de Oposição igual a outros. Ao passo que, no nosso tempo, era simpático que ele fosse o “enfant terrible” do nosso arrajal. Batem-se palmas mais facilmente.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Senador Jarbas Passarinho, perdoe-me V. Ex<sup>a</sup>, estranho o registro que faz a propósito desse episódio, e vou dizer por quê. Porque quando o nobre Senador Teotônio Vilela, que aqui não se encontra...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Bom! Esse ponto é expletivo.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — ...pertencia à ARENA, a chamada Bancada do Governo se ausentava sistematicamente e acintosamente do Plenário. Primeiro registro.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Analisaremos esse registro.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — V. Ex<sup>a</sup> diz que, na última vez, havia tantos Senadores. Eu não os contei. Eu estava aqui e V. Ex<sup>a</sup> aliás não estava, só chegou da metade para o fim.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Eu disse claramente: “quando assisti a parte de seu discurso”.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — V. Ex<sup>a</sup> sabe perfeitamente que há ocasiões, como hoje, em que o número de Senadores presentes à Sessão

não é grande, de modo que nem por milagre. Discurso que não tem nada de extraordinário. Eu não gosto de dizer que há malícia nesta ou naquela declaração, mas creio que neste momento V. Ex<sup>a</sup> foi pelo menos injusto em relação a um fato rotineiro da vida parlamentar.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Entre ser injusto e malicioso, eu não tenho escolha, qualquer das duas que V. Ex<sup>a</sup> escolha não me atinge. Mas eu vou voltar, como me salientou há momentos o nobre Senador Aloysio Chaves. V. Ex<sup>a</sup> sim, usou um pouco de injustiça, de malícia, quando disse: “o nobre Senador que não se encontra presente”. Essa intercalada deu a impressão que eu poderia estar atingindo uma pessoa que não pode se defender. Ora, seria um erro meu, do ponto de vista ético, se fizesse uma acusação frontal a S. Ex<sup>a</sup> ausente, qualquer conceito desprimoroso eu me guardaria para fazê-lo frontalmente e espero nunca fazê-lo. Também não posso, evidentemente, deixar de fazer o registro de um fato público pela ausência, eventual, de um Senador.

A segunda parte do reparo de S. Ex<sup>a</sup> é quanto ao comportamento da minha Bancada. A minha Bancada, eu disse ainda há pouco, não tem essa vocação masoquista que a Oposição lhe quer atribuir. O Senador era membro de nossa Bancada e passou largo tempo da sua dissidência elogiando o Presidente da República e criticando seus ministros, que acreditou no Presidente.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — É verdade. Até o “pacote de abril” ele sempre ressalvou o Presidente da República em quem ele acreditava.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Mas, isso foi antes também do “pacote de abril”, que era o contrato de risco. S. Ex<sup>a</sup> poupou o Presidente. Mas era um fato que constringia a liderança, e que constringia a nossas Bancada que via, ao mesmo tempo, a Bancada de V. Ex<sup>a</sup> a correr pressurosa para as cadeiras, e daí a razão desse intervalo que fiz no meu raciocínio para registrar o fato, para bater palmas ardentemente ao Senador. Natural! Ele era um fator desintegrador da Bancada na medida em que ele, dentro da Bancada, passou sistematicamente a atacá-la.

Quando o Senador, durante a campanha eleitoral — a mim como todos nós sabemos inclusive o nobre Senador Luiz Cavalcante — foi entretanto para São Paulo, e lá participou da campanha de Deputados que aí estão na primeira legislatura, de uma ala radicalizada do Partido de hoje, de V. Ex<sup>a</sup>, nós nos doemos. Nós nos doemos porque achamos que num caso dessa natureza, mesmo que haja uma dissensão, o que nós esperávamos é que com a reputação que goza o ilustre Senador, ele fosse auxiliar, ao menos, o seu próprio companheiro, o companheiro que nesta Casa nunca dela se ausentou. Quando ele falou deu-lhe sempre apartes altamente lisongeiros, e isso doeu a nós, como Bancada. De maneira que o procedimento é perfeitamente natural. Se tenho um companheiro de Bancada que, sistematicamente, não é uma só vez, vai à tribuna para nos atacar, então eu prefiro não ouvir. Como o nobre Senador há de me permitir que haja momentos em que no dever de reciprocidade que tenho e que V. Ex<sup>a</sup> é irrepreensível na conduta, eu possa até me ausentar do Plenário, quando acho que ouvi-lo me é tão embaraçoso que eu prefira estar fora. É uma regra usual, não há nenhum alcance ao orador que fala. A mesma coisa apliquei ao companheiro que já estava na Tribuna.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não era meu intento passar de mordomia à economia, da economia ao petróleo, do petróleo chegarmos ao Senador Teotônio Vilela. Mas, tantas vezes tenho eu solicitado que debatamos isso.

O Sr. Paulo Brossard — (PMDB — RS) — Que, aliás, estará ausente durante algum tempo do Senado, por motivo de saúde.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Quem?

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — O Senador Teotônio Vilela.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ele me deu a honra de saber isso, não porque eu tenha a honra, no momento, em dizer uma notícia relacionada com saúde, mas porque com isso ele se eximia de estar em Alagoas, onde eu receberia o título de Cidadão das Alagoas. E me mandou um belo telegrama ao qual me referi no meu discurso de agradecimento. E para tristeza minha, no dia seguinte, eu lia nos jornais locais que eu havia pedido para que o telegrama do Senador Teotônio Vilela não fosse publicado.

Aí está V. Ex<sup>a</sup> a ver como se fazem as verdades. E os dois jornais, um é do nosso eminente colega de Bancada, Arnob de Mello, e o outro, disseram-me que é da influência direta e decisiva do ex-Governador Suruagy que é nosso correligionário.

Encerro, Sr. Presidente, mas encerro, pedindo ao nobre Senador Paulo Brossard que me dê o benefício da dúvida. É evidente que eu não ousaria pedir a S. Ex<sup>a</sup> que adira ao meu ponto de vista, mas apenas o benefício da dúvida. S. Ex<sup>a</sup> teve sempre uma fulgurante vida parlamentar, mas para tristeza

nossa foi pequena a passagem de S. Ex<sup>a</sup> pela área executiva. E há S. Ex<sup>a</sup> de compreender que o resguardo que procuro adotar é precisamente com isso. É com aqueles que podem ser úteis na área executiva que se sentirão amanhã, tólhidos, amedrontados — vamos usar a palavra real — porque a qualquer momento, podem ser jogados à execração da opinião pública sob o pretexto de que são grandes gozadores de mordomia.

Então, há de se fazer o grau exato de diferença entre o uso legítimo, aquele que o nobre Senador pela Oposição acabou de ler no próprio decreto e aquilo que discrepa desse uso que deve receber a condenação formal, frontal e definitiva dos homens do Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) Com a palavra o nobre Senador Humberto Lucena, para uma rapidíssima comunicação.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** (PMDB — PB. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A cidade de Propriá, em Sergipe, tem sido palco de lamentáveis acontecimentos, decorrentes de conflitos entre a hierarquia da Igreja Católica, ali representada por Dom José Brandão de Castro, e proprietários rurais que não se conformam com a linha de ação que o Bispado local vem seguindo em defesa dos mais pobres, de acordo com a orientação de Concílio Vaticano II e da Pastoral da Terra.

Ainda ontem, ocorreram fatos da maior gravidade naquela cidade sergipana, culminando com um choque entre representações que ali participavam de uma festa de solidariedade a D. José Brandão de Castro, incluindo elementos da política sergipana e a polícia estadual, o que levou a Direção Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro a emitir a seguinte nota, que leio para que conste dos Anais desta Casa:

#### NOTA DO PMDB — SERGIPE

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Seção de Sergipe, pela sua Comissão Executiva, vem de público hipotecar sua irrestrita solidariedade ao correligionário, Deputado Estadual Nelson Araújo, vítima, domingo, dezoito do corrente, na cidade de Propriá, de vandálica agressão física por parte da polícia estadual, à frente da qual se encontrava o seu próprio Comandante Cel. Feijó, quando da realização de missa de solidariedade ao Bispo da referida cidade, D. José Brandão de Castro, "que vem sendo ameaçado na sua própria vida" e com a presença dos seguintes bispos:

- Arcebispo D. Elder Câmara, Olinda e Recife;
- Arcebispo D. José Maria Pires, João Pessoa; representante da CNBB;
- D. Antônio Fragoso, de Cratêus — Ce;
- D. José Rodrigues, Juazeiro — Ba;
- D. Edmilson Cruz, Fortaleza — Ce;
- D. Francisco Aostrogésilo, de Afogados de Ingazeira;
- D. Tiago Cinova, de Garanhuns — Pe; e
- Pe. Vigílio, subsecretário da CNBB.

A brutal agressão deu-se quando o Deputado Estadual Nelson Araújo, tentava, através do diálogo, liberar os caminhões que traziam os trabalhadores da região de São Francisco para assistirem à missa.

O PMDB, que defende, todas as liberdades públicas e privadas, repudia enérgica e veementemente a violência cometida pelos policiais contra o nosso eminente companheiro Nelson Araújo, além da tentativa de agressão ao nosso correligionário Deputado Federal Jackson Barreto, vice-líder do PMDB na Câmara dos Deputados e exige do Sr. Governador do Estado a apuração de todas as arbitrariedades aqui enunciadas, pois atos desta natureza só deslustram e desacreditam o próprio governo. — José Carlos Teixeira, p/ Comissão Executiva Estadual.

Sr. Presidente, ao fazer este registro, apelo ao Sr. Ministro da Justiça, o Deputado Ibraim Abi-Ackel, para que procure, através de todas as medidas ao seu alcance, levar a esses Parlamentares no âmbito estadual e do âmbito federal as garantias indispensáveis ao exercício do seu mandato, diante dos atentados de que foram vítimas em Sergipe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

*O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTRE-  
GUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTE-  
RIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lenoir Vargas.

**O SR. LENOIR VARGAS** (PDS — SC — Lê o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tendo no mês de maio havido um debate nesta Casa envolvendo o carvão catarinense e seu aproveitamento como fonte energética, procurei informar-me do que realmente estava equacionado e em andamento com a participação do Governo catarinense.

Dessa pesquisa, uma série de dados foram coligidos e permitem fazer neste discurso esclarecimentos e colocações que me parecem necessários.

#### O PROENERGIA E A UTILIZAÇÃO DO CARVÃO CATARINENSE

##### I. A Justificativa

Não paira qualquer dúvida quanto a necessidade do Brasil eliminar, à medida do possível, a dependência externa do petróleo.

A nível de Santa Catarina, seria de se perguntar até que ponto este insumo é importante ou, em outras palavras, se energia é um problema relevante a ser enfrentado e a que nível de prioridade deve se situar, relativamente à ação do Governo.

Uma análise da evolução da dependência da economia estadual com relação ao petróleo, nos dará uma resposta a essas questões.

Segundo o balanço energético do Estado, no período 74/78 houve um crescimento global no consumo de energia de 46%. Nesse mesmo período, nossa dependência, relativamente a derivados de petróleo, evoluiu de 37% para 38%, conforme mostra o quadro a seguir.

#### Crescimento do Consumo e Participação atual no Balanço Energético, das formas de Energia — Santa Catarina

Item	Crescimento Participação no B.E.	
	74/78	78
Gasolina	5	11
Óleo Combustível	96	12
Óleo Diesel	66	13
Querosene	-	-
GLP	75	2
Eletricidade	85	22
Lenha	29	40
Carvão-Vegetal	150	-

FONTE: Dados primários CNP, ELETROSUL, IBGE, CELESC. Elaboração Grupo Executivo PROENERGIA.

No aumento de consumo de derivados de petróleo verificado nesses 5 anos, destacou-se o óleo combustível (96%), que teve seu consumo quase dobrado. Sendo sua aplicação basicamente industrial, isto espelha o crescimento da indústria de transformação do Estado, que vem se processando acima da média nacional e ganhando crescente participação na economia catarinense, respondendo por cerca de 210.000 empregos diretos, atualmente.

#### Evolução da Participação do Setor Secundário na Renda Interna de Santa Catarina

Ano	Participação (%)
1949	23,04
1960	19,03
1970	29,61
1975	29,90
1977	30,20

FONTE: CEPA/SA — Estudos básicos, Vol. 5, 1978  
ELABORAÇÃO: Fundação ITEP

Dos dados acima apontados, podemos extrair algumas conclusões básicas:

a) A economia do Estado, e por conseguinte o bem-estar social do seu povo, depende, de forma crescente, do setor industrial, que já representa mais de 30% da renda interna do Estado e ocupa aproximadamente 210.000 pessoas.

b) A dependência energética do Estado relativamente ao petróleo, é bastante elevada (38%), com tendência a crescer.

c) Dos derivados de petróleo, o crescimento do consumo de óleo combustível é muito acentuado. Mantida essa tendência, este insumo industrial passará a ser o de maior representatividade no balanço energético do Estado, comparativamente aos demais derivados.

Sem desconsiderar a importância do óleo diesel para o escoamento da produção agrícola e demais riquezas do Estado e do papel social desempenhados pelo GLP e pela gasolina, a substituição do óleo combustível assume prioridade estratégica, porque a dependência desse derivado coloca em risco um segmento essencialmente dinâmico da economia catarinense.

Face às evidências aqui enumeradas resumidamente, não poderia ser outra a decisão do Governo, que não a de ir ao encontro do problema, buscando soluções a partir de uma Política Energética fundamentada nas potencialidades de Santa Catarina.

## 2. A articulação das ações

Visando a definição da Política Energética a ser implementada pelo Governo Estadual, foi instituída a Comissão Estadual de Energia, em julho/79, que passou a representar um foro de decisão de alto nível, compatível com a relevância do problema.

Imediatamente decidiu-se pela elaboração de um Plano Energético de Emergência (PEE), que possibilitasse a utilização, a curto prazo, das disponibilidades energéticas alternativas já conhecidas e mais promissoras no Estado. Além de ganhar-se tempo, esse Plano, por ser menos abrangente, permitiria negociações mais simplificadas junto à área federal para o equacionamento de recursos financeiros.

O Plano Energético de Emergência deu ênfase à utilização do Carvão energético mineral, considerando a sua grande disponibilidade no sul do Estado e o seu potencial para a substituição de óleo combustível industrial. O carvão representava 92% dos investimentos e 88% da energia a ser gerada por esse Plano. A energia seria gerada a partir da gaseificação do carvão (gás pobre, 1550 kcal/m<sup>3</sup>), em usinas regionais localizadas nos 4 principais pólos industriais de Santa Catarina (Litoral Norte, Baixo Vale do Itajaí, Sul e Planalto Sul). Anteriormente, o Governo do Estado procurou incluir no projeto SIDERSUL a construção de uma planta que, além de atender à produção da aciaria, pudesse abastecer o parque cerâmico da região sul. Dada a necessidade de redução dos investimentos para esse projeto, optou-se posteriormente pelo dimensionamento de uma usina cativa, específica para a SIDERSUL.

Considerado pela Comissão Nacional de Energia como apropriado e de acordo com a Política Energética Nacional, o PEE foi aprovado por essa Comissão em 9-8-79. Na ocasião foi definida, em princípio, a participação do Governo Federal com 80% dos recursos necessários (do montante de 5 bilhões de cruzeiros previstos).

Paralelamente à negociação do PEE na esfera federal, foi constituído pela Comissão Estadual de Energia, em 25-7-79, um grupo de Coordenação com a finalidade de elaboração do Programa Catarinense de Energia — PROENERGIA. O Programa procurou juntar todas as ações em andamento na área de energia e, a partir de um melhor dimensionamento das potencialidades e restrições estaduais, compatibilizá-las, bem como propor outras ações de longo prazo que se fizessem necessárias, visando orientar a ação do Governo na área.

O PROENERGIA foi aprovado pela Comissão Estadual de Energia em novembro/79 e, posteriormente, encaminhado à Comissão Nacional de Energia para apreciação.

A implementação do Programa está a cargo da Coordenação do PROENERGIA, instituída em março/80, tendo por finalidade a definição de subprogramas e projetos a serem executados por órgão estaduais ou Núcleos Executivos.

## 3. O Carvão no PROENERGIA

O PROENERGIA analisa a situação e potencialidades energéticas do Estado, e propõe medidas de conservação e substituição de energia, além de medidas de apoio institucional destinadas a dar suporte à implementação das ações.

Dentre as medidas de substituição para Santa Catarina, predomina a utilização do carvão mineral, dirigido aos seguintes usos:

- geração de termoelectricidade, através da Usina Jorge Lacerda;
- fabricação de cimento em Itajaí;
- geração de gás pobre (1550 kcal/m<sup>3</sup>) para consumo industrial, através das 4 usinas de gaseificação previstas no Plano Energético de Emergência;
- geração de gás de médio poder calorífico (2860 kcal/m<sup>3</sup>) para atendimento exclusivo da SIDERSUL;

e) geração de gás de médio poder calorífico (4300 kcal/m<sup>3</sup>) destinado a atender ao complexo carboquímico de Imbituba.

Também considerou-se no Programa, a utilização do carvão catarinense para atender necessidades externas ao Estado, tais como:

- atendimento da demanda de carvão metalúrgico prevista no Programa Siderúrgico Nacional;
- atendimento de fábricas de cimento de São Paulo;
- produção de gás de médio poder calorífico para exportação, via gasoduto, para São Paulo.

No que se refere à gaseificação do carvão, encontram-se em efetivo andamento:

- SIDERSUL, onde há compromisso formal do Governo Federal em implantá-la a partir de 1982;
- usinas regionais de gaseificação para atender os principais pólos industriais do Estado.

## 4. As Usinas Regionais de Gaseificação de Carvão

Dentre as opções de substituição de óleo combustível industrial por carvão mineral, ocorreram 4 opções:

- 1ª opção: Queima de carvão mineral *in natura* em caldeiras, por cada empresa, individualmente;
- 2ª opção: Utilização de gaseificadores cativos, para cada empresa;
- 3ª opção: Geração de gás de baixo poder calorífico em usinas regionais, para atendimento múltiplo através de rede de gasodutos;
- 4ª opção: Geração de gás de alto poder calorífico na boca das minas, para atendimento dos polos de consumo através de gasoduto de longo curso. O transporte de gás a longas distâncias somente é econômico com gases de poder calorífico acima de 4.300 kcal/m<sup>3</sup>.

A utilização das duas primeiras opções depende basicamente de cada empresário. Coube ao Estado, procurar incentivar a adoção de medidas de substituição (carvão ou outras) através de financiamento altamente subsidiado. Com essa finalidade, o BADESC — Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, efetivou convênio com o CNP, (encerrado recentemente), visando o repasse de recursos para financiamento da aquisição e da adaptação de equipamentos industriais para a utilização de fontes alternativas de energia, em substituição ao consumo de derivados do petróleo. Nessa linha altamente atraente de financiamento, a participação financeira do CNP podia alcançar até 100% de investimento total, com prazo de resgate de 5 anos, incluindo 1 ano de carência, a juros de 8% ao ano, sem correção monetária.

Porém, a opção selecionada pelo Governo como a mais indicada para a substituição do óleo combustível por carvão, foi a terceira, ou seja, a implantação de usinas regionais de gaseificação.

Relativamente às opções 1 e 2, o fator determinante da escolha da opção 3 foi a possibilidade de redução do impacto ambiental final, considerando que:

a) à solução individual recai sempre na escolha de queima de carvão *in natura*, altamente poluidora, em função do menor investimento necessário. Os processos que exigem o uso de gás tem a substituição praticamente inviabilizada pelo alto custo de gaseificação de pequeno porte;

b) o custo adicional de sistemas de tratamento de gases para evitar a poluição atmosférica é muito acentuado, comparativamente ao investimento inicial;

c) as fontes de poluição localizam-se-iam de forma dispersa, abrangendo toda a região considerada (pólo industrial) e dificultando o controle e a correção;

d) o nível de poluição gerado pela geração e queima de gás de carvão em unidade central com sistema de controle, não só é muito inferior à equivalente queima de carvão *in natura*, como também é inferior à mesma proporção de queima de óleo combustível (ver detalhes em anexo).

Relativamente à opção 4, a escolha da opção 3 fundamentou-se principalmente nos seguintes aspectos:

a) o gás pobre pode ser manufaturado de carvão com a tecnologia existente atualmente;

b) os processos para a produção de gás pobre são menos complicados e mais baratos que os processos de gás rico e de médio poder calorífico.

Estudos realizados para a implantação inicial de usinas em três pólos (Joinville, Blumenau e Criciúma) mostraram custos globais da ordem de Cr\$ 5,8 bilhões para a opção de 3 usinas regionais e Cr\$ 12,5 bilhões para a opção de uma usina junto ao Lavador de Capivari com gasoduto até os 3 pólos considerados (ver detalhes em anexo);

c) as instalações podem ser dimensionadas facilmente para assegurar a demanda do sistema, que pode ser expandido em módulos quando houver aumento da demanda;

d) existe tecnologia de limpeza e tratamento do gás disponível para ser introduzida nos processos, preenchendo assim as exigências dos padrões ambientais atuais;

e) o processo pode ser aplicado a uma gama bastante grande de carvões.

Assim, em decorrência da aprovação do Plano Energético de Emergência pela Comissão Nacional de Energia, em 5-9-79 o Ministro das Minas e Energia baixou portaria nº 1895, definindo a execução de estudo de viabilidade técnica e econômica, bem como estabelecendo como sendo pela alínea n do item II do Art. 13 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, estabelecida pelo Decreto-lei nº 1.691, de 2-8-79, a fonte de recursos do financiamento solicitado para a implantação das usinas de gaseificação. Em atenção a essa portaria, em 10-10-79, o GECAN contratou a CLEPAN para a elaboração do referido estudo, que definiu os locais e os investimentos a serem realizados para implantação das usinas. O estudo foi encaminhado à CAEEB e ao Governo catarinense em 27-2-80.

Em 3-3-80 o Governo de Santa Catarina decidiu, inicialmente, pela implementação de unidades de gaseificação em 3 pólos de consumo, nas regiões de Blumenau, Joinville e Criciúma. Com este objetivo foi constituída uma empresa em Blumenau e estão em fase de constituição duas outras em Joinville e Criciúma, respectivamente.

Em Blumenau foi constituída, em 4-4-80, a USIVAL S.A. (Usina de Gás do Vale S.A.) com capital social de Cr\$ 300.000.000,00, correspondendo a 20% do valor estimado do empreendimento (Cr\$ 1,5 bilhão), constituído com 55% de investimento empresarial e 45% do Governo de Santa Catarina, através de sua companhia energética (CELESC). O Conselho de Administração eleito é composto por 4 representantes empresariais e 3 representantes do Governo do Estado. Dos representantes do Governo no Conselho de Administração, em todas as empresas, são membros o Presidente da CELESC e o Superintendente da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente. O 3º representante, em cada caso, é indicado pelo Governador do Estado. Tanto a Diretoria de cada empresa, que é formada pela CELESC, como o Conselho Administrativo, exercem suas atividades, sem ônus, no período de implantação.

Em 7-4-80 a Diretoria da USIVAL decidiu contratar empresas para o gerenciamento e a execução dos projetos complementares (gasoduto, transporte de carvão, adaptação de equipamentos, etc.). Para a Usina propriamente dita, estão sendo solicitadas propostas para contratação, com um dos fornecedores de tecnologia de gás de baixo poder calorífico conhecidos no mercado, atendendo a condições de garantia e preço, basicamente.

Em Joinville e Criciúma também foram feitos contatos sendo selecionados os empresários participantes e definidas suas cotas, que são proporcionais ao consumo de cada empresa, estando em preparação os documentos necessários à constituição das empresas.

Prevê-se, ainda para 1980, a contratação do projeto da usina de Blumenau, bem como a constituição das empresas de Criciúma e Joinville.

### 5. Considerações finais

Santa Catarina está envolvida no problema energético não só pela representativa dependência de derivados de petróleo, mas também por deter grandes reservas de carvão, que permitirão atender grande parte da demanda energética da indústria nacional.

Evidenciadas as necessidades energéticas do Estado, onde o setor industrial apresenta maior preocupação, partiu-se para a busca de soluções, que encontram no carvão a resposta mais atraente. Dentre as alternativas de utilização desse potencial, a gaseificação mostrou ser a alternativa mais adequada sob os pontos de vista de investimentos, tecnologia e proteção ambiental.

Os estudos de viabilidade mostraram as usinas de gaseificação regionais como a opção mais indicada. Atualmente, o processo de implantação dessas usinas encontra-se na fase de selecionamento de empresas para o gerenciamento do projeto. Esses projetos definirão, em maior detalhe, a tecnologia a ser empregada, o porte de cada unidade, o custo final, a sua localização, o sistema de transporte de carvão e demais implicações técnicas necessárias à construção das usinas e utilização do gás.

A participação no processo decisório está aberto a todos os interessados; sejam os empresários, que necessitam de energia e que assumirão a sua geração, ficando o Estado como sócio minoritário; seja a comunidade, através do CETMA — Conselho de Tecnologia e Meio Ambiente ou de seus representantes constituídos.

Do Governo Federal, que detém a decisão final face a sua autoridade sobre a área de energia e a alta dependência de recursos financeiros federais para a implementação do Programa Catarinense de Energia, o Governo do Estado espera a necessária colaboração.

## ANEXO

### 1. Custos de alternativas para a adoção da gaseificação de carvão

a) Usinas de gás pobre junto aos polos industriais de Blumenau, Joinville e Criciúma

Levando-se em consideração os investimentos fixos de Cr\$ 1,5 bilhões (terreno, construção civil, equipamentos, instalações industriais, rede de distribuição, adaptação de queimadores), mais os investimentos de pré-operação e colocação em marcha, capital de giro e despesas financeiras no período de implantação, cada uma das três usinas está orçada em Cr\$ 1.934.455.000,00. Os investimentos globais das 3 usinas alcança a cifra de Cr\$ 5.803.365.000,00.

O volume total de gás produzido para atender a demanda prevista será de 4.535.000 m<sup>3</sup>N/dia, para um gás de 1550 kcal/m<sup>3</sup>N.

b) Usina Central junto ao Lavador de Capivari com distribuição de gás por gasoduto até os polos industriais de Blumenau, Joinville e Criciúma

Levando-se em consideração os mesmos itens da alternativa a) e mais o gasoduto de 300 km em linha reta ligando a Usina Central a Joinville, Blumenau e Criciúma, os investimentos globais alcançam Cr\$ 12.469.000.000,00.

Apenas o gasoduto da Usina Central aos 3 polos consumidores, a um preço conservador de US\$ 150.000,00/km, necessita de investimentos da ordem de Cr\$ 2.250.000.000,00.

Os custos adicionais de transporte dos gás da Usina Central até os pólos consumidores de Blumenau, Criciúma e Joinville alcançam a cifra de Cr\$ 1.851.396,00 por dia.

O volume total de gás produzido para atender a demanda prevista seria de 1.635.000 m<sup>3</sup>N/dia, para um gás de 4.300 kcal/m<sup>3</sup>N.

### 2. Implicações relacionadas à hipótese de construção de uma planta piloto de demonstração para testar tecnologia nova com o carvão de Santa Catarina e verificar suas implicações ambientais

I) Custos de implantação elevados

II) Prazo longo para a obtenção de resultados

III) Resultados incertos

IV) Ameaça ambiental tendo em vista tratar-se de tecnologia nova.

Por isso deseja-se um processo que seja comercialmente testado e adaptável a maior gama de carvões possíveis e que possua os requisitos essenciais à preservação ambiental e qualidade do gás.

À guisa de ilustração, uma planta de demonstração nos Estados Unidos para usar o carvão de Illinois — Illinois Power Gaseification Group financiado pelo Department of Energy sob contrato EF — 77-C-01-2012, iniciado em 1975 tem as seguintes características:

I) Custo total — Cr\$ 14.660.780.450,00

II) Prazo previsto — 98 meses

De qualquer forma, já foram efetuados testes com amostras de carvões minerais de Santa Catarina em instalações na Europa, onde demonstrou-se a possibilidade de gaseificação deste carvão para a obtenção de gás pobre.

### 3. Impactos Ambientais

a) Situação atual em Blumenau: consumo de 240 TON/DIA de óleo combustível BPF.

— Quantidade de CO lançado na atmosfera — 46,6 ton/dia assumindo um rendimento de combustão igual a 90%

— Quantidade de CO<sub>2</sub> lançado na atmosfera — 660,3 ton/dia

Quantidade de SO<sub>2</sub> lançado na atmosfera — 20 ton/dia

b) Situação futura para a mesma geração de energia: consumo de 500 TON/DIA de carvão para a produção de 1.500.000 m<sup>3</sup>N/dia de gás de 1.550 kcal/m<sup>3</sup>N desalcitrado, resfriado, desempoeirado e parcialmente dessulfurado.

— Quantidade de CO lançado na atmosfera — 6,2 ton/dia assumindo um rendimento de combustão igual a 99%

— Quantidade de CO<sub>2</sub> lançado na atmosfera — 750 ton/dia

— Quantidade de SO<sub>2</sub> lançado na atmosfera — 10 ton/dia

c) Situação futura sem as usinas de gaseificação regionais, mas considerando as iniciativas de substituição de cada empresa, que será baseada no consumo de carvão in natura:

Consumo de 560 TON/DIA de carvão mineral in natura

— Quantidade de CO lançado na atmosfera — 224 ton/dia

— Quantidade de CO<sub>2</sub> lançado na atmosfera — 530 ton/dia

— Quantidade de SO<sub>2</sub> lançado na atmosfera — 33,6 ton/dia

d) *Cinzas*: As cinzas se constituem num subproduto das Usinas de Gaseificação compondo-se basicamente dos seguintes óxidos:

$\text{SiO}_2$	-	52%
$\text{Al}_2\text{O}_3$	-	27%
$\text{Fe}_2\text{O}_3$	-	12%
$\text{K}_2\text{O}$	-	5%
$\text{Na}_2\text{O}, \text{CaO}, \text{MgO}$	-	4%

As cinzas tem aplicações:

- i) Na indústria de cimento pela adição das cinzas à massa, em substituição parcial da argila ( $\text{SiO}_2, \text{F}_2\text{O}_3, \text{Al}_2\text{O}_3$ );
- ii) No revestimento de estradas obtendo-se ótimos resultados em experiências já realizadas em Santa Catarina;
- iii) Na adição à massa de cimento para controlar o processo de cura (I-taipu);
- iv) Como base para material de aterro, pois se constitui de óxidos inertes.

As cinzas não são constituídas de pó. A sua aparência física é granulada com dimensões características compatíveis com a faixa do carvão utilizado (12 a 35 mm).

Com uma composição média do carvão vapor de 40% de cinzas, as dimensões básicas das cinzas devem situar-se na faixa de (5 a 14 mm).

As cinzas são totalmente desprovidas de quaisquer compostos de enxofre, não se constituindo desta forma em uma ameaça ambiental exibindo inclusive destinação mais nobre.

e) *Cuidados previstos nas Usinas Regionais de gás*

Visando a proteção ambiental, vários cuidados especiais estão previstos nas instalações de gaseificação, comuns às usinas de Joinville, Blumenau/Gaspar e Criciúma.

— Com relação à poluição direta do carvão vapor, as seguintes precauções ou dispositivos estão disponíveis na instalação:

a) Não há poluição aérea direta pelo espalhamento de finos de carvão, pela ação dos ventos porque a granulometria do carvão requerida para a gaseificação situa-se na faixa de 12 a 35 mm;

b) Será montado um sistema de drenagem de águas pluviais com dispositivos de filtragem através de leito calcáreo para evitar a contaminação dos mananciais próximos com o ácido sulfúrico proveniente da reação com a pirita;

— Com relação à poluição causada pela usina de gaseificação através de efluentes líquidos ou gasoso informa-se que:

a) A Usina de gaseificação não exala para a atmosfera qualquer gás poluente, tendo em vista que o processo empregado é totalmente fechado;

b) Está previsto o tratamento de águas fenólicas antes do seu lançamento em mananciais próximos.

— Com relação à poluição indireta, através da queima do gás pelos consumidores, serão montados os seguintes dispositivos de tratamento e lavagem do gás:

a) Filtros separadores e filtros eletrostáticos para a separação do alcatrão e óleos leves do gás gerado;

b) Coluna de lavagem para eliminar o pó contido no gás e também para resfriá-lo;

c) Coluna de dessulfuração visando a separação parcial dos compostos de enxofre.

#### 4. Aspectos gerais

Considerando a situação atual como a de utilização industrial de óleos combustíveis e a situação futura como a de substituição destes derivados de petróleo por gás de carvão, o Quadro I resume conclusivamente as vantagens advindas dos gaseificadores comunitários de carvão.

Quadro I - Comparação entre Situação Atual e Situação Futura em decorrência da substituição do óleo combustível por gás de carvão

FATOR	SITUAÇÃO ATUAL (Consumo de óleo comb.)	SITUAÇÃO FUTURA (Consumo de gás de carvão)
Crescimento (Industrial)	Desordenado	Ordenado pela disponibilidade de energia
Transportes do Combust.	Marítimo e Rodoviário	Marítimo e Fluvial
Recursos financeiros vinculados ao consumo de energia	Saída do Estado	Permanência no Estado
Contaminantes	Teor de enxofre (6%)	Teor de enxofre (3%)
Controle ambiental	Área indefinida	Área concentrada
Combustão	Incompleta (CO)	Completa
Suprimento de Combustíveis	Duvidoso	Assegurado
Riscos de Produção	Existentes no petróleo	Reduzidos
Benefícios	Duvidosos	Adequados ao desenvolvimento do Estado.

E, assim, segue-se uma série de outros índices que mostram, de maneira cabal e irretorquível, que a solução adotada pelos industriais e pelo Governo de Santa Catarina foi a solução possível, a solução capaz de ser realizada a curto prazo em benefício da indústria catarinense que se preocupa e sabe que os destinos do petróleo são imprevisíveis e, por conseguinte, existem já, Sr. Presidente, vários outros planos como este do Estado de São Paulo, em que se pretende fazer um alto processo de gaseificação de âmbito internacional. Evi-

dentemente, será uma grande solução, mas isso é de uma maturação profundamente demorada e a indústria catarinense precisa se precaver, precisa se prevenir, mesmo que não tenha a solução ideal, mas tenha a solução possível, aquela capaz de mantê-la em plena atividade durante os imprevistos que esse fim da era do petróleo pode trazer a toda a Nação brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE.** Lê o seguinte discurso.)  
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Mais uma vez, será o Congresso Nacional chamado a manifestar-se em torno da autonomia das capitais, quando, no próximo dia 19 do corrente, for submetida à discussão e votação Proposta de Emenda Constitucional, subscrita, além de mim, seu primeiro signatário, por mais 23 Senadores e 147 Deputados Federais.

Recorde-se que, em duas anteriores oportunidades, ao ser debatida proposição idêntica, por mim igualmente patrocinada, ocorreu a comprovada inexistência de *quorum*, em razão do posicionamento assumido pela bancada majoritária, relacionado com a obstrução da votação, permanecendo inalterada a esdrúxula norma constitucional — a do art. 15 — que atenta contra os brios democráticos do povo brasileiro.

Em 1978, coube ao então Deputado, e hoje Senador, Raimundo Parente, relatar favoravelmente a Emenda, reconhecendo a sua importância para a restauração de um processo de escolha — do voto direto e secreto — que melhor se ajusta ao nível de politização alcançado pelo eleitorado do País.

Já no ano passado, o Deputado Marcelo Linhares, incumbido de oferecer parecer à matéria, recomendou a sua rejeição, sob o argumento inconsistente da *inoportunidade*, contra o qual se insurgiram, na Comissão Mista e nos debates no plenário do Congresso, os representantes do extinto MDB.

Em plena fase de abertura política, com a *Proposta de Emenda das eleições diretas* para Governador e Vice-Governador em via de ser lida na próxima 6ª feira, em sessão conjunta das duas Casas do nosso Parlamento, não terá sentido manter-se a Maioria na mesma linha de intransigência em que se tem situado, no que concerne ao restabelecimento da autonomia política das capitais.

Em 1979, um impasse de larga repercussão político-institucional assinalou a indicação do Prefeito de São Paulo, ensejando protestos veementes entre a gente paulistana, com a qual se solidarizaram Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, bem assim ponderáveis segmentos da opinião pública nacional.

Agora, o Deputado Nasser Almeida, da representação do PDS, ao examinar, como Relator, a nova Emenda, recusou-se a acolhê-la, atendendo — pelo que é presumível — à orientação da Liderança de sua bancada.

Transfere-se, assim, para o Plenário do Congresso, uma vez mais, a grave responsabilidade de deliberar sobre a magna questão, que interessa *diretamente* cerca de 13 milhões de eleitores — exatamente aqueles que são considerados como detentores da mais aprimorada formação democrática.

Ainda recentemente, a Câmara Municipal de Recife, a requerimento do Vereador Luiz Vidal, dirigiu aos líderes partidários apelo veemente no sentido de que viabilizassem a *tese autonomista*, em cuja defesa tenho estado de forma decidida e entusiástica.

O aludido requerimento acha-se consubstanciado nos seguintes termos:

“Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado apelo desta Casa Legislativa às lideranças do Senado e da Câmara, em Brasília, que representam o PDS, PMDB, PTB, PP e PT., a fim de emprestar apoio decisivo à aprovação da Emenda Constitucional do Senador Mauro Benevides, que restabelece a autonomia das capitais brasileiras, com eleições diretas para prefeitos e vice-prefeitos.

Conforme ressaltou o Senador Mauro Benevides, a simples nomeação dos prefeitos das capitais representa uma “discriminação odienta” à vontade de milhões de eleitores, marginalizados quanto à escolha do Chefe da Edilidade.

Há os que defendem, teoricamente, a autonomia dos Municípios, quer tributária, quer política, mas, na prática, apoiando o casuísmo político, que vem caracterizando os governos que se sucederam ao longo desses 16 anos, passam até mesmo, num flagrante desrespeito à Constituição Federal, a argumentar que os prefeitos das capitais devem, administrativamente, entrosar-se com os governadores, a nível de Secretários de Estado.

Lamentável é que muitos políticos, representantes de faixas as mais conscientizadas do eleitorado das capitais, venham contribuindo com esse casuísmo, para defasar a sua imagem perante os seus eleitores que desejam, com a volta da autonomia das capitais, elegerem pelo voto direto, os seus prefeitos.

Este nosso requerimento está acima das paixões político-partidárias, motivo pelo qual confiamos que os nossos ilustres pares, representantes dos mais diferentes partidos políticos, numa homenagem à histórica e indomável Cidade do Recife e ao seu povo, dêem o seu apoio, apelando para que os nossos representantes no Senado e na Câmara, prestigiem a abertura político-partidária e a

volta do País à Legalidade Democrática, restituindo às capitais brasileiras a sua tão almejada alforria ou autonomia política.

Dê-se ciência do presente às Lideranças do PDS, PMDB, PP, PTB e PT, no Senado e na Câmara.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 8 de abril de 1980.

a) Vereador — Luiz Vidal.”

Sr. Presidente:

Nova tentativa em favor das *capitais* brasileiras acha-se em tramitação no Congresso, sob as vistas atentas dos círculos parlamentares e de expressivas correntes de pensamento do País.

Não é possível procrastinar-se mais aquela modificação constitucional, que vem sendo ansiosamente aguardada no seio das maiores cidades brasileiras.

Espero, assim, que a intolerância da Maioria ceda lugar a uma nova tomada de atitude, capaz de tornar realidade uma reivindicação legítima, de inquestionável conotação democrática. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — O Sr. Senador Mauro Benevides acaba de enviar à Mesa, requerimento cuja apresentação, na forma do disposto no art. 259 do Regimento Interno, deve ser feita na Hora do Expediente. A proposição será anunciada na próxima sessão.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação em turno único, do Requerimento nº 178, de 1980, do Senador Gilvan Rocha, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, da “Declaração de Manaus”, emitida por ocasião da Oitava Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em 22 de maio de 1980.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 1980, do Senador Lomanto Júnior, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, da palestra proferida pelo Governador Aimê Lamaisom, aos estagiários da Escola Superior de Guerra, no dia 17 de junho de 1980, no Rio de Janeiro.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 312, de 1980, do Senador Lenoir Vargas, solicitando tenham tramitação conjunta o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 1979, que “inclui o marido como dependente da segurada”, e o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1979 (nº 2.255/76, na casa de origem), alterando a redação do inciso I e do § 3º do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que “dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social”.

— 4 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 581, de 1980), do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Está encerrada a sessão.  
(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.*)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ SARNEY NA SESSÃO DE 30-11-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Este ano estive afastado da tribuna parlamentar. As minhas obrigações levaram-me a dedicar todo o meu tempo à tribuna partidária e não esperei que aqui voltasse, neste fim de Sessão Legislativa, para cumprir um dever de patriota e sobretudo um dever de amigo, no elogio que devo fazer, em nome do Senado da República, a Odylo Costa, filho, brasileiro dos mais extraordinários, que, pelo talento, pela inteligência, pela correção como político, escritor, poeta, novelista, jornalista, ocupou um vasto espaço na vida brasileira, nestes últimos anos.

Falo aqui com emoção profunda, uma vez que me ligavam a Odylo Costa, filho, os laços mais estreitos de uma amizade que, posso dizer, é eterna. Amizade que nos tornou tão próximos, que com a sua morte, tenho a impressão de que perdi um pedaço de mim mesmo, e dos maiores. Já se disse que quem tem um amigo tem duas almas. E não será exagero dizer que a minha segunda alma era Odylo Costa, filho. Meu conterrâneo, tinha ele um amor ao

Maranhão, profundo e inextinguível, e um extraordinário amor pelo País. Poeta, dos maiores que já tivemos, seu nome está inscrito na história da literatura brasileira entre os seus mais altos valores. Se voltarmos os olhos para o Maranhão, lá está ele colocado entre os maiores poetas que tivemos, já que minha terra teve o maior poeta do Brasil, que foi Gonçalves Dias.

Nossa amizade foi tão grande, que consegui fazer o milagre de derramar-se sobre os seus filhos e sobre a sua família e dele sobre os meus filhos e a minha família toda, de tal modo que sempre constituímos um só lar, uma só família, uma só aspiração, um só afeto, uma só amizade.

Lembro-me da primeira vez que estive com Odylo Costa, filho. Já vão mais de trinta anos. A nossa geração reunia-se com Ferreira Gullar, Lago Burnett, Bandeira Tribuzzi e no Maranhão vivíamos o neomodernismo de após guerra e fundávamos uma revista literária. Fizemos um jantar num restaurante tradicional da cidade e lá, ainda me lembro, quando trouxeram o vinho, exigimos que fosse o Colares, porque numa terra de poetas e num jantar de intelectuais havia de ser o vinho de Eça de Queiroz que nos deviam servir.

Recordo-me também da última vez que o vi, as mãos frias, os olhos fechados no caminho da eternidade. Com que profunda emoção pude despedir-me do amigo com quem, nesses anos todos, raros foram os dias, as manhãs, as tardes e as noites, em que não estivemos juntos, ora por cartas, ora por telefone, ou pela convivência.

Odylo nasceu no Maranhão, em 14 de dezembro de 1914. Nasceu em São Luís, numa rua chamada da Paz, que talvez tenha dado aquela paz interior da sua grande alma. Era filho de famílias tradicionais do Estado, do Desembargador Odylo de Moura Costa, que era também político, e de Dona Maria Alves Costa. Seu avô era daqueles senhores de engenho de cachaça e rapadura, que morava no brejão, onde também morava seu bisavô, o velho João José de Oliveira Costa. Foi por aí, numa cidade que ele tanto amou e que se chamava São José dos Matões, depois São José do Parnaíba. São José das Cajazeiras, Cajazeiras, Flores e por fim Timon — nome que ele tanto deplorava, pedindo que fosse devolvida a bela designação de São José das Cajazeiras ou então de Flores — foi por aí que ele viveu sua meninice, à beira das águas do Parnaíba, entre terras do Maranhão e do Piauí. Assim ele fala dessa meninice:

“Leite tomado na cuia, caminho molhado da chuva ainda não marcado dos pés da madrugada, corrida ligeira de calangos na mata, briga de cobras entrevista de longe; briga de arapongas no pé do angijo, derrubadas de palmito, cavalos selados, jacaré boiando na lagoa, curimatás aflorando na superfície das águas, manga apanhada com a mão, juçara fresca, agregados abrindo valas para desviar o riacho, cheiro de cimento fresco usado para empedrar e isolar a nascente e siriema cantando na chapada.”

Sua infância foi povoada de maneira indelével das histórias, das pugnadas, das lendas, dos bichos e das sagas daquele meio-norte.

Estuda em Teresina, no Colégio Coração de Jesus, das Irmãs Pobres de Santa Catarina. Depois, frequenta o Liceu Piauiense e, aos 14 anos, publica o seu primeiro livro — um livro de versos chamado *Alvorada*. Antônio Lopes, o velho Lopes, grande figura de polígrafo do Maranhão, logo que teve notícia do livro restaurou aquela rivalidade tão boa e amiga do Maranhão com o Piauí, afirmando: “Logo se vê que esse menino nasceu do lado de cá do Parnaíba”. Já nesse livro, um livro de 14 anos, há um soneto sobre o Natal, em que o poeta termina dizendo:

“Por que Papai Noel, que tanto acato, não me deixou a glória dentro do sapato?”

Em 1930, Odylo volta para o Maranhão, a fim de frequentar a Faculdade de Direito. Com irresistível vocação política, mas com uma personalidade voltada sempre para o bem e para a paz, trouxe no bolso um manifesto, concitando os estudantes do Maranhão, em nome dos estudantes do Piauí, para que fosse evitada a Revolução de 1930, porque ele pugnava por uma solução pacífica para a crise que abalava o País.

No Maranhão ficou pouco tempo e, em 1931, vai para o Rio de Janeiro, onde se forma aos 19 anos, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1933. Entra então para o *Jornal do Comércio* e já frequenta uma coluna de crítica literária, todos os domingos. Organiza uma antologia de poetas cristãos e, em 1934, publica o seu *Graça Aranha e Outros Ensaios*, recebendo o prêmio da Academia Brasileira de Letras.

Em 1937 publica os seus *Poemas de 35*, de parceria com Henrique Korten, e sua poesia já era, em harmonia com a sua personalidade, uma prece, uma oração, que se exprimia assim:

“Que te trago eu, Senhor?

Só a nostalgia dos versos tristes e as mãos vazias,  
Nem lágrimas tenho, Senhor.”

Sobre lágrimas, lembro que quando sua filha Maria Aurora morreu, uma filha excepcional que era o encanto de sua vida, ele voltou a confessar: “Não me deem lágrimas, eu próprio não as tenho, não sei mais chorar”.

Depois de 1937, passou a ser poeta bissexto, e como tal Manoel Bandeira o incluiu na Antologia que organizou, não sem assinalar que Odylo era um dos poetas mais altos da Língua Portuguesa.

Durante o Estado Novo, com aguda sensibilidade política e profundas convicções democráticas, Odylo publica o *Distrito da Confusão*, que é uma coletânea de críticas ao regime. O caricaturista Alves contava que lhe disse então:

— “Odylo, você está tratando bem aquele que está na prisão?”

— Mas quem?

— O que deve estar no seu lugar, pois ante essas críticas do seu livro, o Getúlio deve ter escolhido alguém para condenar.”

Amigo de Virgílio de Mello Franco, ei-lo a ocupar a Secretaria Geral da UDN, em 1945. Fundou e dirigiu então a revista *Política e Letras*.

Em 1949, com a morte de Virgílio, abandonou de certo modo a militância na política nacional, mas voltaria logo depois para as campanhas do Maranhão. Não tivemos nenhuma luta no Estado sem que lá não o encontrássemos, como um voluntário de primeira linha, na gratuidade dos seus sentimentos e do seu idealismo, por amor à sua terra, falando ao povo da nossa tradição e das nossas obrigações, numa linguagem que conseguiu lugar insubstituível na alma popular, pelas histórias que contava e que só ele sabia contar, nos grandes comícios de que conosco participava.

É dessa época a peça teatral que escreveu e que foi encenada pela Companhia Dulcina — *O Balão que Caiu no Mar*. Tristão de Ataíde e Adonias Filho dizem dessa peça que é uma obra sem defeito.

Mas, sobretudo, o que avulta na vida de Odylo é o jornalista, aquele homem que trata o fato do dia-a-dia, aquela pena leve e suave, de linguagem enxuta, aquele estilo inconfundível que o fez um marco também definitivo na história do jornalismo brasileiro. Inclusive como renovador da imprensa do Brasil: foi ele quem fez a primeira grande revolução do jornal brasileiro, quando Chefe de Redação do velho e tradicional *Jornal do Brasil*, desencadeando ali um processo de modernização que contagiou toda a imprensa do País. Sobre a figura de Odylo, como jornalista, vale citar o depoimento preciso de Carlos Castello Branco:

“Muitas outras coisas foi Odylo, jornalista, cronista, novelista, contista, ensaísta, crítico, historiador e político. Como seu companheiro na reportagem política durante anos, prefiro falar desse amigo que não gostava de ter inimigos como a pessoa com quem durante certo número de anos convivia diariamente na busca da informação política e na análise dos acontecimentos. Ele foi editor político do *Diário de Notícias* e vinha de uma experiência mais longa na profissão quando nos encontramos na Câmara. Ouvíamos as mesmas pessoas, obtínhamos as mesmas notícias e trocávamos idéias antes de irmos para nossas redações ou depois de nelas estarmos.

Ele conseguia manter sua capacidade crítica e seu senso de humor como analista político, embora como os homens com quem começou a trabalhar, quase todos jornalistas engajados, participantes, ele o seria assim também, até despregar-se das coisas efêmeras para dedicar-se de preferência à busca de valores mais confortantes. Sua geração jornalística era a de Carlos Lacerda, de Pompeu de Souza, de Prudente de Moraes, neto, e de tantos outros aos quais nos ligávamos, os repórteres mais novos, como o que aqui persiste, o Heráclio Sales, o Vilas-Boas Correia e outros, alguns dos quais os tempos já consumiram. Odylo, pelo dom da amizade, engajava-se nas causas dos seus amigos que lhe pareciam as melhores causas, quando nada porque a amizade já era uma eleição prévia de posições diante da vida e dos acontecimentos.”

Em 1963, eis que Odylo recebe do destino o golpe que lhe marcou profundamente a vida: seu filho primogênito, Odylo Costa, neto, foi assassinado.

Cheguei ao Rio de Janeiro e já o encontrei no cemitério. Ao me abraçar, repetiu apenas algumas palavras de um conto que eu escrevera: “Deus quis, Deus fez, Deus seja louvado”. Na alma desse homem, que assim recebia o golpe irreparável, não cresceu a semente do ódio nem da vingança, mas a semente do amor, que transformou seu sofrimento para dali por diante se tornar defensor dos menores abandonados, porque fora um desses delinquentes que roubara a vida do seu filho. Desde então engajou-se nessa luta, pugnou para que se criasse o Ministério do Menor, pelejou para que se instituisse a FUNABEM, advogou todas as causas dos menores abandonados. E nos seus lábios nunca ninguém viu a marca do ódio, a marca do ressentimento, mas a marca do amor profundo de um homem que sublimara a dor no sentimento maior da solidariedade humana.

É um aspecto comovente na história desse homem exemplar, essa transfiguração da dor. Ele mesmo dizia que não queria ser um ressentido, nem ser um ressequido. O destino, atingindo-o fundamente, pela mão de um menor abandonado, fê-lo voltar-se em busca de amparo para todos os deserdados da sorte, jogados nos caminhos do infortúnio e do crime; da mesma forma, marcando-o com uma filha excepcional, deu-lhe forças para também dedicar sua vida ao trabalho em favor dessas frágeis criaturas. Odylo chegou a ser Presidente da Fundação Pestalozzi. E quantas vezes em Brasília, nos corredores do Ministérios, arrastava-se, com o coração já em frangalhos, para pedir pelo movimento nacional daquelas crianças, buscando minorar o drama que havia sentido em sua casa, na própria carne, mas que jamais fora motivo de ressentimento ou de dor, e sim de alegria: sua filha participava das reuniões da família, como se fosse uma rosa no meio da casa, uma fonte de alegria e nunca de tristeza. Essa alegria era um exemplo que todos os seus amigos e companheiros que freqüentavam sua casa testemunharam.

E sua casa, no Rio de Janeiro, era um sobrado de São Luís. Era um salão, um dos últimos salões literários do Brasil, onde as coisas do espírito estavam presentes e conviviam com uma família que ele soube fundar, trazendo de Campo Maior esta figura extraordinária que, ao seu lado, conseguiu modelar e completar a sua figura, que é a Nazaré simples e boa, sua companheira e também ilustradora dos seus livros.

“O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Com muita honra.

O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — Neste momento em que o Senado Federal reverencia a memória do inesquecível jornalista e notável intelectual Odylo Costa, filho, meu conterrâneo do Maranhão, quero, em meu nome e em nome do ilustre companheiro Senador Henrique de La Rocque, associar-me com todo o sentimento emotivo ao brilhante e tocante pronunciamento de V. Ex<sup>ta</sup>

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Muito obrigado a V. Ex<sup>ta</sup>, Senador Bernardino Viana, por este aparte que vem da terra do Piauí, com que ele dividiu as suas duas partes e que tanto amou.”

Mas, como esta é uma homenagem do Senado Federal, para que fique nos seus Anais a lembrança e a homenagem do povo brasileiro a este homem, através desta Casa, desejo registrar no meu pronunciamento a lembrança de alguns traços marcantes de sua vida.

Depois da morte do seu filho, inicia-se uma nova etapa na vida literária de Odylo, na qual ressurgem o poeta e o novelista, o homem de letras de corpo inteiro, mais dedicado à sua obra.

Em 1965, publica *A Faca e o Rio*, novela da qual diz Raquel de Queiroz que “não sei se chamarei de novela, de romance, de conto grande — digamos esta bela tragédia sertaneja — vem a lume um pouco sob mandado do Ausente — mas também por seu amplo direito, o direito que todo infante bem formado, belo e vivo tem imanente — o direito de nascer.” Do valor dessa obra pouco terei que dizer, tal a sua repercussão no panorama literário da Língua Portuguesa. Mas gostaria de assinalar dois detalhes, que marcam a presença do homem sob a pena do escritor. Odylo adverte, em nota preliminar à história, que os nomes das pessoas, terras e coisas que a inspiram, são nomes de pessoas, terras e coisas que conheceu e amou na infância, noutros lugares da beira do rio Paranaíba. E em outra nota comovida, revela que “Odylo Costa, neto, ouviu, ainda inacabada, esta história, inspirada num episódio narrado por seu avô, e quis que eu a terminasse.” Vê-se, aí, quanto o universo afetivo do homem guiava a pena do escritor: a obra cresceu das lembranças da infância e da memória do filho morto.

Do poeta, o que se pode dizer é que, se já era grande, tornou-se maior, ao se consagrar com *Tempos de Lisboa e Outros Poemas, Cantiga Inacabada, Os Bichos do Céu, Notícia de Amor, A Vida de Nossa Senhora*, e um livro inédito, que não pôde ver publicado — BOCA DA NOITE. O mesmo universo afetivo guia a mão do poeta: seus versos estão cheios desse amor com que construiu sua vida e das lembranças da gente, das casas, dos bichos que povoam as margens do rio de sonho que flui até o seu definitivo silêncio.

Cito aqui um soneto que pode ser considerado uma das mais belas páginas da nossa poesia, no canto do seu amor à Nazaré: *o Soneto de Fidelidade*:

“Não receies, amor, que nos divida  
um dia a treva de outro mundo, pois  
somos um só que não se faz em dois  
nem pode a morte o que não pôde a vida.

A dor não foi em nós terra caída  
que de repente afoga mas depois  
cede à força das águas. Deus dispôs  
que ela nos encharcasse indissolvida.

Molhamos nosso pão quotidiano  
na vontade de Deus, aceita e clara,  
que nos fazia para sempre num.

E de tal forma o próprio ser humano  
mudou-se em nós que nada mais separa  
o que era dois e hoje é apenas um.

E cito também o último poema do livro que ele não pôde ver publicado, pois pressentia, na pressa com que desejava que fosse concluído, que a boca da noite chegara.

Esse poema chama-se

#### BOCA DA NOITE

De repente, eis-me em tudo tão tranqüilo  
como se a morte já tivesse vindo.  
Não me ocupa o amanhã para construí-lo  
Nem me lembra se o ontem não foi lindo.  
Da cinza não me queixo pois foi brasa  
Entre os livros não sofres solitário  
Árvore e filhos deram luz à casa  
Tive flores de irmãos no meu calvário  
Sinto entre as sombras o invisível rio  
descer tão lento agora que a canoa  
para no solo antigo que a povoa  
Nem alegria ou dor, calor ou frio.  
No mundo ponho uns olhos bons de aves  
foi a boca da noite que chegou.

Também, Sr. Presidente, por não estar incluído no livro, desejo ler, para que fique nos Anais, o último poema escrito por Odylo Costa, filho. Ele morreria no sábado, e na madrugada da sexta-feira, o escreveu, como que se despedindo do mundo:

#### INSÔNIA

Deito-me. Leio. E já são duas horas:  
esta insônia cruel mais uma vez.  
Que fazer? Recordar até desoras?  
Ler ou reler histórias que outro fez?

Nunca ouvi rouxinol. A mãe-da-lua,  
essa, ouvi tantas noites! Ainda agora  
dentro de mim, presente como a tua  
imagem, canta sempre — a qualquer hora

E na mangueira, em frente à minha casa,  
no sítio antigo, que não mais existe,  
ouço-a sem vê-la, adivinhando-lhe a asa;  
e ela volta a cantar, oculta e triste.

Mas nesse canto, repetido e fundo,  
mora a continuidade que perdi.  
Posso acordar para encontrar o mundo  
e as roupagens da infância que vivi.

Sou prisioneiro desse chambre antigo,  
desse pijama, dessas alpercatas,  
mas no reino perdido, a sós comigo,  
liberto como os pássaros nas matas.

E me faço a pior das companhias.  
Foi-se-me o gosto do viver terrestre.  
Já nem quero fugir para alegrias  
de sol urbano ou de ventura agreste.

Fujo de mim. Minhas recordações  
têm um travo terrível de água morta.  
Ó vinde a mim, novas fabulações,  
e me guiai para a celeste porta.

Lembro-me que, eu menino, assim ficava  
esperando a chegada das auroras,  
vendo a treva ceder. Meu Pai mandava:  
“Apaga a luz, não leias a estas horas”.

Não leio mais. Não li os livros todos, como outrora meu Poeta se queixava. Nem acho a carne triste, nem nos lodos fiquei preso, em delírio e febre brava.

Sou apenas um homem que recorda e que imagina em meio à noite. Dói por demais a saudade. Dói e acorda, e não deixa dormir, nem ler, e mói...

Mói sempre, mói interminavelmente as mesmas águas já passadas. Mói! Quanto mais águas voltam na corrente mais o passado canta, alegre, e dói...

E então já não me busco, nem calculo que horas serão, nem ouço a mãe-da-lua. Nos contos inocentes que fabulo toda a esperança está na imagem tua.

E ela me salva, como a caparrosa que cobre furta-cor os riachinhos.

A água parada faz-se luminosa.

Nasce a manhã nas casas e nos ninhos.

E ressuscita agora, em cada imagem que no mundo dos homens aparece contida em flor e folhas, a selvagem força das coisas, transfundida em prece.

Limitada em secreta disciplina na livre ordenação da natureza.

A alma dobra os joelhos e se inclina, cada confirmação é uma surpresa.

E eu me surpreendo, de alma agradecida, em face de milagres e malfeitos.

A alegria ocultíssima da vida vai soletrando novos parapeitos.

E em tudo, em tudo me extasio, paisagens, seres, mares, continentes, a água barrenta do terreno rio, a lama e a linfa limpa dos afluentes.

Passo do desespero para o dia claro, da noite inquieta para a luz:

se tivesse meu símbolo seria um olho d'água que nasce ao pé da cruz.

Com a palavra cruz, ele encerra toda a sua obra poética; e foi a última que escreveu. Homem de fé, de grande fé, termina toda a sua obra com uma palavra de fé, que é a palavra cruz.

Sr. Presidente, sobre o político, o homem público, o jornalista, o escritor, devo citar as opiniões que emitiram, quando de sua morte, alguns dos grandes nomes da literatura brasileira. Odylo também ocupava, como V. Ex<sup>a</sup>, uma cadeira da Academia Brasileira de Letras, onde com brilho representava, ao lado de Josué Montello, também um pedaço do meu Estado, o Maranhão.

Otto Lara Rezende disse que "Odylo gostava da vida, gostava de ser gostado, e a vida gostava dele; por isso, sua falta será muito sentida".

Afonso Arinos afirmou que "era uma pessoa feita para os sentimentos de amor; por sua família, por seus amigos e pela humanidade".

E Josué Montello destacou:

"— Odylo foi uma das figuras mais representativas da minha geração literária. Nós ambos pertencemos à mesma província, o Maranhão, e fazemos parte da mesma geração que veio para o Rio de Janeiro aproximadamente na mesma época. Odylo, depois de uma longa experiência em jornal, encontrou o verdadeiro caminho de sua expressão literária na poesia lírica, inspirada pela tragédia que se abateu sobre sua vida com a morte brutal de seu filho. Mais do que uma expressão uma ordem artística, a poesia foi para ele a suprema consolação. Não devemos nem podemos dissociar da vida de Odylo sua companheira Nazaré. Podemos reconhecer que, sem ela, não teria realizado a sua vida exemplar como escritor, companheiro e homem público. Odylo soube ser, ao mesmo tempo, uma grande figura da literatura e uma grande figura da vida literária. Eu sempre lhe dizia que ele dividia comigo a responsabilidade de representar o Maranhão na Academia. Sua morte me dá, por isso mesmo, uma sensação mais nítida de solidão.

Sr. Presidente, a perda, para o Brasil, foi grande, mas a perda para o Maranhão foi muito maior. Manoel Bandeira, quando fez a Antologia que incluiu Odylo, disse que ele nascera no Maranhão, mas era piauiense de coração. E Odylo teve a oportunidade de dizer que tinha um grande amor ao Piauí, pois lá vivera grande tempo de sua vida. Mas fez uma página comovente de amor à cidade de São Luís, na qual retificou a informação de mestre Bandeira, dizendo:

"É a verdade verdadeira que sou um devoto da minha cidade, de São Luís do Maranhão. Desde o seu nome. Desde os nomes das suas ruas (que de balde a vaidade ou a gratidão dos homens uns pelos outros tenta mudar): rua da Paz (onde nasci), rua dos Afogados, rua do Egito, rua do Alecrim, rua da Palma, praça da Alegria, rua da Fonte do Bispo, rua da Fonte das Pedras, beco do Preggo, beco do Quebra-costa. Perto da rua do Egito ficava a rua de Nazareth e de uma rua à outra rua é como que repetir a fuga de Nossa Senhora... Perto da rua das Hortas ficava a rua das Flores para que uma quebrasse com a evocação da beleza inútil o tributo à utilidade alimentícia da outra... E as ruas dos santos: São Pantaleão, Santo Antônio, tão português, porém, também, Nossa Senhora dos Remédios, que não pode deixar de ser uma santa bem brasileira — brasileiro adora remédio e de certo São João, Santa Ana (ameigada nesse diminutivo que mais se referia à pequena ermida do que à Santa: Santaninha). E a travessa do Santiago? O beco Escuro talvez tenha homônimos em velhas cidades da Europa, mas, não creio que nenhum povo tenha tido tanta delicadeza de sentimento e de espírito para dedicar uma rua ao Desterro. Rua do Desterro... Beco do Deserto... Beco Feliz... Que ânsia de solidão, que angústia das presenças humanas, que poesia seca e abrasadora, como as areias do próprio deserto e ao mesmo tempo mansa, como as tardes da própria ilha de São Luís. E nessas ruas, aquele sobrado de azulejo, o milagre daqueles azulejos, daqueles portais, daqueles terraços, daquelas dezenas de janelas, daquelas escadas de madeira, e das salas de soalhos de tábuas largas, lavradas por escravos, sob espelhos vindos em navios de madeira dos portos italianos...

Muito de mim realmente é maranhense. Até o paladar. Quando sonho com os anjos é tomando água de coco da praia, jussara ou bacaba. E quando penso em adoecer gostoso é ouvindo do meu quarto de doente, o pregão: pamonha tá quenteinha... E quando penso em peixe me lembro logo das curimatãs de três palmos pescadas de tarrafas, na lagoa da Prata pelo velho preto Luís Susana, maneta, que prendia a tarrafa nos dentes e vinha depois despejar os peixes prateados, em baixo dos buritizeiros velhos, de cujas copas pendiam centenas de ninhos de xexéu..."

Sr. Presidente, em nome da Maioria nesta Casa e em nome de todo o Senado, tenho profundo orgulho de reverenciar a memória deste grande brasileiro.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador José Sarney?

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Ouço o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Bem compreendo a emoção pessoal de V. Ex<sup>a</sup> hoje. De V. Ex<sup>a</sup> sempre recolhi o testemunho de uma profunda admiração e uma sólida amizade por Odylo Costa, filho. E peço a V. Ex<sup>a</sup> que receba, no seu discurso, este aparte, que pretende apenas gizar, no tempo, três passagens, todas três que me ligaram a Odylo Costa, filho — eu que não tive, como V. Ex<sup>a</sup>, a ventura de viver-lhe a intimidade. A primeira remonta a recuados tempos de 1938...

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Mas sou testemunha da grande admiração que ele tinha por V. Ex<sup>a</sup> e pelo seu talento.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Muito obrigado... Estudante e candidato à Escola Militar do Realengo, participava eu dos festejos do carnaval no Rio de Janeiro, aturdido, homem do Norte que eu era, por aquela manifestação de massa nas ruas. Era no tempo dos bondes e no tempo da Avenida Rio Branco. Súbito, assistia uma cena. Eu até poderia dizer que dela participei. Um latagão fardado, armado, ameaçando um estudante, sob o fundamento de que este faltara ao respeito a uma senhora. E quando parecia que o estudante estava preso da violência daquele homem, surge, de entre os transeuntes que tiveram a sua atenção chamada para o episódio, um homem de estatura mediana, novo ainda, aparentemente brando. Mas era de ver-se a exaltação que dele se apoderou sem dizer uma só palavra mais dura que não

pudesse ser repetida em salão. E, com essas palavras, ele conseguiu imediatamente fazer com que a chamada autoridade policial percebesse a exorbitância que estava cometendo e libertasse o estudante de suas mãos. Esse estudante era eu e essa figura mansa era Odylo Costa, filho. Passam-se os anos, vi-me Ministro da Educação e Cultura do Brasil, pede-me ele uma audiência e chega com aquela mesma mansuetude para tratar daquilo que V. Ex<sup>a</sup>, ainda há pouco, enfatizava em seu belíssimo discurso: para tratar dos menores excepcionais e pedir ao Ministro que se preocupasse com aquele problema de natureza nacional. E ficou no maior encantamento, quando soube que havia um projeto específico e autônomo dentro do Ministério, para atender a essa área.

Outra vez, perdi de vista Odylo Costa, filho, e vim vê-lo bem recentemente. V. Ex<sup>a</sup> também. Nós ambos a assistir a uma conferência que ele fazia no dia em que nossos irmãos lusitanos comemoram Camões e comemoram também a raça lusitana. Ele tomou da palavra, já com grande dificuldade — uma dispnéia que não era discreta — abandonou o tema, já não mais falou sobre Camões, sobre *Os Lusíadas*, mas de Camões ele extravasou para a poesia e, da poesia, para a beleza da vida humana e, em determinado momento, aquele mesmo homem brando e suave cresceu numa indignação que a todos nós surpreendeu, porque, para fazer o elogio dos portugueses, ele começou a atacar violentamente os espanhóis. Saíram três pessoas do salão, e ele sussurrou a mim, que estava a seu lado: “Será que são espanhóis e eu não me dei conta disto?” Já queria até pedir desculpas de público, mas era apenas uma saída eventual, que não era de espanhóis, pois toda a assembléia era de brasileiros e portugueses. Guardo, meu nobre colega e meu querido amigo, da imagem de Odylo Costa, filho, esta fascinante transformação súbita que ele podia fazer de homem manso de coração, suave e brando, naquele que poderia exaltar-se usando apenas as palavras como instrumento da sua exaltação, e guardo, da imagem que ele nos deixou, a certeza de que — como V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem — se o Brasil perdeu, o Maranhão terá perdido muito mais. Mas prefiro ficar com estes versos que V. Ex<sup>a</sup> leu ainda há pouco, dele, para também, em me referindo à sua morte, dizer que a morte não pode porque a vida não pode.

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jarbas Passarinho, que, com o seu aparte, valoriza o meu discurso, não só pelo fato de ser nosso Líder, como também por ser um homem de letras, uma grande inteligência e ex-Ministro da Educação e Cultura.

Sr. Presidente, devo concluir, para dizer que o Senado cumpre com o seu dever, deixando nos Anais...

**O Sr. Jorge Kalume (ARENA — AC)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. Jorge Kalume (ARENA — AC)** — Eu não me contive e peço permissão para interromper o seu pronunciamento. Sei que V. Ex<sup>a</sup> está emocionado, como toda a Casa também está, mas esta emoção é antecipada pela beleza do seu pronunciamento, por esta homenagem justa — a que me solidarizo — que V. Ex<sup>a</sup> está prestando a uma das grandes figuras das letras brasileiras. Odylo Costa, filho, não era só o grande jornalista, o grande escritor, como o grande poeta, que soube aplicar aquele pensamento de Castro Alves, de que “a poesia é o sacerdócio do seu Deus, o belo, e seu tributário, o poeta. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Com muito prazer.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador José Sarney, não conheci intimamente Odylo Costa, filho, mas V. Ex<sup>a</sup> sabe que, através de V. Ex<sup>a</sup>, estive muitas vezes na presença daquele vulto, hoje alvo da admiração de todo o Brasil. Mais do que maranhense, Odylo Costa, filho, é brasileiro. Nos poucos contatos que eu tive com Odylo Costa, filho, senti sempre em sua presença aquela áurea de bondade e o perfume da inteligência tida quase como sagrada por nós, maranhenses. Digo nós, maranhenses, porque quero que, como maranhense, V. Ex<sup>a</sup> receba, no seu discurso, o preito da minha homenagem a Odylo Costa, filho. Vivi no Maranhão e quero bem àquele Estado como seu filho fosse. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Muito obrigado Senador José Lins. Agradeço também a V. Ex<sup>a</sup> o aparte que, como o do Senador Jorge Kalume, valorizam este pronunciamento que faço em nome do Senado. E V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Lins, testemunhou sempre o grande amor de Odylo Costa, filho, pelo Maranhão, V. Ex<sup>a</sup> que também tanto ajudou o Maranhão, nos cargos públicos que tem exercido.

**O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — RN)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Dinarte Mariz.

**O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — RN)** — Nobre Senador José Sarney, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e com a Casa, pela homenagem que presta à memória de Odylo Costa, filho. Conheci-o ainda moço, jovem. Foi meu companheiro de partido político, e sou testemunha das suas grandes virtudes cívicas. Ninguém melhor do que ele, nas horas de discussões, para sempre dar as suas opiniões no sentido da pacificação e da harmonia, e com a sua inteligência e cultura, para colaborar nas horas difíceis que se apresentavam para a solução política dentro do nosso partido. V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem; é um maranhense que merece todas as homenagens dos brasileiros que acompanharam a sua vida, que foi tão fulgurante, tão cheia de lances e, também, tão sofrida. V. Ex<sup>a</sup>, assim como o Senado, faz muito bem em homenagear a memória desse grande brasileiro.

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Dinarte Mariz, pelo seu aparte.

**O Sr. Benedito Canelas (ARENA — MT)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Pois não. Ouço, com muita honra, o aparte do nobre Senador Benedito Canelas.

**O Sr. Benedito Canelas (ARENA — MT)** — Nobre Senador José Sarney, V. Ex<sup>a</sup>, na tarde de hoje, mais uma vez, engrandece o Senado da República. Como representante do Estado de Mato Grosso, quero deixar claro a V. Ex<sup>a</sup> que as suas palavras tocaram profundamente o coração deste jovem. Feliz, Odylo Costa, filho, por ter sido uma das grandes expressões brasileiras, como jornalista, como escritor e como figura humana. Feliz, também, por ter a amizade e o amor de V. Ex<sup>a</sup>, que, hoje, fala mais com o coração que com as palavras e com a mente. Quero, nesta hora, congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pela facilidade que tem de, humildemente, prestar uma homenagem a quem merece, mas transbordar perante as suas palavras, perante a sua afeição, perante o seu gesto, um amor eterno, um amor de filho, de um irmão que foi V. Ex<sup>a</sup> de Odylo Costa, filho.

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Muito obrigado Senador Canelas.

Sr. Presidente, devo pedir desculpas ao Senado, porque utilizei dessa delegação de orador para colocar nas minhas palavras não só a exaltação da glória que Odylo Costa, filho, merece como grande brasileiro, como grande escritor, como grande político, mas, porque, também, pus neste discurso muito da minha emoção e da minha amizade.

Há um conceito anônimo inglês que diz:

“I looked for my soul  
but my soul could not see  
I looked for my God  
But my God eluded me  
I looked for a friend  
and then, I founded all three.”

“Procurei a minha alma mas não pude vê-la  
Procurei Deus e ele também não se deixou ver  
Procurei um amigo e então encontrei todos três.”

Foi justamente com essa visão, e na certeza de que esta amizade não perturbaria, jamais, o conceito e a justiça que dele devemos fazer todos nós, Senadores, que procurei falar. Peço desculpas, apenas, pela emoção que coloquei no discurso, mas tenho a certeza de que o Senado presta, justamente, uma homenagem das maiores, das melhores e mais justas que podia prestar a um brasileiro, a uma grande personalidade.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Com muita honra, Senador Marcos Freire.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Senador José Sarney, V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem que expressava o sentimento do Senado Federal. Seria até mesmo desnecessário que um dos integrantes da bancada da Oposição usasse da palavra para homenagear a memória daquele que marcou tão profundamente a nossa vida cultural; mas, o MDB não se dispensará de, através da palavra do Senador Dirceu Cardoso, expressar igual sentimento, mas não pode deixar de se solidarizar com a sua oração, pelo conteúdo de emotividade, de sinceridade e de verdade que ela contém, e dizer que caso não tivéssemos delegado ao nosso companheiro essa tarefa que, sendo dolorosa, nos é tão honrosa, V. Ex<sup>a</sup>

teria interpretado não apenas o sentimento dos seus companheiros de partido, mas, na verdade, o sentimento de todos nós.

**O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA)** — Muito obrigado, Senador Marcos Freire. O aparte de V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida, é um fecho de ouro para o meu discurso. E com ele termino, dizendo que a imagem que eu tenho deste grande homem, cuja fê e bondade conheci, é certamente de que os anjos e santos no céu, que ele tanto cantou, estão hoje, sentados, rodeados, ouvindo Odylo contar as histórias do meu Norte, do Maranhão e do Piauí. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

*TRECHO DA ATA DA 100ª SESSÃO, REALIZADA EM 26-6-80, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM REDUNDÂNCIA NO DCN-SEÇÃO II — DE 27-6-80, PÁGINA 3153, 1ª COLUNA.*

**O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Senador Dirceu Cardoso, tenho a impressão de que, agora, podemos voltar ao assunto, não diria principal, mas também importante que é do mérito da questão da renúncia dos Senadores, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, antes, eu pediria ao meu nobre colega que acabou de nos honrar falando da tribuna e repetindo conceitos tão generosos e que tanto nos lisojeiam, gostaria de perguntar a S. Ex<sup>a</sup>, só para encerrar — acredito que não tomará mais de cinco minutos — sobre esse pequeno problema relacionado com as diferenças do documento. Eu pediria a atenção do Senador Dirceu Cardoso...

A velhice de V. Ex<sup>a</sup> só existe no conhecimento, na sapiência, na cultura. A distância que nos separa, também, não é tão concreta. Mas, normalmente, o que pode acontecer é uma queixa que há da Bancada do lado de lá. Mas,

este microfone não é tão potente quanto o microfone da Oposição — talvez seja essa uma razão.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

### REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 1980

Às dezesseis horas do dia seis de agosto de mil novecentos e oitenta, com a presença dos senhores Deputados Aldo Fagundes, Maurício Fruet, Dario Tavares, Hugo Napoleão e Raul Bernardo e do Vice-Presidente Senador Dirceu Cardoso, sob a presidência do Deputado Bento Gonçalves Filho, reuniu-se o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Nos termos dos pareceres dos relatores, o Conselho Deliberativo aprova os seguintes processos: de pagamento de contribuições, por suplentes, dos deputados Altair Chagas e Henrique Turner; de concessão de pensão a Luiz Carlos Homem da Costa, Alzira de Almeida Vianna, Milton da Silva Félix, Manoel Ribeiro de Marin, Alaide Mercher Coutinho Olimpio, Maria Helena Leal Assmar, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Renato de Almeida Chermont. É indeferido o processo que trata de averbação de mandato estadual do requerente Deputado Odulfo Domingues, nos termos do parecer do relator, Conselheiro Deputado Raul Bernardo. Dando prosseguimento à reunião, o Conselho Deliberativo aprova o parecer referente ao Balancete Patrimonial e o Demonstrativo da Receita e Despesa relativo ao período de primeiro de janeiro de mil novecentos e oitenta e trinta de junho de mil novecentos e oitenta. O Senhor Presidente dá ciência aos senhores membros do Conselho de que o Dr. Edson Malinowski, atuário, comparecerá ao IPC em setembro vindouro quando deverá expor ao Conselho Deliberativo a conclusão do levantamento atuarial do Instituto. O Senhor Presidente designa o Conselheiro, Deputado Hugo Napoleão revisor do projeto de consolidação da legislação do IPC. Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas é encerrada a reunião. E, para constar, eu, MARIZA BARBOSA DE A. S. FERREIRA, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Deputado Bento Gonçalves Filho, Presidente.

## ATA DE COMISSÕES

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (Resolução nº 69/78)

#### 4ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 1980

Às dez horas e trinta minutos do dia nove de abril de mil novecentos e oitenta, na Sala "Ruy Barbosa", presentes os Srs. Senadores Itamar Franco (Presidente), Milton Cabral (Relator), Dirceu Cardoso, Alberto Silva e Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 69, de 1978, para investigar denúncias formuladas pela revista *DER SPIEGEL*, da Alemanha, sobre a execução do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Passos Pôrto, Arnon de Mello, Lenoir Vargas e Roberto Saturnino.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Havendo número regimental o Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, declara abertos os trabalhos solicitando à Secretária que proceda a leitura do Telex nº 4282, de Furnas, no qual atende as diversas solicitações, requeridas pela Comissão.

Em seguida, usa da palavra o Sr. Senador Dirceu Cardoso para manifestar sua insatisfação ante as informações contidas no Telex acima referido por julgá-las incompletas. Em vista disso, o Sr. Senador Dirceu Cardoso requer à Presidência da Comissão uma Auditoria em Furnas, a fim de que a Comissão possa levantar os dados necessários para a elaboração do Relatório final desta CPI.

Respondendo ao Sr. Senador Dirceu Cardoso, o Sr. Presidente esclarece que tão logo termine o depoimento do Presidente de Furnas, a Comissão deliberará, em reunião interna, sobre a Auditoria solicitada.

Prosseguindo, o Sr. Presidente solicita ao Dr. Licínio Marcelo Seabra, Presidente de Furnas, que preste o juramento de praxe, concedendo, logo após, a palavra ao depoente para, na qualidade de reconvocato, prestar esclarecimentos à Comissão.

Inicialmente, o Sr. Licínio Seabra concede explicações sobre as informações a que se refere o Telex supracitado relativamente ao custo das estacas cravadas em Angra II, esclarecendo que o montante de Cr\$ 3.026.124,00, embora alto, corresponde, exatamente, ao preço médio por estaca. Em seguida, coloca-se à disposição da Comissão para quaisquer outros esclarecimentos.

Iniciando os debates, usa da palavra o Sr. Senador Dirceu Cardoso que formula perguntas baseando-se no depoimento do Dr. Licínio Seabra, prestado no dia 24 de outubro de 1978.

Usam, também, da palavra para interpelar o depoente, os Srs. Senadores Milton Cabral, Relator, Alberto Silva e Jutahy Magalhães.

Finalmente, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata e convoca a Comissão para uma reunião de reavaliação dos trabalhos às 19:40 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PELA RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1978, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 1980, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. LICÍNIO MARCELO SEABRA, PRESIDENTE DE FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

**PRESIDENTE: SENADOR ITAMAR FRANCO**

**RELATOR: SENADOR MILTON CABRAL**

**INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Declaro aberto os nossos trabalhos.

A Sra. Secretária irá proceder à leitura da seguinte correspondência.

(*Procede-se à leitura de correspondência.*)

SENADOR ITAMAR FRANCO - PRESIDENTE CPIAN - URGENTE

DP.175.80 PT RESPONDEMOS SEUS TELEXES REFERENCIAS BSB 00749 A BSB 00756 DE 20.03.80 SEGUNDO TRANSCRIÇÃO DOS SEUS TEXTOS ET RESPECTIVA RESPOSTA.

AA TELEX BSB 00749 - SOLICITO INFORMACOES SOBRE QUAL O CUSTO TOTAL DE ANGRA II ATEH MARÇO 1980 ET O PREVISTO ATEH FINAL DA OBRA. RESPOSTA - CUSTOS ATEH MARÇO DE 1980 AINDA EM PROCESSO DE APURACAO ET CONTABILIZACAO. ATUALIZADOS ATEH DEZEMBRO DE 1979, FORAM INVESTIDOS EM ANGRA II: 14 BILHOES 766 MILHOES 531 MIL 811 CRUZEIROS. O INVESTIMENTO TOTAL PREVISTO ATEH O FINAL DA OBRA, SEGUNDO ESTINATIVA DE CUSTOS DE DEZEMBRO 1979 EH IGUAL A 87 BILHOES 866 MILHOES ET 980 MIL CRUZEIROS. NOS VALORES ACIMA NAO ESTAO INCLUIDAS DESPESAS FINANCEIRAS ET PRIMEIRA CARGA DE COMBUSTIVEL.

BB TELEX BSB 00750 - SOLICITO INFORMACOES SOBRE PRECOS PREVISTOS KW INSTALADO PARA ANGRA I ET II NO INICIO ET FINAL DAS OBRAS. RESPOSTA - A) ANGRA I - ESTINATIVA DE CUSTO REFERENTE A JANEIRO 1971: US\$ 510, PERIODO DE CONSTRUCAO ESTIMADO EM 5 ANOS., ESTINATIVA DE CUSTO REFERENTE A DEZEMBRO DE 1979: US\$ 2.000, PERIODO DE CONSTRUCAO ESTIMADO EM 8,5 ANOS., B) ANGRA II - ESTINATIVA DE CUSTO REFERENTE A JULHO DE 1976: US\$ 1096, PERIODO DE CONSTRUCAO ESTIMADO EM 7 ANOS., ESTINATIVA DE CUSTO REFERENTE A DEZEMBRO DE 1979: US\$ 2735, PERIODO DE CONSTRUCAO ESTIMADO EM 11 ANOS., C) CUSTOS INDICADOS NAO INCLUEM PRIMEIRA CARGA DE COMBUSTIVEL., D) CUSTOS INDICADOS INCLUEM DESPESAS FINANCEIRAS., E) SOLICITAMOS RETIFICAR CUSTO UNITARIO INDICADO EM NOSSOTELEX DP.114.80 DE 17.03.80 ITEM II, DE "ANGRA II - 2600 US\$/KW" PARA "ANGRA II - III - 2600 US\$/KW.", F) UMA COMPARACAO DOS NUMEROS ABSOLUTOS INDICADOS NO ITEM "A" ACIMA DEVE LEVAR EM CONSIDERACAO OS EFEITOS INFLACIONARIOS NOS PRECOS EM MOEDA NACIONAL ET ESTRANGEIRA ET A DILATAÇÃO DOS PRAZOS DE CONSTRUCAO, DE OCORRENCIA FREQUENTE NA HISTORIA DOS PROJETOS NUCLEARES, AFETANDO A PRODUTIVIDADE, AS DESPESAS DE ADMINISTRACAO, OPERACAO, FISCALIZACAO DO EMPREENDIMENTO ET AS DESPESAS FINANCEIRAS. POR OUTRO LADO OS PROJETOS DE CENTRAIS NUCLEARES TEM TIDO SEUS CUSTOS AUMENTADOS POR NOVOS REQUISITOS DE SEGURANCA DECORRENTES DE ACRESCIMOS ET MODIFICACOES NAS INSTALACOES. CABE TAMBEM SALIENTAR, NO CASO PRESENTE DAS CENTRAIS DE ANGRA, A JUSTIFICADA IMPRECISSAO NAS ESTINATIVAS INICIAIS DE CUSTO, DEVIDO AO PIONEIRISMO DO EMPREENDIMENTO. A TITULO DE SITUAR A POSICAO DAS ESTINATIVAS DE CUSTO DE ANGRA NO CONTEXTO INTERNACIONAL, MENCIONAMOS INFORMES PRODUZIDOS PELA AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATOMICA - AIEA, SEGUNDO OS QUAIS AS ESTINATIVAS DE CUSTO DE INVESTIMENTO EM CENTRAIS NUCLEARES, SEMELHANTES A ANGRA, PELOS MOTIVOS PRINCIPAIS ACIMA MENCIONADOS, APRESENTARAM VARIACOES DA ORDEN DE 400 O/O ET 200 O/O, RESPECTIVAMENTE, ENTRE 1970-1979 ET 1975-1979.

CC TELEX BSB 00751 - SOLICITO INFORMACOES SOBRE QUAL O CUSTO GLOBAL ESTIMADO PARA ANGRA II NA DATA DE ADJUDICACAO DA OBRA. RESPOSTA - A ESTINATIVA GLOBAL DE CUSTOS DE ANGRA II REFERENTE A JUNHO DE 1976 FOI DE 1 BILHAO 364 MILHOES DE DOLARES EQUIVALENTES, INCLUIDAS AS DESPESAS FINANCEIRAS ET EXCLUIDA A PRIMEIRA CARGA DE COMBUSTIVEL.

DD TELEX BSB 00752 - SOLICITO INFORMACOES SOBRE O CUSTO TOTAL PARA ANGRA III NA DATA DE ADJUDICACAO DE OBRA ET O CUSTO FINAL PREVISTO RESPOSTA - ESTINATIVA DE CUSTO TOTAL PARA ANGRA III REFERIDA A JUNHO DE 1976 FOI DE 1 BILHAO 298 MILHOES DE DOLARES EQUIVALENTES, ESTINATIVA REFERIDA A DEZEMBRO DE 1979 EH DE 3 BILHOES 124 MILHOES DE DOLARES EQUIVALENTES. AMBAS ESTINATIVAS INCLUEM DESPESAS FINANCEIRAS ET NAO INCLUEM A PRIMEIRA CARGA DE COMBUSTIVEL. SOLICITAMOS CONSIDERAR ITEM "F" DE NOSSA RESPOSTA AO TELEX DE V. EXA, REFERENCIA BSB 00750.

EE TELEX BSB 00753 - NA HIPOTESE DE POSSIVEL DESLOCAMENTO DO LOCAL INICIALMENTE PREVISTO PARA ANGRA III, INFORMAR SE HAVERAM NOVA ADJUDICACAO PARA AS OBRAS DESSA USINA.

RESPOSTA - A ADJUDICACAO DOS CONTRATOS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PRINCIPAIS, SERVICOS DE ENGENHARIA ET EXECUCAO DAS OBRAS CIVIS FOI PROCEDIDA SIMULTANEAMENTE PARA AS UNIDADES II ET III. AS ALTERNATIVAS EM FASE FINAL DE ESTUDOS PARA UN REPOSICIONAMENTO DA UNIDADE III NA PRAIA DE ITAORIA NAO JUSTIFICAM NOVAS ADJUDICACCES DE CONTRATOS.

FF TELEX BSB 00754 - SOLICITO INFORMACCES SOBRE O CUSTO TOTAL DESPENDIDO POR FURNAS COM A CRAVACAO DE ESTACAS ANGRA II, PAGO ATEH MARÇO 1980. CONSIDERANDO TODAS AS OBRAS DESSA USINA, INFORMAR SEPARADAMENTE, CUSTO DIRETO ET INDIRETO.

RESPOSTA - CUSTOS ATEH MARÇO DE 1980, AINDA EM PROCESSO DE APURACAO ET CONTABILIZACAO. O CUSTO DIRETO TOTAL INCORRIDO NA CONSTRUCAO DE 1.089 ESTACAS 0329.2217

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, conversei com o Sr. Relator pedindo que apoiasse a nossa solicitação. Não vamos fazer auditoria de tudo, mas precisamos fazer a escrituração de Furnas ou da NUCLEBRÁS. Conversei com o nobre Relator para que atendesse a nossa solicitação para uma auditoria. As respostas estão morosas e perguntamos sobre coisas profundas. Perguntamos sobre o custo total despendido por Furnas com a cravação de estacas pago até março de 1980 e eles não sabem nos informar os custos das estacas. Estamos em abril e não sabem informar os custos das estacas até dezembro. Eles querem é nos negar informações.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Ex<sup>a</sup> gostaria de solicitar a auditoria agora ou no final da reunião?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quero esclarecer que vamos solicitar uma auditoria. O meu telex está mais completo.

A SRA. SECRETÁRIA — Há uma outra cópia que está completa em que diz o seguinte: "O custo direto total incorrido na construção de 1.089 estacas construídas em Angra atualizado até dezembro de 1979, foi de 3 milhões e 26 mil e 124 cruzeiros. Atenciosamente, Licínio Marcelo Seabra. Presidente de Furnas".

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra pela ordem ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Aqui está o telex de V. Ex<sup>a</sup>:

"Solicito informações sobre o custo total despendido por Furnas com a cravação de estacas Angra II, pago até março de 1980."

"Resposta-Custos até março de 1980, ainda em processo de apuração e contabilização. O custo direto total incorrido na construção de 1.089 estacas construídas em Angra atualizado até dezembro de 1979, foi 3 milhões e 26 mil e 124 cruzeiros."

Quer dizer, não respondeu a pergunta. Furnas tem Assessoria Jurídica, Contábil e Técnica, mas não estão dando confiança à Comissão.

Dr. Licínio, a Comissão é o Senado Federal representado por nove homens, não é uma comissão que utiliza funcionários. A Comissão é a extensão dos poderes do Senado Federal, portanto, somos o Senado Federal, com cinco ou seis Senadores. Somente uma auditoria. V. S<sup>rs</sup> representam o pensamento de uma grande empresa, mas nós representamos o pensamento da Nação, que é maior do que Furnas: somos o Senado constituído aqui com todos os poderes e confiança em nove de seus membros. É o Senado Federal representado, constituído, com significado, simbolizado em oito membros. O que fazemos aqui tem um poder, mas Furnas nem responde as nossas perguntas. Temos que ter uma auditoria, porque senão não teremos esses dados. Vamos ter um relatório para marcar uma época no Brasil ou então ficaremos

desmoralizados. Eu não quero ficar desmoralizado. Até quando chamarmos o Sr. Geisel para depor, eu não quero ficar desmoralizado. Então, Furnas não tem o custo das estacas até março, quando estamos em abril. Isso é demais.

O SR. MILTON CABRAL — Mas, Furnas poderá nos mandar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Ex<sup>s</sup> me desculpem.

Sr. Presidente, quantos telex V. Ex<sup>s</sup> já passou? Creio que somente uma auditoria resolveria o nosso caso.

O SR. PRESIDENTE — Estudaremos o pedido de V. Ex<sup>s</sup> tão logo o Dr. Licínio termine o seu depoimento.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Fixaremos os pontos do pedido da auditoria.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Dr. Licínio Marcelo Seabra que preste o juramento de praxe.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade — nada omitindo do que seja do meu conhecimento — sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quer quanto às supostas irregularidades tornadas públicas pela imprensa nacional ou estrangeira, quer quanto à concepção e implantação do programa nuclear sob exame.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Dr. Licínio Marcelo Seabra.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Sr. Presidente, Srs. Senadores membros da Comissão: é com a maior satisfação que nós recebemos o convite para retornar à Comissão, após um período de 17 meses, desde quando estivemos aqui pela primeira vez. Voltamos com a mesma disposição, como da primeira vez, disposição mantida durante esses 17 meses, pela empresa, em prestar à Comissão todas aquelas informações que nos foram solicitadas.

Reconhecemos e nisto não há nenhum mérito, o alto grau de investigação e a representatividade desta Comissão como um órgão do Senado Federal. Portanto, queria reafirmar aqui que me encontro inteiramente à disposição para dentro dos dados que dispuser, de alguns que pude trazer, e dos que puder responder imediatamente ou me comprometer a fornecer esses dados *a posteriori*. Não tenho uma exposição a fazer sobre o assunto. Compareço numa reconvocação e me coloco à disposição para responder as perguntas. Gostaria de informar ao nobre Senador Dirceu Cardoso sobre o ponto, que eu anotei, que ele levantou a respeito da resposta do custo por estaca, fazendo um esclarecimento sobre a resposta do telex. Creio que a informação solicitada está prestada no telex.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, os telex quando passados ao Sr. são revisados aqui pelo Assessor de FURNAS, que está atuando nesta Comissão. Isso é feito como se fosse uma obra prima. A linguagem desse telegrama é clara e cristalina.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Perfeito. Nobre Senador, já entendi.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu estou descrente de tudo. (Inaudível.) Sou favorável à hidroeletricidade neste País. Nós perguntamos o preço médio por estaca e veio o preço global.

Sr. Presidente, nós só conseguiremos através de uma auditoria.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Lamento que o Senhor esteja com essa impressão, vou tentar dar os esclarecimentos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é impressão não, estou com esta consciência.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Perfeito, o Senhor tem todo o direito de ter esta.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O Senhor vai desculpar, eu sei que o Senhor é um homem de bem, mas para isso só uma auditoria, que vai nos fornecer todos os dados.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Sr. Presidente, o telex BSB 00756 da CPIAN tem a seguinte redação:

“Solicito informação sobre o preço médio por estaca cravada até de 80, de Angra II.”

Resposta: “Custos até março de 1980 em processo de operação e contabilização.”

Eu quero fazer aqui a primeira explicação: como é compreensível, em todas as empresas existe um processo de contabilização de apuração de dados que não se pode ter os dados com precisão a curto prazo. Este telex pede dados de março, nesse mês não haviam sido fechados contabilmente, nós não podemos fornecer informações precisas, mas aproximadas como fizemos numa resposta aqui ao Senado indicando custos históricos justamente para atender a devida urgência e tivemos informações que realmente essa resposta

não atendeu ao que a Comissão desejava, então procuramos dar as informações precisas. Agora, para das as informações precisas nós temos uma defasagem que é normal em outras empresas de 1 a 2 mese da defasagem da contabilização final, é uma ocorrência administrativa mais ou menos usual nas empresas.

De maneira que esta foi a ressalva de nós não mandarmos os dados incluídos de janeiro, fevereiro e março, justamente porque nós não os tínhamos ainda contabilizados e precisos, mas enviamos os dados até dezembro de 1979 devidamente corrigidos.

O telex então responde custo médio direto por estaca (só não repetimos por estaca porque é uma resposta à pergunta) é 3 milhões, 26 mil e 124 cruzeiros, referentes a 1.089 estacas, para justamente fechar a conta.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Doutor, o senhor é o engenheiro e nós somos os advogados. É por estaca?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — É por estaca.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Cr\$ 3.026,124,00.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Exatamente, até dezembro de 1979 o custo fornecido, a média referente a 1.089 estacas. Eu quero ressaltar que a nossa resposta está correta, se o número parece grande ou pequeno é outra interpretação.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Entre dezembro e março não houve mais cravação de estacas?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não nós continuamos, nós temos ainda estacas para construir, até março de 80 nós temos concluídas 1.176, agora num total geral de 1.364, mais 88 do reforço.

O SR. MILTON CABRAL — A estimativa era 1.033 para as duas usinas.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Na época era.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vou usar o termo moderno, isso não é estaca, é estação.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Seção II pág. 42; o Senhor diz o seguinte:

“Hoje estando em FURNAS e conhecendo as condições em que se desenvolveram as obras em Angra dos Reis acho que, realmente, poderiam ter sido adotadas outras soluções.”

V. S<sup>a</sup> quer encontrar o seu depoimento?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Qual o parágrafo, Senador?

O SR. DIRCEU CARDOSO — “Hoje, estando eu FURNAS e conhecendo as condições em que se desenvolvem as obras em Angra dos Reis, acho que, realmente, poderiam ter sido adotadas outras soluções”.

Dr. Licínio, V. S<sup>a</sup> estando em FURNAS, como Diretor, V. S<sup>a</sup> que é um nome consagrado nos meios empresariais e na engenharia brasileira, contra quem não podemos levantar a mínima dúvida...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Muito obrigado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Desde aquele dia estou o mesmo ainda. Não mudei. Só mudei com relação a FURNAS, mas não contra V. S<sup>a</sup>

V. S<sup>a</sup> diz que não pode dizer à CPI quais as outras soluções que recomendaria, diferentes das analisadas, na carta do ex-Presidente de Furnas, dirigida à ELETROBRÁS, no dia 24 de setembro e na mesma data encaminhada ao Ministro Ueki pelo Presidente Antônio Carlos, adotando a tese do Engenheiro Candeias.

V. S<sup>a</sup> ainda mantém o mesmo ponto de vista?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Nobre senador, eu queria apenas esclarecer se entendi bem a pergunta de V. Ex<sup>s</sup>, se seria no sentido de que fosse dado um complemento do depoimento, indicando quais seriam as referidas outras soluções. Essa é a indagação de V. Ex<sup>s</sup>?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quero saber se V. S<sup>a</sup> confirma a declaração anterior.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Está confirmado. Isso já foi revisto e está confirmado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Então, quais são as outras soluções?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Para dar uma resposta eu lhe pediria permissão para ler o conjunto, o trecho total do depoimento, para poder caracterizar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, V. Sa. tem tempo; pode ler os documentos que trouxe.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Vou ler o trecho de depoimento em que V. Ex<sup>a</sup> situa a sua indagação, justamente respondendo a uma pergunta de V. Ex<sup>a</sup> naquela oportunidade.

Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> vai-me permitir uma pequena explanação sobre o assunto. Na ocasião, como Diretor Técnico da ELETROBRÁS, examinei esse assunto e dele participei. Não com a profundidade talvez necessária, justamente porque temos a função de planejamento no setor como um todo, e seria impraticável e inviável que um Diretor de Planejamento de Engenharia passasse a analisar todos os problemas técnicos, de engenharia e decisões administrativas de todas as suas subsidiárias, ou de todas as empresas que a ELETROBRÁS financia, que são muitas. De maneira que, a minha participação foi, apenas, em linhas gerais. Hoje, estando em FURNAS, e conhecendo as condições em que se desenvolvem as obras em Angra dos Reis, acho que, realmente, poderiam ter sido adotadas outras soluções.

Essa solução pode não ser considerada perfeita, mas foi boa devido, essencialmente, a três atores: primeiro, a simultaneidade das obras e as condições locais de espaço que é exíguo. A instalação de canteiros para dois empreiteiros, naquela obra, seria um problema difícil, levaria a problemas administrativos e, certamente, a custos mais altos, além de dificuldades operacionais; segundo, a experiência adquirida pelo empreiteiro atual na execução das obras de ANGRA 1, com todos os percalços — pois boa parte das dificuldades foi devida a condições independentes da vontade do empreiteiro — o fato é que, realmente, o empreiteiro adquiriu uma certa experiência na execução de obras de centrais nucleares, no que diz respeito a controle de qualidade, e uma série de detalhes; e, a terceira, é que o conhecimento das condições locais de custo, tanto por parte de FURNAS, como da Construtora, permitiram — como aliás consta do relatório e das recomendações — a negociação comercial de um contrato em bases bastante realistas. Provavelmente, qualquer concorrência não levaria a valores menores. As duas partes conheciam, perfeitamente, as condições locais para estabelecer um contrato válido para ambas.

Esta é a minha opinião. Reafirmo que, conhecendo melhor as condições de hoje, outras soluções poderiam ser adotadas. Essa foi a adotada, e me parece que foi boa. Perfeita, não me arrisco a afirmar.

Este foi o depoimento.

Nobre Senador, dentro deste assunto há referências a outras soluções que foram justamente debatidas na própria Comissão. Tratava-se da seleção de uma empresa para a execução das obras civis.

Outra solução possível seria que se processasse, ao invés de uma negociação, uma concorrência normal, isto é, uma pré-qualificação de vários empreiteiros e licitação de preços.

Uma outra maneira que poderia ter sido adotada era que o mesmo empreiteiro atual, que foi finalmente selecionado, viesse a se associar a mais um ou dois empreiteiros para formarem um consórcio e executar a obra. São duas maneiras de se fazer. Não me ocorre uma terceira. Eu diria que seria uma negociação, como foi feita realmente, uma concorrência com empreiteiros individuais, sem um trabalho de indução, de aglomeração, de consorciamento de algumas empresas para fortalecer determinados consórcios para competição. Uma concorrência internacional, por exemplo, poderia ser uma hipótese, mas não aplicável ao caso. Esse foi o sentido do meu depoimento, dizendo que essas outras hipóteses também poderiam ter sido adotadas. Todas elas teriam os seus inconvenientes.

E como eu concluo aqui no meu depoimento feito na ocasião, essa solução foi uma solução boa, foi uma solução aceitável, significando boa como sendo uma solução adequada. Outras poderiam ter sido adotadas, também, e com o conhecimento da obra outras soluções existiriam, mas todas elas com suas vantagens e desvantagens. Essa adotada, foi uma solução boa. Foi a conclusão. Agora, a pergunta de V. Ex<sup>a</sup> era se essa teria sido uma solução perfeita. Realmente, perfeita, não podia ser.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não digo perfeita. V. S<sup>a</sup> acha que foi uma solução boa?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Está dito aqui no meu depoimento anterior que foi uma solução boa.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. S<sup>a</sup> disse isso naquela época. Como FURNAS, de tempos em tempos, muda também de filosofia, V. S<sup>a</sup> ainda acha boa aquela solução?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Decorrido o período do primeiro depoimento para o de hoje, as minhas declarações continuam totalmente válidas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Queremos fazer o relatório final da Comissão e as suas declarações vão ser fundamentais. Por isso estamos insistindo nesses pontos. Estamos no final. Vamos ouvir V. S<sup>a</sup>, o Dr. Paulo Nogueira Batista, que fez umas declarações aqui também violentas. São declarações finais para respaldarmos o assunto.

Sr. Presidente, a Comissão precisa ouvir um representante da Westinghouse, que construiu ANGRA 1. Não ouvimos ninguém. Já entrei em contato, mas eles estão evasivos. Dizem que darão uma resposta e não dão resposta nenhuma. Vamos chamar um americano daqueles para vir depor aqui.

Sr. Relator, esse será um relatório que vai marcar época na história desta Casa, vai descortinar a era nuclear para o País

Ninguém vai esquecer esse Shigeaki Ueki. Ninguém. Daqui a 100 anos ainda falarão nele. Diz aqui o Senador Alberto Silva que não é só por isso.

Então é preciso que se reponha no seu devido termo a responsabilidade de cada um.

É por isso que estamos respigando o seu depoimento, Dr. Licínio. Tomei essa liberdade porque sei que V. S<sup>a</sup> não tomou parte na negociação, nem na solução de nada.

Repito: eu não mudei, Dr. Licínio. Hoje, penso diferentemente de FURNAS, mas não mudei a seu respeito. Felizmente, não mudei.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Obrigado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Felizmente para mim.

Dr. Licínio, a Diretoria, com os seus problemas técnicos para resolver — a Diretoria Técnica da ELETROBRÁS, etc, fazia uma reunião e lavrava uma ata dessas reuniões. A carta do Presidente de FURNAS, com outras opções, foi analisada e apreciada pela Diretoria Técnica da ELETROBRÁS, da qual o Sr. era o Titular na época? Agora, nós estamos respaldando tudo — nós iremos passar a coisa para não deixar mais nada — V. Ex<sup>a</sup> me desculpe — para termos os detalhamentos.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Eu tenho uma lembrança sobre Senador — espero não estar enganado — de que esta resposta já foi dada no depoimento anterior, mas irei tentar localizá-la.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, então, leia o que o Sr. tiver aí. Se não veio, nós queremos saber, porque, depois que fizemos o nosso relatório, não pediremos mais ao Dr. Licínio...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Um instante só, que irei localizar a pergunta.

O SR. MILTON CABRAL — Aonde está a pergunta?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu estou perguntando se isto foi objeto de decisão da Diretoria Técnica da ELETROBRÁS — o Dr. Licínio é o titular — se há uma ata judicial, porque aquilo foi levado ao Sr. Antônio Carlos Magalhães que levou ao Sr. Sigheaki Ueki.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Ela está aqui, é uma questão de localização.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O Sr. desculpe-me por este fato: o Presidente de FURNAS, uma das grandes empresas deste País, que está aí procurando trechos...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Já localizei a pergunta — está na página 41, terça-feira 13, em que V. Ex<sup>a</sup> fez a seguinte pergunta:

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exato — são todas respostas às minhas perguntas.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — A pergunta foi:

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio Marcelo Seabra, no rastreamento do rastilho de concessões que culminaram com a dispensa de concorrência pública para as Obras de Angra-II e Angra-III, que tivemos o cuidado de compulsar, e de acompanhar nos documentos que temos em mãos, não encontramos, em nenhum deles, o comprometimento de V. S<sup>a</sup> Felizmente! V. S<sup>a</sup> foi Diretor-Técnico da ELETROBRÁS, ao que estou informado, e é, atualmente, Presidente de FURNAS. Mas, sua mão não participou de nenhum ato de concessão à dispensa de licitação de concorrência. Portanto, indago: V. S<sup>a</sup> foi ouvido em relação à extensão do contrato de Odebrecht para a construção de Angra-II e Angra-III, quando o Dr.

Fernando Antônio Candeias era o Diretor de FURNAS, e o Dr. Antônio Carlos Magalhães era o Presidente da ELETROBRÁS?

Esta, a sua pergunta.

A resposta que foi dada na época foi...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, Ex<sup>a</sup>, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> desse a resposta agora, hoje.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — A resposta é praticamente a mesma Sr. Senador.

SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — V. Ex<sup>a</sup> conhece a resposta?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Perfeito. Eu conheço a resposta, fui eu quem a dei.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Deu naquele tempo. Aqui, é hoje.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Está mantida. Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, farei uma leitura rápida:

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Nobre Senador Dirceu Cardoso, na oportunidade da dispensa de concorrência, do relatório, eu ocupava a posição de Diretor-Técnico de Planejamento e Engenharia, da ELETROBRÁS, e a participação dessa Diretoria não desceu ao detalhe do exame de todas as alternativas e informações providas por FURNAS. Mas, na qualidade de Diretor de Planejamento e Engenharia, queria deixar patente que o assunto foi discutido, em seus níveis globais, comigo, pessoalmente, e com o Presidente de então, Dr. Antônio Carlos Magalhães. Concordamos no encaminhamento do assunto ao Sr. Ministro das Minas e Energia, com a proposta que vinha da subsidiária, no caso, FURNAS. Houve o apoio dado pela ELETROBRÁS, e do qual eu não posso me afastar, porque entendo que se o Presidente da empresa — ELETROBRÁS — da qual eu era Diretor de Planejamento e Engenharia, enviou o processo, digamos o pedido de FURNAS ao Ministro, isso representa uma decisão da Empresa. Não foi uma decisão pessoal. Como Diretor de Planejamento e Engenharia, tenho a declarar que, realmente, discutimos o assunto, e decidimos que deveria ser encaminhada a proposta de FURNAS ao Sr. Ministro das Minas e Energia para a sua aprovação, como realmente aconteceu.

V. Ex<sup>a</sup> perguntou, depois, sobre a reunião da Diretoria. Vem a pergunta de V. Ex<sup>a</sup> com a minha resposta:

O SR. DIRCEU CARDOSO — A sua primeira resposta demonstra o posicionamento funcional e moral de V. S<sup>a</sup>, no caso da extensão do contrato. Diante da coragem moral que V. S<sup>a</sup> está revelando, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, sem interesse de ocultar posições, pergunto: foi discutido na reunião da Diretoria da ELETROBRÁS este assunto?

— que é o que V. Ex<sup>a</sup> está me perguntando agora. A resposta é:

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não, Senador. Realmente, até onde minha memória não me esteja traindo eu me recordo de ter discutido o assunto, pessoalmente, com o meu Presidente, na época, o Dr. Antônio Carlos Magalhães. Se foi submetido à reunião da Diretoria, realmente, não lhe posso garantir.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. S<sup>a</sup> tomava parte nas reuniões de Diretoria?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Sim. Evidentemente que, como Diretor, eu comparecia à maioria das reuniões. Sendo a Diretoria de Planejamento e Engenharia o órgão técnico da casa, fui consultado, quando, então, o Dr. Antônio Carlos Magalhães mostrou sua decisão — e com a qual manifestei a minha concordância — de encaminhar esse assunto diretamente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, apoiando a proposta de FURNAS. Parece-me que não houve decisão colegiada, mas não quero lhe garantir, pois, não estava presente, evidentemente, a todas reuniões da Diretoria. Entretanto, me parece que isso não invalida a decisão da empresa, é a única coisa que posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> Se foi, ou não, talvez a própria ELETROBRÁS é que possa dizer.

Esta é a minha resposta atual e não vejo motivo para alterá-la.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Veja o Sr. Relator, então, uma decisão daquela gravidade, daquela importância, daquela profundidade, está dando consequência até hoje e vão ficar para o ano que vem, ainda até acabar aqui. Uma decisão daquela não foi uma decisão colegiada. O Sr. Antônio Carlos Magalhães — Sr. Relator, chamo a atenção para isto — levou aquela decisão direta ao Presidente de FURNAS, ele que, hoje, é o Governador da

Bahia. Naquela época era apenas um médico e que era Presidente da ELETROBRÁS. Levou a decisão para o Ministro — S Ex<sup>a</sup>, Presidente da ELETROBRÁS, médico — que não entendia do assunto — levou direto ao Sr. Ministro e, uma hora e pouco depois — como disse aqui — a dança das horas — no momento de entrar e sair — o Sr. Ministro adjudicou.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Sr. Senador, permita V. Ex<sup>a</sup> apenas uma interrupção...

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — V. Ex<sup>a</sup> é o depoente...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Quanto aos conceitos, às opiniões que V. Ex<sup>a</sup> está emitindo a respeito do Sr. Antônio Carlos Magalhães, não cabem comentários. Embora eu discorde deles, é um direito que lhe assiste.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Eu não fiz nenhum conceito. S. Ex<sup>a</sup> não é médico?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — O fato de ser médico não significa que seja um mau administrador.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Eu não estou dizendo nada. Ele é médico?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — É médico.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — É Presidente da ELETROBRÁS?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — É médico e administrador.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Ele levou, diretamente, aquela solução para o Sr. Ministro, ou não?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Sim, passou pelo Instituto, inclusive com os Diretores. Não posso falar porque foi um colegiado.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Eu sei — V. Ex<sup>a</sup> não foi um colegiado, não tomou conhecimento algum. O Sr. é o Diretor-Técnico da ELETROBRÁS — é ou não é?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Até eu fui consultado. Agora, não sei se ele foi...

O SR. DIRCEU CARDOSO — A decisão foi dele — ele apenas ouviu o Dr. Licínio e o Dr. Licínio aprovou e ele levou diretamente ao Sr. Ministro — foi isto, está aqui. Eu não disse nada — que ele era um mau administrador, nada disto. É médico — é um assunto altamente técnico, construção de usina nuclear — eis que está uma unha encravada a rasgar isto aí, num apêndice. Era a construção de uma usina nuclear numa terra podre. Os índios, naquele tempo, já diziam: "Itaorna" — quer dizer: terra podre. Mas os engenheiros pensavam que fosse terra pura. Estão plantando estacas até hoje e vão plantar, se Deus quiser, até no ano que vem, a três milhões cada estaca. Eta Brasil véio! (Risos.) — Não tenho restrição nenhuma sobre o Sr. Antônio Carlos Magalhães.

O SR. LICÍNIO MARCELO — Permita-me um esclarecimento: os problemas que estão sendo vencidos em Angra, com respeito às fundações, não estão ligados ao processo de escolha da empreiteira; poderíamos ter uma empreiteira, selecionada em concorrência internacional e os mesmos problemas poderiam estar ocorrendo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estou de acordo.

O SR. LICÍNIO MARCELO — Quer dizer, isso não foi a causa. Eram estas as explicações que queria prestar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas sem concorrência o senhor sabe que foi feito, foi dado sem concorrência.

O SR. LICÍNIO MARCELO — Isso, mas não é por esse motivo...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sei, estou de acordo com o senhor. Também tenho bom senso.

O SR. LICÍNIO MARCELO — Desculpe a minha interpretação.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, está certo. Mas é a pressa, porque não poderia perder tempo, não é? Não podia perder meses para fazer uma citação, mas estamos perdendo anos. E apura-se a responsabilidade, Sr. Presidente, e ninguém sofre nenhuma restrição depois de uma decisão dessa, violentíssima.

O senhor também não sabe informar Dr. Licínio? O senhor vai desculpar, mas estamos detalhando, porque vamos detalhar com o Sr. Paulo Nogueira Batista tudo, porque agora é final e não vamos chamar mais ninguém.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Senador Dirceu Cardoso, me permite V. Ex<sup>a</sup>?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não!

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Dr. Licínio, houve a carta do Presidente de Furnas, Luis Cláudio Magalhães, levando a questão ao conhecimento do Presidente da ELETROBRÁS de então e, no item 10 de sua carta, ele diz:

“Estando V. S<sup>a</sup> de acordo com as sugestões constantes nesta, solicitamos a autorizarmos a encaminhar ao Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro das Minas e Energia os respectivos pedidos de dispensa de anúncio público, nos termos do art. 2º do Decreto nº 73.140.”

Como V. S<sup>a</sup> debateu esse assunto em entendimento pessoal, qual a explicação do não atendimento da solicitação do Presidente de Furnas? A solicitação era para que Furnas encaminhasse ao Ministro. Então, o Presidente da ELETROBRÁS preferiu enviar diretamente e não devolver o assunto como solicitado ao Presidente de Furnas.

O SR. LICÍNIO MARCELO — Senador Milton Cabral, a ELETROBRÁS é uma empresa *holding*, que controla as subsidiárias. Furnas é uma delas. Então, parece-me apenas um problema administrativo. Quando se solicita uma autorização à ELETROBRÁS para proceder a contatos com o Ministro, fica uma liberdade nas decisões da empresa *holding*, de encaminhar o pedido, que foi apenas um encaminhamento do pedido e que, inclusive, reforça a posição da subsidiária, porque representa apoio da ELETROBRÁS, ou devolver uma autorização à subsidiária e que se dirija diretamente ao Ministro. Sinceramente não vejo uma diferença. Diria que a solicitação do Presidente de Furnas foi atendida além do que foi solicitado, porque, ao invés de Furnas se dirigir ao Ministro com uma carta da ELETROBRÁS, dizendo que estava de acordo, a própria ELETROBRÁS encaminhou como Furnas solicitou. Quer dizer, o pedido foi finalmente submetido ao Ministro. Realmente não vejo uma diferença no procedimento.

É a minha interpretação Senador.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Porque na carta do Presidente Luis Cláudio Magalhães ele levantou algumas hipóteses, inclusive aquela de proceder à contratação das fundações separadamente da superestrutura, e pedia uma orientação nesse sentido.

Estou procurando aqui entre as solicitações de esclarecimento, mas é que havia algumas questões muito importantes que precisavam ser definidas ainda...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito bem!

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — ... e não foram definidas. Inclusive da vantagem ou não de fazer a concorrência ou a dispensa da concorrência relativamente às fundações separadamente. Isso fazia parte inclusive do relatório do diretor técnico.

O SR. LICÍNIO MARCELO — Não posso afirmar, Senador Milton Cabral, mas acredito que esses documentos existem aqui na Comissão e que houve um encaminhamento através de carta da ELETROBRÁS, assinada pelo Presidente Antônio Carlos Magalhães, a qual em anexo, pelo que me lembro, não sei se estou correto, foram encaminhados todos os elementos providos por Furnas. Quer dizer, não houve um encaminhamento da ELETROBRÁS optando por uma solução, encaminhou-se a proposta de Furnas. Realmente na carta do Presidente de Furnas ele comenta várias alternativas, mas, finalmente, conclui solicitando a dispensa de licitação. É uma questão de verificar a carta, mas pelo que me lembro ele comenta alternativa, mas conclui solicitando autorização para se dirigir ao Ministro para solicitar a dispensa.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — É porque na realidade havia uma análise e sugestões e havia o pedido sobre essas sugestões.

O SR. LICÍNIO MARCELO — Senador, o Sr. vai desculpar, mas gostaria de esclarecer uma lembrança que tive agora, aqui, ao ser informado: é que no parecer do próprio Ministro das Minas e Energia, com base no qual ele autorizou a dispensa de licitação, ele refere-se aos relatórios de Furnas, o diretor técnico, etc.; comenta diversas alternativas, etc.; e dá finalmente a dispensa de licitação. Esse parecer foi lido aqui e, certamente, há cópia. O que demonstra que a documentação toda de alternativas, as cartas de Furnas, relatórios, etc., o “processo” foi ao Ministério das Minas e Energia. Quer dizer, a carta da ELETROBRÁS foi mais um documento que se juntou a essa documentação. Acho que, vendo o parecer do Ministério ou do Sr. Ministro, a dúvida que todas as alternativas foram levadas ao conhecimento para uma decisão não mais ficaria. O Presidente de Furnas realmente comenta as alternativas, mas, conclui por uma delas. O que, aliás, é uma posição correta. Não seria razoável propor ao Sr. Ministro 10 hipóteses e deixar que ele seguisse por uma delas, quer dizer, isoladamente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estava aguardando nosso Relator.

Dr. Licínio, no seu depoimento, V. S<sup>a</sup> diz aqui: Talvez o excesso de escrúpulos é que tenha levado S. Ex<sup>a</sup> — quer dizer, o Presidente Antônio Carlos Magalhães — simplesmente a endossar e encaminhar essa proposição de Furnas, ou, se ele quisesse entrar no caso — acho que é quase obrigatório, por uma questão de escrúpulos — teria de dar uma opinião contrária ou coisa parecida.

O SR. DR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Qual é a página Senador, por favor, para facilitar a localização aqui no conjunto.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Bem a página, eu só queria localizar o Sr...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — O Sr. não está lendo aí o depoimento?

O SR. DIRCEU CARDOSO — ... isso eu tirei hoje de madrugada, antes do sol nascer eu já estava com isso na mão estudando para bem merecer da Comissão.

O SR. DR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Então não recorda, realmente.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Devia ter guardado, mas não guardei.

O SR. DR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Localizo num instantinho.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Tirei do seu depoimento, não tirei da minha cabeça.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Eu sei Senador, eu me recordo, não estou duvidando, apenas preciso ver o conjunto porque justamente...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Bom, eu vou ver aqui o Sr. procura lá que eu procuro aqui.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Já localizei aqui.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é isso o que o Sr. falou?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — É, justamente, estava respondendo a uma pergunta que o Sr. fez nos seguintes termos:

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pelo que V. S<sup>a</sup> acabou de declarar, então V. S<sup>a</sup> acha que a decisão tomada pelo ex-Presidente Antônio Carlos Magalhães, que aprovou o parecer de Dr. Fernando Antônio Candeias concedendo a extensão do contrato para a construção de Angra 2, foi um procedimento válido, normal, e tecnicamente perfeito?

Eu na época disse:

O SR. LICÍNIO SEABRA — Vou responder, apenas fazendo uma ressalva à colocação de V. Ex<sup>a</sup> de “tecnicamente perfeito”. Acredito que somente Deus é perfeito. De maneira que foi uma decisão válida e, eu diria, consciente. Vim a travar conhecimentos com Dr. Antônio Carlos Magalhães na ELETROBRÁS, pois foi a convite de S. Ex<sup>a</sup> que eu fui para a ELETROBRÁS. Não conhecia S. Ex<sup>a</sup> até aquele tempo. Pude conviver com o Dr. Antônio Carlos Magalhães, aproximadamente por 2 anos que estive na Empresa, e posso testemunhar às suas atitudes inflexíveis em defesa dos interesses públicos, no sentido de defesa dos interesses da ELETROBRÁS no setor elétrico.

Talvez o procedimento do Dr. Antônio Carlos, na época, prevendo conotações ou ligações políticas de má fé, que pudessem ser feitas pelo fato da recomendação de FURNAS considerar um empreiteiro que era do seu Estado natal, talvez esse excesso de escrúpulos é que tenha levado S. Ex<sup>a</sup>, simplesmente, a endossar e encaminhar essa proposição de FURNAS ao Sr. Ministro. Qualquer que fosse a sua atuação, poderia ser mal interpretada; ou se ele fosse entrar no caso, diria que quase obrigatoriamente, por uma questão de escrúpulos, teria de dar uma opinião contrária, ou coisa parecida. Assim, a decisão foi no sentido de que a subsidiária que conhecia o problema, e estava em condições de opinar, fizesse uma proposta que S. Ex<sup>a</sup> achou por bem apoiar e encaminhar ao Sr. Ministro.

Bom, realmente está tudo confirmado, nada tenho a retirar, apenas fazendo um comentário adicional, não modificativo, de que é uma declaração que começa com “talvez o procedimento do Dr. Antônio Carlos, na época”. Eu me permiti aqui, mediante a colocação das perguntas, fazer uma interpretação que é, apenas, uma interpretação hipotética. Realmente, não é ignorado por ninguém que o Dr. Antônio Carlos Magalhães, além de ser um administrador e de ter estado na Presidência da ELETROBRÁS é também político.

co. Um político tradicional, de origem — vamos dizer — e, evidentemente, ele não poderia ter tido esse escrúpulo. Coloquei a resposta como "talvez". Eu não posso afirmar; o que não invalidaria o fato de que isso tivesse acontecido. A situação só na faixa de hipótese, não teria, obrigatoriamente, evitado que essa solução fosse adotada. A decisão final foi submetida realmente ao Ministério das Minas e Energia com a solicitação de FURNAS e o apoio da ELETROBRÁS. Foi apenas uma declaração — eu diria aqui — opinativa e hipotética, considerado o aspecto do Presidente da ELETROBRÁS da época e pelos contatos e conhecimento que pude ter do Sr. Antônio Carlos, que essa conotação fosse ou o levasse à posição de não opinar sobre o assunto. Foi, realmente, em última análise o que talvez o tenha levado a se comportar dessa forma ao encaminhar uma proposta de uma empresa subsidiária. Da minha parte, do exame que fiz da época com o Dr. Antônio Carlos, realmente, examinei os aspectos — vamos dizer — técnicos, os aspectos de consequência e, realmente, não vi maiores inconvenientes ou problemas por todas as razões que foram objeto do depoimento anterior de que houvesse um prejuízo para FURNAS ou um prejuízo de um modo geral para a negociação de um contrato para a empreiteira que estava na obra. Não foi uma extensão de contrato, foi uma negociação de um novo contrato.

Não sei se esclareci sua indagação, mas está mantida com esse esclarecimento adicional.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O Sr. me desculpe, mas V. S<sup>a</sup> não esclareceu nada; o Sr. pôs mais nevoeiro sobre tudo isso.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Lamento Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, isso agora só nos resta lamentar, porque a coisa está feita e nós só temos que aceitar a filosofia dos fatos consumados, está acabado e o Sr. Shigeaki Ueki, hoje, é o Presidente da PETROBRÁS se não for coisas maiores para frente e o Sr. Antônio Carlos é o Governador da Bahia. Eu sei que foram um médico e um advogado que decidiram esta situação ou, segundo ele me respondeu, era um contador antes de entrar — isso não tem importância porque nós todos nascemos lá ... — contador de uma empresa antes de entrar em Cotia. Depois de entrar em Cotia, e hoje está aí nessas alturas. Mas nada lança sobre ele coisa alguma, mas um advogado e um médico que deram a uma coisa tão importante e deram isso aí. E deram numa hora em que só há um documento aí que pôs os pingos nos is. É o do Coronel-Assistente que disse: "Olha o que o Sr. vai fazer! "O Coronel está aqui nos honrando com a sua presença. Era o assessor dele e dizia: "Olha Ministro que o Sr. não pode fazer isso, olha a concorrência..." Fez sem concorrência...

Fez sim. Está escrito, tem o parecer do Coronel. Li aqui o parecer e o Relator da Comissão tem que falar sobre isso naturalmente. Isso tudo vai ressumar no relatório que eu espero que o nosso ilustre Relator depois ponha os pingos nos is, quando relatar isso tudo. O nosso intuito é esse, é esclarecer, é abrir esses caminhos para que o Relator tenha elementos para fazer o relatório com a verdade, somente com a verdade, doa a quem doer.

Dr. Licínio, portanto, a resposta é essa e o relatório do Presidente de FURNAS foi baseado no Dr. Candeias que, hoje, não é mais o engenheiro, está aposentado e foi um homem mais escorregadio que já passou por esta Comissão. Não sei como é engenheiro o Dr. Candeias.

O SR. LICÍNIO SEABRA — É um grande engenheiro na minha opinião.

O SR. DIRCEU CARDOSO — É, mas pode ter engenheiro que é escorregadio também. É um muçum, escorrega e ninguém pega. É difícil pegar. Fez aquela e tinha que ser aquele lugar porque não tinha lugar para colocar outra. Ele e outros.

Sr. Presidente, vou continuar:

Portanto, Dr. Licínio ratifica o primeiro depoimento e a pergunta que lhe fiz naquela época. Às vezes no telegrama retifica mas agora ratifica.

O SR. LICÍNIO SEABRA — O Sr. teria que esclarecer que essa ratificação foi a primeira e única.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é capaz de que o telex esteja errado ao invés de ser *re é ra*.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Realmente, enganos acontecem não é Senador? Mas já que o Sr. tocou no assunto, se o Sr. me permite um esclarecimento, há um trecho desse último telex que retifica realmente uma informação de que simplesmente foi dado um telex anterior com um custo que devia ser dado para a média de dois ou três e, por um lapso de datilografia, saiu apenas se referindo a dois. Então, estou retificando apenas este detalhe, para ser mais preciso. Poderíamos simplesmente nem mencioná-lo e provavelmente nem seria detectado. Mas foi dentro desse espírito de procurarmos prestar as informações mais precisas possíveis ao Senado. Então foi

apenas um problema, simplesmente, de erro de datilografia, a que nos referíamos. Ao invés de ser dois, era, na realidade, a média de dois e três. É a única retificação que foi feita.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Já temos alguma retificação. Esse preço de estaca já variou. A estaca não varia mas o preço está variando...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — O preço está variando, mas não está sendo retificado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — ... já está quase em 70 mil dólares por estaca.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> perdoe o comentário, mas isso não significa retificação. Estamos sendo fidedignos, mas a variação é um fato...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Já foi 45, já foi 60 e agora já está quase a 70.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Sim. São dados que estão variando, mas não estão sendo retificados.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Hoje já estamos na vizinhança de 70 e, até o ano que vem, isso vai para 100 mil dólares, mas isso não tem importância, a ordem é rica.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> não está me perguntando?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não! Eu é que estou afirmando. Doutor, a situação de Furnas, como empresa fornecedora de energia elétrica, e eu sou consumidor de Furnas, V. S<sup>a</sup> tem que me responder direito porque sou consumidor de Furnas, todo o dia quando ligo lá no Espírito Santo, a minha luzinha, eu pago a Furnas...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> paga à ESCELSA.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas é do mesmo grupo.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Nós temos o prazer de ter V. Ex<sup>a</sup> como consumidor...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é tão prazerosamente, mas em todo o caso eu defendo o consumidor, e a indagação que quero fazer é esta: a situação hoje de FURNAS é a mesma de antes da construção das usinas nucleares? Ou seja, FURNAS era uma das grandes empresas nacionais, com *superavit*, muito bem administrada, como é ainda hoje, mas FURNAS recebeu isso como presente de grego, pois bem, a situação econômico-financeira é a mesma?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Evidentemente que a situação não é a mesma. A situação varia...

O SR. DIRCEU CARDOSO - aí já vem uma retificação.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não! Variação não é retificação. V. Ex<sup>a</sup> me perdoe, mas o fato das condições terem variado, não está implícito na afirmativa de que tenham piorado.

V. Ex<sup>a</sup> comentou que, em épocas passadas, FURNAS tinha *superavit* e uma situação financeira folgada. Mas isto não corresponde exatamente à realidade, porque, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, o serviço de energia elétrica é dado por concessão do Governo Federal e é controlado através de órgãos do Governo, no caso específico, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. O DNAEE é o órgão que controla as concessões e é órgão que, em nome do Governo, portanto em nome da população dos consumidores, zela pelo interesse do consumidor. E as empresas de energia elétrica têm toda sua vida econômico-financeira controlada. É um serviço pelo custo, uma empresa não tem maior ou menor lucro, não nada em dinheiro, isso é impossível, porque há um controle direto do DNAEE que fixa os preços.

De maneira que, a situação de FURNAS de anos atrás não variou para pior. Realmente a empresa está vivendo uma situação mais difícil, mas isso não está ocorrendo só com FURNAS. Como é do conhecimento geral todas as empresas estão vivendo momentos difíceis que decorrem da conjuntura de combate à inflação, de contenção de tarifas, que ocorreu durante alguns anos...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Todas as empresas tiveram contenção?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Todas as empresas tiveram, para que os programas não sofressem descontinuidade. A opção foi voltarmos para um maior endividamento, foi o que realmente ocorreu. No final do ano passado o setor elétrico, como um todo, teve um reajustamento tarifário. Eu estou falando em períodos e não em valor atual e, no dia de hoje, já é indispensável que haja um novo reajustamento tarifário.

Quanto à nuclear, especificamente, FURNAS está cumprindo uma missão que lhe foi dada pelo Governo, como empresa que é do Governo, de construir a primeira central nuclear. Realmente nós temos enfrentado muitas dificuldades de ordem financeira, de ordem técnica, por se tratar de um projeto grande e pioneiro. Isso não significa que a empresa, por este motivo, esteja em situação pior ou melhor do que a passada. Está enfrentando os problemas pertinentes ao projeto que lhe foi entregue, procurando com o máximo empenho desempenhar da melhor maneira possível a sua tarefa.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Então a situação econômico-financeira é a mesma?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não é a mesma. Não decorre, vamos dizer, essencialmente, do sentido operativo. Nós estamos investindo em usina nuclear. A usina nuclear não está tendo nenhum efeito na vida operativa da empresa, estamos apenas investindo. Então o investimento se faz com recursos próprios da empresa e com financiamento, assim, realmente, estamos arcando com onus financeiro...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Que Furnas terá que pagar um dia.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Perfeito!

O SR. DIRCEU CARDOSO — E isso não pesa nas tarifas?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Irá ter uma repercussão nas tarifas futuras, mas...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas não é o Governo que vai pagar, nós, povo, é que vamos pagar.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Justo, mas por uma coisa adicional, por algo adicional que foi acrescentado ao programa de geração; uma geração adicional, de uma alternativa nova, de uma tecnologia nova, que é a energia nuclear.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Então V. S<sup>a</sup> vai me responder: Furnas sempre foi muito bem equilibrada, sempre bem dirigida, então por que até hoje, abril, V. S<sup>a</sup> não pagou o PL aos funcionários de Furnas? Sempre depois do balancete Furnas pagava o PL. Quero também que V. S<sup>a</sup> explique o que é o PL e por que até ontem não havia pago?

O SR. LICÍNIO SEABRA — A informação é verídica.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr., às vezes eu posso acrescentar alguma coisa, mas in verdade eu não digo. Tem muita coisa em minhas perguntas que vai deixá-lo... não pedi mais nada ao Senhor, não fui mais visitá-lo, estamos em guerra com o Senhor...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Lamentamos. Independente da sua função gostaríamos de continuar mantendo...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Se eu fosse Ministro de Minas e Energia aí o ritmo iria mudar, mas como não sou, sou até independente. Mas, por favor, explique o que é o PL e por que não o pagou até hoje?

O SR. LICÍNIO SEABRA — O PL é a sigla que decorre de disposições estatutárias da empresa. Durante os exercícios fiscais, sempre que a empresa tem resultados positivos, dentro do controle da legislação, e do controle do poder concedente, há uma condição estatutária que estabelece que aos empregados é distribuída uma gratificação a título de participação nos lucros, vindo daí a denominação PL. Então essa disposição estatutária vem sendo cumprida e, este ano, também o será. A conjuntura deste ano, na qual todo o programa de contenção estabelecido pelo Governo Federal apresentou um fluxo de caixa difícil para a maioria das empresas do setor elétrico, começando pela ELETROBRÁS que, normalmente, faz o suprimento de recursos de financiamento para novas obras, naturalmente repercutiu na operação das empresas. Nós não escapamos às regras, estamos na mesma dificuldade, e em vista então desta conjuntura financeira, estabeleceu-se que o pagamento, de participação dos lucros neste ano, por uma questão de fluxo de caixa, será feito no mês de maio. Nos anos anteriores tem variado. Esta data não é uma data fixa. Ela tem sido paga em fevereiro, março, que é a data máxima, mas a atual conjuntura e o esforço necessário para vencer essa conjuntura, levou a diretoria, examinando esse assunto, a optar pelo pagamento um pouco mais tarde, um mês mais tarde. É um problema de conjuntura financeira e de fluxo de caixa.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Então V. S<sup>a</sup> vai me responder agora. V. S<sup>a</sup> fala fluxo de caixa porque é um técnico. E eu sou um homem do povo. Houve lucro ou houve falta de dinheiro? V. S<sup>a</sup> me explique isto.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não. A gratificação, como eu disse nobre Senador, de acordo com as posições estatutárias...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Houve lucro ou está faltando dinheiro?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não. Vamos dividir em duas partes Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas dividir o quê? Quero que V. S<sup>a</sup> me responda isto: houve lucro? Porque V. S<sup>a</sup> dizer participação nos lucros, só vão dividir se houve lucro.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Evidente.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Aquilo é uma cota que tem de ficar reservada na escrituração da firma.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador deixe-me explicar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sei que V. S<sup>a</sup> veio aqui para explicar finalmente, respaldar tudo.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Perfeito. Deixe eu completar a resposta. Ao confirmar aliás...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Desculpe eu ter saído do ritmo.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Isto não é problema nuclear, mas é uma ligação que, vamos dizer, está relacionada ao problema nuclear. Nós estaríamos deixando de efetuar o pagamento dessa participação de marco, para aplicar o dinheiro na usina nuclear e não pagar o pessoal. Não tem conotação um fato com outro. Mas ao lhe responder Senador, de que nós vamos efetuar o pagamento da PL, como normalmente é conhecida, é porque evidentemente houve lucro, caso contrário, não haveria participação nos lucros, é evidente. E isto foi evidentemente apurado em assembléia geral etc. etc. Bom. Agora o outro fato que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo é que nós estamos, agora, com problema de fluxo de caixa...

O SR. DIRCEU CARDOSO — De fluxo de caixa não, de dinheiro.

O SR. LICÍNIO SEABRA — De fluxo de caixa que é fluxo de dinheiro. O dinheiro entra no caixa por um lado e sai por outro para pagar os compromissos. Então, realmente, a quantidade de dinheiro que está entrando, que estamos recebendo...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Inclusive o meu.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Inclusive o seu, através da EXCELSA. Nós temos evidentemente...

O SR. DIRCEU CARDOSO — O Sr. tem que falar porque o meu está aí nisso. O meu dinheiro está aí.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Parte dele não é? A outra parte fica no Espírito Santo. É uma pequena parte.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois é. Mas eu contribuo. Sou colono de V. S<sup>a</sup>

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não. V. Ex<sup>a</sup> é nosso consumidor indireto, com muita honra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Colono. Por isso eu explico no meu Espírito Santo que V. S<sup>a</sup> faz muito dinheiro em Angra, eu digo, eu vou pagar isso amanhã, vou ter que pagar isto tudo. Eu falo em nome dos milhares de consumidores de eletricidade de Furnas.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Que é uma preocupação de Furnas também, V. Ex<sup>a</sup> pode estar seguro disso.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Gostaria de encaixar aí uma pergunta. Dr. Licínio, na composição das contas de Furnas, os custos decorrentes dos investimentos em Angra 1, isto vem desde mais ou menos 1972, não? — Angra 1 e Angra 2, esses custos, essas despesas, os encargos assumidos por Furnas, eles têm, eles participam da contabilidade geral de Furnas e por isso as tarifas são ajustadas levando-se em conta esses aspectos ou as tarifas até não foram reajustadas sem levar em conta estes investimentos do Programa Nuclear?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Nobre Senador, deixe eu lhe dar uma resposta, se é que entendi bem a sua pergunta. O mecanismo onde se processa o mecanismo contábil e para efeito tarifário, de acordo com o controle do poder concedente e a Legislação específica, uma em determinada obra passa a compor o chamado vencimento remunerável, que serve de base para o cálculo da tarifa, somente quando ela entra em operação e começa a participar, vamos dizer, da atividade produtiva da empresa, como é usual em qualquer empresa. Enquanto o investimento está sendo feito, a obra está em construção e foi feita a operação, ela permanece, evidentemente, no ativo da companhia, mas não entra no investimento remunerável, não poderia entrar, pela nossa legislação, pelo nosso controle.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Só depois de concluída.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Só depois de concluída, quando ela passa a participar do processo produtivo é que ela passa a compor a tarifa, vamos dizer.

O SR. ALBERTO SILVA — Gostaria também de fazer uma pergunta. É que ela antecipa um pouco o que vai acontecer, mas, Dr. Licínio, no momento em que a usina, ou as usinas que compõem o sistema nuclear, entrarem em operação, nesse momento então, segundo V. S<sup>a</sup> acaba de declarar, aí os investimentos vão fazer parte da composição e do custo da tarifa, e, por conseguinte, a empresa terá que, de uma forma ou de outra, encontrar maneiras de se ressarcir do investimento. A pergunta que eu faço é: FURNAS já deve ter consciência clara, numa época de computador, que o custo dessa implantação do sistema nuclear não vai poder se ressarcir pela tarifa porque a quantidade de energia gerada é infinitamente inferior ao custo total da obra. Quero lembrar Boa Esperança, que deve ser semelhante a FURNAS nesta conjuntura. Quando acabou de se fazer o investimento da usina de Boa Esperança, o número total de quilowatts gerados não podia ser colocado na tarifa, porque ela seria insuportável para o País e para o Nordeste. Então parte do investimento teve que ser colocado a Fundo Perdido. O Governo Federal teve que arcar. Isso não vai ser a mesma coisa em FURNAS?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador Alberto Silva, se entendi bem a colocação de V. Ex<sup>a</sup>, eu responderia da seguinte forma. Realmente, quando as usinas nucleares tiverem a sua construção terminada e entrarem em regime de operação, elas representarão para FURNAS, para a empresa, um determinado custo, vamos chamar de operativo, de investimento mais combustível, etc. etc. Mas a colocação de V. Ex<sup>a</sup> foi perfeita. De alguma forma, para manter a economia da empresa, estes custos terão que ser providos de alguma maneira. Bom, uma forma é realmente, a inclusão na tarifa. Há uma diferença em relação ao caso que citou de Boa Esperança. Embora a energia elétrica gerada por combustível nuclear seja realmente de custo mais alto, ela vai se inserir num sistema cujas proporções, em relação à geração nuclear e o total do consumo e pela política em prática hoje pelo poder concedente, acarretará a unicidade da tarifa, quer dizer, os custos são rateados por todos os consumidores. Então haverá um rateio deste custo adicional, vamos dizer, por um número, por toda a região sudeste, sul, eventualmente pela região nordeste. Este é um problema cuja decisão escapa totalmente à posição de qualquer empresa concessionária porque é uma atribuição legal e é da competência do Departamento Nacional de Energia Elétrica, portanto do órgão que controla e protege, ou tem por obrigação proteger o interesse do consumidor e verificar os meios adequados tarifários. Então, nós não temos cálculos detalhados sobre isso. São inclusive prematuros e não nos cabe fazer cálculos para este tipo de coisa, apenas temos elementos indicativos de que, nesta hipótese, considerada à época, está previsto a entrada de Unidade I, e depois os incrementos de geração que vão ocorrer naturalmente para acompanhar o mercado. Apenas queria fazer uma ressalva de que é apenas uma indicação de ordem de grandeza, nós não podemos nos comprometer, evidentemente, com esses números, escapa à nossa atuação, é um problema do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica, e dependerá dos cálculos específicos que vão ser feitos na época. Mas, a entrada da Unidade I, prevista para 1981, no ano que vem, princípio do ano que vem, poderá representar, dependendo da política que vai ser adotada do rateio, qualquer coisa da ordem 5 a 7,5%, nessa ordem de grandeza, de aumento de tarifa média na região. A entrada das Unidades 2 e 3, que, naturalmente, a marcha é mais a longo prazo, está prevista para 1987, 1988, esses números poderão representar qualquer coisa da ordem de 10% ou 7%, também. São de ordem de grandeza indicativas, na hipótese de o custo ser absorvido pelos consumidores. Quanto à sua outra colocação, a de fundo perdido, de participação do Governo Federal, através de verbas federais, retiraram portanto, o custo de depreciação e de remuneração etc. É uma hipótese que dependerá da política que o Ministério das Minas e Energia e o Governo Federal houverem por bem adotar na época. É uma hipótese também.

O SR. ALBERTO SILVA — Claro que, como acaba de dizer o engenheiro Licínio, ele não pode se responsabilizar por números ou por porcentagens. Mas, a sensação que a gente tem é que a porcentagem será bem maior. Apesar de o número de consumidores da região Centro-Sul ser elevado e por conseguinte, o rateio por todos eles, desses custos adicionais de FURNAS, através da usina nuclear, diminuir, mas, sensivelmente aumentarão para todos, quer dizer: a grande massa de consumidores, inclusive aqui, o nosso Senador Dirceu, faz questão de se incluir entre um deles, vai pagar por essa diferença, sem a menor dúvida. Talvez os 7% não sejam bem 7, mas, vá para 20 ou mais. Porque os investimentos já vão superar, ao que estamos prevenindo, 100 bilhões de cruzeiros, para uma geração total de menos de 10 megawatts.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Nobre Senador, nós temos a usina nuclear. Querida um esclarecimento Senador. Realmente quando eu fiz a ressalva, esses cálculos são ordem de grandeza, eu diria entre 7,5 e 10, são cálculos com uma certa precisão. Não deverá ultrapassar, não é um cálculo relativamente simples de ser feito, prevenindo-se o mercado consumidor, evidente, o custo atual das usinas, o custo atual da geração, o custo médio do sistema atual e introduzindo a geração adicional de Angra 1 que no caso aí, são 620 megawatts, fator de carga na ordem de 70%. Então, a ordem de grandeza, aproximadamente, será esta, na hipótese de haver um rateio de custos reais da nuclear.

O SR. ALBERTO SILVA — Bom. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, mas o que eu queria justamente lembrar é isso: que o investimento da energia nuclear é bem mais alto, mas muito mais alto, está claro, do que o investimento em geração hidroelétrica. Não vamos discutir se é ou não oportuno fazer isso. Mas, claro que numa região densamente povoada, onde há demanda e o fator de carga elevado da maneira que acabo de dizer, pode ser que os números fiquem em torno disso. Mas a gente tem dúvida, porque nessa política realista de tarifas que o Governo adota de cobrar tudo, o consumidor vai ter que pagar, o ressarcimento, a depreciação e tudo mais, de uma usina nuclear, como faz com todas as outras. A nossa preocupação é justamente essa: que no final os consumidores tenham sobre os seus ombros uma carga adicional pesada, para um país em desenvolvimento. Oxalá os números não passem de 7%. Esta é a nossa preocupação.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, V. S<sup>a</sup> me deixou tranqüilo agora, dizendo que só 7%, 7 ou 8% até Angra 2 ou Angra 3. Porque voltei ontem do meu estado e, como político, me procuram os habitantes da minha região, reclamando isso e aquilo. E o pessoal humilde, de pé no chão que mora numas casas da periferia da minha cidadezinha do interior do estado do Espírito Santo me procurou. A EXCELSA elevou os 55% o preço da eletricidade. Então, o que eles fizeram: eles tinham três lâmpadas, cortaram duas e ficaram com uma só na casa: 55%, eu vou pagar, ainda posso, daqui há três anos vou deixar isso aqui, vou lá para o interior, talvez não possa pagar. Mas, há gente pior do que eu ainda, que teve que reduzir de três lâmpadas para uma, o aumento foi de 55%. A rede de Furnas começou a subir 7,10%, e tem mais os desaforos e aí que vai ficar então a 70%.

Nós vamos pagar tudo que vocês estão gastando. O pãozinho que a gente come lá naquele hotel no cafezinho, vamos pagar também.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, existe a inflação. Qual foi a inflação de 1979? Foi da ordem de 80%, então se a EXCELSA aumentou só 55%. Só 55%? Quem pagá a diferença, não é Senador. Eu reconheço que existe um problema social, V. Ex<sup>a</sup> colocou, evidente que existe.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eles reduziram já. De três passaram para uma, e outros voltaram ao querosene.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Temos que aumentar a riqueza do País, essa é a solução.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — O assunto é custo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Relator, V. Ex<sup>a</sup> pode entrar onde quiser, na hora que quiser a Mesa.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Para não se perder o fio da meada.

Dr. Licínio, pelo telex BSD 00749, a resposta de Furnas é o seguinte:

"Custos até março de 80 ainda em processo de apuração e contabilização, atualizados até dezembro de 1979, foram investidos em Angra 2, quatorze bilhões, setecentos e setenta e seis milhões de cruzeiros". E acrescenta: "Investimento total previsto até o final da obra, segundo estimativa de custo de dezembro de 1979 é igual a 87 bilhões, oitocentos e sessenta e seis milhões de cruzeiros". E diz em seguida: "nos valores acima não estão incluídas despesas financeiras e primeira carga de combustível. Então, eu estou entendendo, Dr. Licínio, que aqui está incluído tudo. Verdade?"

O SR. LICÍNIO SEABRA — Com exceção só da primeira carga...

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Então, para que não reste a menor dúvida de que tudo está incluído, eu perguntaria o seguinte: o primeiro contrato para execução dos cálculos dinâmicos das fundações do edifício do reator de Angra 2, auxiliar do reator e outros, custou a Furnas 4 milhões e meio de marcos em 1977? Mais tarde, em 1979, foram novamente contratados novos serviços para estudo do reforço dessas estacas. Então, nós gostaríamos de saber não só a soma, o valor, o custo para Furnas desses novos serviços, e se esses investimentos em projetos, custos e cálculos de fundações estão incluídos nestes 14 bilhões que estão aqui referidos. Segundo, Furnas tem um contrato de prestação de serviços com a NUCLEN, a partir da assinatura do

contrato 3533, com reajustamentos das diferentes quantias fixas, valores e preços etc. Este faturamento mensal da NUCLEN também está incluído nesse custo total de 14 bilhões?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador Milton Cabral, deixe-me caracterizar se entendi perfeitamente a sua indagação. Nessa resposta ao telex 00749, está informado que os custos atualizados até dezembro de 79 de Angra 2, são de quatorze bilhões, setecentos e setenta e seis milhões quinhentos e oitenta mil, oitocentos e onze cruzeiros.

Então, todas as despesas que foram contabilizadas e pagas até dezembro de 1979, estão incluídas nesses 14 bilhões.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Inclusive esses contratos e o faturamento da NUCLEN?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Todos, ou seja, as despesas ocorridas até dezembro e 1979.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Eu queria apenas saber se não havia qualquer dúvida a respeito, custo de projeto, etc.?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Está tudo incluído é o custo total, à exceção, apenas, da primeira carga de combustível e dos custos financeiros durante a construção.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Naturalmente esses custos financeiros serão esclarecidos, pois vamos precisar qual a incidência dos mesmos e seus valores.

O SR. LICÍNIO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> gostaria de ter essa informação agora?

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Se for possível...

(Pausa para coleta de dados p/informação)

O SR. DIRCEU CARDOSO — Cuidado com esse relatório, porque se ele for muito bem feito V. Ex<sup>a</sup> pode sacrificar a sua posição no PDS. (Risos.)

O SR. LICÍNIO SEABRA — Tenho aqui a parcela do orçamento. O orçamento de 1979, referente a dezembro de 1979. A parcela de despesas financeiras que o compõem, em dólares equivalente, é de 1 bilhão, 339 milhões de dólares, para um total geral de custo, incluída a despesa financeira, ou excluída, dependendo da conta que quiserem fazer. Mas posso dar o custo total, inclusive: 3 bilhões, 405 mil — despesa financeira: 1 bilhão e 339 milhões. A diferença é o custo direto, à exceção apenas da primeira carga.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Os 3 bilhões e 405 milhões de dólares...

O SR. LICÍNIO SEABRA — É o total geral, inclusive despesa financeira. É o orçamento.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Dr. Licínio, qual é o faturamento da NUCLEN com FURNAS?

(Cruzam-se comentários.)

O SR. LICÍNIO SEABRA — O valor total, inclusive despesas financeiras, é de 3 bilhões e 405 milhões de dólares.

(Cruzam-se comentários.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, enquanto os assessores do Dr. Licínio procuram os dados para responderem à pergunta do Senador Milton Cabral, V. Ex<sup>a</sup> pode continuar com a palavra, se o desejar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Tenho muita coisa a perguntar. Veja V. Ex<sup>a</sup> que só para encontrar os dados que eles trouxeram — os assessores trouxeram na pasta — como demoram e ainda não chegaram a nenhuma conclusão...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador Milton Cabral, consegui aqui a informação pela ordem de grandeza, porque não temos realmente os dados completos: o faturamento da NUCLEN de serviços prestados a Furnas no ano passado, foi, na média do valor corrente de 79, da ordem de 80 milhões de cruzeiros por mês. Ordem de grandeza de valor médio. Varia, evidentemente, do mês em que há mais ou menos serviços...

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — E qual foi o custo desses novos contratos de reforço do estaqueamento. O contrato foi feito com quem, com a KWU?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, eu lhe daria a seguinte resposta: os serviços de engenharia das Unidades II e III estão contratados por Furnas com a NUCLEN e a KWU. Temos dois contratos, inclusive onde a participação das três empresas — Furnas / KWU / NUCLEN participam dos 3 contratos, e há uma divisão de tarefas no serviço de engenharia.

Respondendo a sua pergunta, o cálculo dos trabalhos referentes ao reforço das fundações foram executados dentro do contrato de engenharia para cobrir a engenharia total das Usinas II e III. Não houve um contrato especial.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Já está embutido nesses 80 milhões?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não, 80 milhões correspondem somente ao faturamento normal da NUCLEN. O custo dos serviços da KWU, de construtores, da própria NUCLEN — a parte principal foi realmente da KWU para o reforço da Unidade nº 1 —, foi da ordem de grandeza de 1 milhão de dólares.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer uma solicitação. Sr. Presidente e Srs. Senadores, a minha preocupação ao fazer esta pergunta, é exatamente conhecer quanto custou o projeto das fundações, o custo total dos projetos das fundações de ANGRA II. Eu pediria que oportunamente — pois pode haver alguma dúvida a respeito — nos fosse mandado, por escrito,...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas eles têm os dados aí — vamos ouvi-lo.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Mas se tem que somar 4 milhões e meio do contrato anterior e mais os investimentos, talvez 1 milhão de dólares, não sei. Se puder ser dado agora, muito bem, mas podem também nos mandar por escrito depois.

A pergunta é a seguinte: quanto está custando exatamente o projeto das fundações de ANGRA II, incluindo a parcela de Engenharia? É um dado de custo de projeto.

O SR. LICÍNIO SEABRA — É um dado que temos que levantar Senador, pois, infelizmente, não temos condições de prestar essa informação aqui e agora.

Trouxemos uma pasta de informações mas, evidentemente, não podemos trazer os arquivos da companhia.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Nós vamos consultar esses arquivos, já que não veio até aqui nós vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O senhor disse também, Dr. Licínio, em seu depoimento, que o projeto das estacas de ANGRA II é de responsabilidade da NUCLEN, e que tudo estava bem, não havia problemas, os prazos da construção das fundações estavam compatíveis com a construção das fundações de equipamento, e nada atrasaria. V. S<sup>a</sup> disse isso o ano passado.

O SR. LICÍNIO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> poderia me localizar aqui, Senador?

O SR. DIRCEU CARDOSO — A nossa assessora de línguas está procurando o local. Nada atrasaria, a responsabilidade é da NUCLEN. Este é um fato que V. S<sup>a</sup> pode comprovar, se é da responsabilidade da NUCLEN.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Foi respondendo a uma pergunta de V. Ex<sup>a</sup>?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Talvez V. S<sup>a</sup> explique a pergunta até encontrarmos aqui.

A pergunta é esta: como V. S<sup>a</sup> explica que, após dois anos, o projeto não tenha sido ainda liberado pela CNEN, e o atraso seja cada vez maior arrasando o preço, o que faz pesar ainda sobre o custo da eletricidade de Furnas, para o consumidor que vai pagar todos os gastos.

A declaração é esta aqui: "O projeto das estacas de ANGRA II é da responsabilidade da NUCLEN, e que tudo estava bem, não havia problemas, por parte da construção das fundações, estavam compatíveis com a construção dos equipamentos e nada atrasaria". O que não se verificou. Está na página 35 do jornal, o depoimento do Dr. Licínio.

Página 40, à esquerda, na 30ª linha.

O SR. LICÍNIO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> permite que eu leia para identificar se é este realmente o ponto? Foi respondendo a uma pergunta do Senador Roberto Saturnino?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exatamente.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Foi a partir de: "por exemplo, o projeto de estacas foi elaborado pela NUCLEN, seguindo-se o projeto de laje de encaibamento e as primeiras etapas da superestrutura. Esses projetos estão todos em execução, com prazos executivos compatíveis com o prazo de construção. E temos o projeto. vamos chamar, básico."

Mas, realmente, não está dito que ele está sendo elaborado pela NUCLEN, e não está dito que não atrasaria.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O “nada atrasaria”, desculpe, eu também não encontrei aqui, não sei onde é que eu achei isto aqui.

Mas está aqui: os prazos executivos compatíveis com o prazo de construção. Então está tudo dentro de um cronograma, então naturalmente não atrasaria.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — A resposta a esta pergunta Senador, é um pouco mais extensa, mas eu vou fazer um histórico. Se eu entendo bem, V. Exª coloca a pergunta, em outubro do ano passado quando eu estive aqui, realmente, a informação dada era genérica, porque estávamos com o projeto em andamento e não tínhamos nenhuma situação caracterizada de dificuldades ou atrasos na construção das estacas. Partindo deste ponto, não é?

Tenho aqui umas notas, porque justamente eu previa uma explicação. A situação em outubro de 1978, como eu disse há pouco, nós tínhamos aquela época, o projeto em andamento, o projeto das estacas, a construção das estacas em franco andamento, e tínhamos o cálculo, a análise sísmica das funções em análise, em discussão com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, que é o órgão licenciador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A resposta quer dizer que o projeto não foi liberado até agora, não é?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Já foi Senador. Eu vou lhe fazer uma resposta um pouco mais extensa para lhe dar um histórico.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Isso que eu queria saber, eu quero que V. Sª diga a decisão sobre a liberação do projeto.

O SR. MILTON CABRAL — E o licenciamento, não é?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Eu então faria o seguinte resumo, que eu acho que vai dar uma informação mais global, a que acredito deva ser do interesse dos senhores Senadores. O resumo seria o seguinte: em consequência da orientação adotada para construção das unidades Angra II e III, em função do acordo entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, o serviço de engenharia dessas unidades foram contratados por FURNAS, com a KWU e com a NUCLEN. Esses serviços de engenharia estão divididos entre a KWU e NUCLEN, por sistemas ou áreas de instalações, desvinculados da procedência dos respectivos fornecimentos de materiais e equipamentos. Não há uma vinculação direta. A engenharia é dividida, há, naturalmente, trabalho de coordenação de interfaces, etc, mas são duas empresas que trabalham para a engenharia das unidades.

Em linhas gerais, à KWU cabe o projeto conceitual das usinas, e o projeto detalhado dos sistemas nucleares. E à NUCLEN, cabe executar o projeto detalhado das estruturas e das demais partes das usinas, complementando.

Ao se iniciar os trabalhos de engenharia das unidades, a NUCLEN ainda não havia sido constituída, quando a totalidade desses serviços ficou afeta à KWU, com o acompanhamento da NUCLEBRÁS.

Com a criação da NUCLEN, passou essa empresa a participar dos trabalhos a seu cargo. Além das atividades de engenharia propriamente ditas, à KWU cabe executar as tarefas de planejamento global das atividades do projeto, de prazos de construção, e coordenação dos documentos e atividades relacionados com o licenciamento perante a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear.).

Diante desse esquema, o projeto conceitual das fundações ficou entregue à KWU, e o projeto executivo detalhado ficou com a responsabilidade da NUCLEN.

A análise sísmica das fundações e de todo o conjunto da unidade nº2, sob o aspecto físico, foi entregue à KWU, que contratou empresas especializadas para sua execução.

O primeiro relatório sobre esta análise foi apresentado à FURNAS em fins de 1976, e, em seguida, foi submetida à CNEN. Em novembro desse mesmo ano, novembro de 1976, FURNAS recebeu autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear para execução do estaqueamento do edifício do reator de ANGRA II, sob a condição de serem necessárias estacas adicionais, caso necessário, em face dos estudos realizados pela própria CNEN e relativos à análise sísmica, e também sob a condição de que a execução da lage de encabeçamento dependeria de uma autorização específica da CNEN.

Com o procedimento usual em usinas nucleares, FURNAS deu início às medidas executivas para a execução do estaqueamento. Em princípio de 1978, foram realizadas várias reuniões e discursões técnicas entre FURNAS; CNEN, KWU, e construtores, referentes ao primeiro relatório sobre a análise sísmica, com base no qual as estacas estavam sendo executadas.

Destas reuniões resultou o requisito de preparação...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Já havia um ano de estacas, não?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Confere. Destas reuniões resultou o requisito de preparação de um novo estudo pela KWU, por solicitação do órgão licenciador, e este estudo foi preparado e foi submetido à CNEN em outubro de 1978. Em dezembro desse mesmo ano, segundo o relatório de análise sísmica, foi questionado pela CNEN e justificado pela KWU, em várias reuniões técnicas, quando caracterizou-se a não aceitação pela CNEN, da análise sísmica apresentada.

Foi um fato ligado à pergunta que V. Exª me havia feito, de que esta situação se caracterizou em dezembro de 1978. Na reunião que eu tive o prazer de estar aqui na Comissão em outubro, realmente, nessa época, as coisas não estavam em discussão técnica, portanto, não havia ainda uma caracterização de uma dificuldade maior, como chegamos em dezembro.

FURNAS, em seguida, após essa caracterização de que a análise sísmica não havia sido feita pela CNEN, tomou a iniciativa de consultar um painel de construtores independentes, de renome e de experiência internacional, o que somente pode ser realizado na segunda quinzena de fevereiro de 1979, medidas de contacto com os professores; com os consultores; combinar ata de reunião, apresentação de relatórios. Conseguimos até em um tempo recorde, fazer este encontro na segunda metade de fevereiro de 1979.

O parecer deste painel de consultores coincidiu, em suas grandes linhas, com a posição adotada pela CNEN, quanto à precisão da análise sísmica apresentada pela KWU.

Enquanto FURNAS articulava uma decisão definitiva sobre a matéria, dois novos pareceres técnicos foram apresentados por consultores da NUCLEBRÁS, justificando a análise sísmica suportada pela KWU.

Esses relatórios técnicos foram devidamente analisados e submetidos à CNEN, tendo dos mesmos se originado dois novos relatórios da KWU. O exame em discussão desses novos relatórios técnicos não modificou, porém, a posição da CNEN sobre a matéria.

Nesta época, então, a NUCLEBRÁS não aceitou a posição da CNEN sobre o assunto e promoveu a apresentação dessa questão ao exame do Sr. Ministro das Minas e Energia.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Por favor, repita o período, o último.

O SR. LICÍNIO SEABRA — O exame e discussão desses novos relatórios técnicos e, a conclusão, em intenso período de discussões técnicas, finalmente voltou a caracterizar-se, isso foi, aproximadamente, em princípios de março de 1979, e, realmente, a CNEN não poderia aceitar o cálculo sísmico e a análise como apresentados.

Nessa época a NUCLEBRÁS, baseada ainda em uma série de justificativas, não concordando com essa posição do órgão licenciador, submeteu o assunto ao exame do Sr. Ministro das Minas e Energia.

Como consequência desse procedimento, novos relatórios tiveram que ser preparados pela CNEN, por FURNAS e ELETROBRÁS, os quais foram, então, submetidos ao exame do Sr. Ministro.

A decisão do Sr. Ministro foi dada dias após — me fogem exatamente as datas — apoiando a posição de CNEN e FURNAS e determinando as providências para que se iniciassem os estudos para o reforço das fundações. Isso ocorreu, aproximadamente, em princípio da primeira metade de maio de 1979. Durante todo esse período houve uma série de discussões para, realmente, devido à complexidade do assunto, se fazer uma análise, a mais cuidadosa possível, para se determinar a necessidade ou não de se proceder ao reforço, em vista de estarmos com as bases construídas.

E o assunto foi exaustivamente estudado e optou-se pela linha de procedermos a uma nova análise em determinação do reforço.

Finalmente a KWU foi então instruída para proceder a nova análise sísmica, a partir de maio, segundo metodologia de cálculo e parâmetros técnicos previamente acordados com a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Nesta fase, a KWU passou a utilizar-se de novos consultores e finalmente o novo estudo foi completado e submetido à FURNAS nos primeiros dias de fevereiro de 1980.

A nova análise sísmica foi examinada pela CNEN e, no final de fevereiro último, FURNAS recebeu autorização para iniciar o trabalho de reforço das fundações.

O projeto de reforço das fundações, como já comunicada à Comissão Parlamentar de Inquérito pelo nosso telex referência DP 114.80, consiste no reforço da armação da parte superior das estacas existentes no edifício do reator, mantido o mesmo diâmetro, e a construção de 88 estacas adicionais, com comprimento médio de 15 metros, atingindo o solo residual. Em linhas gerais, a condenação da CNEN quanto à análise sísmica apresentada, fundamentou-se em não aceitar a metodologia de cálculo da KWU, que por sua vez sustentou uma posição de excesso de conservadorismo nos requisitos

da CNEN. A análise sísmica de estruturas semelhantes à das fundações do edifício do reator de Angra II, com estaqueamento profundo, utilizou técnica de engenharia relativamente nova, em boa parte suportada por opiniões de poucos especialistas mundiais, a nível de reputação internacional, requerendo complexos cálculos através de modelos matemáticos específicos e de processamento e análise demorados, motivo principal das dificuldades que se apresentaram em Angra II. Coerente com a sua posição de resguardar, ao máximo, a segurança das usinas de Angra e acatando a autoridade do órgão licenciador, FURNAS atua da melhor maneira possível diante das circunstâncias, para encontrar a solução que, no momento, está sendo empreendida.

A par do atraso operado nas obras da unidade e dos custos então envolvidos, há a considerar a segurança que vai ser incorporada à usina e a aquisição de importante acervo de conhecimentos técnicos referentes à análise sísmica de estruturas aplicáveis a outras unidades nucleares e a outras obras específicas.

Este o comentário genérico que temos sobre o assunto. No dia de hoje, estamos procedendo aos trabalhos de reforço das fundações e temos um projeto aprovado e a necessária autorização do órgão licenciador para executar esse reforço.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Em fevereiro?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Em fevereiro, através de uma nota que foi inclusive publicada na imprensa, respondendo a um dos telex da comissão, achamos oportuno incluir essa informação genérica.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Veja, portanto, Sr. Presidente, nós que não estamos com a mão na massa, a nossa dúvida a respeito. Lá estão numa luta tremenda dois grupos: FURNAS e a CNEN contra a KWU e a NUCLEN. São dois grupos caracterizados e distintos, a maior confusão, agora é que foi liberado. Quantos anos depois? Desde 1977, até fevereiro de 1980, 4 anos para decidir sobre o estaqueamento.

Estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup> Então o que revelou esse cuidado todo foi, de fato, o aprimoramento da firma construtora, o *know-how*.

Dr. Licínio, para que vale o conhecimento dessa firma construtora em fazer estaqueamento em terreno podre, para que vale? O que vale a esse preço exorbitante o custo todo do estaqueamento de FURNAS, a experiência, o *know-how* da construção do terreno podre de Itaorna, de que vale isso?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Em primeiro lugar tenho por obrigação não concordar com a sua observação de terreno podre. Realmente não é esta a situação, mas sei que é a sua opinião, de maneira que não vamos discutir.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Um terreno que consumiu 4 anos de firmas internacionais, é assim, é assim, não é assim, é assim, não é assim, para resolver 4 anos, que terreno é esse?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Mas isto não foi consequência do terreno Senador, foi uma consequência das opções feitas pelo tipo de fundação no local.

Trata-se, como mencionei há pouco, de uma estrutura que tem características atípicas, e o cálculo a que teve de ser submetida para oferecer o necessário grau de segurança, que é o cálculo dinâmico ou cálculo sísmico de uma estrutura realmente longa, é um cálculo dinâmico, é uma atividade de engenharia relativamente nova aplicada para o caso de Angra e trouxe, não propriamente para o construtor quando o Sr. colocou a palavra construtor — esse *know-how*, essa parte convencional, esse acervo de conhecimentos se localiza na engenharia nacional, na NUCLEN e parte em FURNAS, sobre a metodologia e, na CNEN, naturalmente, sobre o cálculo de estruturas semelhantes a essas.

Qual a aplicação futura? Existe potencialmente uma aplicação para estruturas semelhantes a essas para futuras usinas nucleares que venham a ser construídas na costa brasileira de uma maneira geral.

Os comentários são todos de ordem genérica, eu não vou lhe poder provar isso com relatórios, com dados estatísticos, são informações disponíveis na própria CNEM. FURNAS tem algum estudo sobre isso de que, de uma maneira geral, para se localizar na costa brasileira, especificamente, na região estudada por FURNAS, que abrangeu do Espírito Santo até São Paulo, aonde há um grande interesse na localização de usinas nucleares por várias razões, há dificuldade, por características geológicas de nossa costa, de se encontrar rochas, vamos dizer, são, aflorando a pequenas profundidades. Isso introduz uma tecnologia, o conhecimento dessa técnica introduz uma vantagem, uma condição de facilitar futuras localizações de usinas de energia nuclear sobre estacas, que poderão não ser de 30 metros. Mas esse problema, esse cálculo é feito para diferentes comprimentos, estacas de 20 metros, 15 metros. Esse é um dos aspectos.

Há um outro aspecto, também ligado a essa tecnologia, que se refere à parte de estruturas para perfurações de petróleo no mar. Há uma semelhança de tecnologia aplicada, justamente por causa das condições de oscilação ou variação de pressões de água para uma estrutura colocada, em geral, estruturas longas ou bastante altas. E, eu diria mais genericamente, é uma fase que poderá vir a ser, a tendência, eu diria, de uma maneira geral para estruturas de uso público, vamos dizer, prédios e pontes, todas essas estruturas de maior responsabilidade que venham a ter uma tendência moderna, venham a ter mais e mais considerações de ordem sísmica no cálculo de suas fundações.

No nosso caso, aqui no Brasil, esse tipo de consideração tem sido pouco aplicável. Nós temos, realmente, terrenos de baixa densidade e a nuclear trouxe esse problema novo e fica disponível para aplicações semelhantes para trabalhos que as próprias empresas de engenharia nacional, ou a própria NUCLEN, venham a realizar no exterior em situações que justifiquem a aplicação de estacas.

Essa é a colocação no sentido do *know-how*.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A minha pergunta, Dr. Licínio, foi pelo seguinte: eu fiz um pronunciamento no Senado, rápido, porque quando nós fazemos o pronunciamento FURNAS, sangrando saúde, sai lá nos jornais e desmente logo. Não grito da fumaça.

Então eu queria dizer o seguinte: nenhum país do mundo vai fazer o que nós fizemos em ANGRA, eu fui na AIEA, e eles não têm conhecimento, nem têm conhecimento do estaqueamento dessa profundidade, não têm. A AIEA respondeu a mim em Viena que não há isso. É uma estaca que ninguém vai construir é FURNAS que vai ainda construir a terceira, no mesmo terreno com estacas de 60 ou 70 metros, esse custo violento, astronômico, mas em outro lugar ninguém vai construir no mundo. Desculpem a AIEA disse que ignorava não tem conhecimento disso e foi o chefe de construção, um engenheiro russo, e até disseram numa carta que iam abrir estudos para que a AIEA tomasse conhecimento desse projeto, porque não sabiam de estacas tão profundas, iam fazer uma comissão lá de agora em diante para estudar, abriu esse problema ainda lá.

Então, Dr. Licínio, o *know-how*, ninguém vai construir estacas com 60 metros, só FURNAS, com ANGRA III se o Ministro resolver. Mas, isso é o Brasil e está acabado.

É porque FURNAS me desmentiu, então, estou vendo que não há *know-how* de coisa alguma, porque é um troço tão difícil que ninguém faz no mundo, com estacas de 60 metros de 50 metros ou coisa que o valha. E é esse o custo, Dr. Licínio, estamos com 14 milhões gastos em Angra 2 e ainda não começou o lugar em cima do qual vai ser construído Angra 2. Angra 2, que 3? Quando gastarmos 20 bilhões de cruzeiros faz-se a plataforma, aí então começa. É uma fundação violenta, não chega a cinco, mas é um troço violento. E em cima não vão por a casa do engenheiro, nem do Presidente de FURNAS; vão por um aparelhamento sensibíllissimo na usina nuclear.

Felizmente eu não frequento o hotel lá de Praia Brava, fui lá uma vez só, fui lá outra vez e não me deixaram entrar. Foram outras pessoas e também não entraram. Fui agora na Semana Santa e o hotel estava cheio, eles não deixaram entrar também. Estou marcando. Sou contribuinte, quero ver onde FURNAS está gastando o dinheiro que eu vou pagar como contribuinte de FURNAS.

O SR. LICÍNIO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> esteve lá agora e não foi recebido? V. Ex<sup>a</sup> se identificou e não o deixaram passar?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu quis entrar, não me identifiquei, não deixaram entrar. Mas, fui na porta.

O SR. MILTON CABRAL — Bem, em conclusão à essa sua pergunta. O Dr. Licínio esclarece que aquela experiência realizada pela Norberto Odebrech que justificou, inclusive, a sua escolha para a construção de usinas nucleares, essa experiência não foi aproveitada, ela não teve condições de participar desses estudos que levaram à modificação do projeto. Não é isso, Dr. Licínio?

O SR. LICÍNIO SEABRA — É isso Senador. Porque o posicionamento da Norberto Odebrech como empreiteira das obras civis, primeiro não é uma atividade normal da empresa construtora aqui no Brasil, como é o caso da Norberto Odebrech e das demais. Elas não têm atividade de engenharia, é uma atividade apenas consultiva e os problemas que tivemos de vencer em Angra 2, foram referentes à área de engenharia, de alta engenharia. Portanto, à Norberto não era esperado, não era função dela, realmente, participar desse problema. São problemas de engenharia, totalmente diversos das atividades da empreiteira.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A própria AIEA desconhecia isso. Associação Internacional de Energia Atômica.

O SR. MILTON CABRAL — O Senador terminou? Vai continuar esse mesmo tema?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vou continuar. Eu hoje queria fazer o seguinte registro. Hoje, eu deveria ler para o plenário do Senado, a minha petição ao Supremo Tribunal, na qual vou levantar um problema de suma indagação constitucional sobre o funcionamento da Câmara e do Senado. Não vou, porque não tive tempo nem de preparar, mandar rebater à máquina. Mas queria fazer a comunicação que anunciei que iria fazer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Ex<sup>a</sup> aí dará uma explicação pessoal, porque aí poderá falar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois é, quero dar e não posso entrar, porque vou entrar, então, amanhã ou na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Eu gostaria para as 16 horas, após a Ordem do Dia.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vai ser uma coisa mais sensível do que o estaqueamento de Angra II, vou por umas estacas difíceis aqui no Congresso, difícil que o Supremo Tribunal Federal vai ter que encarar.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, então fica para as 16 horas?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O SR. MILTON CABRAL — Eu queria fazer uma pequena pergunta que envolve uma rápida resposta, para eu encerrar esse ponto aqui, aproveitando as indagações do Senador Dirceu Cardoso, eu perguntaria ao Dr. Licínio o seguinte: na conclusão desse projeto de reforço das estacas, a CNEN manifestou-se, licenciando o projeto? Exatamente? Então, eu pergunto, no projeto original a CNEN também manifestou-se licenciando o projeto?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Como eu mencionei aqui nesse resumo, um histórico, vamos dizer, da fundação, quando FURNAS iniciou o trabalho de estaqueamento o fez baseado em uma autorização da CNEN aprovando o tipo de fundação. A forma como poderia ser feita por estacas, não havia nada contra, mas, mediante as condições que eu citei. Quer dizer, ela deu uma autorização sujeita a duas condições. Uma condição foi que ela ainda procedia à análise e ao estudo da análise física, então apresentada a ela, e que se reservava o direito — vamos colocar dessa forma, mais simples — de vir a solicitar a modificação do projeto para inclusão de novas estacas ou de um reforço — significa um reforço —, caso não aprovasse, ou caso não fosse satisfatória a análise apresentada. E também, uma outra condição, de que a colocação do início da colocação da laje, o encabeçamento, dependeria de uma autorização específica a ser dada na ocasião oportuna.

Realmente, houve uma decisão da empresa, como foi dito aqui de uma maneira sumária, de que o usual nessas instalações nucleares, devido a própria característica da instalação, é a atuação dos órgãos licenciadores. Não há um licenciamento total de uma instalação antes de começar a obra. Quer dizer, há uma margem de risco, ocorrida sempre em todas as obras nucleares em se processar o início de tomadas, obras e demais providências baseadas em que haverá elementos suficientes para se promover o seu licenciamento.

Nesse caso não conseguimos isso. Daí que decorreu essa situação, realmente. Porque se tivéssemos uma posição diferente, que teria sido aguardar a aprovação final de todos os cálculos da fundação, para depois iniciar a construção, se dilatária o prazo de construção, o que poderia, também, não representar — aí já é uma hipótese baseada em fatos semelhantes que têm ocorrido, especialmente em usinas americanas — uma total garantia de que modificações não viessem a ser solicitadas, mediante a obtenção de novos dados, novos estudos.

O SR. MILTON CABRAL — Então é o caso de considerarmos que num parecer da HOCHTIEF ela pedia que fossem aprofundados os estudos sobre o tipo de estacas. Eu perguntaria, foram realizados esses estudos? Aprofundados, sobretudo, o das estacas?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Houve dois tipos de decisão Senador. Uma baseada na diferença de hipóteses de fundação que, originalmente, foram estudadas com participação direta da KWU e houve, também, esses pareceres ou estudos da HOCHTIEF, que estão em poder da Comissão. Então, realmente, optou-se por um tipo de construção que seriam estacas de diâmetro que, se me recordo bem, seria uma faixa de 2 metros e pouco a 1 metro e dez.

O SR. MILTON CABRAL — Não. Dois metros e vinte foi da KWU, a HOCHTIEF achou mais econômica.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Então, nessa ocasião, decidiu-se pelo diâmetro de um metro e trinta, baseado mais na condição de que deveríamos uti-

lizar a experiência e uma parte dos equipamentos <sup>W</sup> já disponíveis de construção de estacas de diâmetro semelhante ou da mesma ordem de grandeza no País.

O SR. MILTON CABRAL — Mas pergunto: houve ou não houve estudos aprofundados sobre tipos de estacas?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Em que sentido Senador?

O SR. MILTON CABRAL — Porque houve um relatório da HOCHTIEF nesse sentido, relatório conclusivo, aliás.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Tivemos a opinião final, que foi seguida, da KWU, e FURNAS optou pela estaca de um metro e trinta. Passou de dois e vinte para um metro e trinta. Essa foi uma opção feita. Agora, na ocasião, em 1976, a própria KWU apresentou, como falei aqui, a primeira análise sísmica, porque a condição foi imposta, evidentemente, desde o início do projeto. E o primeiro relatório, a primeira análise sísmica, foi apresentada em 1976, com todos os estudos detalhados, até onde o nível que a própria KWU julgou necessário apresentar. Esse estudo é que sofreu vários desdobramentos, etc. Mas é um cálculo dinâmico. O cálculo estático, o problema de dimensionamento de estaca, quanto ao cálculo estático, nunca houve problemas.

O SR. MILTON CABRAL — Porque juntando as peças, chegamos a ter a impressão, não estou fazendo uma afirmação categórica é uma impressão, de que em determinado momento as empresas consultoras apresentaram alternativas mas, ao mesmo tempo, chamando a atenção para estudos mais aprofundados e a CNEN liberou o projeto ainda fazendo ressalvas da necessidade de voltar ao tema. Então, numa obra de tamanha responsabilidade e com aquelas advertências de que as fundações seriam uma construção morosa e cara, num terreno muito difícil, cabe uma pergunta final: se realmente a decisão de construir, de iniciar a construção das fundações foi uma decisão correta diante de tantas dificuldades apresentadas. Este assunto podemos voltar a debater mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — A Comissão fica convocada para reiniciar os trabalhos às 16 horas.

(Suspensa a reunião às 13 horas e 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Declaro reabertos os trabalhos da Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, V. S<sup>a</sup> disse que as empresas de eletricidade do País estão enfrentando um problema sério com a inflação, aumento de custos operacionais etc. Eu até fiz uma pergunta em que a própria FURNAS, uma das empresas mais prósperas do País, a própria FURNAS ainda não pagou o PL, até hoje, quando pagava sempre em fevereiro, e tal.

O que está proporcionando essa descapitalização das empresas elétricas brasileiras? V. S<sup>a</sup> que é um administrador e está sentindo a pulsação da sua empresa que está se esvaindo às vezes em curso, em sangue, com esse empreendimento nuclear violentíssimo, que o Governo atribuiu a ela, ou melhor, impôs a Furnas, até sacrificando a economia de Furnas, vamos dizer assim. Como V. S<sup>a</sup> traduziria essa descapitalização violenta que estão sofrendo as empresas elétricas brasileiras?

O SR. LICÍNIO SEABRA — A pergunta colocada pelo nobre Senador Dirceu Cardoso é, realmente, bastante abrangente, numa indagação sobre as causas que estariam condicionando a atual condição econômico-financeira das empresas hidrelétricas, de um modo geral:

Resumidamente, eu diria que a causa básica, Senador, decorre do esforço que vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal, pelo País, no combate à inflação, e que nos últimos anos, especialmente nos últimos cinco ou seis anos, eu diria, se caracterizou por uma contenção da elevação dos níveis tarifários para os valores que deveriam realmente ser postos, para refletirem os custos dos serviços. E para que os investimentos não sofressem solução de continuidade, foi dada uma opção para que as empresas se voltassem para financiamento sobre novo empréstimos. Essa é, basicamente, a causa fundamental.

Essa situação é, naturalmente, de inteiro conhecimento do Governo Federal; foram posições, decisões tomadas conscientemente. É evidente e natural que medidas estão sendo estudadas, outras já postas em prática, como a recente elevação tarifária ocorrida no final do ano passado para, realmente, repor as empresas na suas melhores condições econômico-financeiras.

Basicamente, essa é toda a conjuntura inflacionária que estamos vivendo, e a causa principal, na minha opinião, é atribuível a razões de combate à inflação, por algumas razões de Estado, compreensíveis, não colocando as tarifas nos seus níveis reais.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quer dizer, então, que há ameaças de que possamos ter tarifas muito maiores ainda, muito mais pesadas.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Sim, Senador. Eu diria que sim, porque há uma inflação atuando sobre toda a economia e evidentemente também sobre os custos da energia elétrica. De uma forma ou de outra, esses custos têm que ser compensados, têm que ser devidamente pagos, ou pelo consumidor de energia elétrica, ou qual seria a outra forma? A outra forma seria através de subsídios que também são pagos por todo o País, por todos os cidadãos. Não há mágica, não há geração espontânea, como se diz; de algum lugar, tem que sair a remuneração de custos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — No intervalo, Sr. Presidente, eu encontrei o lugar do depoimento do Dr. Licínio, de onde tirei o assunto de minha pergunta anterior. Reatando o fio das nossas considerações, vou ler aqui, à página 40, do Diário do Congresso Nacional.

É intenção de Furnas utilizar-se de novos dados obtidos a partir desse estudo, juntamente com os dados mais precisos sobre a localização atual de Angra-3, fruto do trabalho de engenharia realizada nos últimos anos, com a finalidade de examinar a existência de um local alternativo que, eventualmente, ofereça vantagens técnico-econômicas. Qualquer decisão sobre uma possível mudança de local será tomada com a participação da NUCLEN, na qualidade de construtora de Furnas, e aprovação do órgão licenciador, a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Nenhuma decisão foi tomada, ainda, a respeito desse assunto, estando em andamento os estudos referidos.

Isso, naquela época. O Dr. Licínio disse que já foi tomada a decisão.

"As obras de Angra-3 têm seu início previsto para o segundo trimestre de 1979."

E nós já estamos quase no segundo trimestre de 1980.

"E o seu cronograma não será afetado, quer seja construído o local atualmente previsto, quer em outro a ser indicado. É impossível, também, estabelecer prejuízos quanto a Angra-3, pois até o momento nada foi investido em obras nesse projeto."

Nada alteraria. Quando V. S<sup>a</sup> previu o início de Angra 3 para 1979, estava trabalhando sobre uma hipótese que não se positivou, pois já estamos em 1980 e ainda não tiveram início as obras propriamente ditas de Angra 2, quanto mais de Angra 3. O estaqueamento que é uma obra, é outra coisa.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Sr. Senador, qual é a pergunta específica?

O SR. DIRCEU CARDOSO — O que está resolvido sobre Angra 3.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Ah, sim, perfeito.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Divergências há entre FURNAS e NUCLEBRÁS; a NUCLEBRÁS quer agora presidir a construção, e FURNAS não quer. Nessa luta, não sei se Angra 3 está ainda dentro do esquema de FURNAS, se vai ser superintendida pela NUCLEBRÁS, diretamente. Mas, se for por FURNAS, gostaria de saber, o que está resolvido sobre Angra 3. Agora, se já está afeto à NUCLEBRÁS; então não perguntou a V. S<sup>a</sup>, vou perguntar ao Dr. Paulo Nogueira Baptista, que virá aqui dentro de poucos dias.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Perfeito, Senador. Então, a primeira parte da resposta, Sr. Senador, é informando que a construção de Angra 3 — cabe a FURNAS; um dos telex recebidos hoje de manhã confirmou isso; as unidades 2 e 3 foram contratadas simultaneamente por FURNAS dentro do esquema contratual de engenharia com a KWU, NUCLEN etc. Essa situação permanece. Portanto, a construção da unidade nº 3 é responsabilidade de FURNAS. Não há alteração quanto a esse aspecto.

Agora, quanto a essa nota que está transcrita no depoimento aqui, de outubro de 1978, realmente, esta era a situação na época em que tínhamos a previsão de encerrarmos os estudos de nova alocação da Unidade III na área, e dar início às obras no segundo semestre de 1979. Havia uma outra condição, se não me falha a memória, também citada aqui no depoimento, de que pela programação estabelecida, inclusive relativa à entrega de equipamentos permanentes, Angra 3 está programada para ser construída com um deslocamento de cronograma da ordem de um ano, um ano e meio. Com a ocorrência dos problemas na nº 2, automaticamente, — vamos dizer — ganhamos ou tivemos um tempo adicional para estudarmos, com mais detalhes, essa alternativa de locação, e com o atraso ocorrido na nº 2, a nº 3 também ficou postergada. Esse detalhe explica a situação quanto ao início das obras do segundo semestre de 1979.

Quanto à situação atual...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, V. S<sup>a</sup> prevê, mais ou menos, para quando...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Para a unidade nº 3, estamos agora com os estudos praticamente quase concluídos; temos ainda alguns pontos que estão dependendo de contatos e pronunciamentos da Comissão Nacional de Energia Nuclear, referentes a licenciamento, aspectos que afetam uma locação, ou a outra alternativa. Estamos aguardando um pronunciamento, provavelmente para este mês de abril, e teremos certamente uma decisão tomada antes de junho deste ano, a respeito da locação definitiva. Com essa decisão tomada, prevemos então que as obras civis da unidade nº 3, dentro desse defasamento em relação à 2, deverão ter início no final deste ano ou, mais provavelmente, no princípio do próximo ano, princípio de 80. Quanto à localização que foi um assunto mais vezes abordado, vou aproveitar para acrescentar alguns dados. Nós temos dois locais; um denominado Itaorninha, e um novo denominado Ponta Grande, também algumas vezes identificado como Morro do Urubu, mas o nome oficial é Ponta Grande.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Itaorninha é um canto de praia.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Trouxe até um desenho, acho que seria interessante mostrar, e assim o assunto ficaria bem esclarecido.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Doutor Licínio, em face dos relatórios anteriores e dos estudos que foram feitos, como V. S<sup>a</sup> bem sabe, aquelas advertências, se realmente tivesse havido um estudo rigoroso e se tivesse perdido mais alguns meses nesse estudo, em termos de custo de economia dessa obra, dessa central nuclear, a conclusão seria a de que caberia na Praia de Itaorna apenas duas usinas e não três, nas duas extremidades — onde está a Unidade I e onde ficaria situada a Unidade III — que teria dado não só em termos de prazo, mas, também eliminando toda esta sorte de problemas que aconteceram.

Esta conclusão tem alguma validade?

O SR. DIRCEU CARDOSO — São hipóteses.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Como suas considerações são hipóteses, se têm validade, o meu comentário é o seguinte: realmente, no condicional, no terreno de hipóteses, é difícil afirmar-se que o resultado seria diferente. Mas o meu principal comentário é que, realmente, em todas as obras de engenharia, em toda e qualquer realização, existem fatores históricos que atuam na época das decisões e que, essencialmente, referem-se a prazos e compromissos que têm que ser cumpridos. Os estudos são feitos até um certo nível e, no julgamento da época, num nível adequado. Então, as obras são começadas.

É muito comum, após uma determinada alternativa de solução estar sendo aplicada ou construída, admitir-se que as outras alternativas poderiam ser melhores.

Na realidade, é uma hipótese. As outras alternativas provavelmente adotadas poderiam hoje estar apresentando outros problemas.

De maneira que é difícil dizer, no terreno das hipóteses, se mais estudos poderiam levar a soluções de menor custo. Por outro lado, os fatos e as condições da época levaram à tomada de decisão, baseado no fato de que os estudos foram considerados suficientes para a época.

Assim, tenho uma certa restrição à conclusão afirmativa, dentro de uma suposição de engenheiro de obra feita, pois é muito fácil a gente comentar hipóteses ou defeitos de coisas que estão feitas, justamente porque estas estão feitas e as hipóteses são hipóteses, apenas.

Mas, em tese, diria que a observação do Senador Milton Cabral é válida.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Inegavelmente, Dr. Licínio, não se pode deixar de reconhecer que, fazendo uma análise *a posteriori*, essas coisas passam a ter outras interpretações.

Mas houve um determinado momento — aliás, hoje pela manhã tive oportunidade de perguntar a V. S<sup>a</sup> quando foram feitos os testes das estacas — que no estudo original, no projeto original, davam mais ou menos uma incidência da ordem de 11% de matações, e com a realização dos testes, essa incidência passou para 30%. Na execução até atingiu uma porcentagem um pouco maior.

Então, naquele determinado momento, quando os testes revelaram que esse estaqueamento seria uma construção morosa e cara, com tempo até imprevisível na sua execução, naquele momento caberia uma decisão desse tipo, de se abandonar aquele local, porque os investimentos não tinham sido feitos ainda, o que levaria, certamente, a uma reformulação do projeto.

Então, perguntaria a V. S<sup>a</sup> se houve algum estudo ou algum relatório, ou, afinal, de quem foi a decisão de prosseguir a despeito das revelações dadas pelos testes. Ou esse assunto não chegou a ser cogitado, essa hipótese de se abandonar o local? Houve alguma decisão de alguma autoridade, e se houve, algum documento a respeito desse assunto que estamos levantando?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não entendi bem, deixe-me caracterizar a indagação. A sua colocação é a de que, durante a fase de estudos previa-se

uma incidência de matações da ordem de 11% e durante a realização de testes...

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Foram constatados que seriam da ordem de 30%. E na execução apareceu mais...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Na sondagem, 30%.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Isso é do célebre relatório do Dr. Franklin Fernandes.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — A minha colocação é a seguinte: neste momento não foi lembrada essa possibilidade de se reformular o projeto? Houve alguma decisão baseada em relatórios, enfim, qual a autoridade que mandou prosseguir nas fundações a despeito do novo quadro revelado pelos testes?

Acho que está claro.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Ilustre Senador, realmente, não posso, assim, diante desse impasse, dizer se realmente existe algum relatório técnico ou se existe alguma decisão específica sobre esse item. Vou tentar averiguar, para ver se há alguma documentação, inclusive, colocando isso dentro de um cronograma de eventos. Os testes de sondagens que revelaram os 30% parece-me que foram anteriores a início de obra, não é?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Foi o relatório do Dr. Franklin Fernandes que serviu de base à decisão, eu tenho o relatório dele aqui.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Vou verificar, nobre Senador, se existe algum documento específico...

O SR. DIRCEU CARDOSO — No qual se baseou o Dr. Fernando Candéias, para depois o Sr. Antônio Carlos Magalhães levar ao Ministro Shigeaki Ueki para decidir. O fundamento foi aquele, não foi outro, aquele é que foi o documento chave.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Certo, vou apurar se temos algum documento, algum relatório específico da época. Eu não vivi diretamente essa época, mas sinto, que isso deve ter sido uma decisão tomada no decorrer dos estudos de engenharia e das avaliações feitas com esse maior número de matações, de que esse era um problema contornável, de custo perfeitamente suportável. Mas essa não foi, realmente, a principal dificuldade na construção de Angra II. A dificuldade principal decorreu do cálculo sísmico, mas vou tentar ver, vou procurar algum documento sobre esse assunto, e, existindo, farei a remessa a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. ALBERTO SILVA — Gostaria de aproveitar esta ocasião para, complementando a pergunta do nosso Relator, e entendendo bem que ele necessita de dados bem concretos para concluir o seu relatório, eu faria a seguinte colocação à pergunta anterior do nosso Relator. Ele indagou se V. S<sup>a</sup> poderia informar se nos estudos preliminares, já que nós tínhamos uma usina I instalada sobre rocha, se não seria o caso — segundo me parece, a pergunta do nobre Relator foi essa — de se ter decidido apenas duas usinas na área onde está implantada a primeira, ou seja, que a segunda usina fosse implantada sobre rocha e não sobre estacas? — e complementou a pergunta, se houve uma decisão após o conhecimento de matações naquele relatório.

Quereria apenas fazer minha a pergunta do Relator, acrescentando se a vizinhança da usina não seria um dado muito importante para tomar decisões, já que para nós, brasileiros, já existe 20 anos de energia nuclear instalada no mundo? Será que esse problema de vizinhança de uma usina com outra, na eventualidade de um acidente como Three Mile Island revelou que é possível, três usinas juntas, o acidente com uma usina não torna as outras duas impraticáveis durante um determinado período?

E agora, lendo a resposta de V. Ex<sup>a</sup> que considera como válida a utilização do terceiro local, como vantagem estar distante das outras duas, eu complementaria a pergunta do nosso Relator indagando: nas decisões iniciais, o fator vizinhança com a probabilidade de risco de acidente também não foi levado em consideração?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Nobre Senador Alberto Silva, vou procurar esclarecer os três pontos; a parte de fundações sobre estacas, os matações e o problema da chamada vizinhança das centrais.

Quanto às fundações, nobre Senador, eu me permitiria fazer uma nova leitura, rápida, do depoimento que foi feito em outubro do ano passado, a respeito dos problemas de fundações das unidades II e III:

#### Fundações

A escolha do tipo de fundação a ser adotada em uma obra de engenharia envolve o conhecimento geotécnico das camadas do subsolo, a carga a ser transmitida a estas camadas e o comportamento do conjunto solo-fundação.

Entre as soluções tecnicamente viáveis prevalecerá aquela que, em função das dificuldades previsíveis e do tempo disponível, se apresentar como a mais econômica.

Em Itaorna, na área de implantação da Unidade 1 da Central Nuclear de Angra, o perfil geológico do subsolo conduziu a uma solução técnico-econômica em que os Edifícios do Reator e de Segurança se apoiam diretamente no topo da rocha (cota 12 e 18 respectivamente), enquanto para os demais edifícios adotou-se fundação direta sobre reaterro estrutural, executado com material de empréstimo selecionado, após escavação de toda a camada de solo com capacidade de suporte inadequada para o tipo de obra em questão.

Para a unidade 2, o perfil geológico do terreno poderia ser descrito de maneira simplificada do seguinte modo:

1. Sedimentos marinhos, com espessura variando de 10 a 27 metros, formados por camadas de areia fofa a medianamente compactada, e por camadas de argila, com consistência de muito mole a mole; 2. Camada de solo coluvial, com espessura em torno de 6 metros, formada por areais contendo matações de rochas do embasamento;

3. Solo residual silto-areno-argiloso, com espessura variando de 1,0 a 27,0 metros, e consistência média a muito compacta.

#### 4. Rocha — Rocha sã:

Para as fundações dessa unidade, as seguintes soluções foram consideradas e examinadas:

- a) fundação direta sobre o reaterro estrutural;
- b) fundação em tubulões com 6m de diâmetro para o Edifício do Reator e estacas de brita para os demais edifícios;
- c) fundação em estacas de até 2m de diâmetro.

A solução em fundação direta sobre reaterro estrutural exigiria a execução de uma escavação muito profunda para retirada dos solos indesejáveis, como a conseqüente execução de um sistema de rebaixamento do lençol freático de grande porte, e de cortinas de contenção em todo o perímetro da escavação, uma vez que o corte teria que ser executado na vertical, para não comprometer, demasiadamente, a área disponível para o canteiro. Além do mais, a pesquisa de área de empréstimo de material de reaterro mostrou a indisponibilidade de jazidas com as características exigidas e com o volume necessário, nas proximidades da obra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, com licença. Que relatório é esse aí?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — É o que consta do meu depoimento de outubro de 1978, à página 038.

O SR. DIRCEU CARDOSO — É seu isso?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — É. Foi apresentado aqui no meu depoimento. Estou apenas lembrando, porque tem uma explicação, e o Sr. Senador Alberto Silva, à época, não fazia parte da Comissão.

A solução com tubulões de 6m de diâmetro para o Edifício do Reator exigiria, também, um sistema profundo de rebaixamento do lençol d'água, além de representar uma técnica não dominada, ainda, pelas empresas brasileiras de construção. As estacas de brita, para os demais edifícios, seriam de execução difícil e demorada, além de apresentar resultados duvidosos, face às dificuldades de se avaliar a qualidade de sua execução.

O SR. MILTON CABRAL — Como nós não somos técnicos, se eu esperar que V. S<sup>a</sup> termine a leitura, vou perder a oportunidade de encaixar uma pergunta para um esclarecimento.

Veja bem, Dr. Licínio, que a técnica de construção de fundações com as características que se apresentavam em Itaorna, realmente não era uma técnica dominada nem no Brasil, nem na Europa. Portanto, esses caixões aqui, esses tubulões de 6 metros foram abandonados, essa alternativa foi abandonada a despeito do relatório da HOCHTIEF que era apontada como a construtora com maior idoneidade técnica no assunto, como a solução mais econômica, sob vários aspectos: mais econômica, mais rápida, mais fácil de construir. Então, o argumento de que era uma técnica não dominada não pode ser levado em conta, porque as outras técnicas não eram dominadas. Mas, o fato é que essa foi apontada pela HOCHTIEF como a melhor solução. Inclusive, no relatório da HOCHTIEF, no anexo, tem um quadro mostrando vários aspectos técnicos e todas essas soluções obtiveram pontos acima das demais. Como também o tubulão de 2 metros e 20 foi apontado como a melhor solução pela KWU. Depois ela mudou de opinião. Então, cheguei à conclusão de que ela mudou de opinião, talvez por interferência do Sr. Franklin Fernan-

des ou de quem foi, e passou a adotar 1 metro e 30 de diâmetro máximo. De modo que tem aquela história de importação das máquinas, dos equipamentos etc.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Apenas comento também, Senador Milton Cabral, que a essa recomendação no relatório da HOCHTIEF, a essa recomendação contrapôs-se uma recomendação da KWU. Há argumentos que constam do relatório da KWU que não recomendam a solução de tubulão, mas sim a de estaca. De maneira que nesse problema de engenharia, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, são vários aspectos que são examinados, há recomendações feitas nos diferentes sentidos e tem que haver uma opção por uma delas.

O SR. MILTON CABRAL — Mas, veja bem que a KWU, nos comentários técnicos anteriores, era apontada como uma empresa sem experiência em fundações.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Ela era nossa empresa de engenharia.

O SR. MILTON CABRAL — Pois é. Mas, ela não tinha experiência em fundações, tanto que nas usinas da Alemanha ela tinha como contratada a estaca FRANKI da Bélgica. Depois ela mesma apontou a HOCHTIEF como a construtora especializada no assunto. Então, foi a HOCHTIEF, apontada pela KWU, que deu essa opinião. Por isso fiquei um pouco embaralhado na compreensão deste problema.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Concorde, Senador. Realmente nós tínhamos a opinião da HOCHTIEF, tínhamos a opinião da KWU, admitia-se uma experiência maior ou menor. Inclusive, a própria KWU tomou conhecimento do relatório da HOCHTIEF. Isso não mudou a recomendação de não adotarmos nem o estrutural, nem o tubulão de 6 metros. A recomendação da KWU, sobre a qual se apoiou a decisão de FURNAS, foi realmente no sentido de fazer estacas cravadas. O diâmetro das estacas foi ajustado posteriormente, baseado mais num problema de experiência, experiência naturalmente relativa, mas nessa de 2,20 metros e de 1,30 metros, a experiência das construtoras brasileiras era maior, realmente.

O SR. MILTON CABRAL — Isso é um ponto importante.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Esse foi o fator principal que levou à opção. Foi a experiência das construtoras brasileiras que reduziu a estaca de 2,20 metros para 1,30 metros.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quer dizer, a Europa mais uma vez se curvou ante o Brasil. Em matéria de estaqueamento eles aprenderam aqui: HOCHTIEF, KWU, FURNAS. Campo de experimentação.

O SR. ALBERTO SILVA — Acho que neste momento cabe uma pergunta. Suponhamos que a discussão girou em torno se deveria ser caixões ou tubulões, ou se decidiu por estacas. Mas, desde o tempo em que comecei a fazer parte desta Comissão, tenho observado, pelos diferentes relatórios, que o problema de reforço de estacas surgiu posteriormente à decisão de cravar estacas, da seguinte maneira: considerou-se o problema sísmico. A pergunta é: no primeiro instante, esse problema foi levado em consideração?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Foi. A recomendação da KWU, Senador Alberto Silva, evidentemente como empresa de engenharia apoiada por especialistas, quanto às estacas, foi sabendo que elas seriam projetadas e construídas com cálculo necessário à resistência do impulso sísmico.

O SR. ALBERTO SILVA — E o reforço que tanta complicação...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Justo. Foi, então, o resumo que mencionei aqui hoje na primeira parte da reunião, mostrando realmente a evolução dessa análise sísmica. O primeiro cálculo, a primeira análise sísmica foi preparada em 1976 pela KWU, que levou em consideração parâmetros, tecnologia etc. Mas essa análise foi questionada; posteriormente foi refeita. Houve vários relatórios, houve uma longa evolução, e nesse intervalo a construção foi iniciada baseada nos cálculos iniciais. Realmente ficou caracterizado que se deveria fazer um reforço a esse novo cálculo, e esse reforço está sendo feito agora. Mas, quando se optou por estacas e não por rocha sã, foi com pleno conhecimento de que as estacas requereriam todo esse conhecimento, esse cálculo, essa análise desde o princípio.

O SR. ALBERTO SILVA — Mas, e a estrutura sobre rocha viva. Qual a relação entre uma estrutura montada sobre rocha viva e o fenômeno sísmico?

O SR. LICÍNIO SEABRA — As condições que vamos chamar de cálculos sísmicos são as mesmas. Quer dizer, o impulso é o mesmo, dentro da área do terreno. O comportamento é bastante diferente justamente por essa situação de termos um estaqueamento profundo e como há uma ação, vamos dizer, de terremoto, ação sísmica, ela se reflete numa aceleração total na ro-

cha. Então, essa estrutura de estacas profundas funciona como um conjunto de molas, de resistências, e há o reator colocado em cima, que é um grande peso. Então, devido a altura, numa explicação mais leiga, que não é para o Sr., que sei que é engenheiro, mas uma das explicações mais simples seria como se tivéssemos uma gelatina de uma certa altura e tivéssemos um movimento. O todo é um movimento, há uma transmissão do movimento, uma amplificação do movimento. A questão fica bastante complexa porque tem que ser levado em consideração, o comportamento do solo e a relação estaca-solo, amortecimento etc. Numa usina colocada em cima da rocha, como é o caso de Angra II, todo o esforço proveniente do impulso sísmico tem que ser considerado da mesma forma. Todo o edifício do reator e os equipamentos que ficam dentro da usina, tubulações etc, na parte considerada classe nuclear, são calculados e dimensionados de uma maneira específica para resistir aos esforços sísmicos, da mesma forma que a fundação, evidente. Então, não tendo estaca, realmente o problema seria mais simples, não se caracterizaria um problema da complexidade que tivemos de enfrentar em Angra II.

O SR. ALBERTO SILVA — Por isso quero retornar à pergunta do Senador Milton Cabral, de que se não seria o caso de na área de Angra só existirem duas usinas: a I que está cravada sobre rocha e a II que está também sobre rocha nessa nova área.

O SR. MILTON CABRAL — Permite uma pergunta? Dr. Licínio, trata-se de uma pergunta endereçada a um especialista em fundações.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Eu tenho aqui um especialista, o engenheiro Adhemar...

O SR. MILTON CABRAL — Especialista em fundações?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Sim. É um engenheiro civil especialista em fundações.

O SR. MILTON CABRAL — Então, a pergunta é a seguinte: se tivesse sido adotada a solução inicialmente apontada pela KWU, estaca de 2,20 metros, teria sido dispensado o reforço atual?

O SR. ADHEMAR — Provavelmente não. O grande problema que nós temos hoje em ANGRA é uma questão, como o Dr. Licínio Seabra explicou, da diferença entre o cálculo inicialmente apresentado à CNEN por FURNAS, e elaborado pela KWU, e o relatório que hoje temos finalmente em condições de ser aprovado, para o qual a CNEN já deu o seu parecer favorável. Evidentemente que se usássemos o tubulão ou estaca de 2,20 m ou a de 1,30 m o problema seria praticamente o mesmo, porque os impulsos sísmicos foram adotados no cálculo de 1,30 e seriam adotados evidentemente no cálculo do tubulão de 2,20 e nós teríamos ainda assim que fazer o reforço.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Até hoje nós estamos em dúvida sobre o cálculo sísmico. Quero crer, pois não sou engenheiro e nem especialista em estacas, que a diferença de filosofia sobre os impulsos sísmicos nas estacas reside no seguinte: A CNEN acha que o impulso sísmico ocorre na base da cravação da estaca na rocha, e a KWU acha que é em cima da laje. O que V. S<sup>a</sup> acha? Quer dizer, a Alemanha pensa que é na laje, mas o pessoal nosso acha que a vibração dos impulsos é que transmite integralmente em cima e dá uma amplitude de vibração tremenda. Essa é que é a filosofia. Hegel dizia, "é dúvida o nosso espírito", e eu agora confirmo Hegel, "continua dúvida o meu espírito". Não sei quem está com a verdade, se é a CNEN ou a KWU. Os alemães com uma técnica de dois mil anos, e a nossa de botocudos de quatrocentos anos. E por isso que houve a divergência e houve esse reforço todo, encaibramento e outras coisas.

A minha dúvida, quando tive o prazer de visitar o Dr. Licínio Seabra em FURNAS, é que a esta altura, quando o Brasil jogou tanto dinheiro nisto, o pobre dinheiro nisto, eles condenem essas fundações.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Quem condena, Senador? A CNEN é o órgão licenciador nosso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Três reuniões de técnicos mundiais se fizeram, os maiores técnicos do mundo em estaqueamento, em fenômeno sísmico, em estabilidade etc, e foram ouvidos japoneses, americanos, e suecos. Houve reunião para decidir sobre o estaqueamento da Usina de Angra dos Reis, no Estado do Rio. E em quanto ficou esse projeto? Em um milhão de dólares. E agora, nós vamos dar o reforço. Que fique pelos olhos da cara agora, mas o que não queremos é que haja outra cara para fazer outra usina, que esta fique os olhos da cara, mas que fique com segurança, que não vaze nunca, uma fumarola sequer. Nós temos direito a segurança. Portanto, quem está com a razão, a CNEN ou a KWU? Nós aqui da Comissão estamos lendo, estudando, de noite, de madrugada, porque nós não queremos fazer um relatório apaixonado, de maneira alguma. Nós queremos ter um relatório isento.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Para que o nosso relatório sobre esse assunto fique bem colocado, é imperioso que esta Comissão tenha uma cópia dos dois relatórios conflitantes, porque houve realmente dois relatórios com posições conflitantes, ou então um documento de informação mostrando esses conflitos, as autoridades que foram convocadas a opinar. E eu não sei se deveremos pedir isto a CNEN ou a FURNAS, mas seria muito importante que esta Comissão tivesse essa documentação, porque a CNEN elaborou um relatório...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Deve haver uma dúzia de relatórios, nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Mas a condensação desses relatórios seria importante.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O volume dos relatórios é maior do que uma estaca daquelas.

O SR. MILTON CABRAL — Mas é um assunto técnico de grande complexidade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — E eles não chegaram a nenhuma conclusão. Tomaram uma decisão, mas eu estou com a CNEN, porque a CNEN é o nosso povo, o outro é de fora.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Se me permite uma sugestão, nobre Senador, sem evidentemente querer me afastar do problema, mas apenas com o intuito de prover a Comissão com uma informação consolidada sobre esse assunto, talvez o órgão que tivesse melhores condições de emitir esse relatório, essas informações, no meu entender, seria a própria CNEN, que tem todos os elementos em mãos. Todos esses relatórios foram feitos em conjunto e com participação da CNEN, e daria também ao próprio órgão licenciador a oportunidade de mostrar que realmente nós estamos do lado da segurança; a segurança está sendo preservada, e as informações técnicas são de um órgão isento. Ele não é nem de FURNAS nem de uma outra parte que poderia ser interessada; poderia ser a KWU, a NUCLEN, justificando uma determinada solução que pudesse estar imbuída de algum facciosismo ou de alguma visão um pouco deturpada. É uma sugestão apenas.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Então, eu solicito à Secretaria e ao Sr. Presidente que officie à CNEN pedindo a consolidação das negociações e dos relatórios que levaram a decisão do reforço do estaqueamento de Angra II, inclusive com a citação das autoridades consultadas e as suas opiniões.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Ainda estou devendo uma complementação da minha resposta ao Senador Alberto Silva.

Complementando o assunto sobre as fundações, apenas um último trecho que concluí. Após o cotejo das soluções alinhadas ou encaminhadas para as fundações de ANGRA II, confrontando-se vantagens e desvantagens, optou-se pela solução das estacas, conforme o relatório da KWU mostrou ser a mais adequada, tanto técnica como economicamente. Esses estudos mostraram também que, dentro de certos limites, a tendência era obter mais economia.

Assim, a experiência das firmas brasileiras de construções limitaram ou conduziram a uma recomendação de adotar estacas de diâmetro máximo de 1,30m.

De maneira que, após um período de estudo, no qual FURNAS se baseou essencialmente na opinião da sua empresa de Consultoria de Engenharia, a KWU, com a qual ela contratou suas engenharias globais, foi tomada a decisão de construir as unidades II e III sobre estacas, prevendo-se todos os problemas que teriam de ser vencidos nos cálculos sísmicos, etc. Inclusive, o problema dos matacões, que era um problema conhecido na época, e que durante as sondagens, com o Senador Milton Cabral comentou, apresentou um índice superior ao que inicialmente havia sido previsto. E a decisão, que é um relatório que vou tentar localizar, caso realmente exista, a decisão de continuar ou de ir em frente na opção inicialmente feita, deve ter decorrido de um exame feito, que uma incidência maior de 80% de matacões, mesmo assim se apresentava como sendo a solução vantajosa. Esses matacões poderiam ser vencidos dentro de um certo nível de despesas de custo. Então, esta foi a opção

07 O SR. ALBERTO SILVA — E quanto à parte de vizinhança?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Quanto à parte de vizinhança, farei o seguinte comentário, Senador Alberto Silva.

Na localização de uma central nuclear, evidentemente existe uma série de fatores que são levados em consideração.

Um dos fatores que gostaria de mencionar, ligado à resposta, ao esclarecimento que gostaria de prestar, refere-se a uma localização da usina numa região de baixa densidade populacional. Angra está nestas condições. E ao se localizar em determinada região que seja licenciada para a usina, procura-se

fazer a maior otimização possível, de colocar ali um certo número de centrais nucleares que se beneficiarão dessa condição de ser uma região de baixa densidade populacional. Angra está próxima dos centros de consumo. Portanto, com uma tensão elétrica reduzida e oferecendo também outras vantagens em paralelo, como a localização de centrais próximas umas das outras, na mesma área, no que se refere a facilidade ou a economias de construção, de administração, operação, futura etc.

Evidente que, ao se tomar essa decisão, há desvantagens. Esta questão de um acidente em uma usina pode vir a atingir as demais, numa paralisação temporária, é um risco que existe. São desvantagens que foram pesadas, contra outros tipos de vantagens.

A colocação de centrais nucleares vão totalizar, em Angra, 3.200.000kw, aproximadamente.

Existem, em outros locais do mundo, outras empresas que têm instalações semelhantes — cito aqui a TVA — Tennessee Valley Authority, nos Estados Unidos, que é uma empresa, inclusive, do Governo; há uma usina que é desse mesmo nível de potência, há um local onde existem instalados 3.300MW, que é a usina de Brownsfere.

Recentemente, foi anunciada pela imprensa uma decisão já tomada pelas empresas. No Japão este é um problema bastante crucial, de localizar áreas que atinjam essas condições todas. Eles já decidiram instalar num mesmo local uma potência nuclear, se não me falha a memória, da ordem de cinco a seis mil megawatts.

Com o acidente de Three Miles Island, uma das recomendações que estão sendo discutidas — certamente virão depois normas regulamentadoras — é procurar situar centrais nucleares em regiões de menor densidade populacional possível, significando maior afastamento dos centros de consumo.

Portanto, sob este aspecto, Angra também atende a este requisito.

A minha menção, no caso, foi a de que estamos numa microlocalização, em que este pode ser um fator que pese favoravelmente à unidade nº III, localizada na Ponta Grande. Provavelmente, na localização original, ou mesmo agora na Itaorninha, nós temos a desvantagem da área de exclusão.

Então, por um lado, podemos estar preservando, na eventualidade de um acidente muito grave na Unidade nº 3, dentro de certos limites, ficar isento de paralisação. Estamos, por outro lado, introduzindo uma vila residencial dentro da área de exclusão. Estamos justamente balanceando, pesando todas essas vantagens e desvantagens para, finalmente, tomarmos uma decisão que, eventualmente, ou futuramente ao ser analisada também poderá apresentar as suas deficiências, porque decisão perfeita não existe.

Mas, este é o resumo. Não sei se esclareci, Senador.

O SR. ALBERTO SILVA — Apenas gostaria de, no final, indagar se das discussões havidas depois do acidente daquela usina americana tão discutida, se foi introduzida uma distância mínima entre duas centrais numa mesma área.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Existem, realmente, vários relatórios, vários assuntos, vários problemas sendo reexaminados ou vários aspectos sendo examinados, quando às centrais nucleares, em consequência da experiência adquirida com o acidente de Three Miles, Island. Ao que me recordo, uma das recomendações quanto à proximidade de usinas é no sentido de não se construírem mais usinas geminadas, uma prática que vinha sendo adotada, inclusive a própria Angra.

O SR. ALBERTO SILVA — Isso é recente?

O SR. LICÍNIO SEABRA — É mais ou menos recente. Não temos ainda um elenco de recomendações finais, de vários relatórios. Esta é mais uma das recomendações lá dos Estados Unidos. Existem vários grupos de trabalho; houve o grupo do Presidente da República, o grupo da NRC. São vários relatórios, vários estudos sendo feitos. Realmente, a usina geminada apresenta uma circunstância — Three Miles é uma usina geminada — em que há contaminação direta, quer dizer, não houve um problema de contaminação do ambiente. Tanto que o pessoal, em consequência do acidente, continuou na usina, ninguém foi removido. Portanto, não haveria propriamente um impedimento de operação de uma usina que estivesse ao lado. Houve uma contaminação devido a área comuns às duas unidades. Então, essa prática está condenada. A segunda está bloqueada em consequência da primeira.

O SR. ALBERTO SILVA — Então, essa distância mínima, no caso de Angra III, está sendo obedecida e deve ter sido resultado desse relatório?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Justo. Realmente, Senador, não posso responder se exatamente em consequência de Three Miles Island. Gostaria de dizer o seguinte: quando a usina é geminada, não é problema da distância, mas porque há instalações comuns. Elas são vinculadas, por exemplo certos canais de subsolo, etc., são geminadas, áreas comuns, não sei exatamente os detalhes.

Realmente, aí, houve um problema de contaminação direta. Não foi uma contaminação via ambiente. Agora, desde que se construa com uma separação, como no caso de Angra, e haja, por exemplo, uma separação física através do ambiente, para que uma usina seja afetada por outra é necessário que o acidente que ocorrer nessa primeira seja de tal ordem, de tal magnitude, que, realmente, provoque uma contaminação de ambiente, o que em Three Miles não ocorreu.

O SR. ALBERTO SILVA — Mas, por que a população foi deslocada? Foi determinação governamental?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Bom, aí, há uma estória, vários comentários a ser feitos sobre isso, Senador. Há vários aspectos sobre esse problema de Three Miles, muitos aspectos interessantes. Um comentário, Senador, é que, depois de passado o acidente, levantamentos foram feitos por especialistas de várias origens nos Estados Unidos. E a conclusão foi a de que não houve realmente nenhum dano; houve um certo nível de radiação, de liberação normal, pela usina, mas que esse nível de radiação ficou perfeitamente dentro dos limites recomendados.

Enfim, não houve nenhum prejuízo, nenhum dano causado a pessoas ou a propriedades, em consequência do acidente, a não ser danos causados à própria usina.

De maneira que houve realmente esse problema de evacuação de área etc., e uma das conclusões foi a de que no plano de emergência toda central tem um plano de emergência, temos o nosso para Angra — plano de emergência nos Estados Unidos, no caso de Three Mile Island, foi constatada uma série de falhas. Então, simplificada, houve uma certa precipitação de diferentes autoridades, mas no bom sentido de resguardar, evidentemente. Medidas preventivas foram tomadas com uma certa precipitação. Mas não houve nenhuma radiação e não houve dano algum ao ambiente nem a população da usina de Three Mile Island.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade para pedir a V. Ex<sup>a</sup> que solicitasse da Secretária o seguinte: Que remetêssemos um ofício ao nosso Embaixador em Washington solicitando as 175 recomendações que a comissão reguladora de energia nuclear nos Estados Unidos baixou após o acidente de Three Mile Island, para todas as 400 usinas nucleares, as cento e tantas contraídas e as outras em construção, modificando até válvulas etc. É o requerimento, Sr. Presidente, que faço.

Dr. Licínio, quando digo a V. S<sup>a</sup> que tenho dúvidas, às vezes, com relação aos telex de furnas, vou agora exemplificar. O telex último que o Senhor passou ao nosso Presidente diz o seguinte:

Foram investidos em Angra II, até dezembro de 1979, 14 bilhões, 766 milhões, 531 mil e 811 cruzeiros.

No mesmo telex, às folhas tantas, o Senhor diz o seguinte: o custo direto total incorrido na construção 1089 estacas em Angra II, atualizado até dezembro de 1979, foi de 3 bilhões 295 milhões 449 cruzeiros.

Então, eu desejo que o Senhor me explique, por que aqui as estacas ficaram em 3 bilhões, 295 milhões e 449 cruzeiros — porque vimos lá em Angra só estaqueamento que está havendo — e lá, no princípio, o Senhor disse que foram já gastos em Angra II, 14 bilhões, 766 milhões, 531 mil e 811 cruzeiros. Quero que V. S<sup>a</sup> explique essas duas parcelas que estão tão diferenciadas.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, não é difícil a explicação. Em relação ao Primeiro telex, onde V. Ex<sup>a</sup> mencionou a informação sobre a importância de 14 bilhões 766 milhões 531 mil 811 cruzeiros, devo dizer que se trata do custo total de Angra II, até dezembro de 1979. Em Angra, não temos só estacas. Quanto a segunda informação, relativa ao custo direto de estacas, devo esclarecer que se trata do custo de construção, isto é, o custo direto aplicado na estaca. Agora, temos parcelas de outros dispêndios para as obras capitalizadas em Angra; temos terrenos comprados para fazer obras; temos instalação de canteiro para a obra — nada disso está no custo a estaca. O custo da estaca é o direto. — Temos também a vila residencial de Mambucaba com toda sua infra-estrutura feita para a construção de Angra II; temos debitada já uma parte dos equipamentos que estão comprados, equipamentos permanentes que foram encomendados, especialmente os importados à KWU para Angra II e III. E na assinatura do contrato, como é o usual nesse tipo de compra de equipamentos, fizemos o pagamento inicial, da ordem, se não me falha a memória, de 10%. Esse pagamento já foi feito, tudo isso está contabilizado em Angra II. Como foi comentado há pouco, temos pouco ou praticamente nenhuma obra feita em Angra III. Eu estava me referindo a obra civil, porque Angra III tem débitos também, temos equipamentos comprados para Angra

III e já pagos, quer dizer, o sinal, pago, a parte de 10%. Temos uma parte dessa infra-estrutura de vila residencial, de canteiro, que é rateada para Angra III também, proporcional ao investimento feito, e temos a parcela de engenharia, que não se limitou até agora apenas ao cálculo da estaca; temos o projeto de engenharia sendo desenvolvido para fases posteriores à obra. A NUCLEN, por exemplo, junto com a KWU, tem um projeto conceitual das tubulações, dos demais períodos, já bastante avançados. Temos vários projetos executivos feitos na parte civil do prédio reator, do edifício da turbina geradora. De maneira que nesses 14 bilhões estão todos esses diferentes preços. Temos o custo de Furnas em administração, que está incluído nos 14 — não está rateando na estaca, é o custo direto. Temos despesas de fiscalização direta de Furnas e também a despesa de administração geral. Então essas parcelas compõem essa quantia da ordem de 14 bilhões de cruzeiros para a número 2. E as estacas representam o custo apurado no local para as despesas de empreiteiros, de material, mão-de-obra, aplicados na estaca. Fazer um rateio seria difícil, ratear a engenharia etc. Mas, naturalmente, quando se fala no custo final da estaca, a esse custo tem que ser agregado uma parcela de rateio de administração geral, de fiscalização, de engenharia, de vila residencial etc. Estamos falando então num custo levantado direto das estacas e do custo contabilizado de quanto já foi gasto em Angra II, devidamente corrigidos para dezembro de 1979. Essa é a explicação da diferença.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, há casa lá na Praia Brava, além do hotel, para Hóspedes, adaptadas?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Hóspedes em que sentido?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Hóspedes, ou visitas. Casas de certo nível para visitantes, para engenheiros, chefes. Duas ou três casas de visitantes.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Em Praia Brava, temos vários tipos de construção; temos os alojamentos, o hotel, que é mais para o pessoal temporário, ou então pessoal solteiro, que não necessita da casa. Temos umas casas para famílias, variando entre casa a apartamentos de um quarto a três quartos, e duas das casas, iguais as outras, ficam reservadas para visitas de inspeção de diretores e, eventualmente, de visitantes.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, uma pergunta agora direta também. Está sendo construída agora uma nova casa de residência para visitantes, pessoas ilustres?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não temos. Temos planos de ampliação do hotel, do alojamento. Usualmente, em todas as instalações de construção há o que se denomina no setor elétrico, não sei se em outras áreas, de casas de visitas, com a finalidade de alojar visitantes ilustres, pessoas que são fornecedoras. Mas, em Angra, nós não temos essa instalação. Houve um projeto que foi adiado na atual conjuntura, não havendo nenhuma previsão de ser executado a curto prazo. Não sei se o Senador teve alguma informação que poderia estar ligada à reforma de alguma casa. É provável, mas não estamos construindo casa nova nenhuma para visitantes. V. Ex<sup>a</sup> pode ter a certeza absoluta que não.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Isto pesa na tarifa?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Tudo pesa, Senador, tudo é custo, não há geração espontânea.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Por que foi rescindido o contrato do hotel com a Empresa Luxor, e hoje a exploração é diretamente de FURNAS! Houve rescisão?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Houve, de iniciativa do próprio contratista, do grupo do hotel Luxor. Eles manifestaram o desejo de rescindir o contrato por razões de frequência e de lucratividade no negócio, o que veio ao encontro de uma orientação da empresa, em vista da qualidade do serviço, especialmente da parte de atendimento do refeitório — que não vinha satisfazendo à necessidade da obra. Em razão dessa situação, fizemos a rescisão do contrato e a administração do hotel passou a ser feita — a parte propriamente dita de administração do hotel, atendimento de portaria, cuidar do alojamento, dos quartos, limpeza etc. — diretamente com o pessoal de FURNAS, para nos dar o controle de um atendimento adequado. O alojamento normalmente tem a função de hospedagem de pessoal técnico de alto nível, nacionais e estrangeiros que precisa ter um tratamento adequado para poder desempenhar bem as suas funções. Para o refeitório, nós já fizemos uma nova licitação e já foi contratada com um novo concessionário; será explorado através de um concessionário. Mas a parte do hotel está sendo administrada por FURNAS, a parte operativa do hotel em si e os serviços de refeição do hotel estão contratados com um concessionário. Temos a mesma situação nos dois refeitórios de obra, recentemente feitos — o Senador teve a oportunidade de visitá-los, no ano passado, lá em Mambucaba — que serão operados tam-

bém por concessionário. O da praia da Itaorna está sendo contratado para ser operado por um concessionário e não diretamente por FURNAS. A parte da operação dos refeitórios é a parte de mais difícil administração e mais fácil fiscalização. Daí decorrer essa rescisão do contrato, que foi do interesse, da iniciativa do Grupo Luxor e coincidiu também com os interesses da empresa pela qualidade dos serviços prestados naquele local.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, por que foi demitido o Dr. Antônio Müller, Chefe da comissão que investigou aquele incêndio do galpão de Angra I?

O SR. LICÍNIO SEABRA — O Sr. Senador se refere ao Sr. Antônio Ernesto Ferreira Müller? Não procede, Senador. Pelo contrário, o engenheiro Müller não foi demitido. Ele, por interesse próprio, por motivos particulares...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Foi o que presidiu o inquérito? Eu quero saber se foi este Sr. Müller, pois poderá haver um outro Müller, não sei...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Bom, não sei, Senador. Não sei se ele foi presidente do inquérito, não me recordo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ele foi demitido agora.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Foi demitido? Bom, o engenheiro Müller, com pesar nosso, atendendo aos seus interesses particulares, demitiu-se da empresa; era nosso amigo, não houve problema algum. Agora, quanto ao presidente da comissão de inquérito, eu não sei quem é. Inclusive, não sei se o engenheiro Müller participou da comissão de investigação. Ele não foi demitido. O Advogado José Alberto Assumpção também não está demitido de FURNAS. Posso assegurar, Senador, que FURNAS não demitiu ninguém por ter pertencido a essa comissão de investigação, como qualquer outro grupo de investigação.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Do Sr. Müller, nós temos o parecer sobre aquele fato. Depois, então, foi demitido.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Desculpe-me Senador, mas o engenheiro Müller não foi demitido. Recentemente, ele se demitiu da companhia, no princípio do ano ou final do ano passado, por interesses particulares.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, a essa altura dos acontecimentos, hoje, agora, e através de dois anos da sua administração em FURNAS, portanto, em contato com o problema da hidroeletricidade e da energia nuclear, na filosofia de FURNAS, qual é a prioridade: a hidroeletricidade ou a energia nuclear?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Nas obras de andamento?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Se FURNAS tende para a hidroeletricidade, ou para a energia nuclear? Pode me responder?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Tenho a obrigação de responder, é claro. FURNAS, como o Senhor sabe, é uma empresa controlada pela ELETROBRÁS e nós somos parte de um conjunto de empresas do Governo Federal. FURNAS desempenha missões e cumpre tarefas que lhe são delegadas pela ELETROBRÁS e, especialmente, pelo Ministério das Minas e Energia. De maneira que não há uma colocação desse tipo, de que FURNAS tenha uma prioridade no uso da energia hidroelétrica. Está dito pela ELETROBRÁS, já foi mencionado ontem pelo pronunciamento do Ministro César Cals, que é política do Governo Federal dar prioridade ao aproveitamento à hidroeletricidade. Portanto, esta é a filosofia de FURNAS também, não significando com isso que FURNAS coloque as centrais nucleares a seu cargo, pois tem uma tarefa a executar e concluir, num segundo plano ou prioridade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, uma outra pergunta: V. S<sup>a</sup> encara a possibilidade, nos próximos anos, do racionamento da energia elétrica, de FURNAS?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Esta pergunta está ligada ao Inquérito da Comissão?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Está, Dr. Licínio, pois verá que daqui a pouco eu farei uma pergunta que terá ligação, terá conotação com esta.

O SR. LICÍNIO SEABRA — A sua pergunta, Senador Dirceu Cardoso, é se há possibilidade de um eventual racionamento. Vamos posicionar, colocando a entrada de Itaipu em operação, vamos dizer, até 1983. A situação, como consta do plano da ELETROBRÁS, não é novidade, tem sido comentada pelo Presidente Maurício Schulmann. Existe um risco em potencial, até a entrada de Itaipu — dependendo das condições de evolução de mercado, dependendo, basicamente, do regime de hidráulidade que venha a ocorrer, e, por outro lado também, da política que venha a ser adotada a respeito da ope-

ração das usinas termelétricas a óleo que possuímos — de vir a ocorrer uma certa restrição ao consumo. É uma possibilidade, e não se pode afirmar que vá ocorrer. Depende de uma série de fatores. Chegou a ser aventada a hipótese de construção de usinas a carvão, com a finalidade de prever apenas a possibilidade de um eventual atraso em Itaipu, ou um crescimento do mercado acima do que se estava prevendo. Foram hipóteses que acabaram sendo abandonadas por serem antieconômicas, ou de pesado encargo financeiro para o País. Dentro desse planejamento de que o mercado deve crescer e não possuir novas fontes de geração, e que Itaipu, entrando em operação, será absorvida no menor prazo possível, isso refletirá favoravelmente nos preços e nas tarifas de energia elétrica. É um risco calculado que poderá, inclusive, se limitar a restrições de pequeno porte, e poderá não ocorrer, dependendo das condições de chuva e do crescimento do mercado, que é outra variável. A possibilidade existe, mas nada previsto em situações catastróficas. Não quero arriscar a dar números, mas se ocorrer alguma restrição, será em nível absolutamente suportável, e a um preço justificável, porque evitar esta situação corresponderia a um investimento grande e antecipado. Não sei se me fiz claro.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mais claro do que isto V. S<sup>a</sup> não pode dizer. Sei, sinto que V. S<sup>a</sup> tem alguma coisa a dizer, mas às vezes não pode dizer. Sinto que há algo, mas por sua posição, sua formação, sua responsabilidade, sua presença em público, e a repercussão do que V. S<sup>a</sup> falar aqui... Há alguma coisa, mas é tarde demais para dizer, sinto isso. Ainda faço esta homenagem a V. S<sup>a</sup> Não quis me deixar entrar lá, mas lhe faço esta homenagem.

O SR. LICÍNIO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> é convidado permanente. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Fui lá, bati à porta e voltei. Pior do que isto: foi uma comissão de engenheiros que vão ser os futuros Diretores de FURNAS, da ELETROBRÁS, ITAIPU, de Angra I e II, acadêmicos de Engenharia, entre os quais a minha filha. Foi combinado que 18 iam entrar na usina nuclear, entraram 6 ou 7 e os outros ficaram olhando de binóculos. Combinado com V. S<sup>a</sup> e fizeram isto. Se levasse lá acadêmicos de Direito, de Economia... mas levei acadêmicos de Engenharia. Um deles vai ocupar o lugar que V. S<sup>a</sup> está ocupando; um deles vai ocupar o lugar do Dr. Schulmann, ou o do Dr. Costa Cavalcante; são futuros engenheiros e não entraram, não viram aquele monstro que está se construindo ali.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, V. Ex<sup>a</sup> vai me desculpar, mas já tive oportunidade de dar-lhe explicações. Houve um problema de comunicação. Já lhe fiz e reafirmo aqui, o convite.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não foi de comunicação, não. V. S<sup>a</sup> me garantiu que iam e eu garanti aos acadêmicos. O chefe de lá disse que não iam entrar, ele teve mais palavra que V. S<sup>a</sup>, o Presidente.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Houve uma falha de comunicação, mas V. Ex<sup>a</sup> está convidado, este mesmo grupo de engenheiros será bem recebido, pode estar seguro de que isso não vai se repetir.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Foram recebidos muito bem, mas entrar lá, não. Uns entraram e os outros ficaram, ora essa. O engenheiro disse que somente iam entrar tantos, e V. S<sup>a</sup> havia garantido que iriam todos. O que V. S<sup>a</sup> garantiu não entraram, e dentre esses, estava a minha diletta filha.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Infelizmente, isso vai ser corrigido, só depende da sua vontade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, quantos aditamentos de contratos, em valores reais, a Westinghouse que construiu Angra I fez com FURNAS, e quantos na sua administração?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, tenho a impressão que esse tipo de informação já foi prestado aqui à Comissão através de carta.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu não a tenho. Aqui as informações vêm e nós não as recebemos.

O SR. LICÍNIO SEABRA — São detalhes que não tenho de cabeça, mas temos uma relação...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quantos na sua administração, lembrase?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Com a Westinghouse, durante a minha administração, após março de 1978, nós assinamos um aditivo com a Westinghouse-EBBE, que são as empresas encarregadas da montagem e fornecimento de equipamento para a unidade nº I. Consta na relação de aditamentos. Este foi o único aditivo assinado. Não há nenhum aditivo assinado para Angra II.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Tem havido algum problema com o carregamento de combustível para Angra I, algum problema ou compromissos de carregamentos subsequentes?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Infelizmente, não estou identificando bem quando o senhor coloca problemas com o carregamento do combustível...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não há um carregamento da usina?

O SR. LICÍNIO SEABRA — O combustível é colocado no núcleo...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é o fato físico de colocar, é do agente que fornece o combustível. Os Estados Unidos têm fornecido isso?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Normal, não temos problemas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — No futuro também não teremos problemas?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, o futuro...

O SR. DIRCEU CARDOSO — O futuro a Deus pertence, como dizia o nosso ex—ministro da Justiça, de saudosa memória.

O SR. LICÍNIO SEABRA — A primeira carga do combustível para Angra I está totalmente entregue, está armazenada na unidade nº I. Na ocasião da visita de V. Exª, já estava lá.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu vi. Mas faltava uma barra que veio mais tarde.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Faltava a montagem. Quatro elementos que chegariam a *posteriori* já chegaram, estão lá armazenados, não há problemas quanto à primeira carga de combustível. Quanto à pergunta que V. Exª fez a respeito do futuro, talvez se refira às recargas, aos carregamentos futuros. No tratamento desse assunto de recargas, há uma definição de que a responsabilidade, está afeta à NUCLEBRÁS. FURNAS, então, mantém entendimentos, estamos em entendimentos permanentes, estamos acompanhando o assunto junto à NUCLEBRÁS, quem caberá fornecer os combustíveis de recarga para a unidade nº I. As providências estão todas tomadas no devido tempo e não há preocupações, no momento, quanto às recargas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, tenho informações de que agora aquele urânio que compramos na África do Sul foi para os Estados Unidos para o enriquecimento. O ato do Presidente Carter proibindo a exportação atingiu esse carregamento que vinha para nós, e até hoje parece que os Estados Unidos não abriram mão da liberação desse carregamento. Fui informado. As fontes que informam aos senhores são oficiais, as minhas são colaterais: dizem que estão construindo uma casa de hóspedes e não estão. Falham muito as minhas. Mas como não posso entrar lá, não posso ver... Eu ia lá na Semana Santa, não me deixaram. Eu tenho de ir como contribuinte de FURNAS, como Senador não dá. Pago com certo atraso, porque estou aqui e quase que eles cortam a minha luz, mas eu estou pagando. Então, V. Sª sabe disso? É uma coisa seriíssima e essa é informação diplomática. Não foi através nem de engenheiros. Agora, sim, foi através de diplomatas.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, deixe-me completar com alguns esclarecimentos, fornecer alguns esclarecimentos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Se há alguma coisa que V. Sª quer dizer secretamente, está certo. O que eu falo é uma coisa; o que o Dr. Licínio fala tem outra ressonância.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Os fatos são os seguintes, Senadores: por ocasião de encomenda da unidade nº I, e dentro de um acordo celebrado entre o Governo brasileiro e os Estados Unidos, foi assinado um contrato de enriquecimento com o DOE, Department of Energy. Antigamente tinha um nome diferente. Esse contrato está assinado e em pleno vigor. Nós temos cumprido todas as nossas obrigações. A informação de que dispomos no momento é que dentro desse processamento para recarga, nessa fase inicial, há um contrato com uma firma alemã que vai fabricar esse combustível. Então, dentro dessas providências, foi solicitada licença de exportação para esse urânio enriquecido, que deverá ser levado para fabricação do combustível nos Estados Unidos. Essa licença de exportação está correndo os trâmites normais e, que seja do nosso conhecimento, não há nenhuma limitação, nenhum problema, quanto a essa primeira recarga. Realmente, existem outros aspectos que V. Exª comentou a respeito de política externa do País e relativas a problemas de salvaguarda, do acordo bilateral Brasil-Estados Unidos, mas não tenho realmente todos os dados e nem tenho a necessária autoridade para lhe dar explicações.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quer dizer, devemos fazer essa pergunta ao Dr. Paulo Nogueira Batista.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Talvez o Dr. Paulo Nogueira Batista seja a pessoa autorizada, ou alguém mais do Ministério das Minas e Energia, ou do próprio Itamarati. O Dr. Paulo provavelmente irá dar maiores esclarecimentos sobre o assunto. Com relação ao combustível, como está definido pela própria lei que criou a NUCLEBRÁS, ou as atividades da NUCLEBRÁS;

todas essas atividades relacionadas ao combustível, ao ciclo do combustível, à fabricação do combustível etc. são da alçada da NUCLEBRÁS. Nesse caso particular, FURNAS detém um contrato de enriquecimento que foi consequência da encomenda número um. Esse contrato está em vigor e a pretensão, a intenção da NUCLEBRÁS, em discussões feitas com FURNAS, é utilizar esse contrato. São as informações que lhe posso prestar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estou discordando, mas está certo. V. Sª tem esse conhecimento. O diplomata me deu outra informação.

O SR. LICÍNIO SEABRA — O Dr. Paulo poderá completar, porque naturalmente a NUCLEBRÁS tem alternativas. Caso surjam dificuldades maiores nesse enriquecimento, ela terá — há tempo suficiente para isso — alternativas de conseguir esse enriquecimento em outra fonte, particularmente parece que seria a URENCO, e teremos a recarga produzida ao tempo necessário para garantir a continuidade da operação da unidade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Entrando Angra I em operação ano que vem, quando vai haver necessidade de uma recarga?

O SR. LICÍNIO SEABRA — A nossa previsão seria em princípio de 82. Correndo todo o esquema, após um ano de operação. Nesse primeiro ano prevemos que não será um ano totalmente normal, operativo, e então devemos consumir provavelmente menos combustível. A previsão é a de que essa recarga viria ser necessária no primeiro semestre de 82.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Há alguma pretensão, presentemente, da Westinghouse com relação a FURNAS, em Angra I?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Pretensão em que sentido?

O SR. DIRCEU CARDOSO — De aditamentos, de mais adicionais etc.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não que sejam do nosso conhecimento ou expressos formalmente. É evidente que em todos os contratos as partes permanentemente têm problemas a ajustar. No momento, a Westinghouse e a EBE, que são os dois consorciados encarregados da montagem e do fornecimento da unidade nº I, podemos testemunhar, estão aplicando o melhor dos seus esforços, estão realmente, altamente empenhados no término no menor prazo possível, na melhor maneira, das instalações de Angra I. Não temos registrada nenhuma pretensão, como o senhor falou, de nenhuma reivindicação formal por parte do consórcio Westinghouse/EBE. No momento, não temos essa situação.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A sua posição é difícil para responder a esta pergunta, mas eu me atreveria a fazê-la. Qual é o melhor contratante? O americano ou o alemão? Se V. Sª puder responder, muito bem; se não puder, está bem. Para essa eu dou um *habeas corpus* V. Sª e até retiro a pergunta.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — A pergunta é um pouco genérica para ser respondida.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Está certo. Retiro a pergunta.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Há bons americanos, há maus americanos, como há bons alemães e maus alemães.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Retiro a pergunta. Para ver V. Sª a sua posição: até a política brasileira tem repercussão na direção de FURNAS. Até a política exterior nossa — nós, que estamos agora jogando nas cristas com o americano — pode vir a prejudicar o andamento de Angra I etc. E o abastecimento, até isso pode vir a prejudicar. Veja V. Sª a sua ressonância, à frente de FURNAS. E pode prejudicar, porque o Brasil deu uma guinada na sua política externa, e está pagando e vai pagar as consequências. Impunemente não vai ficar. Nós vamos pagar. Infelizmente nós vamos ter que pagar, e vamos pagar. Mas retiro a pergunta. Ela foi até atrevida demais, desculpe. V. Sª me devia uma visita e me fechou a porta lá. Estamos empatados, um a um.

Agora, uma pergunta que exige um desenvolvimento da resposta muito grande: devido à implantação da energia nuclear e sua importância, crê V. Sª que as usinas — a pergunta agora é de um brasileiro para outro brasileiro, não de um Senador para o Presidente de FURNAS — crê V. Sª que Angra I e II funcionarão abastecendo de eletricidade Rio, São Paulo e Belo Horizonte, ou vão funcionar para abastecer de energia elétrica a usina de enriquecimento que a NUCLEP quer fazer?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Senador, entendi perfeitamente a sua pergunta. Não que seja difícil responder, mas quero qualificar a resposta para que fique o mais claro possível.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sei Dr. Licínio, V. Sª tem que pensar no lado positivo e no lado negativo.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não, Senador, não é esta a preocupação, mas sim uma forma de transmitir exatamente qual é a situação.

V Ex<sup>a</sup> colocou a pergunta da seguinte forma: que as duas primeiras usinas de Angra não iriam abastecer o mercado de energia elétrica mas sim a usina de enriquecimento?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Isso.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Bom, diria que não, Senador. E vou tentar me justificar. Por isso eu queria colocar bem. Depende da colocação feita no tempo. Se me dissesse quando o parque de geração nuclear no País vier a atingir uma potência que requeira uma capacidade de enriquecimento, cuja demanda seja equivalente à energia gerada por Angra I e II, a resposta seria afirmativa: sim. Mas não obrigatoriamente a energia que está sendo gerada em Angra I e II, a energia que está sendo gerada, de um modo geral, no sistema interligado. Há três processos de enriquecimento, como V. Ex<sup>a</sup> sabe: há o processo de difusão gasosa, o de ultracentrifugação e o que está sendo desenvolvido com participação brasileira que é o *jet nozzle*. Na escala de difusão gasosa, ultracentrifugação e o *jet nozzle*, quanto ao consumo de energia para o enriquecimento, há uma correlação; a que consome menor energia requer um investimento maior, e maior energia, menor investimento. A ordem de grandeza, em números exatos eu não a tenho aqui em mãos. No caso do *jet nozzle*, um processo que está sendo desenvolvido, uma tecnologia que está sendo desenvolvida atualmente, se não me falha a memória, até o ano passado, 1979, é um processo ainda em desenvolvimento e que, portanto, tem perspectivas de melhorar o rendimento, a relação seria da ordem de 6% ou 10% da geração de uma usina nuclear necessária para produzir o enriquecimento. Em outras palavras, para um parque gerador de 10.000 Mgw, haveria um consumo para alimentar esse parque, uma demanda consumida no processo de enriquecimento da ordem de 400 a 600 ou 700 Mgw. Então, estamos na faixa de 4 a 7%. Proporcionalmente, há o problema de economia de escala etc. Então, dentro da sua pergunta, de Angra I e II, da ordem de 4 a 8% — não tenho o número exato — seriam realmente necessários para alimentar o processo de enriquecimento. Mas não 100% da potência, como V. Ex<sup>a</sup> colocou.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Nós vimos na França três usinas nucleares da potência de Angra II cerca de 1.200 Mgw, todas as três alimentando a usina de enriquecimento.

O SR. MILTON CABRAL — Duas usinas de enriquecimento.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Duas. Pensei que fossem três.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Bom, depende da capacidade da usina de enriquecimento, vamos dizer, a capacidade das unidades separativas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — E o nosso aqui exige mais energia.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Justo. No processo atual, ele ainda não está aperfeiçoado e não atende a essa consideração. É ainda um processo de alto consumo de energia e dependendo da escala da instalação, também de alto investimento. Portanto, é um processo em desenvolvimento. No meu modo de entender, a NUCLEBRÁS e, afinal de contas, o País, optou por uma empreitada de risco mas que, potencialmente, oferece grandes possibilidades. É uma fase inicial, é um risco que se corre, mas, em consequência, o sucesso, como há realmente perspectivas bastante animadoras nesse sentido, trará um grande benefício.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas V. S<sup>a</sup> sabe que a usina piloto já está instalada em Belo Horizonte.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Uma usina que foi trazida da Alemanha, que está em demonstração.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Um físico nuclear que esteve aqui na vez anterior, o Comandante Antônio Didier Barboza Viana, a esta mesma pergunta que lhe fiz, respondeu que eu tenho razão. De fato, essas duas usinas vão trabalhar apenas para a usina de enriquecimento.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Senador, vai depender da potência e da capacidade da usina de enriquecimento, e não sei com que base foi feita essa assertiva.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quer dizer, eu tenho dúvida que no fim ela vá gerar...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não há uma ligação direta entre uma coisa e outra. Uma usina de enriquecimento desta pode ser instalada no Norte, por exemplo, e usar a energia hidrelétrica.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Até expliquei o seguinte: chega um momento em que todo sistema gerador de eletricidade, entra numa fase de auto-*fagia*; produz para comer. Ela se come. Ele achou interessante. em tese. Não

se vai ligar as duas usinas na usina de enriquecimento, mas o que elas vão produzir, a usina de enriquecimento vai exigir do sistema tronco.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Sim, Senador, mas a usina de enriquecimento estará produzindo enriquecimento para uma potência nuclear dez vezes maior. Então, esta comparação está aí um sofisma.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ele é um físico nuclear que tem curso de PHD nos Estados Unidos..

O SR. ALBERTO SILVA — Esta pergunta do Senador Dirceu Cardoso sugere aqui uma colocação que eu gostaria que V. S<sup>a</sup> pudesse responder. Nós temos em Belo Horizonte — a Comissão visitou — uma usina em demonstração. O que eu conheço em termos industriais de uma usina em demonstração para uma usina semi-industrial, há um parâmetro de multiplicação. Por exemplo, eu faço uma usina laboratório, e para eu passar para uma semi-industrial, os parâmetros de multiplicação dos tamanhos físicos da instalação seguem uma ordem já definida, para quase todas as indústrias. Por exemplo, uma usina geradora de álcool de 3 mil litros permite, uma vez montada, que se faça sem risco algum uma de 30 mil. O número 10 é universalmente consagrado.

perguntaria: No Brasil está assegurado que a nossa usina de enriquecimento estará funcionando a tempo de permitir o combustível necessário à capacidade de 10 mil megawatts do nosso programa nuclear brasileiro?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Senador Alberto Silva, sinto-me totalmente incompetente para responder a esta pergunta, porque não tenho conhecimento dos dados, não está na minha área. Solicitaria permissão para não responder, a fim de não dar opiniões que poderiam estar completamente fora, pois não tenho conhecimento, não tenho elementos para avaliar e dar alguns esclarecimentos sobre este assunto.

O SR. ALBERTO SILVA — Mas poderia V. S<sup>a</sup> nos dizer — já que foi levantada a questão de termos ou não termos o combustível, levantada pelo Senador Dirceu Cardoso — se há ou não embargos por parte de países estrangeiros relativamente à carga de combustíveis para as usinas que estão sendo montadas? Fala também o Senador na energia que deve ser consumida. Presumo então que há segurança de que nós vamos ter uma usina de enriquecimento que absorverá de 4% a 8% de energia para o processo. Já temos assegurado a usina de enriquecimento para garantir o combustível?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Senador, isto faz parte justamente do programa nuclear. É uma coisa pública que faz parte do programa da NUCLEBRÁS a instalação da usina de enriquecimento.

Com relação a esses detalhes de época de instalação, escalas de produção, realmente não temos elementos para responder. Mas, especificamente, no caso de FURNAS — nós temos acompanhado o assunto no que se refere à carga inicial — estamos com ela garantida. Estamos preocupados com o problema a curto prazo para a recarga de nº 1, em que há essas opções de enriquecimento nos Estados Unidos, opções na Urenco, como também para a carga inicial nas unidades 2 e 3, que estão contratadas, e há possibilidades ou alternativas ou opções contratuais de enriquecimento independentes da usina de enriquecimento a ser feita aqui no Brasil. Parece-me que essa faz parte do próprio plano. O programa nuclear não previa a autosuficiência, vamos chamar, para essas três primeiras unidades. É um programa mais dilatado e, infelizmente, não tenho todos os elementos para fazer comentários, para esclarecer.

O SR. ALBERTO SILVA — Apenas a título de curiosidade, Sr. Presidente, eu perguntaria ao Dr. Licínio se ele tem conhecimento de que os outros países que já desfrutam do conhecimento de energia nuclear para o fornecimento de energia elétrica, se outros países não autosuficientes na preparação do combustível nuclear, se existem usinas com quantidade de megawatts, por exemplo, que dependem do fornecimento estrangeiro?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Acredito que sim, em alguns países. Mas não quero afirmar.

O SR. ALBERTO SILVA — Por exemplo, a Índia depende de fornecimento de outro país? O Paquistão?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> vai me desculpar, mas eu não tenho essas informações sobre o tipo de reatores e qual é o tipo de combustível na Índia. A Alemanha tem. Há uma dependência de minério, de matéria-prima, em primeira instância. Isso nem todos os países têm em quantidade suficiente. Depois há o tratamento de combustível. Alguns países têm essa dependência. Não tendo o enriquecimento — citando como exemplo o Japão, que certamente, tem de importar minério de urânio, no entanto, está desenvolvendo um ambicioso programa nuclear. Certamente, dependerá de importação mas, pelo que conhecemos, ele está desenvolvendo também a sua usina de enriquecimento.

O SR. ALBERTO SILVA — Claro que ele não tem outra alternativa.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Nós temos urânio...

O SR. ALBERTO SILVA — Nós temos minério em larga escala.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — ... então a política traçada é de procurar uma autosuficiência, uma independência maior possível para fazermos uso dessa reserva energética que temos.

O SR. ALBERTO SILVA — Aproveitaria a oportunidade e pediria ao Sr. Presidente, se é que ainda não temos a informação de que no programa nuclear brasileiro estaremos seguros, de que seremos independentes no processo de preparação do combustível nuclear, levando em consideração que nós temos o minério. Perguntar a quem de direito.

O SR. MILTON CABRAL — Dr. Licínio, gostaria de uma informação de V. Sª e de seus assessores do departamento jurídico.

Como é feito normalmente a elaboração de contrato entre FURNAS e as empresas construtoras? Como é a rotina desses contratos?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Senador, a sua pergunta refere-se de uma maneira genérica.

O SR. MILTON CABRAL — Como é a rotina, como é feita a elaboração de contratos entre FURNAS e as empresas construtoras contratadas?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Vou fazer um comentário, Senador, explicando a rotina, o procedimento normal.

A regra normal das nossas contratações, seja de compra de equipamentos ou seja de serviços com construção civil, é a de partir de uma minuta original das condições básicas contratuais, que são identificadas pela empresa, submetê-la então à outra parte contratante, quer durante o período de concorrência, quer durante o período de negociação. Essa é a base em torno da qual se processam as negociações e discussões para se atingir à redação final.

O SR. MILTON CABRAL — Quem administra esse contrato em FURNAS?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Para a elaboração desse contrato, temos uma diretoria que nos dá o suporte — dependendo da natureza da aquisição. Sendo um contrato de obra civil referente, por exemplo, à construção de uma usina hidrelétrica, referente à construção de instalação de geração ou de linha de transmissão, por exemplo, a liderança na condução dos assuntos de negociação é da Diretoria de Engenharia e Construções. Naturalmente, contando com todo o apoio de órgãos da casa — da parte financeira, jurídica e do apoio logístico de toda a Diretoria de Contratos de Suprimentos. Quando se trata de compra de equipamentos, não — serviço, essa liderança é feita através da própria Diretoria de Suprimentos, contando com a participação de todos os órgãos da casa.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Com relação às obras de construção civil, o procedimento normal é FURNAS propor seus termos às empresas, é isso?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Há uma concorrência.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — FURNAS apresenta suas condições?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Num processo de concorrência, ao oferecer sua proposta, cabe à empresa a apresentação dos dados solicitados, e se tiver alguma exceção, algum comentário nas condições contratuais, também, citar. Durante a análise da avaliação da concorrência, essas exceções, vamos chamar, às especificações, aos contratos são devidamente analisadas. Se se trata de processo de negociação, então é apresentado uma minuta básica contendo aquelas condições contratuais consideradas principais por parte de FURNAS, e processa-se, em seguida, como a própria forma indica, uma fase de negociação, uma fase negocial.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — E nesses contratos grandes que FURNAS já realizou, foi criada alguma comissão especial para elaborar contratos?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Há, de uma maneira geral, nos grandes contratos, comissões ou grupos de trabalho que realmente têm a participação de diferentes órgãos especializados da empresa: Diretoria de Engenharia de Construções, Diretoria de Suprimentos, Diretoria Financeira e Jurídica. São esses grupos que processam as negociações, ou as discussões finais, ou a elaboração da minuta, conforme o caso.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Então, a regra normal é a constituição de uma comissão especial para os grandes contratos. E o Departamento Jurídico, como funciona?

O SR. LICÍNIO SEABRA — A parte jurídica está subordinada à Presidência, e nós temos a Consultoria Jurídica que supervisiona o Departamento Jurídico.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Mas, a Consultoria Jurídica entra nessa comissão como unidade de supervisão, ou ela entra como elemento seu apenas participando da comissão.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Entra como elemento da comissão nos grandes contratos, e há uma cobertura legal. Desde que as condições, jurídicas e legais sejam atendidas, então, o processo é normal.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Mas não é a Consultoria Jurídica quem lidera a comissão?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Depende do tipo de contratos ou de atividades. No caso da construção civil, a liderança é normalmente da área de engenharia de construções, da área técnica. É uma coordenação, é mais uma liderança no sentido da coordenação.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Esta é quem elabora o contrato e propõe a parte a ser contratada?

O SR. LICÍNIO SEABRA — A comissão, naturalmente, é formada para que haja um conjunto de informações ou de requisitos da empresa, que sejam conjugados para a preparação de um documento só.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Tem a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Doutor Licínio, a Comissão Reguladora de Energia Nuclear dos Estados Unidos, depois do acidente da Three Miles Island, em 28 de março de 1979, há um ano precisamente, estabeleceu 175 recomendações para que as usinas nucleares americanas as obedecessem. FURNAS tem essas recomendações?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Nós temos um dossiê completo. Estamos acompanhando tudo que vem sendo liberado, e temos a documentação. Especificamente, não posso garantir a V. Exª sobre essas 175, mas nós estamos acompanhando isso desde o primeiro instante do acidente, não só diretamente, como já mencionei aqui, mas através de empresas de consultoria. Nós temos feito um acompanhamento sistemático sobre tudo o que está ocorrendo sobre o assunto.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dentre elas há uma recomendação que as usinas nucleares americanas, até janeiro de 1981, têm que obedecer o seguinte, resumindo: novos instrumentos que indiquem o estado de resfriamento dos centros nucleares, que não existiam antes; modificações estruturais de que se necessita para melhorar a proteção contra a radiação; novos sistemas de controle da radiação; novos desenhos de respiradouros de operação remota, tendo em vista melhorar o sistema de resfriamento de reatores. As modificações nos projetos de funcionamento das usinas nucleares norte-americanas não terminarão com a feliz implementação de 135 medidas, ora solicitadas pela Comissão Reguladora de Energia Nuclear dos Estados Unidos. Resta muito para fazer, tanto no nível técnico, quanto no nível político. FURNAS já tem isso detalhado, ou através de seu acompanhamento, ou através das assessorias.

A Westinghouse foi quem construiu Three Miles Island?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não. Não foi. O Fornecedor de Three Miles Island foi o Babcock Ico. Não foi a Westinghouse. O esquema da Westinghouse tem características próprias, diferentes.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Desculpe. Eu li que o reator foi a Babcock, mas o resto foi a Westinghouse. A Westinghouse é participante de Three Miles Island. V. Sª não sabia, mas eu li.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não quero assegurar, não tenho essa certeza.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sabe onde eu li? Nos elementos que V. Sª me deu. V. Sª me deu uma revista.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Está correto, mas o acidente, Senador, está ligado essencialmente, diretamente ao reator nuclear. O fornecedor não foi a Westinghouse.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Uma parte foi ela, a outra parte foi a Babcock.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não posso garantir a V. Exª, porque realmente não tenho informações.

O SR. DIRCEU CARDOSO — As firmas construtoras foram a Sociedade Babcock e a Westinghouse.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — O reator não é da Westinghouse. Disso eu tenho certeza.

O SR. ALBERTO SILVA — Dr. Licínio, acho que essa pergunta do Senador Dirceu Cardoso coloca uma interrogação da mais alta responsabilidade para quem está fazendo uma usina nuclear.

Quando os Estados Unidos, país da energia nuclear no mundo em termos operacionais, porque quem fez a primeira usina nuclear foram os Estados Unidos — não importa saber se a tecnologia deles é melhor ou pior do que a dos outros países — apresentam 175 recomendações (algumas dizem que devem ser modificados os sistemas indicadores, novas proteções, etc) isto significa que a indústria técnica americana, a indústria nuclear, deve estar trabalhando ativamente para cumprir essas recomendações.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Perfeito.

O SR. ALBERTO SILVA — Nesse caso, as nossas instalações estão obedecendo a que parâmetros de segurança, já que os americanos consideram que os deles são especiais?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Perfeito, Senador. Realmente, as conseqüências do acidente de Three Mile Island, conforme o Senador Dirceu Cardoso acaba de dizer, desde o primeiro instante constituiu uma preocupação de FURNAS, quanto à sua repercussão e a experiência daí adquirida, e quais as adaptações, as modificações necessárias a serem aplicadas em Angra I — no caso — e, eventualmente, em Angra II e Angra III em conjunto.

Então, a nossa atuação tem sido de acompanhamento de tudo quanto está se desenvolvendo sobre o assunto, diretamente das nossas empresas de consultoria e junto com a própria Westinghouse que é uma das interessadas, evidentemente, também em prover as necessárias modificações para assegurar o perfeito funcionamento, e garantir a segurança do seu suprimento. Isso está sendo feito desde essa época, como o Senador Dirceu Cardoso comentou, há um ano, desde o acidente. Existe u'a massa enorme de informações sendo produzidas. E esse relatório que o Senador Dirceu Cardoso acaba de mencionar é um deles. Existem outros, e o assunto ainda está sendo discutido. Nós temos, inclusive, um contrato assinado com a empresa de engenharia que está consolidando todas essas informações, a fim de que possamos identificar aquelas modificações que sejam indispensáveis e que vão ser aplicadas.

Além disso, nós estamos em permanente contato e a Comissão Nacional de Energia Nuclear está, evidentemente, também totalmente envolvida no problema, e vai expedir, oportunamente, as recomendações e as exigências finais. Nós, por iniciativa própria, vamos adotar algumas soluções que forem consideradas necessárias, e vamos ter que seguir, evidentemente, e acataremos como nos cabe, as recomendações que vierem a ser introduzidas pela CNEN.

Já fizemos uma análise básica com a cooperação da Westinghouse e da própria Comissão Nacional de Energia Nuclear, e podemos identificar que, no caso de Angra I, não teremos alterações profundas. Existem algumas alterações a serem feitas que estão sendo estudadas, detalhadas, para serem adotadas, mas essas alterações não terão um reflexo imediato ou não terão reflexo importante no cronograma de construção de Angra I. Essa posição está basicamente identificada, embora tenhamos que adotar — estamos seguros disso — uma série de medidas, de alterações que estão no momento sendo identificadas. E, assim que forem identificadas, imediatas providências vão ser tomadas, encomendados os equipamentos, etc.

O SR. ALBERTO SILVA — Essa pergunta é porque naturalmente estou me referindo a equipamentos que eventualmente deverão ser substituídos.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Provavelmente acrescidos. Toda a indicação que nós temos é de que precisamos crescer alguns pontos de medição, alguma instrumentação, algum circuito extra de controle. Esta é a identificação básica.

O SR. ALBERTO SILVA — E quanto à estrutura, não?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não. Na parte estrutural não há nenhuma repercussão. Isto já está determinado.

O SR. ALBERTO SILVA — Não houve referência especial ao reator principal quanto ao problema de espessura?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não. Não houve esse problema.

O SR. ALBERTO SILVA — E o Three Mile Island, por exemplo,...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não há. A conseqüência em Three Mile Island está essencialmente ligada ao problema de controles — controles de comando, diríamos. Essa é essencialmente, e também há uma série de recomendações quanto a parte operativa, a organização da empresa para suportar

uma operação de energia nuclear, que é operação de alta responsabilidade, complexa, com uma série de recomendações quanto ao treinamento e formação básica de pessoal — números de elementos noturnos, localização de supervisores, instalação de simuladores.

De maneira que há realmente uma ênfase muito grande sendo dada à parte de formação de pessoal da empresa proprietária da usina, de um modo geral. Isso tudo nós levamos em consideração e estamos nos preparando convenientemente, de modo a adotarmos aquelas medidas que julgarmos independentemente como sendo necessárias. Vamos adotá-las e, simultaneamente, seguiremos aquelas recomendações que a CNEN determinar.

O SR. ALBERTO SILVA — Muito bem!

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Licínio, eu desejava fazer sozinho uma visita a Angra — e eu pediria oficialmente, aqui, Sr. Presidente, que V. S<sup>a</sup> fizesse uma recomendação na porta. Não quero que ninguém saiba. Quero chegar e fazer a minha apresentação no portão de entrada — da outra vez me barraram e eu não quis fazer escândalo, e de lá voltei. E não foi uma vez; barraram duas: a última foi agora na Semana Santa. Mas, eu não quis fazer escândalo, porque na qualidade de Senador, Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, desejo lá entrar e percorrer o que eu quiser, pois tenho umas dúvidas que desejo tirar.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Perfeito. Não há dúvida, Senador, apenas eu queria que nos desculpasse por esse episódio de V. Ex<sup>a</sup> ter sido eventualmente barrado na portaria,...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não. Não estou culpando ninguém, mas isso é uma grande injustiça,...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Isso decorre de um esquema de segurança que tem que ser observado em instalações desse tipo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — De acordo.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Mas, V. Ex<sup>a</sup> nos avisando: "Vou dia "x", chego às tantas horas", não há problema nenhum.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não. Não vou avisar, não vou dizer o dia.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — E V. Ex<sup>a</sup> quer ter acesso a quê?

O SR. DIRCEU CARDOSO — A tudo.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Certo. Mas V. Ex<sup>a</sup> se identificará, naturalmente? Não se vai negar a isso?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Na usina não quero entrar. Já fui lá, já vi; não quero ver mais.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não vai haver dificuldade. Apenas chegando à portaria, o elemento de segurança, certamente, sendo V. Ex<sup>a</sup> um Senador da República, vai informar ao chefe da usina. Naturalmente, o Superintendente nosso estará por lá. Então, V. Ex<sup>a</sup> terá que ser acompanhado por ele.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quem é o Superintendente da construção?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — O Superintendente da construção, no momento, é o General Alceu Braga Lopes.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ah! É o homem que não deixou o pessoal entrar?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não é isso. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> ainda não o conhece pessoalmente. Então, essa será uma oportunidade de V. Ex<sup>a</sup> espancar as dúvidas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Nunca tive oportunidade de conhecê-lo.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> vai espancar as suas dúvidas quanto ao General Alceu — isso eu lhe garanto. É até uma oportunidade boa.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não. Mas não quero ir na companhia dele.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Mas temos que ter uma pessoa acompanhando. Nós não podemos...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pode ser um engenheiro qualquer, uma pessoa para me assistir.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Uma pessoa categorizada, à altura para lhe acompanhar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu só quero ver o que estou querendo ver.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Mas V. Ex<sup>a</sup> tem que ser enca-minhado, do contrário não achará nem os locais em que quiser ir.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ah! Sei. Lá eu sei. No meu gabinete, estão dois quadros, em frente a minha mesa, e existe uma coleção de Angra I e Angra II, oferecidos pela Odebrecht — não foi Furnas — foi a Odebrecht.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Nós mandamos umas fotografias para cá, mas não sei se foram enviadas ao Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — As fotografias ficaram com o Presidente e com o Relator. Eles não dão para a gente.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> também ganhará. Vou mandar-lhe umas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O DR. Alceu foi o homem que barrou o pessoal. E para a gente encontrar com o Diabo, não precisa madrugar. Até que não vou me encontrar com ele. É um bom homem...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Sim. Apenas solicito a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> terá que se identificar, e haverá uma pessoa acompanhando.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois vou dizer: eu quero ir às residências, quero ver a estrada que está sendo construída lá, que é uma estrada panorâmica — tive a notícia de que dá para ser vista por cima, entende? Eu tenho notícias disso.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Então, V. Ex<sup>a</sup> não desista, e terá toda a liberdade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Toda a liberdade, não. Eu queria, por exemplo, surpreender o hotel lotado como estava na Semana Santa. Foi isso, mas bati com a cara na porta. Não foi o Dr. Alceu, mas foi o porteiro; só que não quis criar caso. Não pode entrar, não entra. Acabou.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Se V. Ex<sup>a</sup> tivesse se identificado, teria entrado. O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, como Senador, eles deixavam entrar?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Perfeitamente. E independentemente de ser Senador, qualquer pessoa que nos visita, sempre é bem recebida. Apenas deveria ter dito ao funcionário da portaria ou da segurança: "comunique-se, por favor, com o chefe aí da área".

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não. Mas, dou razão a ele. Sem se identificar, qualquer um não pode entrar lá. O problema é que fui com outra pessoa, e ele deixou a outra, mas a mim não; a outra era militar e eu fiquei de fora. Como eu não quis passar os meus documentos...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> não se identificou como Senador?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Então, não foi o Senador que foi barrado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, dou razão a ele...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Incognitamente fica difícil entrar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu queria entrar assim para ninguém ver. Só isso. Vou fazer duas visitas.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Perfeito.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agora, eu não queria encontrar com Dr. Alceu, porque os acadêmicos caíram em cima de mim.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Foi um pequeno incidente que já está ultrapassado, Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não foi pequeno não. V. S<sup>a</sup> garantiu-me que eles entravam e eles não entraram.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Sim, houve um pequeno...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, Dr. Licínio, como V. S<sup>a</sup> me garantiu? O ônibus era de FURNAS, dirigido pelo motorista de FURNAS, com autorização de FURNAS, e não entraram. E o Presidente disse não entra e não entraram. E vou dizer mais: eu ia naquele dia com eles mas como houve um trabalho, não pude. Eu ia com eles no ônibus. Ia voltar, eu gosto daquilo. Ia ser barrado pela terceira vez. Não quero ser barrado a terceira vez. Vou fazer um escândalo na porta de FURNAS.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> não foi barrado; apenas não se identificou...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas agora eu vou entrar. Só se me atirarem, mas eu vou entrar. Guarde bem isso: eu vou entrar.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — V. Ex<sup>a</sup> incógnito, pulando uma cerca, corre um risco muito grande.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, vou entrar com a carteirinha na porta.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Ah! Não tem problema. Pode entrar a qualquer momento.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vou a hora em que eu quiser; não vou entrar na hora calada da noite. Vou entrar de dia. Cumpri o meu dever, vou cumpri-lo outra vez, vou entrar lá em FURNAS, com a sua autorização. Dr. Licínio, avise que eu vou entrar.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não tem problema, não.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não quero ser surpreendido. Não vai entrar, eu entro. Dr. Licínio, se eu disser que vou entrar, eles podem me matar na porta mas eu entro. Tome nota disso:

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Isso não vai acontecer, pode ficar tranqüilo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Então, tome nota disso: eu digo que vou entrar e entro mesmo. Agora não vou incógnito. Apresento a minha carteirinha de Senador, em carro particular, não vou em carro oficial, não vou gastar gasolina do Governo, do povo, mas quero fazer umas verificações pessoais, finais sobre o caso.

Então, falo com o Dr. Licínio aqui e não quero que ninguém saiba lá. Quero entrar e que ninguém surpreenda o meu trabalho.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Perfeito. Pode ficar tranqüilo.

O SR. MILTON CABRAL — Vai ser uma visita secreta...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é secreta, não tem nada.

Por duas vezes nós tratamos e V. Ex<sup>a</sup>, Senador Milton Cabral, falhou e eu não fui. Desta vez eu quero ir sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Alberto Silva V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

O SR. ALBERTO SILVA — Dr. Licínio, as perguntas que eu desejava fazer, no decorrer desses debates eu já as fiz; mas gostaria de ter uma informação que me parece oportuna. V. S<sup>a</sup> que tem dirigido uma grande empresa de fornecimento de energia elétrica, hidrelétrica principalmente que é FURNAS, e em cujo sistema operacional existem também usinas térmicas de complementação, a pergunta que eu faço é a seguinte: comparativamente, uma usina nuclear absorve operacionalmente uma mão-de-obra igual, superior ou inferior na mesma potência de usina hidrelétrica ou de uma usina térmica?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — A usina nuclear absorve uma quantidade de mão-de-obra de operação e manutenção sensivelmente maior, Senador. Para lhe dar assim uma indicação da ordem de grandeza, nós temos a usina de FURNAS que é uma usina de 1.200 megawatts de potência instalada, e o efetivo de operações num número da ordem de 120 a 130 pessoas do quadro de operação; poderia dizer da ordem de 150 somando o pessoal administrativo. Agora, para as unidades de Angra, temos a previsão de um efetivo necessário da ordem de 400 pessoas por unidade.

O SR. ALBERTO SILVA — Três vezes maior.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — É, a nossa previsão é termos um efetivo global em Angra, de 1.200 homens para operação nas três unidades.

O SR. ALBERTO SILVA — De custo bem mais alto em salários.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Para certo tipo de elementos sim. Quero dizer, os operadores, por exemplo; o pessoal diretamente treinado na operação nuclear é composto de elementos com qualificações especiais, com treinamento especial e inclusive com um sistema de licenciamento controlado pela CNEN, de reciclagem e de relacionamento periódico. Enfim, um pessoal que requer realmente uma qualificação maior e, portanto, também, uma remuneração maior. Não para todos os 400, porque nesses 400 está incluído o pessoal de apoio administrativo etc. Quando se fala em operação subentende-se o trabalho de manutenção, que é tão importante, evidente, de tanta responsabilidade como o de operação. Realmente nós vamos requerer pessoal de maior qualificação e, para mantê-lo no nosso quadro e retê-lo, na empresa, teríamos que recompensá-lo adequadamente.

O SR. ALBERTO SILVA — Eu diria três vezes maior o número de pessoas, e mais de 50% do valor do salário.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Bom, no valor global, e para fazermos esses cálculos, teríamos que ver a quanto pondera o pessoal da área nuclear e o pessoal administrativo, etc. Comparando o pessoal da área operativa, excluindo a parte do pessoal administrativo, — vamos dizer — a sua estimativa acredito razoável, inclusive o número de pessoas, de elementos de curso superior — engenheiros — é bastante superior. Uma usina elétrica opera-se sem utilizar permanentemente pessoal de nível superior, pessoal de nível técnico; mas numa usina nuclear isso é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Jutahy Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> com a palavra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Dr. Licínio, eu serei bem rápido porque infelizmente não tive a oportunidade de acompanhar os trabalhos de hoje e, lamento profundamente não ter tido essa oportunidade porque considerava que a vinda de V. S<sup>a</sup> e a vinda do Dr. Paulo Nogueira seriam os dois fatos mais importantes neste final de trabalho. Mas o senador Dirceu Cardoso deve ter feito uma série de perguntas para dirimir todas as dúvidas que possuía.

Tenho considerado que um dos males na execução desse programa nuclear tem sido a falta de diálogo com a população. Acho que nós estamos perdendo a luta de popularizar este acordo. A opinião pública está, hoje, inteiramente contrária. As razões principais são: a falta de informações que não são dadas com constância e com franqueza, como deveria ser dada ao povo brasileiro. Vemos agora na Europa, na Suécia, o Governo contra o acordo nuclear, e população chamada a votar no plebiscito, e manter o programa nuclear contra a vontade do próprio Governo. Nós sabemos que a energia nuclear é um fator desconhecido e isso amedronta muitas vezes. A impopularidade natural desse programa é muito grande. A imprensa, por sua vez, tem jogado uma série de informações que levam a população a temer mais ainda a execução desse programa. Quando se fala que vai construir uma usina nuclear num estado, o pessoal diz: “pelo amor de Deus, em qualquer lugar, menos aqui”. Creio que essas dúvidas que foram levantadas pelos Senadores Dirceu Cardoso, Alberto Silva, Milton Cabral eram muito necessárias. Inclusive num momento como este — a lamentavelmente a imprensa já foi embora, não agüentou, talvez, o trabalho bastante prolongado — num momento como este poderíamos ter condições de levar alguma informação ao público. Nós mesmos partimos do pressuposto de que está tudo certo, mas queremos saber, discutir e defender aquelas teses que estão naquilo que conscientemente apoiamos.

Por isso, entre as indagações que foram feitas a V. S<sup>a</sup>, eu tinha solicitado ao Presidente e ele o fez num telex, que V. S<sup>a</sup> desse uma explicação do quantitativo, do valor que hoje se despende com ANGRA I. O cálculo inicial foi um, e hoje é completamente diferente. O que queria e V. S<sup>a</sup> na resposta falou, que esses cálculos devem ser multiplicados por um peso 2 e meio para se chegar a uma correção natural, de acordo com a inflação do dólar e do cruzeiro, dando o preço equilibrado entre o que era na época e o que é hoje. Essas são explicações que vemos necessárias a cada dia. Daí, eu solicitar a V. S<sup>a</sup> um empenho por parte dos órgãos executores desse programa para dar maiores explicações ao povo brasileiro, que necessita muito delas. Nós que participamos do partido do Governo, mas que aqui não fazemos questão do termo “partido do Governo ou da Oposição”, pedimos e solicitamos o empenho disso. Queremos ver a opinião pública bem informada para tirar as suas dúvidas e tomar o partido que julgar necessário.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Creio que os comentários de V. Ex<sup>a</sup> são perfeitamente válidos. Eu poderia aduzir, dizendo que, da parte de FURNAS, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, nós temos uma parcela, não o todo, e temos procurado através de visitas a ANGRA, de palestras, de explicações especialmente a imprensa, sempre que há oportunidade, a entidades, a associações de classes, a clubes de engenharia, escolas, etc., fazer a nossa parte e explicar o que é a energia nuclear, as necessidades, as vantagens e desvantagens. Quanto ao problema mais global, essa é uma preocupação do Ministério de Minas e Energia, da ELETROBRÁS e da própria Secretaria de Comunicações, SECOM. Existem planos para se fazer uma programação técnica, para melhor informar o grande público sobre a energia nuclear. Outro comentário que gostaria de aduzir é que o problema não é local. V. Ex<sup>a</sup> sabe bem que esse problema é mundial. As restrições e as dúvidas sobre a energia nuclear existem no mundo todo e são de diversas naturezas. No nosso caso, no Brasil, nós que estamos numa fase inicial, é preciso que esse trabalho de comunicação e esclarecimento seja conduzido em bases técnicas e profissionais, para que surja o efeito desejado e não provoque efeitos até contrários. Esse é um trabalho que vem sendo feito, estamos procurando cumprir a nossa parte dentro de

ANGRA, e quanto ao problema, como um todo, o Ministério de Minas e Energia tem planos e a própria Secretaria de Comunicações da Presidência da República. Mas, é um problema difícil e importante, como V. Ex<sup>a</sup> citou, como o caso da Suécia e dos Estados Unidos, onde há problemas sérios a respeito desse tipo de reação. Em todas as partes do mundo há umas mais intensas e outras menos intensas. A tarefa não é fácil. No nosso caso, ocorre por um problema de curto prazo contra uma visão de médio prazo. Realmente, isso não é um assunto muito fácil de entendimento para a própria natureza humana, para o homem comum, para a grande massa da população, a preocupação a curto prazo. Mas para os homens do Governo, que estão com a preocupação do futuro do País, essa preocupação tem que ser dirigida a médio e longo prazos. Fica difícil muitas vezes haver um convencimento total da população. Acho perfeitamente válidos os seus comentários. Estamos atentos quanto à aceitação não só da energia nuclear, mas de outras formas alternativas de energia. Não é um problema técnico, mas sociológico, institucional. Ele tem que ser focado sob esse aspecto. Acredito que o Ministério está com essa visão, e nós de FURNAS também temos essa preocupação e estamos trabalhando nesse sentido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Dentro da área de ficção, V. S<sup>a</sup> pode ver a diferenciação que houve, por exemplo, no filme Síndrome da China, muito divulgado como um elemento que comprova a periculosidade das usinas nucleares. Mas cheguei a pensar o contrário; apesar de tudo o que ocorreu, ninguém morreu.

O SR. LICÍNIO SEABRA — O filme pode ser interpretado da maneira oposta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ele foi morto a bala. Mas, tem também, na área da ficção, o livro *Colapso*. Não sei se V. S<sup>a</sup> teve oportunidade de lê-lo, mas é uma obra altamente significativa por defender a tese da necessidade da energia nuclear, ou seja, do carvão, seja qual for o tipo, mostrando a necessidade que os países têm de desenvolver todas essas áreas de energia. No entanto, vimos apenas a publicidade daquele fator negativo, da publicidade da Síndrome da China. Ninguém fala, ninguém defende a outra (inaudível). Está sendo perdida a batalha da opinião pública, a qual eu considero a mais importante para que tenha êxito o programa nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Vamos fazer poucas perguntas porque a hora está adiantada, e creio que todos nós já estamos mentalmente exaustos.

No seu telex recebido pela Comissão hoje, V. S<sup>a</sup> fala no custo do quilowatts instalado de ANGRA I, de 2 mil dólares em dezembro de 1979. Qual é a data provável que se espera que ela entre em operação?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Dezembro de 80, janeiro de 81, Senador. Essa é a nossa programação atual.

O SR. MILTON CABRAL — As obras civis de ANGRA I foram consideradas concluídas?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Praticamente concluídas. Nós temos alguns acabamentos da área circunvizinha à usina, acabamentos de pavimentação, prédios auxiliares em fase final. Mas as obras civis principais estão concluídas.

O SR. MILTON CABRAL — Então, a Construtora Norberto Odebrecht ainda não fez entrega oficial da obra, ou melhor FURNAS ainda não a entregou?

O SR. LICÍNIO SEABRA — É uma entrega parcelada, Senador. Na medida que as diferentes salas e prédios são liberados, na parte civil, eles são entregues à montagem.

Não há uma liberação — talvez seja essa a sua pergunta — um término contratual, não há. Há obras ainda a serem executadas dentro das instalações, fechamento de blocos, aberturas e acabamentos deixados para o final, depois da montagem, há também alguns subempreiteiros que trabalham no término das instalações das obras civis. Então, realmente ainda não ocorreu um encerramento contratual de Angra I.

O SR. MILTON CABRAL — Então, aquela remuneração por quantia fixa continua, evidentemente, com os reajustamentos, porque pelo contrato, depois que ela assumiu Angra II, a quantia fixa foi alterada, incluído o acréscimo correspondente a Angra I com os reajustamentos.

V. S<sup>a</sup> pode dar uma informação: como está, com os reajustamentos do primeiro trimestre de 80, o valor dessa quantia fixa, dessa remuneração, e da gerência pela construtora Norberto Odebrecht?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Infelizmente, esse dado eu não tenho. Não estou a par dessa informação, mas realmente eu posso prometer-lhe apurar essa informação. No momento eu não a tenho aqui.

O SR. MILTON CABRAL — O custo da construção de Angra I ainda não pode ser declarado definitivo, não é?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Esse orçamento refere-se até dezembro de 1979, para efeito de moeda e de conversão de dólar, e inclui a despesa já realizada até junho de 1979. Mas inclui a previsão para o término da obra.

O SR. MILTON CABRAL — Esses 2 mil dólares incluem até 1981?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — É exatamente para o término da obra. É o orçamento que inclui a maior parte feita, da ordem, talvez, de 90% e o que resta a fazer para completar a obra; é o significado, é o conteúdo desse orçamento.

O SR. MILTON CABRAL — A usina está em fase de testes, não é?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Nós estamos em fase de comissionamento, de testes pré-operacionais ou comissionamento.

O SR. MILTON CABRAL — E nessa fase de teste, houve alguma alteração por força dessas novas recomendações, resultantes do acidente da usina americana?

O jornal de hoje fez comentários de que estavam sendo introduzidas na Usina I algumas alterações.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Justo. Foi fruto de uma conversa minha de ontem aqui com o pessoal da Imprensa. Mas é o que eu acabei de relatar, Senador Milton Cabral. Nós não temos ainda totalmente identificados quais os detalhes das modificações a serem introduzidas; estamos numa fase final de determinação, já obtendo essencialmente da Westinghouse e das empresas de engenharia os orçamentos e o que deve ser feito.

Agora temos uma identificação básica de que não haverá alterações ou modificações importantes, ou de vulto, e que venham a causar uma descontinuidade no programa de execução, ou um retardo no programa previsto de operação. Esse é o nosso dado de hoje. Pode ser que aconteça alguma coisa nova que provoque o adiamento, mas pode ser uma prorrogação de prazo de 1 mês, 2 meses, mas nada de vulto, que venha a significar uma mudança estrutural básica para levar mais um ou dois anos..

O SR. MILTON CABRAL — Nem isso tem sido motivo para o adiamento, porque a previsão era que essa usina entrasse em operação no final de 1979.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Isso era a previsão, Senador, em outubro de 1978.

O SR. MILTON CABRAL — Depois passou para junho de 1980.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Na revisão de setembro de 1979, a última previsão foi para dezembro. Nós tínhamos duas datas no acordo, no aditivo contratual: uma data para dezembro de 80 e uma data provável em agosto de 80. Nunca tivemos junho de 80. Setembro de 80 era uma meta sobre a qual havia possibilidade de ser atingida.

O SR. MILTON CABRAL — Essa fixação de prazo não tem nada a ver com modificação?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não, não tem. É uma consequência da própria evolução da montagem, dos testes de comissionamento e término de montagem.

O SR. MILTON CABRAL — Não há problema de treinamento de pessoal?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não, isso já está preparado.

O SR. MILTON CABRAL — Então eu gostaria realmente de conhecer esse valor da quantia fixa, o valor atualizado para o primeiro trimestre de 80.

Agora, como aquele assunto das fundações é realmente o de maior repercussão, diante do seu elevado custo, nós não temos aqui o contrato FURNAS—KWU—NUCLEN sobre o projeto, mas gostaria de conhecer em detalhes o contrato de projeto, para completar a análise que nós estamos fazendo com relação a esses problemas dos projetos.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Senador, eu realmente procurei trazer aqui algumas informações e tenho aqui a cópia do contrato que o Senhor está mencionando. É um contrato de serviços entre FURNAS e a KWU.

O SR. MILTON CABRAL — O contrato é FURNAS-KWU com intervenção da NUCLEBRÁS.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Deste contrato eu posso lhe deixar a cópia da NUCLEBRÁS, com a ressalva de que ele se refere a vários anexos de detalhes que definem interfaces etc. Estes anexos eu não os tenho.

O SR. MILTON CABRAL — De projeto da construção civil, de fundações etc, porque os contratos de FURNAS e KWU são vários. No depoimento de Luís Cláudio de Magalhães ele faz referência a 5 contratos.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Vou fazer um pequeno resumo só para consolidar a informação. A estrutura contratual ligando parte de engenharia, fornecimentos de equipamentos entre FURNAS, NUCLEN e KWU é a seguinte: nós temos um contrato para fornecimentos de equipamentos e materiais de origem estrangeira, entre FURNAS e KWU, com intervenção da NUCLEBRÁS. Inclui a maior parcela do sistema gerador de vapor nuclear e do tubo gerador, e uma parte do equipamento complementar. Esse é o contrato. Temos o acordo de garantias entre FURNAS-KWU-NUCLEN, com intervenção da NUCLEBRÁS. Temos um contrato de prestação de serviços por administração entre FURNAS E NUCLEN, com intervenção da KWU e da NUCLEBRÁS, que inclui coordenação, projeto, pré-aquisição e acompanhamento de fornecimento brasileiro, serviço de um canteiro de obras, incluindo montagem, treinamento e garantia de qualidade. E o último é o contrato de prestação de serviços por administração entre FURNAS e KWU, com intervenção da NUCLEBRÁS e da NUCLEN, que inclui coordenação das unidades, projeto, atividade de transporte, atividade de canteiro de obras, treinamento e garantia de qualidade.

O SR. MILTON CABRAL — A remuneração desse contrato não está incluída naqueles 80 milhões que FURNAS paga à NUCLEN? Esse é um pagamento à parte, em moeda estrangeira?

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — O contrato com a KWU é essencialmente em moeda estrangeira. Quando o pessoal especialista da KWU eventualmente visita o Brasil para inspeção ou contatos conosco, se não me falha a memória, nós temos uma despesa que é a cobertura de estadia local. Parece-me que é paga em cruzeiros. Fora isso, todo o restante é pago em moeda estrangeira, em marcos alemães.

Tenho uma cópia desses contratos e posso deixá-las.

O SR. MILTON CABRAL — Aí define a separação, do que cabe à NUCLEN fazer?...

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Infelizmente não. Para isso tinha que haver uma análise simultânea dos dois contratos. O da NUCLEN e FURNAS parece que V. Ex<sup>a</sup> tem. Então, com esse pode-se fazer uma idéia da separação, porque são dois contratos de engenharia; um com a KWU e outro com a NUCLEN. São contratos independentes.

O SR. MILTON CABRAL — Acho que é interessante conhecer o contrato FURNAS-NUCLEN. Aí nós fecharemos o circuito.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O Dr. Licínio podia aproveitar a oportunidade e nos deixar todo esse material que trouxe, porque ele não precisa dele.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Eu tenho uma cópia do contrato, mas está com várias anotações minhas. Não que seja segredo mas pode atrapalhar a interpretação do Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas tudo que V. S<sup>a</sup> trouxe, deixou o original lá. Poderia deixar conosco de uma vez.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — São cópias de trabalho. Eu preferia remeter, posteriormente, à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Dr. Licínio, muito obrigado. Antes de encerrar eu gostaria de saber de V. S<sup>a</sup> se quer complementar alguma informação.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — Não, Senador. Eu queria apenas ao encerrar, nessa oportunidade que me é dada, reafirmar que constituiu para mim e para a empresa uma honra podermos comparecer, mais uma vez, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Energia Nuclear, e esperamos ter contribuído para prestar os esclarecimentos que foram solicitados. Continuamos à inteira disposição da Comissão para quaisquer outros esclarecimentos que sejam necessários. Teremos o máximo empenho em respondê-los com a maior brevidade possível.

Encerrando, desejo cumprimentar a todos os Srs. Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, especialmente ao Sr. Presidente, pela forma com que tem se conduzido na orientação dos trabalhos, pela distinção, pela cordialidade e pelo cavalheirismo que tem prevalecido nos depoimentos.

É o registro que eu queria fazer, agradecendo e deixando os meus cumprimentos a todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Nós é que agradecemos a sua presença e a de seus dignos assessores.

OS Srs. Senadores estão convocados para uma reunião de reavaliação.  
(Levanta-se a reunião às 19 horas e 30 minutos.)

<b>MESA</b>	<b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO PMDB</b>	<b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS</b>
<b>Presidente</b> Luiz Viana	<b>Líder</b> Paulo Brossard	<b>Líder</b> Jarbas Passarinho
<b>1º-Vice-Presidente</b> Nilo Coelho	<b>Vice-Líderes</b> Humberto Lucena José Richa Marcos Freire Mauro Benevides Nelson Carneiro Orestes Quêrcia Pedro Simon Roberto Saturnino	<b>Vice-Líderes</b> Aderbal Jurema Aloysio Chaves Bernardino Viana José Lins Lomanto Júnior Moacyr Dalla Murilo Badaró Saldanha Derzi
<b>2º-Vice-Presidente</b> Dinarte Mariz	<b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO POPULAR — PP</b>	
<b>1º-Secretário</b> Alexandre Costa	<b>Líder</b> Gilvan Rocha	
<b>2º-Secretário</b> Gabriel Hermes	<b>Vice-Líderes</b> Evelásio Vieira Alberto Silva	
<b>3º-Secretário</b> Lourival Baptista		
<b>4º-Secretário</b> Gastão Müller		
<b>Suplentes de Secretários</b> Jorge Kalume Benedito Canelas Passos Pôrto		

**COMISSÕES**

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefone: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Cândido Hippert  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)  
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evelásio Vieira  
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Passos Pôrto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Pedro Pedrossian	3. João Calmon
4. José Lins	
1. Evelásio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 307  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II —  
Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)  
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Mendes Canale  
Vice-Presidente: Agenor Maria

**Titulares**

1. Mendes Canale
2. José Lins
3. Eunice Michiles
4. Vicente Vuolo

**Suplentes**

1. Raimundo Parente
2. Alberto Silva
3. Almir Pinto

1. Evandro Carreira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides

1. Marcos Freire
2. Humberto Lucena

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)  
(15 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Henrique de La Rocque  
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves  
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

**Titulares**

1. Henrique de La Rocque
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Aloysio Chaves
5. Aderbal Jurema
6. Murilo Badaró
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

**Suplentes**

1. Lenoir Vargas
2. João Calmon
3. Almir Pinto
4. Milton Cabral
5. Bernardino Viana
6. Arnon de Mello

1. Hugo Ramos
2. Leite Chaves
3. Lázaro Barboza
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brossard
6. Franco Montoro

1. Cunha Lima
2. Tancredo Neves
3. Dirceu Cardoso

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 305  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)  
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jessé Freire  
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

**Titulares**

1. Jessé Freire
2. José Sarney
3. Passos Pôrto
4. Saldanha Derzi
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaró
7. José Caixeta

**Suplentes**

1. José Guimard
2. Tarso Dutra
3. Benedito Canelas
4. Moacyr Dalla

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides

1. Henrique Santillo
2. Roberto Saturnino
3. Gilvan Rocha

Assistente: Leiza Ferreira da Rocha — Ramal 312  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)  
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Teotônio Vilela  
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

**Titulares**

1. Arnon de Mello
2. Bernardino Viana
3. José Lins
4. Jessé Freire
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

**Suplentes**

1. Helvídio Nunes
2. Alberto Silva
3. Benedito Ferreira
4. Vicente Vuolo

1. Roberto Saturnino
2. Teotônio Vilela
3. Marcos Freire
4. Pedro Simon

1. José Richa
2. Orestes Quêrcia
3. Tancredo Neves

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — Ramal 306  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala do Anexo B — Ramal 442

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**  
(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon  
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 307  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**  
(17 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cunha Lima  
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. Arnon de Mello	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barbosa
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676  
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**  
(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Helvídio Nunes  
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

- |                    |                    |
|--------------------|--------------------|
| 1. Franco Montoro  | 1. Nelson Carneiro |
| 2. Humberto Lucena | 2. Marcos Freire   |
| 3. Jaison Barreto  |                    |

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 497  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello  
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — Ramal 675  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. da Sra. Senadora Eunice Michiles — Ramal 484

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**  
(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Dirceu Cardoso  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134  
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**  
(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Tarso Dutra  
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi  
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

- |                    |                    |
|--------------------|--------------------|
| 1. Paulo Brossard  | 1. Marcos Freire   |
| 2. Nelson Carneiro | 2. Mauro Benevides |
| 3. Itamar Franco   | 3. Leite Chaves    |
| 4. José Richa      |                    |
| 5. Amaral Peixoto  |                    |
| 6. Tancredo Neves  |                    |

Assistente: Cândido Hipertt — Ramais 301 e 313  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gilvan Rocha  
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	
1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jorge Kalume  
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Orestes Quéricia	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — Ramal 675  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evandro Carreira  
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

1. Evandro Carreira  
2. Humberto Lucena  
3. Lázaro Barbosa

1. Orestes Quércia  
2. Evelásio Vieira

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 497

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)  
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira  
Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares

1. Benedito Ferreira  
2. Vicente Vuolo  
3. Pedro Pedrossian  
4. Afonso Camargo

1. Evandro Carreira  
2. Lázaro Barbosa  
3. Orestes Quércia

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 497

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II —

Suplentes

1. Passos Pôrto  
2. Lomanto Júnior  
3. Alberto Silva

1. Leite Chaves  
2. Agenor Maria

Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Alfeu de Oliveira

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 225-8505 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum)

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES  
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL  
PARA O ANO DE 1980

HORAS	TERÇA	SALAS	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramal — 621	LEILA	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramal — 621	LEDA
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE	10:00	C.E.C.	ANEXO "B" Ramal — 484	SÉRGIO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramal — 621	CARLOS		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramal — 621	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	DANIEL	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramal — 621	LEDA
	C.A.	ANEXO "B" Ramal 484	SÉRGIO	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	LEILA
10:30	C.E.	ANEXO "B" Ramal 442	FRANCISCO	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramal — 621	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal — 484	CARLOS				